

A Cooperação da Sociedade Civil Portuguesa na Área da Solidariedade Social

Ulrich Schiefer et. al.

Lisboa

1998

Please quote as:

Schiefer, Ulrich et al. (1998)
A Cooperação da Sociedade Civil Portuguesa na Área da
Solidariedade Social, CEA-ISCTE + Ministério de
Solidariedade e Segurança Social (2 vols.), Lisboa, 179 p. +
218 p.

Contact: schiefer@iscte.pt

CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS
ISCTE

A COOPERAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL
PORTUGUESA NA ÁREA DA
SOLIDARIEDADE SOCIAL

Volume I

Ulrich Schiefer

Ana Mafalda Morais

António Manuel Reis Batista

Cristina Rodrigues

João Maia e Carmo

Manuela Afonso

Maria Leonor Gandra

Mário Ribeiro

LISBOA, ABRIL 1998

CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS
ISCTE

A COOPERAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL
PORTUGUESA NA ÁREA DA
SOLIDARIEDADE SOCIAL

Volume I

Relatório elaborado para o

Ministério da Solidariedade e Segurança Social

Prof. Doutor Ulrich Schiefer (Coord.)

Dra. Ana Mafalda Morais (CEA)

Dr. António Manuel Reis Batista (CEA)

Mestre Cristina Rodrigues (CEA)

Dr. João Maia e Carmo (CEA)

Mestre Manuela Afonso (CEA/CIDAC)

Mestre Maria Leonor Gandra (CEA)

Mestre Mário Ribeiro (CEA/CIDAC)

LISBOA, ABRIL 1998

ABSTRACT

Research Report Social Sector Development Cooperation with Africa by Portuguese Civil Society Institutions

The Centro de Estudos Africanos do Instituto de Ciências do Trabalho e da Empresa (CEA-ISCTE), Lisbon, assisted by the Centro de Informação e Documentação (CIDAC) in 1998 concluded a study funded by the Ministério de Solidariedade e Segurança Social into Social Sector Development Cooperation with Africa by Portuguese Civil Society Institutions.

The main purpose of the study was to collect information on the different non-statal agents active in this field and to present an assessment of activities, projects, methods and results achieved by all parts.

*The data collected served also to create a **directory of Portuguese civil society institutions** to bring about a better understanding of this area and to encourage sectoral and cross-sectoral communication in order to improve national and international networking.*

A comprehensive survey, semi-structured interviews, in-depth research with key persons, a review of existing data bases and a survey of existing literature allow to draw the following conclusions:

*The area under review lacks cohesion and structure. The great potential of this area, which runs through many sectors of the Portuguese civil society is not yet fully explored. Although a considerable number of institutions is active in this field, there is a significant **lack of communication** and a nearly complete **absence** of any kind of **structured communication channels**. With a few notable exceptions Portuguese institutions are neither integrated in sectoral, national nor international networks.*

*The concentration on Portuguese Speaking African Countries (the former Portuguese colonies) brings about a specialised knowledge and a distinctive experience. In comparative terms, however, the **presence of Portuguese development personnel in the field is extremely low**, which reduces the potential impact considerably.*

*Most institutions **lack organisational skills** as well as **technical competence** in crucial areas, such as project management, intervention methodology and technical assistance.*

*Many institutions either **ignore** or **fail to apply planning, management and evaluation techniques** and are not yet prepared to work according to **international standards**, which reduces their capacity to obtain international funding.*

*The most active sectors are the **Development Non-Governmental Organisations (NGO)**, which collaborate with international donors as well as local authorities, the **Municipalities**, which collaborate with local authorities and municipalities in Africa, and the **Religious Institutions**, which collaborate directly with their local counterparts.*

*It is recommended to create **in-country local support structures** for the Portuguese development institutions in order to increase their presence in the field and to assist smaller and less well funded institutions, which can not by their own means maintain such structures in Africa.*

*The **common language** and the relatively **low running** costs of Portuguese institutions should be promoted as distinctively **positive factors** and be put to good use for **capacity building**.*

*The **status of volunteers** should be **regulated** and **upgraded** in order to be used as an incentive, because volunteers play a very important role for many institutions and serve as a basic mechanism for the promotion of development values in civil society.*

***Sectoral, cross-sectoral** and **international communication structures** should be created and supported, which serve to exchange experiences and increase sensibility and awareness of development related problems.*

*Support should be directed to **specialised media, meetings, conferences** and other mechanisms to increase the communications capacities of institutions.*

*Priority should be given to **organisational development** through specialised training schemes for staff, mainly in the domains of **project planning, project management** and **evaluation** in order to introduce international standards in this area.*

*In order to increase **transparency** and **accountability** both of Portuguese institutions and African counterparts, special emphasis should be put on the **evaluation of organisations, development projects** and **development impact**, as currently there is nearly no information available on performance and results of Portuguese civil society development efforts.*

***Links** between **universities** and other **research and training institutions** and **development institutions** should be strengthened to further the transfer of specialised knowledge and the results of ongoing and future research which could greatly benefit development efforts.*

***International communication strategies** should be developed and strengthened in order to augment and diversify capacities to attract international funding and resources as a pre-condition for enlarging the activities of the sector.*

***Social sector development with African countries** can be extremely beneficial not only for the **population of African countries**, but also for **Portuguese civil society** itself.*

The formative experience of volunteers, results of applied research, human and institutional capacity building, social engagement and intercultural experience are an extremely important contribution to social progress in all societies.

Key Words: Portugal, Africa, Development, Social Sector, NGO, Religious Organizations, Municipalities, Foundations, Capacity Building, research, poverty alleviation, local development, participative development, social security, cooperation, intermunicipal cooperation, institutional development, gender.

RESUMO EXECUTIVO

Estudo da Cooperação da Sociedade Civil Portuguesa na Área da Solidariedade Social (“Cooperação Descentralizada”).

Realizou-se de Outubro de 1997 a Março de 1998 o estudo de análise e avaliação da Cooperação Descentralizada com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa na área da Solidariedade Social em Portugal protagonizada pela Sociedade Civil.

Este estudo foi adjudicado pelo Ministério da Solidariedade e da Segurança Social ao Centro de Estudos Africanos do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – ISCTE/CEA. Na realização deste estudo colaborou o Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral - CIDAC.

O objectivo central do estudo consiste na criação de um corpo organizado de informação identificador e avaliativo sobre os principais agentes que operam neste sector da cooperação, as metodologias utilizadas nas acções, os sectores de onde emanam e para onde se destinam, as características essenciais das acções e projectos empreendidos e dos resultados obtidos.

Dos dados obtidos e tratados resultou um bloco de informação ordenada capaz de se tornar um instrumento compreensivo deste assunto e sob a forma de um Directório das instituições da Sociedade Civil Portuguesa envolvidas na Cooperação na Área Social que pode ser um instrumento funcional para quem quiser agir ou interagir nesta área.

A metodologia utilizada no estudo consistiu num inquérito realizado a um conjunto de organizações e instituições sectoriais que após investigação prévia se presumiu desenvolver actividades nesta área. Após o envio do inquérito foram efectuados telefonemas de controlo e entrevistas semi-estruturadas às entidades mais representativas do sector com intuito de detectar informação complementar e outras perspectivas possíveis de compreensão do tema. Deste estudo conclui-se a reduzida estruturação e estado incipiente de organização do sector que se traduz na reduzida expressão desta área no conjunto da sociedade portuguesa.

Foi detectado um elevado potencial deste sector ainda não aproveitado e visível até porque percorre transversalmente a sociedade portuguesa relacionando-se com uma diversidade de interesses e protagonistas capazes de potenciar grande dinamismo social.

As organizações desta área estão isoladas e os canais de comunicação e coordenação são incipientes. Não existe uma efectiva articulação em rede nacional ou internacional.

Os projectos das organizações envolvidas estão quase exclusivamente orientados para o continente africano e centrados nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa. Portugal pode desenvolver capacidades e competências específicas nesta área mas a sua presença no terreno é ainda insignificante em termos comparativos com outros países europeus.

As organizações revelam grandes fragilidades organizativas e insuficiência de competências técnicas em domínios essenciais da sua actividade como as da área dos projectos e acções de assistência.

Muitas organizações desconhecem ou não aplicam as metodologias e técnicas de Gestão, Planeamento e Avaliação de Projectos e não estão compatibilizadas com as metodologias standart internacionais o que reduz consideravelmente o seu campo de intervenção e a capacidade de obtenção de financiamentos.

*Verificou-se que os sectores que revelam maior capacidade de intervenção neste terreno estão inseridos a nível institucional, **ONGD** que colaboram com as agências internacionais e governos locais, as **Autarquias** que estão relacionadas com as autoridades locais e as **Instituições Religiosas** que se inserem na presença local da Igreja.*

As empresas estão ausentes desta área o que se torna significativo por contrariar tendências internacionais onde as empresas desempenham um papel cada vez mais destacado.

Recomenda-se a criação de mecanismos de apoio local aos agentes da cooperação portuguesa que incrementem a sua presença no terreno e que permitam às organizações de menores recursos a racionalização dos seus meios.

A língua portuguesa e o baixo custo comparativo das actividades das organizações portuguesas devem ser promovidos como factor de vantagem competitiva e deve ser incrementada como veículo da sua capacitação.

O voluntariado deve ser regulamentado e incentivado por representar um apoio precioso para o reforço de muitas organizações e veículo de transmissão social dos valores e experiências da cooperação para a solidariedade.

Devem ser incentivados e apoiados mecanismos de comunicação intersectorial e transsectorial que permita a troca de experiências e criação de complementaridades entre os agentes da cooperação.

Dever ser prioritário o apoio à criação de media especializados, encontros, seminários, congressos, etc, neste sector que reforcem a capacidade comunicacional das organizações.

É prioritário o desenvolvimento organizacional pelo reforço da capacidade técnica das organizações através da formação específica nas técnicas e metodologias próprias dos projectos e acções de cooperação compatíveis com os standarts internacionais: Gestão, Planeamento e Avaliação.

A avaliação das organizações, projectos e impactos deveria ser considerada prioritária dado o desconhecimento actual da actividade já desenvolvida, a necessidade de criar mecanismos de transparência e visibilidade e de racionalizar os recursos dispendidos. A avaliação permite igualmente a aprendizagem mútua e a troca de experiências entre os agentes da cooperação.

Deve ser prioritário o envolvimento das universidades e instituições de ensino e investigação portuguesas nesta área de cooperação enquanto centros de competência específicos na capacitação organizacional.

O desenvolvimento de estratégias de comunicação deve ser apoiada para reforçar a visibilidade do sector e diversificar a capacidade atractiva de financiamentos e mobilização de recursos como condição de expansão do impacto do sector.

Como orientação decisiva a incrementar está a criação de mecanismos de ligação entre as unidades de investigação e formação e a economia do desenvolvimento social.

Esta ligação seria o mecanismo de transferência de conhecimentos e tecnologias capazes de potenciar decisivamente o cenário da cooperação.

A sociedade civil portuguesa deve encarar como extremamente positivo o estabelecimento de mecanismos eficazes de cooperação na área social com os PALOP. A experiência formativa do voluntariado, a investigação aplicada e o desenvolvimento de competências de estruturação social são mais valias preciosas com efeitos directos na economia do desenvolvimento humano e social em Portugal.

A troca social e cultural que a cooperação permite representa um contributo inestimável para a abertura e capacidade de diálogo que no contexto actual de globalização é um factor de impulso de crescimento e afirmação nacional.

Palavras-chave: Portugal, África, Desenvolvimento, Área Social, ONG, Instituições Religiosas, Autarquias, Fundações, Desenvolvimento das capacidades humanas e institucionais, Alívio de pobreza, Desenvolvimento local, Desenvolvimento Participado, Segurança Social, Cooperação, Cooperação Inter-Municipal, Desenvolvimento Institucional.

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A “Cooperação Descentralizada” na área da Solidariedade Social em Portugal é um sector pouco estruturado num estado incipiente de organização o que se reflete na sua reduzida expressão no conjunto da sociedade portuguesa.

Existe um elevado potencial ainda não completamente realizado, dado o número de organizações envolvidas, a capacidade de mobilização demonstrada, a transversalidade sectorial que percorre a sociedade portuguesa, os múltiplos interesses que convergem para este tipo de cooperação e a receptividade local à cooperação que os portugueses realizam nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa - PALOP.

As organizações envolvidas e os seus projectos estão quase em exclusivo orientados para o continente africano e centrados nos PALOP. Esta característica específica da cooperação portuguesa permite uma especialização capaz de incentivar o desenvolvimento de um conjunto de competências e capacidades nos agentes da cooperação envolvidos mas pode alhear a cooperação portuguesa de regiões e sectores que podem ser igualmente importantes.

O centramento da cooperação da sociedade civil portuguesa nos PALOP não resulta numa dimensão significativa do envolvimento de recursos financeiros, técnicos ou humanos nem do impacto nestes países se compararmos, por exemplo, com a presença no terreno de um número muito superior de representantes e técnicos de outros países europeus que aí desenvolvem o seu trabalho.

A reduzida expressão e dimensão da cooperação portuguesa na área da solidariedade social com os PALOP é consequência da reduzida estruturação organizativa das organizações envolvidas e do seu peso relativo no conjunto da sociedade portuguesa.

A incipiente estruturação organizativa da sociedade civil e informalização excessiva das suas organizações está relacionada com fragilidades organizativas em áreas como a indefinição estratégica, deficiente integração e utilização das competências, carência de competência em áreas vitais como a comunicação, investigação, aplicação de metodologias e técnicas, negociação e sobretudo da capacidade de gestão.

A maioria das organizações realiza as suas actividades sob a forma de projectos. Verificam-se também carências ao nível da competência técnica específica ao dispôr destas organizações neste domínio da sua actividade;

Gestão e Planeamento de Projectos, Avaliação de Impactos e da Qualidade da actividade desenvolvida. O conhecimento e aplicação de metodologias apropriadas de Gestão e Planeamento de Projectos é uma competência específica essencial que está ausente de uma esmagadora maioria das organizações. Estas são umas ferramentas básicas para a expansão e qualificação das organizações envolvidas neste tipo de cooperação.

Algumas organizações, sobretudo as que estão relacionadas com as ONGD, autarquias e instituições religiosas atingem uma dimensão significativa que permite a resposta a solicitações mais complexas. Mas este universo de organizações é restrito e não é suficiente para definir e caracterizar esta realidade sectorial.

A avaliação das actividades e dos projectos desenvolvidos, dos impactos no terreno e das próprias organizações são domínios quase inexistentes na esmagadora maioria das organizações. Este facto relaciona-se tanto com a não aplicação das metodologias de avaliação disponíveis como com a pouca atenção dispensada ao assunto da avaliação da cooperação. No entanto estes são requisitos indispensáveis para o acesso ao financiamento por parte dos doadores nacionais (membros e apoiantes das organizações, Estado e outras fontes de financiamento) e por parte dos doadores internacionais (União Europeia, Banco Mundial e outros).

A não aplicação dos Standarts Técnicos internacionais de Gestão, Planeamento e Avaliação de Projectos junto com a não compreensão dos mecanismos de cooperação internacional pelas organizações nacionais, reduz consideravelmente a capacidade negocial portuguesa no acesso aos recursos financeiros disponíveis limitando o crescimento e o protagonismo nacional e internacional do sector.

As organizações que operam nesta área demonstram um distanciamento dos grandes conceitos orientadores das política de cooperação na área social que são aceites a nível internacional. Poucas organizações revelaram conhecer e orientar os seus projectos pelos critérios de elegibilidade das grandes agências doadoras internacionais. Conceitos como a sustentabilidade social, alívio da pobreza, género e capacitação institucional estão globalmente ausentes dos projectos em análise.

A tipificação das organizações e dos sectores onde elas se enquadram revela grande diversidade e heterogeneidade de organizações e sectores da sociedade civil envolvidas na cooperação descentralizada. Se este facto revela a transversalidade social do interesse e da motivação para a cooperação esclarece também sobre a dificuldade de estruturação orgânica

de organizações tão diversas para a coordenação de estratégias e objectivos comuns.

A proveniência das organizações abrange muitos sectores da sociedade civil, mas existem grandes desequilíbrios sectoriais no dinamismo e peso específico de cada um deles. Determinados sectores apresentam grande dinamismo e capacidade de concretização enquanto outros são inexistentes nesta área. O sector das ONGD, Instituições Religiosas e Autarquias apresentam bons índices de intervenção enquanto as empresas estão ausentes. Este facto contraria a tendência internacional de protagonismo crescente das empresas na cooperação na área da solidariedade social.

Uma das principais insuficiências e fragilidades da cooperação descentralizada em Portugal é a dispersão e falta de coordenação entre os diversos intervenientes e sectores. A insuficiente coordenação e integração verifica-se ao nível intra-sectorial, inter-sectorial e trans-sectorial.

Entre as organizações dentro de cada sector existem tentativas de ultrapassar esta situação por exemplo nas ONGD, Autarquias ou Instituições religiosas mas ou não são suficientemente activas ou estão ainda num processo inicial de estruturação.

Não existe registo de coordenação ou integração estratégica entre os sectores. A nível trans-sectorial verificam-se esboços de coordenação sobretudo entre as ONGD e os organismos estatais da tutela mas em estado de relativa insipiência.

Com poucas excepções a cooperação portuguesa neste sector está igualmente ausente das grandes redes de cooperação e financiamento internacional. Esta falta de ligação às grandes redes internacionais é um dos principais estrangulamentos na obtenção de recursos e de protagonismo nesta área por parte das organizações portuguesas. Também internamente se verifica um estado muito embrionário na constituição de redes entre sectores e organizações com o isolamento e dispersão subsequentes.

As organizações e sectores da sociedade civil organizada que maior êxito e presença sustentada têm revelado nos PALOP são as que estão relacionadas institucionalmente com as autoridades e Estados desses países. É o caso das Missões relacionadas com a Igreja, das ONGD relacionadas com a administração local e instituições nacionais ou internacionais e das autarquias que se relacionam directamente com as autoridades destes países.

Verifica-se como característica definidora do sector a reduzida presença real efectiva de pessoal ao serviço da cooperação no terreno onde se desenvolvem as actividades. A sociedade civil portuguesa não está

efectivamente presente em termos substanciais de número e dimensão de transferência de recursos.

Os projectos de cooperação na área da solidariedade social não incluem a presença de recursos humanos significativos no terreno mesmo quando são dispendidos recursos materiais ou financeiros vultuosos nos projectos e acções.

Existe um número considerável de voluntários disseminados pelas diversas organizações sobretudo ligadas às instituições religiosas que não têm um estatuto definido e sobretudo estão relativamente anónimos nas organizações.

A presença local revela-se um factor determinante para o sucesso da cooperação na área da solidariedade social. Seria essencial o apoio à presença nos países receptores das organizações que realizam as actividades e projectos de cooperação.

Este suporte poderia ser concretizado através da disponibilização de apoio local às organizações, com inserção institucional e recursos técnico-logísticos permanentes que permitisse às organizações de menores recursos uma inserção mais eficiente e rápida no terreno com a consequente redução de custos e consumo de recursos.

Este apoio poderia ser gerido pelas organizações com maior experiência no terreno e capacidade técnica, com o envolvimento financeiro do Ministério.

Existe um forte potencial de intervenção da cooperação portuguesa nos PALOP, o domínio da língua portuguesa que poderá servir de veículo de intervenção vantajosa em áreas como a formação técnico profissional.

O voluntariado representa um forte potencial para a cooperação portuguesa pelo que deveria ser definido o estatuto do voluntário que assegurasse protecção em áreas como a assistência, segurança e formação específica. O resultado poderia ser a qualificação de recursos num sector onde as organizações portuguesas são especialmente vulneráveis - os recursos humanos e a sua presença efectiva no terreno.

Outro potencial existente é o da relação custo-benefício ser bastante vantajosa para a cooperação portuguesa em relação aos outros países europeus.

Um outro factor crítico de intervenção neste sector seria o apoio à criação de mecanismos de comunicação sectorial e trans-sectorial que

permitisse a troca de experiências e informação, criação de redes e de estratégias de intervenção comuns.

Seria estratégico o incentivo à criação ou consolidação de meios de comunicação específicos do sector como rádios (ou programas), jornais, revistas ou boletins das organizações, ou o apoio à sua inserção noutras media sob a forma de colaborações, separatas, secções etc.

Para que os agentes do sector se coordenassem mais intensamente deveriam ser apoiadas acções como encontros nacionais, seminários temáticos de troca de experiências ou reflexão conjunta. Deste contactos formais ou informais poderão nascer redes que por sua vez expressem coordenação de objectivos, interesses e estratégias.

A articulação e concertação de esforços entre as organizações e os sectores para além do aumento do peso global do sector permitiria um aumento da capacidade de intervenção no terreno com maior racionalização dos recursos utilizados e maior eficiência na resposta às necessidades dos países e populações receptoras.

O reforço da capacidade técnica das organizações e sectores em causa é outra das prioridades já que permitiria o incremento da competência com ganhos de eficácia, eficiência e qualidade global.

Uma das prioridades a atingir seria a introdução das normas técnicas standards internacionais de Gestão, Planeamento e Avaliação de projectos.

A avaliação das organizações, dos projectos e dos impactos, deveria ser considerada prioritária como metodologia de reforço e desenvolvimento organizacional de modo a racionalizar a utilização dos recursos pelo aumento da eficiência, eficácia e adequabilidade de todas as acções empreendidas.

O domínio das metodologias e dos instrumentos técnicos internacionais permitiria a sintonia metodológica com as organizações e redes internacionais, aumentando a capacidade de intervenção e protagonismo nacional neste sector e o seu aumento da absorção de fluxos financeiros.

O aumento das competências técnicas deverá insistir e possibilitar às organizações a criação de mecanismos de abertura e transparência de procedimentos nas organizações e nos projectos que sustentem a credibilidade das organizações envolvidas face à opinião pública e aos financiadores.

Deveriam ser criados e apoiados programas de formação específica para o sector, onde os conteúdos capacitassem as organizações para o aumento de eficiência da sua actividade, preparassem e actualizassem os técnicos nas tarefas específicas e no contacto com a contexto africano onde as suas acções se desenvolvem.

O desenvolvimento organizacional seria uma das prioridades da formação e capacitação a empreender na área de gestão das organizações, criação de estratégias de comunicação, aumento da capacidade de atracção de recursos financeiros.

Seria essencial a formação e sensibilização dos técnicos e quadros das organizações para o conhecimento da especificidade do contexto onde actuam ou vão actuar. A troca de experiências e saberes específicos das organizações poderia ser uma das metodologias prioritárias das iniciativas a empreender.

Prioritária seria a formação efectuada através da relação com as universidades enquanto centros de investigação e capacidade técnica que por sua vez estão envolvidas em projectos e acções de cooperação.

O estímulo ao acesso a fontes alternativas de financiamento é também uma das prioridades para o sector já que provoca o aumento da capacidade de intervenção a partir do aumento dos recursos disponíveis.

As organizações e os sectores da sociedade civil envolvidos na cooperação social devem ser apoiados na sua orientação para o contacto com os meios de comunicação de modo tornar visível a sua presença e o impacto da sua intervenção, com o objectivo da mobilização de recursos e activação de dinamismos sociais neste domínio.

AGRADECIMENTOS

GOSTARÍAMOS DE AGRADECER

A TODAS AS PESSOAS ORGANIZAÇÕES E INSTITUIÇÕES
QUE COLABORARAM E CONTRIBUÍRAM PARA A
REALIZAÇÃO DESTE ESTUDO INVESTINDO O SEU TEMPO ,
INTERESSE E DISPONIBILIDADE.

ÍNDICE

Abstract.....	1
Resumo Executivo.....	4
Conclusões e Recomendações.....	7
Agradecimentos.....	13
Introdução.....	17
Metodologia.....	20
Conceitos.....	23
COOPERAÇÃO DESCENTRALIZADA.....	23
Princípios:.....	23
Objectivos:.....	24
Métodos:.....	24
COOPERAÇÃO NA ÁREA SOCIAL.....	25
SOCIEDADE CIVIL.....	26
BOA GOVERNAÇÃO; DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS.....	27
Princípios gerais de Boa Governação.....	29
PARTICIPAÇÃO.....	31
SUSTENTABILIDADE.....	33
SOLIDARIEDADE SOCIAL.....	36
SEGURANÇA SOCIAL.....	38
ALÍVIO DA POBREZA.....	40
Evolução das perspectivas sobre a Pobreza.....	41
Operacionalização do Conceito.....	42
Políticas preconizadas para erradicar a pobreza.....	45
GÉNERO.....	46
NECESSIDADES BÁSICAS.....	49
BEM-ESTAR SOCIAL.....	50
SEGURANÇA ALIMENTAR.....	51
EXCLUSÃO SOCIAL.....	52
CAPACITY BUILDING.....	54
DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E PESSOAL.....	54
VOLUNTARIADO.....	55
ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS DE DESENVOLVIMENTO.....	57
(ONGD).....	57
Conclusões e recomendações.....	57
Caracterização do sector.....	59
O “sector ONG” em Portugal.....	59
A “vocação histórica” para África.....	60
O desempenho não-competitivo.....	60
“Núcleo duro”.....	61
Dimensão prospectiva.....	61
“Sector ONG” e tipologias.....	62
ONGD: problemáticas e evolução do conceito.....	65
Percurso histórico das ONGD portuguesas.....	68
Financiamento e recursos.....	70
Actividades e dinamismo na sociedade portuguesa.....	71
Competências e potencial.....	72
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL (IPPS).....	76
Conclusões e recomendações.....	76
Caracterização do sector.....	76
Historial do sector.....	77
Definição dos conceitos e problemáticas da instituição.....	79
Integração em redes.....	80
Competências e capacidades técnicas e humanas.....	80

Acesso a fontes de financiamento e recursos	80
Áreas de cooperação do sector.....	82
Área da solidariedade social	83
Pontos fortes e pontos fracos.....	83
Potenciais e Perspectivas	84
A UNIÃO DAS MISERICÓRDIAS PORTUGUESAS (UMP)	85
E AS SANTAS CASAS.....	85
Conclusões e recomendações	85
Definição do Sector.....	86
Historial do sector	86
Historial das Santas Casas	87
Definição dos conceitos e problemáticas	87
As Santas Casas	87
Potencialidades das Santas Casas.....	88
Integração em redes.....	89
Acesso a fontes de financiamento e recursos	90
Áreas De Cooperação	91
Potenciais e perspectivas	91
Pontos Fortes E Pontos Fracos.....	91
Geminacões/ Apadrinhamento De Santas Casas Da Misericórdia Nos Palop.....	92
<i>Génese</i>	92
<i>Estruturação e Amplificação</i>	92
<i>Objectivos</i>	93
<i>Prioridades</i>	93
<i>Geminacões/ Apadrinhamentos</i>	93
INSTITUTOS MISSIONÁRIOS.....	95
Conclusões e recomendações	95
Definição do sector	96
Historial do Sector.....	96
Raízes da missionação portuguesa.....	96
Definição dos conceitos e problemáticas do tipo de instituição.....	96
Integração em redes sectoriais e nacionais	97
Integração em redes internacionais.....	97
Acesso a Fontes de Financiamento e Recursos	98
Área de cooperação do sector	98
Pontos Fortes E Pontos Fracos.....	99
Potenciais e perspectivas	99
FUNDAÇÕES	101
Conclusões e recomendações	101
Definição do sector	102
Historial do sector	102
Definição dos conceitos e problemáticas do tipo de instituição.....	103
Implantação, representatividade, dinamismo na sociedade portuguesa	103
Integração em redes.....	104
Competências e capacidades comunicativas do sector	105
Competências e capacidades técnicas e humanas.....	105
Acesso a fontes de financiamento e recursos	106
Áreas de cooperação do sector.....	106
Fundação Calouste Gulbenkian	108
Pontos fortes e pontos fracos.....	110
Potenciais e perspectivas	111
ENSINO E FORMAÇÃO.....	112
Conclusões e recomendações	112
Definição do sector	113
Historial do sector	114

Definição De Conceitos E Problemáticas	115
Implantação, representatividade, dinamismo na sociedade portuguesa	116
Integração Em Redes Nacionais	117
Integração em redes internacionais.....	117
Competências e capacidades comunicativas do sector.....	117
Competências e capacidades técnicas e humanas.....	118
Acesso a fontes de financiamento e recursos	118
Áreas de cooperação do sector.....	119
Pontos Fortes E Pontos Fracos	119
Potenciais E Perspectivas	120
Empresas	121
AS AUTARQUIAS LOCAIS	123
Conclusões e Recomendações.....	123
Definição do Sector.....	125
Historial do Sector.....	125
Conceitos E problemática	127
Implantação, representatividade e dinamismo.....	129
Integração em redes.....	145
Competências e capacidades comunicativas do sector.....	149
Competências e capacidades técnicas e humanas.....	149
Acesso a fontes de financiamento e recursos	150
Áreas de cooperação do sector.....	150
Os projectos de cooperação.....	156
Pontos Fortes e Pontos Fracos	157
Potenciais e Perspectivas	160
ANEXO	171
Bibliografia	172

INTRODUÇÃO

A ferramenta teórica organizadora do presente estudo está centrada no conceito de Sociedade Civil, enquanto real agente e protagonizador das diversas modalidades (em recenseamento), da cooperação portuguesa na área da Solidariedade Social, com os PALOP.

De facto, se podemos falar em “Cooperação Descentralizada” em países como a França ou a Alemanha onde se pode contrastar uma cooperação centralizada a partir dos respectivos estados, com uma cooperação descentralizada a partir da sociedade civil dos respectivos países, em Portugal a cooperação, toda ela é tendencialmente descentralizada, já que também no Estado está dispersa pelas diversas tutelas e aparelhos administrativos.

Assim o conceito de “Cooperação Descentralizada”, ainda que operativo como veremos, não identifica, em Portugal, um tipo específico de agentes ou organizações, claramente identificados com este conceito.

Ao contrário, se situarmos a perspectiva analítica na zona conceptual da Sociedade Civil, torna-se mais claramente evidente quem realmente protagoniza e a quem se adequa o conjunto de pressupostos da “Cooperação Descentralizada”.

Enquanto função da Sociedade Civil, a Cooperação Descentralizada é uma expressão da cultura organizacional dominante neste sector onde os conceitos de empowerment, participação, democratização, sustentabilidade, solidariedade e segurança social, pobreza, grupos vulneráveis, género, necessidades básicas, bem estar social, segurança alimentar, exclusão social, integração e reinserção social, têm a sua génese, expressão e aceitação ao ponto de se tornarem constitutivos dessa mesma cultura.

Considerando a linha dicotómica definidora da Sociedade Civil, como tudo o que está a montante e a jusante do aparelho administrativo e institucional do Estado, encontramos a fronteira da auto-organização como elemento agregador de todas as iniciativas de “Cooperação Descentralizada” que define igualmente este conceito. Podemos, assim, averiguar das virtualidades técnicas e culturais desta perspectiva de análise: voluntarismo, mobilidade, proximidade das populações alvo, especial aptência e sensibilidade para as temáticas da Solidariedade e Cooperação Social.

A situação em Portugal da “Cooperação Descentralizada” a partir da sociedade Civil, tanto quanto um diagnóstico não sistemático evidencia, é especialmente “descentralizada” e “auto-organizada” dado que não existe um retrato real da paisagem institucional, cultural e organizacional dos protagonistas deste tipo de cooperação, nem existe um recenseamento da capacidade instalada e concretizada em termos de projectos de cooperação na área da solidariedade em África.

Ao desconhecimento de quem é quem, com que meio, ligações, potencialidades e curriculum, junta-se a inexistência de um quadro interpretativo e agregador da informação disponível da cooperação já realizada.

A visibilidade do protagonismo nesta área da Sociedade Civil em paralelo com a avaliação da cooperação já concretizada à luz do trabalho de clarificação conceptual prévio a este estudo pode dotar este segmento específico da referida sociedade civil de uma poderosa ferramenta operacional para a melhoria do rácio de eficácia e capacidade de concretização da Cooperação Descentralizada em Portugal.

No âmbito do estudo a realizar sobre a cooperação descentralizada na área da solidariedade social, considerou-se essencial que à partida fossem definidos os conceitos a utilizar ao longo do trabalho de forma a aferir não só as linguagens mas também localizar o enfoque da abordagem do tema.

Embora a literatura usada para a definição de conceitos se revelasse muito dispersa e deparássemos com conceptualizações de ênfase diverso, aquilo que procurámos retirar foram as referências essenciais e aceites pelo grupo.

Neste sentido, o primeiro conceito a clarificar foi, necessariamente, o de cooperação descentralizada. E, como se trata de cooperação na área social, este segundo conceito aparece de forma a clarificar as acções empreendidas neste sentido.

Central ao tema da cooperação descentralizada, aparece a ideia de interligação com a sociedade civil, a ideia de participação, o contexto democrático, o *empowerment* e questão da sustentabilidade.

As definições de solidariedade e segurança social levaram por sua vez à necessidade de definir conceitos afins como a pobreza, os grupos vulneráveis, o género, as necessidades básicas, o bem-estar social e a segurança alimentar. Nesta sequência, interessou ainda aferir os conceitos de exclusão social, integração e reinserção social.

Esta definição de conceitos não pretende ser nem exaustiva nem incidir sobre a evolução dos conceitos, mas pretende antes fornecer o quadro geral das referências e das ferramentas a utilizar de forma consensual.

METODOLOGIA

Este estudo direccionou-se para um universo de organizações dispersas num conjunto de sectores numa grande diversidade de características, âmbitos e dimensões.

A metodologia utilizada procurou responder a esta diversidade através do estabelecimento de uma malha diversificada de técnicas e procedimentos capaz de detectar a informação pertinente.

As organizações contactadas revelaram na sua maioria não dispôr de canais de comunicação com o exterior com a capacidade de responder a solicitações mais complexas. Muitas delas responderam tardiamente e incompletamente ao inquérito pelo que foi necessário repetir a abordagem.

Muitas vezes só o contacto telefónico directo desbloqueou o acesso à informação. Nem sempre as entidades mais ligadas ao sector foram as que melhor colaboraram. As respostas das ONGD, por exemplo, foram lentas, incompletas e mesmo os contactos pessoais realizados não introduziram maior rapidez na resposta. No que respeita a informações financeiras as reservas prenderam-se com o sigilo profissional ou a impossibilidade de fornecer informações para um estudo desta natureza. Quanto à maioria das Universidades e Centros de Estudo e Investigação foi o silêncio quase absoluto.

De modo geral foi bastante reduzida por parte das organizações contactadas a capacidade de resposta às solicitações dos inquiridores.

O estudo desenrolou-se, de acordo com o plano de trabalhos estabelecido, em quatro fases; preparatória, recolha de dados, analítica e fase de elaboração dos relatórios.

O objectivo da fase preparatória foi o da definição conceptual do campo de análise.

Efectuou-se a recolha prévia de informação baseada na investigação bibliográfica e análise dos principais conceitos a utilizar no estudo.

Foi feita uma revisão dos conceitos mais pertinentes capazes de operacionalizar os dados a recolher. Procurou-se esclarecer conceitos centrais como; Cooperação Descentralizada, Sociedade Civil, Alívio da Pobreza, Sustentabilidade, Capacitação Institucional, Género, Necessidades Básicas, Participação, Empowerment, Segurança Alimentar, Voluntariado,

Solidariedade Social, Segurança Social, Democracia e Boa Governação e Bem Estar Social.

A construção da grelha analítica da informação procurou tornar compreensíveis as organizações que intervêm neste âmbito, caracterizando os projectos desenvolvidos, a sua dimensão, as metodologias utilizadas e os recursos utilizados. (ver questionário em anexo)

Foi elaborada uma definição caracterizadora das organizações por estatuto jurídico, projectos, objectivos, dimensão, capacidade de realização, com o objectivo de proceder a uma avaliação global do potencial de cada organização envolvida e do respectivo potencial do sector.

Em seguida, fez-se a recolha de informação dispersa através de um recenseamento junto das entidades públicas e privadas de listas de instituições da sociedade civil organizada por sectores (Empresas, ONGD, Misericórdias, IPSS, Bombeiros, Universidades, etc), com indicação dos contactos e seus responsáveis, criando-se uma base de dados.

Esta deu origem a um mailing com os contactos e instituições a inquirir.

A metodologia da recolha de informação baseou-se num inquérito para auto-preenchimento e em entrevistas semi-estruturadas.

Este inquérito destinou-se à consulta das organizações e foi elaborada de acordo com uma grelha de análise pré-definida:

Identificação da Organização (nome, morada, contactos) e apresentação sucinta

Tipo de Organização e Estatuto jurídico

Cooperação na área social

Meios de comunicação utilizados e formas de divulgação

Indicação dos seis projectos de cooperação mais relevantes para a Organização e financiamentos utilizados

Recursos Humanos e Técnicos de que a organização dispõe

Caracterização das técnicas de planificação e de avaliação utilizadas na identificação e implementação dos projectos

Questões abertas para apreciações globais, comentários e sugestões

Foram realizadas entrevistas às organizações sectoriais através dos seus responsáveis para detectar a informação complementar não acessível através do inquérito às organizações. Estas entrevistas decorreram em instituições relevantes para o presente estudo, federações sectoriais e outras organizações relacionadas com o tema do estudo.

O objectivo destas entrevistas foi de tentar detectar a existência de informação não disponibilizada nos inquéritos, averiguar de novas direcções para a realização da investigação, compreender o enquadramento global do sector e das questões mais relevantes.

O resultado deste estudo é um relatório de investigação e um directório de contactos e caracterização das Instituições da Sociedade Civil Portuguesa que cooperam na área social com os PALOP. Desta forma o presente estudo além de conter uma caracterização da cooperação descentralizada em Portugal, inclui uma breve apresentação das entidades e das suas iniciativas.

Esta opção metodológica procura responder à necessidade de análise e avaliação global do sector e simultaneamente fornecer um guião que sirva de orientação para o estabelecimento de contactos e redes a partir da disponibilização da informação organizada das organizações que estão activas neste sector.

A reduzida estruturação da informação recolhida resulta da incipiente estruturação das organizações e da sua dificuldade em responder às solicitações em termos de sistematização da informação.

O tipo de informação disponível e acessível definiu a forma e o conteúdo do presente estudo. A informação recolhida não revelou pertinência estatística; por um lado o número absoluto de organizações e instituições a realizar acções e projectos de cooperação na área social é extremamente diminuto, por outro não havendo um universo estatístico organizado e coerente seria impossível aplicar as metodologias de análise estatística visto que na sua esmagadora maioria as organizações não dispõem dos dados estruturados ou de capacidade da sua estruturação.

Optou-se então por alterar o plano de trabalho inicial e fornecer um instrumento não agregado de análise dos dados capaz de cumprir uma função operacional mais evidente; o relatório final que apresenta dados qualitativos de interpretação e compreensão do tema e o directório da cooperação descentralizada na área social em Portugal.

CONCEITOS

COOPERAÇÃO DESCENTRALIZADA

A cooperação descentralizada é largamente entendida como uma política e um conjunto de intervenções para a ajuda ao desenvolvimento, nas quais participam as colectividades territoriais, sejam elas responsáveis ou não das acções (MINISTÈRE DE LA COOPÉRATION: 1994).

Abordagem diferente, complementar dos modos tradicionais de concepção e actuação da cooperação (COMISSÃO EUROPEIA: 1995: 2), pretende ser um meio de fazer participar e sustentar novos e diversificados actores no desenvolvimento. É reconhecido o papel vital da sociedade civil no desenvolvimento, tomando a forma de cooperação mais próxima das necessidades das populações, permitindo um melhor desenvolvimento através do reforço da participação colectiva das populações (COMISSÃO EUROPEIA: 1996:4; CAMPOS MARTINS: 1997:3).

Esta abordagem da cooperação (ou da ajuda) ao desenvolvimento reconhece não só o papel essencial da sociedade civil no desenvolvimento mas também a diversidade democrática das sociedades nos países em desenvolvimento. É expressão de uma tomada de consciência no seio das instâncias oficiais da necessidade de integrar os actores não governamentais do desenvolvimento enquanto parceiros na ajuda oficial ao desenvolvimento. Repousa sobre o conceito de “desenvolvimento participativo”, sobre a promoção dos direitos do homem, sobre a democratização, sobre a autonomização socio-económica das populações através do enviesamento/cruzamento de acções independentes (cooperação policêntrica), através do desenvolvimento de capacidades humanas e técnicas dos países em vias de desenvolvimento, sobre a descentralização política e administrativa enfim sobre a realização de um desenvolvimento durável (COOPÉRATION DÉCENTRALISÉE DANS LA CONVENTION DE LOMÉ:1994) .

Princípios:

Tem como campo de aplicação potencial o conjunto de instrumentos habituais da cooperação financeira e técnica ou económica. A sua característica essencial é a utilização de dinheiros públicos para projectos de desenvolvimento em que a responsabilidade financeira e gestão são transferidas do governo central para uma série de agentes não estatais (COOPÉRATION DÉCENTRALISÉE DANS LA CONVENTION DE LOMÉ:1994:1) .

Objectivos:

visa, a um nível mais amplo, reforçar a participação da população nas acções de desenvolvimento, bem como a diversidade democrática das sociedades em desenvolvimento;

reforçar as capacidades próprias de organização e de acção da sociedade civil;

a descentralização dos modos de decisão e de responsabilidades;

a emergência de pólos secundários ou de sectores melhor estruturados e mais autónomos na produção de bens ou de serviços sociais

(COOPÉRATION DÉCENTRALISÉE DANS LA CONVENTION DE LOMÉ:1994);

a participação e aproximação das populações beneficiárias às decisões de gestão e de actuação;

a um nível mais restrito e relativamente aos países africanos;

cooperação entre cidades (geminção) e o reforço do processo de descentralização no Estados africanos, por meio da cooperação na criação de colectividades locais e de gestão descentralizada do território;

desenvolvimento económico recíproco, por meio de apoio às colectividades locais (agricultura, imigração, artesanato), a criação de empresas (com acções conjuntas no domínio da formação, da ajuda à auto-organização, da mobilização da poupança, etc..), a cooperação industrial, etc....;

a “multiparceria” na perspectiva de um reforço do conhecimento e da amizade entre povos a nível local (Pacheco Alves 1996:57).

Métodos:

pressupõe uma coordenação com as autoridades nacionais, devendo estas estar inseridas na lógica dos Programas Indicativos Nacionais/Regionais (PIN/PIR);

apoio a iniciativas de actores representativos da sociedade civil, no domínio público, privado ou associativo;

sustentação das suas capacidades de organização e de gestão (COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS: 1992).

A concepção de cooperação descentralizada apoia-se na ideia de que a cooperação para o desenvolvimento deverá ser realizada em interligação com agentes e grupos da sociedade civil. Antes de tentarmos definir sociedade civil, abordaremos no entanto o conceito de cooperação na área social, que é um dos conceitos importantes relacionados com a perspectiva a atribuir ao estudo.

COOPERAÇÃO NA ÁREA SOCIAL

As relações de cooperação entre a Administração Central do Estado, as Administrações Regional e Local e as Instituições na área social regem-se pelos seguintes princípios (MSSS:1996)

autonomia das instituições (respeito da identidade das instituições e aceitação de que, salvaguardando o cumprimento da legislação aplicável, aquelas exercem as suas actividades por direito próprio e inspiradas no respectivo quadro axiológico)

reconhecimento da natureza e dos fins das instituições (pressupõe uma avaliação objectiva das finalidades prosseguidas, das actividades desenvolvidas e das condições para o seu exercício)

subsidiariedade (implica a intervenção das entidades mais abrangentes sempre que os problemas sociais não possam ser resolvidos pelas entidades que se encontrem mais próximas dos cidadãos)

planeamento (estabelecimento de um plano social que vincule a Administração Central, Regional e Local e as Instituições visando: definir prioridades tendo em conta a satisfação das necessidades básicas das pessoas e famílias mais carenciadas; programar a cobertura equitativa e adequada do país em serviços e equipamentos sociais; prevenir e eliminar as sobreposições de actuação, bem como as assimetrias geográficas na implantação de serviços e equipamentos; ter em conta a necessária diversificação das prestações de acção social, de modo a permitir o adequado desenvolvimento das formas de apoio social directo às pessoas e famílias, nomeadamente melhorando as condições de vida no seu meio habitual):

participação (implica o envolvimento das Administrações Central, Regional e Local e das Instituições, ou das organizações que as representam, na concepção, planificação, execução e avaliação das políticas sociais, ao nível nacional, regional e local.

Deste modo, a cooperação na área social incide sobre os campos do social e da sociedade onde é necessário que sejam desenvolvidas e implementadas políticas de protecção, prevenção da exclusão, apoio aos mais carenciados. Antes de passarmos à definição deste tipo de intervenções, iremos definir então sociedade civil e as premissas da descentralização e da participação.

SOCIEDADE CIVIL

A denominada sociedade civil pode ser entendida como a associação relativamente organizada de grupos da sociedade segundo objectivos e programas específicos, representativos dos seus interesses.

Alguns destes actores descentralizados são as organizações representativas, as ONGD, os poderes locais, os actores sociais e económicos, outros componentes da sociedade a favor da cooperação, como as colectividades locais, instituições do meio académico, federações profissionais ou organismos consulares, organizações do sector local e cooperativo (COMISSÃO EUROPEIA: 1995), grupos (rurais ou urbanos, profissionais...), cooperativas, empresas e meios económicos (COMISSÃO EUROPEIA: 1995:1)

Segundo a Convenção de Lomé, os actores descentralizados podem ser agrupados e considerados como:

poderes públicos ou administrações locais (regiões, cidades, vilas) que assumam as responsabilidades claramente definidas e que disponham de uma certa autonomia e recursos financeiros

associações e grupos locais do sector privado representantes dos interesses locais ou de acções de solidariedade (ONG, centros de ensino e pesquisa, grupos rurais e aldeãos) capazes de reunir o mínimo de organização e conhecimentos técnicos necessários para dirigir uma operação de desenvolvimento

organizações e redes do sector da produção, em particular os sindicatos e cooperativas independentes (COOPÉRATION DÉCENTRALISÉE DANS LA CONVENTION DE LOMÉ 1994: 21).

Um dos pressupostos para a existência e proliferação destes grupos representativos da sociedade civil relaciona-se com a existência de uma sociedade relativamente democrática onde seja privilegiada a participação dos mesmos na definição e implementação de políticas.

BOA GOVERNAÇÃO; DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS

Após a queda do Muro de Berlim e o posterior colapso político do chamado “Bloco de Leste”, a ajuda internacional ao mundo em desenvolvimento deixou, em parte, de ser moldada pelos constrangimentos ditados por objectivos e compromissos geo-estratégicos.

Essas alianças anteriores foram substituídas por novos critérios de atribuição de verbas aos regimes dos países receptores.

Dois grandes grupos de directrizes configuram um conjunto de exigências que os doadores impõem aos receptores da ajuda: a “condicionalidade política” e a “condicionalidade económica”.

Há uma terceira condicionalidade que se prefigura já como factor determinante da futura agenda da cooperação internacional: a ambiental.

O conceito de “Boa Governação” recobre as duas primeiras dimensões apontadas: a económica e a política. O “bom governo” – aquele que assegura aos doadores internacionais a correcta gestão das verbas destinadas à ajuda ao desenvolvimento – é aquele que articula políticas destinadas à liberalização da economia com políticas de democratização.

O respeito pelos Direitos Humanos é outro dos pontos essenciais da boa governação.

A boa governação pressupõe que os governos dos países receptores da ajuda são obrigados a criar uma base política doméstica que englobe os seguintes macro-pontos:

- Abertura à economia de mercado
- Democratização
- Respeito pelos Direitos Humanos
- Redução das despesas militares

A convicção geral é a de que existe uma relação directa entre a adopção destas políticas e o aumento do crescimento económico acompanhado de uma maior equidade social na distribuição dos rendimentos.

O Banco Mundial tem sido a grande fonte redefinidora das políticas económicas a adoptar pelos países beneficiários da ajuda, em particular aqueles situados na África sub-Sahariana.

Os países ocidentais, de perfil democrático-liberal, têm sido os grandes estimuladores das alterações ao nível mais político e sociais: democratização, mediante a abertura ao pluralismo partidário e à realização de eleições livres e respeito pelos direitos humanos.

No primeiro caso, incluem-se todas as políticas prefiguradas nos programas de ajustamento estrutural, nomeadamente:

Des-estatização da economia e privatização do sector público empresarial;

Redução das despesas públicas, em particular as militares;

Liberalização da economia;

Adopção de políticas cambiais destinadas a reduzir a inflação, normalmente acompanhadas de fortes desvalorizações da moeda nacional;

Transparência e maior eficiência na gestão dos recursos públicos;

Reforma do sistema fiscal;

Dinamização do sector empresarial privado;

No segundo, pretende-se:

Criação de uma opinião pública com maior capacidade de intervenção;

Respeito pela liberdade de expressão;

Criação de um Estado de Direito;

Separação de poderes entre a Política, a Religião e a Justiça;

Descentralização das decisões políticas;

Terminar com as práticas nepóticas, autoritárias e violentas de exercício do poder político, em particular com as violações aos direitos humanos;

Assegurar a realização periódica de eleições num sistema pluripartidário.

Os resultados da liberalização política e económica forçada pelos países ocidentais são, até agora, ainda pouco visíveis.

Ao nível político, a democratização, em termos formais, de muitos países africanos não se tem traduzido numa maior e mais genuína participação das populações nas decisões políticas.

No entanto, existe uma forte expectativa de que a liberalização económica seja, em breve, acompanhada de uma melhor performance desses países em termos de crescimento económico. Os factores que se acredita serem os mais determinantes para esse objectivo são:

Estabilidade política interna;

Contexto pacífico e favorável ao comércio (externo e interno, onde pessoas e bens possam circular livremente e em segurança);

Incentivo à actividade económica privada;

Incentivo ao investimento (interno e externo);

Livre funcionamento dos mercados;

Serviços públicos mais eficientes (reforma na Saúde, na Educação e na Administração Pública).

Muitos autores têm chamado a atenção para o facto de que as políticas públicas só podem ser eficientes se ocorrerem num contexto de verdadeira reforma política.

A boa governação passa, então, pela verificação das seguintes condições:

Liberalização política: maior liberdade individual, liberdade de expressão, de associação, de formular alternativas políticas; mudanças constitucionais que acabem com o sistema de influência do partido único, do partido muito dominante ou de uma elite constituída em “classe-Estado”; eleições livres e justas, possibilidade de competição política não violenta entre as realizações de eleições.

Credibilidade e racionalidade política: maior transparência e abertura nas decisões do Estado, inclusão dos interesses gerais da população nas políticas.

A existência de serviços públicos e de uma gestão pública competentes são essenciais ao desenvolvimento. A sustentabilidade, autonomia e eficiência dos programas e projectos depende, em larga medida, da capacidade institucional e organizacional do país de implementação.

O desenvolvimento institucional – um dos pressupostos básicos para assegurar a boa governação – exige um empenhamento de longo prazo entre doadores e receptores da ajuda.

Uma das 25 lições extraídas da “Análise de 25 anos de cooperação para ao desenvolvimento”, realizada pelo CAD em 1985 foi a de que “a ajuda só pode ser tão eficaz como o ambiente político, económico e administrativo em que se processa”.

Princípios gerais de Boa Governação

Existe um consenso geral de que a boa governação inclui:

Construção de liderança;

Transparência e competência institucional;

Empowerment da sociedade civil;

Igualdade de género;

Transição política para a democracia, sistemas parlamentares, independência do poder judicial, fiscalização das eleições);

Paz e estabilidade;

Estado de Direito;

Meios de comunicação social livres, independentes e responsáveis;

PARTICIPAÇÃO

Como foi referido, a participação implica também a existência de regimes políticos relativamente pluralistas e democráticos que permitam às pessoas participarem nos processos que condicionam as suas vidas.

O sucesso na erradicação da pobreza humana e do desenvolvimento depende, em primeiro lugar e principalmente, da capacidade que as pessoas têm para articular as suas exigências e se mobilizarem para uma acção colectiva. Organizadas, têm o poder de garantir que os seus interesses são promovidos. Como um grupo, elas podem influenciar as políticas estatais e exigir uma afectação adequada de recursos para as prioridades de desenvolvimento humano, para mercados mais acessíveis às pessoas e para um crescimento económico favorável aos pobres. A mobilização das pessoas pode assumir várias formas: uma mobilização da comunidade (desenvolvimento da solidariedade através das redes que englobam a família e a comunidade), a criação de ONGD, a criação de sindicatos, o surgimento de movimentos populares (PNUD 1997:97-99).

O poder da participação reside na capacitação das comunidades e desenvolvimento das capacidades de auto-ajuda, solidariedade e acção colectiva (PNUD:1997:105).

Existem, pelo menos, três interpretações da participação (GHA1.1990:2115-246):

mobilização das pessoas para levarem a cabo projectos de desenvolvimento social e económico;

descentralização governamental ou de organizações relacionadas, transferência de recursos e poderes de decisão para órgãos a níveis mais baixos;

processo de empowerment dos carenciados e excluídos, reforço do seu poder.

Tendo como pressuposto que é a participação das pessoas no desenvolvimento que lhes permitirá a aquisição de maior poder de decisão e de actuação no âmbito dos projectos idealizados e implementados, tentaremos de seguida definir esta noção de empowerment.

EMPOWERMENT

Através da participação, pretende-se também que os grupos da sociedade civil sejam dotados de maior poder tanto de decisão como de realização nos assuntos que lhes dizem directamente respeito.

Empowerment (FRIEDMAN: 1996) refere-se a todo o acréscimo de poder que, induzido ou conquistado, permite aos indivíduos ou unidades familiares aumentarem a eficácia do seu exercício de cidadania. Pressupõe o projecto de uma sociedade civil, prefigurando-se um conjunto de valores tais como a igualdade, o direito ao emprego e ao trabalho. O enfoque é dado ao acesso das bases ao poder social. Este acesso exige uma luta activa dos *disempowered* (pobres) contra os poderes hegemónicos existentes (FRIEDMANN:1996:8) de forma a melhorar as condições de vida e os meios de as manter para os indivíduos vistos em comunidade ou isoladamente.

O Modelo do Empowerment como modelo de desenvolvimento alternativo centra-se no povo e no ambiente e já não na produção /distribuição ou mercado. Como processo central visa o empowerment das unidades domésticas e dos seus membros individuais, vistas como as células territoriais mais pequenas dotadas de dinamismo mobilizador. É portanto um processo que se situa por baixo e extravasa as relações económicas inscrevendo-se directamente no político. A criação de empowerment não se encara como um fim em si mesmo, mas como um meio que proporciona força e direcção para a realização de acções social e politicamente relevantes, portadoras, também, de uma carga económica.

Este reforço do poder participativo das pessoas pressupõe que o desenvolvimento social e económico se revele como um desenvolvimento apoiado na sustentabilidade, conceito que iremos abordar de seguida.

SUSTENTABILIDADE

No contexto do debate sobre a experiência de desenvolvimento africano nos anos 80, o conceito de “Sustentabilidade” tem vindo a ganhar uma conotação social dominante, por oposição à sua utilização no Ocidente onde é sinónimo de gestão racional e durável dos recursos disponíveis de modo a manter um stock constante, disponível para o usufruto das gerações futuras.

Em África a noção de sustentabilidade social das políticas económicas é tanto mais relevante quanto se opõe à experiência “liberalizadora” que os Programas de Ajustamento Estrutural impuseram e que naquele contexto tiveram um impacto social negativo.

Assim é também interpretada, no interior das teorias da sustentabilidade, a forte degradação ambiental nos países africanos em geral, interpretada como consequência indirecta da pauperização e destruição dos controles sociais da utilização dos recursos.

A definição precisa da “Sustentabilidade Social” como complemento ou área autónoma do conceito de Desenvolvimento Sustentável, está longe de ter sido obtida. Ressalta a necessidade de articular multidisciplinarymente a noção mais clássica de crescimento/desenvolvimento com a gestão dos sistemas ecológicos tendo como condição prévia essencial o papel das estruturas sociais na sua realização.

Por outro lado, parece hoje evidente a relação entre os padrões sociais e a dimensão (e natureza) da degradação ambiental. O que leva a considerar os agentes sociais no terreno - no caso Africano tanto quer dizer as populações das comunidades rurais como as urbanas, mas muito especialmente as comunidades rurais tradicionais, como os autênticos agentes e gestores do Desenvolvimento Sustentável. Elas próprias portadoras de uma “Cultura da Sustentabilidade dos Recursos”, até há bem pouco menosprezada e ignorada pelo modelo económico ocidental que aí se tem vindo a estabelecer.

Se as comunidades aldeãs são os agentes privilegiados quer da degradação ambiental originada pela pobreza, quer do possível Desenvolvimento Sustentável, é, então, preciso determinar os seus modelos de intervenção e participação activa no processo.

Nesta área se fundem conceitos provenientes da sociologia e antropologia das comunidades rurais, que desde a agenda “basic needs”, disseminada pelas ONG (mas também adoptada, pelo menos teoricamente, pelo B.M./F.M.I.), tendem a considerar o fenómeno do desenvolvimento

com eminentemente social, produto de uma auto consciência social e cultural desenvolvida, que será traduzida numa dinâmica empreendedora e participativa na gestão dos recursos naturais sociais e culturais ao dispor da comunidade.

A sustentabilidade social traduz-se na intervenção em áreas como a motivação social, integração de saberes tradicionais em processos de inovação, integração dos interesses específicos das comunidades no “design” dos processos de desenvolvimento.

A participação activa das populações como elemento de verificação da sustentabilidade do processo de desenvolvimento pode criar um padrão de avaliação do interesse global de determinado projecto.

O “*empowerment*” das populações como expressão da valorização e investimento do “capital social” no desenvolvimento é, de algum modo, sintoma de uma preocupação com a relação entre a ecologia e a economia já que a gestão participativa dos recursos será tendencialmente sustentável.

Uma comunidade com expressão na decisão relativa ao seu próprio desenvolvimento” tenderá a expressar preocupações temporais dilatadas no sentido de manter e preservar a possibilidade futura de criar riqueza

O conceito de desenvolvimento sustentável é um processo de decisões consensuais onde o impacto das actividades económicas (Economia) o ambiente (Ecossistema), e o bem estar social (Sociedade) estão integrados e equilibrados, sem comprometer a capacidade de satisfazer as necessidades das gerações presentes e futuras. Deste modo os três vértices do triângulo: a Economia o Ambiente e o Bem Estar Social podem ser sustentados no futuro. Esta relação que se pretende harmoniosa é baseada no processo de decisão consensual e participativo.

Em 1987 o Relatório das Nações Unidas sobre o Ambiente e a Economia “O nosso futuro comum”, promoveu a ideia e o modelo do desenvolvimento sustentável para os países em desenvolvimento; “o ambiente é onde todos vivemos; o desenvolvimento é tudo o que fazemos para melhorar o que nos rodeia. Os dois são inseparáveis.”

Atingir a sustentabilidade requer mudanças nas mentalidades, a implementação de novas políticas, tanto macro económicas como sectoriais e a mudança e criação de novas leis. Todas estas reformas são complexas e não podem ser implementadas rápida e eficientemente, mas a sua inclusão, por patamares, no planeamento dos projectos pode contribuir para as realizar.

Os princípios subjacentes à planificação e avaliação de projectos com forte dimensão ambiental são próximos dos outros projectos. No entanto, algumas importantes considerações adicionais incluem índices específicos de inputs e outputs ambientais para os quais não existem ou são inapropriados os preços do mercado. Podem ser validados indirectamente incluindo por exemplo a análise da incerteza que caracteriza as irreversibilidades e as descontinuidades dos ecossistemas. Os projectos devem ser cuidadosamente monitorizados se procuram encaixar numa estratégia de desenvolvimento sustentável.

A sustentabilidade de um projecto ou processo de desenvolvimento é avaliada por indicadores que definem as relações entre a economia, o ambiente e a sociedade. A inclusão destes indicadores servem de ferramenta para o planeador ou avaliador, averiguar do grau de sustentabilidade do projecto.

A medição (avaliação) da sustentabilidade de um projecto deve basear-se em indicadores que assinalem:

A pressão que as actividades do projecto colocam no ambiente (na forma de utilização dos recursos ou outra);

O resultado para o ambiente (após as mudanças) comparadas com o estado desejado (sustentável);

A resposta das actividades humanas sobretudo na forma de decisões políticas e sociais, medidas políticas.

Para Michiel Pelt (1993) deveriam ser utilizados três critérios para medida da sustentabilidade; Eficiência, Equidade e Sustentabilidade Ecológica.

A operacionalização dos critérios de sustentabilidade requer que os planeadores definam metas para o uso de recursos naturais. Devem sobretudo definir relações mensuráveis, por exemplo entre ganhos de curto prazo (eficiência) e os objectivos ambientais de longo prazo (sustentabilidade).

SOLIDARIEDADE SOCIAL

Criação de laços de entreatajuda, especialmente dirigida aos grupos ou indivíduos mais desfavorecidos e vulneráveis com o objectivo de combater a pobreza e exclusão social.

Tendo contribuído para a modernização das nossas sociedades, a protecção social é um dos factores de promoção do progresso, do crescimento e da competitividade. A solidariedade e a coesão não são incompatíveis com a produtividade e o bom funcionamento da economia. Pelo contrário, a solidariedade e a produtividade podem não só ser conciliadas mas são também, em muitos aspectos, sinérgicas. Para que sejam atingidos os seus fins, é necessário promover uma protecção mais activa, centrada na integração e procurando evitar que os beneficiários sejam segregados do resto da sociedade. Solidariedade e igualdade de oportunidades são uma responsabilidade pública, pelo menos no que respeita à regulamentação. No que respeita aos custos, toda uma gama de benefícios públicos, incluindo os benefícios fiscais, devem ser cuidadosamente analisados a fim de identificar situações de gastos injustificados e distorções a nível da concessão e da distribuição (COMISSÃO EUROPEIA:1996:21-22).

A protecção social refere-se à provisão para o bem-estar social nas áreas da saúde, pensões, subsídios de desemprego e outros sistemas de apoio ao rendimento. Esta provisão não é planeada apenas para apoiar os que necessitam mas, também, para atingir objectivos económicos cobrindo os custos sociais da reestruturação económica (PNUD: 1997:238).

A revitalização da solidariedade social é uma preocupação essencial, em simultâneo com a preservação das garantias de cidadania oferecidas pelos sistemas de segurança social. Estes objectivos implicam um envolvimento com os parceiros da sociedade civil (MSSS: 1997).

A acção institucional no âmbito da solidariedade social em Portugal é desenvolvida especialmente por:

instituições de âmbito nacional: organizações centrais da Segurança Social, IGAPHE, Centros de Saúde, Ministérios da Agricultura, da Educação, da Justiça, o IEFPP, a União das IPSS, a União das Misericórdias, a Cáritas Nacional, a Cruz Vermelha Portuguesa, a Aliança Nacional das Associações Cristãs da Mocidade;

instituições de âmbito regional: Centros Regionais de Segurança Social, os Planos de Desenvolvimento Regional, escolas, centros de saúde, autarquias locais;

instituições de âmbito local: IPSS, Ordens Religiosas, Paróquias, Casas do Povo (ALMEIDA et al: 99-102).

Em relação à segurança social, esta terá que ser definida então na sequência deste conceito.

SEGURANÇA SOCIAL

A segurança social pode ser considerada como um sistema de prestações e de incentivos com o objectivo de minorar os efeitos da pobreza e da exclusão que atingem grupos vulneráveis da sociedade, permitindo assim que se realize a integração social e a reinserção social.

A Segurança Social é um sistema para a protecção dos cidadãos na doença, velhice, invalidez, viuvez e orfandade, no desemprego e em todas as outras situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho (COMISSÃO DO LIVRO BRANCO DA SEGURANÇA SOCIAL: 1997: 1).

Os objectivos da Segurança Social são, nomeadamente, a prevenção, pelos meios sociais, de níveis de vida muito baixos independentemente de estes serem resultado de privação crónica ou adversidade temporária.

Podem ser considerados dois aspectos mais importantes da Segurança Social : a protecção e a promoção, sendo que a protecção se refere à prevenção de um declínio dos níveis de vida em geral e das condições de vida em particular em contexto de crise e recessão aguda e a promoção à melhoria das condições normais de vida e modo de lidar com a privação regular e muitas vezes persistente (DRÈZE & SEN: 1991: 3-40).

A ideia base da Segurança Social é de a utilizar meios sociais para prevenir a privação e a vulnerabilidade à privação.

A maior parte dos países desenvolvidos têm programas operados ou suportados por eles para providenciar a maior parte de : pensões de reforma, subsídios de desemprego, subsídios de rendimento para as famílias, acessos para incapacitados, educação, serviços de saúde (BURGESS & STERN: 1991: 41-80).

Nos países em desenvolvimento os subsídios de desemprego e as pensões do Estado cobrem raramente mais do que uma minoria, normalmente uma pequena minoria. Os cuidados de saúde, apesar de muitas vezes subsidiarizados, podem ser escassos e pouco ou mal disseminados. O apoio aos incapacitados é normalmente negligenciado e a educação raramente se estende além da escolaridade primária.

Em África a Segurança Social terá de se concentrar por um tempo considerável nas necessidades básicas de alimentação e saúde (VON BRAUN: 1991: 395-414). Os sistemas sociais formais em África tendem a ser urbanos e servir os privilegiados em vez dos pobres. No entanto, se na África subsahariana as instituições estatais são poucas ela é rica em

instituições comunitárias para a provisão da Segurança Social. Há portanto a necessidade de considerar combinações criativas de sistemas de Segurança Social baseados no Estado e baseados nas comunidades (VON BRAUN:1991:411).

Tanto a solidariedade como a segurança social têm como pontos em comum o princípio de que é necessário combater a pobreza e a exclusão social, prevendo especialmente medidas dirigidas a grupos vulneráveis.

ALÍVIO DA POBREZA

Mais de metade da população mundial é constituída por pobres e o número destes tem aumentado tanto nos países ricos como nos países subdesenvolvidos embora o conceito não possa ser aplicado à letra nos diferentes tipos de sociedades.

Pobreza define-se como uma situação em que o acesso aos bens indispensáveis para satisfazer as necessidades está abaixo de um certo nível considerado normal. Por isso, fala-se de limiar de pobreza como o nível de consumo doméstico mínimo socialmente aceitável. É geralmente calculado em termos de um rendimento do qual cerca de dois terços serão gastos num “cabaz”, calculado por estatísticas de previdência, como sendo a fonte de menor custo de calorias e proteínas essenciais.

Para comparações internacionais, o Banco Mundial estabeleceu uma linha de pobreza em 1 dólar (de 1985) por dia. Esta linha de pobreza baseia-se no consumo. Os países em desenvolvimento que estabeleceram linhas de pobreza nacionais utilizam na sua generalidade, linhas que indicam a insuficiência de recursos para satisfazer as necessidades básicas mínimas em alimentação.

O conceito de limiar induz por sua vez as noções de pobreza absoluta e de pobreza relativa.

Define-se pobreza absoluta como aquela onde a satisfação das necessidades se situa abaixo de certo nível considerado mínimo, portanto abaixo do limiar estipulado; e define-se pobreza relativa como a situação de desvantagem relativa em relação à média da sociedade.

O recurso à noção de relatividade tem algumas vantagens, dado que chama a atenção para a distância aos padrões de vida tidos como aceitáveis em cada sociedade, permite ter em conta as variações das condições de vida ao longo das trajectórias e considera os efeitos sociais na definição das necessidades e das expectativas dos indivíduos. Contudo, não consegue explicar ou fazer compreender os fenómenos que designa.

Diz-se que ocorre uma situação de ultra-pobreza quando uma família não consegue reunir 80% das exigências quanto ao mínimo de calorias estabelecido pela FAO-OMS, mesmo quando utiliza 80% do seu rendimento na compra de alimentação.

A pobreza transitória e crónica refere-se respectivamente à pobreza de curto prazo, temporária ou sazonal; e à pobreza de longo prazo ou estrutural.

Evolução das perspectivas sobre a Pobreza

A tentativa de definição do conceito de pobreza e da respectiva operacionalização não tem sido isenta de ambiguidades e hesitações.

A pobreza é um conceito complexo, que envolve problemas diversos. Tal como o desenvolvimento, trata-se de uma questão muito mais vasta do que a simples dimensão económica. Entram na sua definição aspectos pessoais, psicológicos, culturais, sociais, laborais, alimentares, etc. Qualquer abordagem a esta questão tem pois de levar em conta esta complexidade. Desta forma, as referências que se seguem mais não pretendem do que traçar algumas das principais linhas gerais sobre a problemática.

Ao longo dos anos o conceito de pobreza tem vindo a evoluir das seguintes maneiras:

perspectiva do rendimento : uma pessoa é pobre se o seu nível de rendimento se situa abaixo da linha de pobreza definida. Assim, esta linha de separação de pobreza é muitas vezes definida em termos de posse de rendimento suficiente para uma quantidade determinada de alimentos.

a perspectiva das necessidades básicas data do início dos anos 70: a pobreza é a privação de condições materiais para uma satisfação minimamente aceitável das necessidades mínimas de subsistência, não só alimentares ou económicas, mas também de ordem social, cultural e política. É atribuído ênfase à necessidade de assegurar a todas as pessoas os meios básicos do bem - estar : alimentação, saúde e educação. Realça a importância do aumento do rendimento através de uma produção eficiente e de trabalho intensivo, para países com excesso de mão de obra. Atribui aos serviços públicos um papel chave na redução da pobreza (educação em massa, água potável, planeamento familiar e serviços de saúde). Chama a atenção das pessoas para a participação, de tal forma que os serviços públicos devem ser financiados pelo governo, mas o planeamento e a distribuição deverão ocorrer com a participação dos beneficiários.

O que estava no cerne do modelo das necessidades básicas (Rendimentos + Serviços Públicos + Participação) implicava a distribuição da riqueza. Na prática no entanto, muitos governos concentraram-se somente no item do meio - a distribuição dos serviços públicos básicos -. Resultado : este modelo acabou por ser criticado por deixar de fora as dimensões menos materiais do bem estar humano e por não dar poder económico aos pobres. Como refere Friedmann (1996:67) “as necessidades básicas têm de ser suportadas. Os países pobres são incapazes de suportar o que pode ser considerado necessidades básicas em países ricos”.

a perspectiva das capacidades e do desenvolvimento humano afirma-se a partir de meados dos anos 80: a pobreza representa a ausência de algumas capacidades básicas para funcionar. Assim, nesta perspectiva, a privação de uma vida relaciona-se não só com o estado de empobrecimento em que a pessoa vive mas, também, com a ausência de oportunidades reais, com a possibilidade de escolher, fazer opções de vida, devidas tanto a constrangimentos sociais como a circunstâncias pessoais, para levar uma vida condigna. Desta forma, a pobreza é muito mais do que falta de rendimento. Ela reflecte também educação e saúde escassas, privação de conhecimento e comunicação, falta de condições para exercer os direitos humanos e políticos e a ausência de dignidade, confiança e respeito próprio.

Constituindo o indivíduo o cerne desta perspectiva, a pobreza liga-se à incapacidade dos indivíduos realizarem as suas aspirações. Por referência à cidadania, a pobreza corresponde a um conjunto de situações que determinam a exclusão do acesso aos recursos disponíveis na sociedade e à capacidade de participar plenamente nas actividades sociais. Esta situação afecta todos aqueles que, por factores variados, não têm capacidade de, por si só, aceder aos recursos, ficando assim em situação de privação material e, por consequência, em situação de dependência face aos auxílios prestados por terceiros, sejam os organismos estatais ou formas privadas de assistência e solidariedade social.

A erradicação da pobreza pressupõe portanto a satisfação das necessidades básicas e a concretização dos valores pessoais e espirituais. Como refere Galtung, há duas categorias de necessidades humanas : “*having needs*”, ligadas à sobrevivência e bem estar das pessoas e “*becoming needs*”, ligadas à identidade e liberdade pessoais. E não se deverá sacrificar as *becoming needs* às *having needs*. Para que isso aconteça, Galtung e Friedmann, entre outros, afirmam que é necessário que os pobres se apropriem dos seus próprios recursos (capital, recursos naturais, recursos humanos), enfatizando desta forma a afirmação da identidade própria e a autoconfiança das comunidades em questão.

Assim, chega-se hoje à conclusão que a pobreza deve ser tratada em todas as suas dimensões, e não apenas através do rendimento. As outras dimensões a serem consideradas são: subnutrição, ausência de acesso aos serviços sociais, falta de status político e social.

Operacionalização do Conceito

Embora a ideia de que a pobreza não representa apenas a insuficiência de recursos económicos seja consensual, ao nível da operacionalização do

conceito, o rendimento ou o consumo continuam a ser os (únicos) indicadores efectivamente retidos para definir quem é ou não pobre. As outras dimensões já aqui mencionadas continuam entretanto a ser avaliadas como acessórias ou ilustrativas dos mecanismos que explicam os “círculos viciosos” da pobreza, e por isso não costumam ser integradas de forma a determinar perfis de existência. Além disso, as dimensões não materiais da pobreza, por dificuldades acrescidas de medida, na prática são raramente consideradas.

De facto, qualquer que seja o conceito utilizado - absoluto ou relativo - a pobreza definida em termos de limiar de rendimento parece ter apenas o mérito de ser politicamente operacional. Estatisticamente é também de fácil operacionalidade, mas assemelha-se a outras medidas como o PIB per capita, ou “consumo per capita” instrumentos descritivos e analíticos muito limitados.

Por outro lado, a natureza das privações varia consoante as condições económicas e sociais das comunidades em questão. Desta forma, os indicadores dos países pobres não deverão ser os mesmos que os países ricos utilizam para estudar os “seus” pobres. Os temas da pobreza nos países mais pobres envolvem a fome, o analfabetismo, as epidemias, a falta de serviços de saúde ou de água potável, enquanto que os países mais ricos se concentram em variáveis como a exclusão social.

O Relatório do Desenvolvimento Humano de 1997 publicado pelo PNUD, apresenta um Índice de Pobreza Humana (IPH), numa tentativa de integrar num índice composto as diferentes características da privação na qualidade de vida. Este acentua três elementos considerados essenciais : longevidade, conhecimento e nível de vida adequado. Mas deixa de fora dimensões fundamentais como por exemplo a falta de liberdade política, a incapacidade de participar na tomada de decisão, a falta de segurança pessoal.

A privação de rendimento foi posta de parte deliberadamente por ser considerada um indicador inadequado dado que a utilização do mesmo limiar de pobreza em diferentes países pode ser enganador devido à variação nos bens necessários. Preferiu-se centrar a privação material na fome e subnutrição, visto uma proporção muito elevada do rendimento individual dos pobres ir para a alimentação e nutrição e, que para esse efeito dispõe-se de maior e melhor informação.

Os principais domínios onde se pode verificar a existência de pobreza são portanto:

condições de habitação : são exemplo bairros de lata, elevados graus de insalubridade, de superlotação, não têm acesso às infraestruturas básicas de saneamento.

condições de saúde : as desigualdades manifestam-se aqui sobretudo por uma esperança de vida mais curta, maiores níveis de mortalidade infantil, menor consumo dos serviços médicos e, simultaneamente maior risco de contrair doenças.

educação : à pobreza associam-se ainda, níveis de escolaridade mais fracos e tardios e analfabetismo elevado. A inserção no mercado de trabalho torna-se mais difícil, e quando essa se faz, processa-se em empregos mal remunerados e geralmente precários.

emprego e desemprego : nos países desenvolvidos a ligação entre desemprego e pobreza é de identificação imediata, mas não é sempre o caso nos pvd. Digamos que de um modo geral, a estrutura do mercado de trabalho funciona como factor de agravamento das condições de precaridade e exclusão.

alimentação/subnutrição : muitas vezes a segurança alimentar não está assegurada.

Este género de informações/investigações têm sido utilizadas em muitos países para hierarquizar regiões, constituindo um guia para a identificação daqueles mais seriamente desfavorecidos em termos de desenvolvimento humano.

Admitindo agora que os critérios a utilizar estão minimamente definidos, é ainda necessário decidir sobre qual a unidade de observação a reter. Geralmente a pobreza e a sua identificação pressupõem a caracterização de Grupos Vulneráveis. Esta expressão refere-se a um grupo específico de pessoas tornado objecto das políticas e programas do governo. Podem ser unidades domésticas geridas por mulheres ; crianças ; trabalhadores rurais sem terra ; vítimas de guerra ou de secas ; urbano trabalhando no sector informal sem condições de alojamento, etc. Também aí as diferenças entre sociedades são grandes como mostra o seguinte quadro :

Entre os grupos vulneráveis para cada sociedade, o grupo especialmente considerado a nível mundial é o das mulheres e é sobre a noção de género e distribuição equitativa de oportunidades pelos sexos que incide grande parte do esforço de protecção. Com efeito, 30 a 40% das unidades domésticas por todo o mundo são lideradas por mulheres. Ora as mulheres continuam a ser discriminadas por quanto as tarefas são geralmente divididas, de acordo com os costumes, por género e por idade, além dos direitos de

propriedade, acesso a trabalho assalariado, a educação das crianças e a participação das mulheres em assuntos civis e políticos. O resultado é o duplo *disempowerment* destas.

Geralmente a condição das mulheres piorou, o que faz delas cada vez mais pobres, além de terem perdido os mecanismos de suporte do passado, em resultado da integração no mercado dos países em desenvolvimento.

Políticas preconizadas para erradicar a pobreza

Operando dentro do modelo dominante de assistência económica internacional, o Banco Mundial propõe a tripla estratégia de :

acelerar o crescimento económico
reduzir o crescimento populacional
e redistribuir os rendimentos em direcção aos sectores mais pobres da população.

Mas a criação de oportunidade por si só não chega. A fragilidade e a marginalidade das situações de pobreza impedem com frequência que os pobres se aproveitem das oportunidades que lhes foram criadas. Aqui entra a segunda vertente da estratégia: é fundamental o fornecimento de serviços sociais básicos aos mais pobres, que lhes facilitem o acesso às oportunidades de desenvolvimento.

GÉNERO

Género - Refere-se aos papéis socialmente construídos atribuídos aos homens e às mulheres (em oposição ao sexo que diferencia biologicamente os homens e as mulheres). Estes papéis são aprendidos, mudam com o tempo e são muito variáveis em função da cultura onde decorre a aprendizagem. (WOMEN'S WORLD BANK:1996 e CIDA'S POLICY ON WOMEN IN DEVELOPMENT AND GENDER EQUITY:1995)

Papéis de género - São os papéis e as responsabilidades definidos pela política e pela cultura em que os homens e as mulheres são socializados. Podem mudar ao longo do tempo, entre as comunidades e as culturas, em resultado de mudanças políticas e económicas (CIDA'S POLICY ON WOMEN IN DEVELOPMENT AND GENDER EQUITY:1995).

Análise de género - Implica olhar para a divisão sexual do trabalho e para o acesso e controlo que os homens e as mulheres dispõem sobre os inputs (recursos) e outputs (benefícios) do trabalho. Significa um modo sistemático de olhar para os diferentes impactos do desenvolvimento nos homens e nas mulheres (WOMEN'S WORLD BANK:1996).

Igualdade de género - Significa mudar o focus para um tratamento igualitário entre os géneros. O conceito de igualdade de género salienta a importância da igualdade dos resultados. Exige o tratamento diferenciado dos grupos para acabar com a desigualdade e estimular a autonomia (CIDA'S POLICY ON WOMEN IN DEVELOPMENT AND GENDER EQUITY:1995).

Necessidades de género - Os homens e as mulheres assumem papéis diferentes, fazem diferentes tipos de trabalho, têm diferentes níveis de acesso aos serviços e recursos e experienciam relações desiguais. Nesta medida, as suas necessidades são diferentes (GENDER AND DEVELOPMENT PLANNING)

Perspectiva de género - Implica analisar os níveis sócio-económicos, políticos, legais, culturais e psicológicos de um assunto de molde a entender como as diferenças entre os sexos afectam e são afectadas pelas práticas e políticas (WOMEN'S WORLD BANK:1996).

Treino em género - é visto como uma componente técnica do processo de transferência de competências práticas para implementar políticas de desenvolvimento sensíveis ao género. É a aplicação dos conceitos do género em intervenções ligadas ao desenvolvimento, de modo a aumentar a sua qualidade (OXFAM'S, DEVELOPMENT IN PRACTICE:1996)

Para analisar os potenciais diferentes impactos das intervenções do desenvolvimento nos homens e nas mulheres, é preciso estar atento às seguintes áreas:

diferenças de género no acesso aos recursos
papéis de género
necessidades de género
divisão do trabalho assente no género
relações de poder

Estas áreas estão interrelacionadas. Por exemplo, quem desempenha trabalho de subsistência, em contraste com quem desempenha trabalho remunerado na economia formal, e a forma como estas tarefas são socialmente valorizadas, tem consequências directas nas relações de poder entre homens e mulheres.

Os projectos de desenvolvimento devem insistir na necessidade de assistir as tarefas agrícolas e de transformação dos alimentos que, juntamente com a obtenção de água e de lenha, são fundamentalmente responsabilidade das mulheres nas regiões rurais da África sub-Sahariana.

A análise do género é um processo contínuo, que ocorre em todas as fases do ciclo do projecto, desde a identificação das necessidades, passando pela sua conversão em actividades práticas, até à avaliação dessas actividades.

A análise do género, para ser efectiva, não pode existir só ao nível metodológico. Deve estender-se aos níveis pessoal e institucional, desafiando as mentalidades e a cultura organizacional.

As ferramentas analíticas para estudar o género na programação dos projectos e as políticas e práticas institucionais devem estar ligadas.

As ferramentas do género têm de ser encaradas de um ponto de vista holístico. Há uma cada vez maior predisposição para a utilização de ferramentas analíticas do género no desenho e programação dos projectos, sem a correlativa institucionalização das preocupações ligadas ao género. Enquanto os modelos e as ferramentas podem tornar o planeamento mais eficaz e igualitário, só a criação de atenção e sensibilidade nas instituições pode garantir a integração do género nas políticas de uma forma duradoura

A incapacidade de reconhecer o papel desempenhado pelo género no resultado das intervenções e iniciativas ligadas ao desenvolvimento é uma das principais razões para o insucesso das mesmas.

Os agentes sociais, incluindo os agentes do desenvolvimento, tendem a reproduzir, até de forma inconsciente, os seus próprios preconceitos sobre as definições, competências e atribuições do género. Este conceito toca tão fundo na estrutura mental colectiva, que inclui as noções de masculinidade e feminilidade, educação das raparigas e dos rapazes e a identidade, atributos, privilégios e atribuições que cada cultura faz basear no sexo biológico.

A tomada de consciência dos processos sociais e individuais que constroem as identidades de género é um óptimo ponto de partida para refutar a ideia de que os homens e as mulheres são “naturalmente” predispostos para o desempenho de determinadas tarefas.

NECESSIDADES BÁSICAS

Necessidades mínimas de subsistência, não só alimentares ou económicas mas também de ordem social, cultural, política.

É atribuído ênfase à necessidade de assegurar a todas as pessoas os meios básicos do bem-estar: alimentação, saúde e educação. Realça a importância do aumento do rendimento através de uma produção eficiente e trabalho-intensiva - para países com excesso de trabalho. Atribui aos serviços públicos um papel chave na redução da pobreza - educação em massa, água potável, planeamento familiar e serviços de saúde. Chama a atenção das pessoas para a participação - os serviços públicos devem ser financiados pelo governo, muitas vezes através da ajuda internacional, mas o planeamento e a distribuição devem ocorrer com a participação dos beneficiários. A descrição condensada da teoria das Necessidade Básicas é: Rendimentos+Serviços Públicos+Participação.

As áreas prioritárias do desenvolvimento humano referem-se à educação básica, cuidados primários de saúde, água potável para beber, saneamento adequado, planeamento familiar e nutrição.

As prioridades das pessoas pobres (colocadas por elas acima de um rendimento elevado) são globalmente consideradas a alimentação adequada, acesso a água potável, melhores serviços médicos, mais e melhores escolas para as suas crianças, transportes acessíveis, habitação adequada, subsistência segura e empregos produtivos e satisfatórios. As pessoas dão também valor a benefícios menos materiais como por exemplo, a liberdade de circulação e de expressão, a libertação da opressão, da violência e da exploração. Querem sentir que há um objectivo nas suas vidas, que detêm algum poder e, como membros de famílias e comunidades, valorizam a coesão social e o direito de afirmar as suas próprias tradições e cultura (PNUD: 1996: 49-50).

A satisfação das necessidades básicas é um dos pressupostos que contribui para o bem-estar social.

BEM-ESTAR SOCIAL

O bem-estar social é tido como a possibilidade de suprir as necessidades básicas e também atingir os valores pessoais e espirituais, ambientais e de sustentabilidade.

Constituindo o indivíduo o centro do conceito, liga-se à capacidade dos indivíduos de realizarem as suas aspirações. Associa-se normalmente a uma situação de poder de compra, conforto e comodidade, resultante do aumento do poder de compra. Pressupõe a satisfação de necessidades básicas e concretização de valores pessoais e espirituais.

Alguns critérios do mal-estar referem-se ao facto de:

- ser-se deficiente;
- não possuir terras, gado, equipamentos agrícolas, moinhos;
- não ter a possibilidade de enterrar convenientemente os mortos;
- não poder enviar os filhos para a escola;
- ter mais bocas para alimentar que mãos para ajudar;
- faltarem membros aptos na família que a possam sustentar em caso de crise;
- possuir más condições de habitação;
- sofrer os efeitos de comportamentos destrutivos (por exemplo o alcoolismo);
- ser “pobre em pessoas”, faltando apoio social;
- ter que pôr crianças a trabalhar;
- pais solteiros;
- ter de aceitar trabalhos aviltantes ou de baixo estatuto;
- ter segurança alimentar para apenas alguns meses por ano;
- depender de recursos de propriedades comuns (PNUD: 1997: 17).

Por convenção, a medida agregada mais largamente utilizada congrega os rendimentos nacionais normalmente calculados a intervalos anuais, normalmente expressa como PIB (Produto Interno Bruto) ou PNB (Produto Nacional Bruto) per capita. Para fins de definição de políticas, a contabilidade dos rendimentos pode ser complementada com outros dados, tais como as estatísticas do desemprego, educação, habitação e energia, democracia participada, externalidades (FRIEDMAN: 1996:39).

Uma das condições do bem-estar social é também uma determinada segurança alimentar.

SEGURANÇA ALIMENTAR

Refere-se aos mínimos considerados para países e para grupos de países.

Definida pelo PNUD os indicadores concentram:

o índice de produção alimentar per capita

a produção agrícola em % do PIB

o consumo alimentar em % do consumo total das famílias

a oferta diária de calorias per capita

as importações de alimentos em % do total de importações de bens

as importações de cereais

a ajuda alimentar em cereais (PNUD:1996:162).

Pode ser também definida como a capacidade de obter quantidades e fluxos de comida e dinheiro adequados para suprir as necessidades básicas, estando assegurados o acesso a ou posse de recursos ou actividades rentáveis, incluindo reservas e fundos de maneio para compensar os riscos, minimizar choques e confrontar as contingências, sendo a produtividade mantida ou incrementada a longo termo (WORLD COMMISSION OF ENVIRONMENT: 1987:3).

Revistas as vertentes da análise da pobreza, interessa-nos agora tentar definir a exclusão social, facto sobre o qual incidem os programas de segurança e solidariedade social.

EXCLUSÃO SOCIAL

A pobreza e a vulnerabilidade são condições que normalmente levam à exclusão social. A exclusão social é considerada uma das vertentes da pobreza (ALMEIDA e al:1992: 5).

Ligado à questão da igualdade de oportunidades e à discriminação, contam-se como principais vítimas os deficientes, os migrantes, as crianças e os jovens, os idosos e as mulheres excluídas dos processos de decisão; as culturas minoritárias e os grupos étnicos.

As principais formas de discriminação são a exclusão, o desemprego e a violação do direito ao emprego e à habitação.

O direito à igualdade deverá reconhecer as características específicas de cada grupo (COMISSÃO EUROPEIA. 1996. 12).

Ser-se economicamente excluído é ser-se, para todos os efeitos, politicamente excluído (FRIEDMAN: 1996: 21). A exclusão social pode ser vista como um conjunto de mecanismos que conduzem – e encerram- as pessoas e os grupos de pessoas não for a da cidade mas nas margens da dependência (CONSEIL ÉCONOMIQUE ET SOCIAL: 1997: 2). Consideram-se como excluídos os desempregados, as mulheres, pessoas com baixos salários, os inválidos sociais, os jovens, certas categorias de estrangeiros, pessoas sós ou isoladas, toxicodependentes (CONSEIL ÉCONOMIQUE ET SOCIAL: 1997: 2). A não participação na troca social e na construção da sociedade é nestes casos uma imposição social. A exclusão social é um fenómeno que provoca desigualdades no que se refere ao acesso ao mercado de trabalho, a uma pensão de reforma que permita a subsistência de quem a aufere, a um rendimento suficiente para cobrir todas as despesas essenciais, a uma habitação condigna e com um mínimo considerável de condições (CARMO:1996: 47).

Os factores de exclusão social decorrem essencialmente do modo de funcionamento da economia e das estruturas sociais existentes. E as causas principais da exclusão têm raízes no modelo de desenvolvimento em curso, no processo de integração económica, na ordem cultural dominante e no sistema de poder político. Uma política de luta contra a exclusão é uma política de integração (CARMO: 47).

A política de inserção social não se situa apenas no plano do combate à exclusão já produzida mas também na prevenção de situações de exclusão, de apoio à consolidação de um tecido social que atenua e erradique os factores que a produzem (MSSS: 1997).

CAPACITY BUILDING

DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E PESSOAL

O desenvolvimento de competências institucionais para apoiar a formulação e a implementação de políticas de desenvolvimento é geralmente aceite como preocupação prioritária para governos e doadores. Esta aceitação está reflectida num número crescente de programas de desenvolvimento institucional e numa crescente orientação dos programas de reforma da administração pública para objectivos de desenvolvimento institucional.

A questão da Competência (Capacity) e do Desenvolvimento de Competências (Capacity Building), e a sua relação de proximidade com a reforma da administração pública, deve ser vista como resposta à necessidade urgente de dotar a administração de quadros qualificados que possam desempenhar tarefas específicas no apoio aos projectos de desenvolvimento.

Após a independência e em todo o período posterior criou-se a expectativa de que os novos estados africanos poderiam prestar serviços às comunidades, da mesma ou melhor qualidade do que no período anterior. Mas de maneira geral faltaram as competências institucionais para atingir estes objectivos.

O sistema de educação desempenha um papel crucial no desenvolvimento das competências institucionais. Possibilitar desenvolvimento das competências individuais – através do processo de educação formal integrado e relacionado com as estruturas tradicionais de sociabilização e de integração num sistema de administração pública ou privada onde o indivíduo possa exercer as competências adquiridas é parte significativa do programa de Capacity Building.

O desenvolvimento de capacidades institucionais e pessoais está directamente relacionado com as características da administração pública nos países africanos e o papel que esta desempenha no desenvolvimento económico e desenvolvimento em geral; “Qualquer pessoa envolvida no desenvolvimento económico em África sabe como é crítico o desenvolvimento institucional para o esforço do desenvolvimento e as suas chances de sucesso”(JAYCOX:1993).

VOLUNTARIADO

A acção voluntária aparece como um grande potencial, comum às instituições sem fins lucrativos, estejam elas vocacionadas para a solidariedade em Portugal ou nos PALOP. Cada vez é mais sentida a necessidade de complementar ou mesmo substituir o Estado na solução de carências sejam na área da saúde, da educação, da previdência ou do apoio social. O papel dos voluntários tem-se tornado de tal forma importante e eficaz em termos de sustentabilidade dos vários projectos e acções que será interessante pensar em formas de incentivo que não apenas a fé religiosa para fomentar estas acções. Provavelmente justifica-se, como referem CARDONA e SANTOS (CARDONA & SANTOS:1997:85) o uso por parte dos poderes públicos de medidas de incentivo e fomento (ao voluntariado), das quais a fiscalidade é um dos exemplos significativos”(CARDONA & SANTOS:1997).

Em Portugal, o voluntariado não encontrou ainda da parte do Estado, resposta concludente às suas necessidades, uma vez que a legislação portuguesa, quer a lei fundamental quer outras não referem expressamente o trabalho voluntário. No entanto, o aproveitamento desta força é reconhecido pelo próprio estado em manifestações oficiais.

O Voluntariado desenvolveu-se na Europa à sombra da Igreja tendo mantido, com o poder político uma relação semelhante à das igrejas com todos os aspectos positivos e negativos. Este paralelismo explica a associação que se faz do voluntariado à Igreja nos dias de hoje.

Desta tradição cultural com raízes cristãs, derivam todas as instituições e serviços de solidariedade sejam quais forem os seus objectivos e intenções; os seus processos e as mais diversas nomeações: Seguros, Mutualismo, Associações e Caixas de Socorros, Centros de Beneficência, Asilos de Inválidos, Centros de Acolhimento de crianças abandonadas, ou infância desvalida, S.O.S criança e outros muitos, surgidos da evolução normal e das novas carências duma sociedade em mudança que se afirma como maioritariamente católica mas com traços cada vez maiores de laicização

As já citadas transformações sociais operadas na sociedade originaram uma grande crise na identidade dos indivíduos e seus valores, a progressiva laicização da sociedade veio de certa forma originar uma perda do voluntariado tradicionalmente existente na tradição Judaico - cristã.

Em termos legislativos o voluntariado não tem um enquadramento, existindo algumas leis dispersas:

O decreto lei 487/88 de 30 de Dezembro, legisla sobre o regime jurídico das férias e licenças de funcionários e agentes da administração pública que efectuem trabalho voluntário, se bem que de uma forma limitada;

O despacho normativo 131/90 de 12 de Outubro reconhece a prestação de trabalho voluntário no domínio da educação de adultos e preconiza a atribuição de “bolsas” aos professores, numa perspectiva de valorização e apoio do trabalho voluntário;

A lei 19/94 de 24 de Maio define o estatuto das Organizações Não governamentais de Cooperações para o Desenvolvimento (ONGD) o qual Supõe a participação de cidadãos que adiram voluntariamente e efectuem actividades tipificadas no referido diploma.

Existem ainda outras leis dispersas, mas que por ambiguidade da sua linguagem e orientações não podemos nem devemos considerar típicas de trabalho voluntário, mas que têm influencia, nomeadamente o Decreto-lei n.º 119/83 de 25 de Fevereiro, respeitante ao Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social; Legislação sobre os Programas de Ocupação para Desempregados;

Acordos com a segurança Social relativos às comparticipações dadas pelo Estado por cada utente.

Legislação relativa a benefícios fiscais concedidos a pessoas colectivas e singulares no caso da existência de donativos.

Um dos problemas que mais preocupam as instituições sem fins lucrativos, para além da necessidade de maiores recursos financeiros, é precisamente a falta de recursos humanos. Como solução para este problema aponta-se a publicação de diploma legislativo sobre o voluntariado em que fosse estabelecida a obrigação pública de fomentar a colaboração do voluntariado, que enumerasse as funções dos voluntários e as obrigações das entidades que os agrupam.

ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS DE DESENVOLVIMENTO
(ONGD)

Mário Ribeiro

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

As ONGD revelam-se como o sector por excelência da cooperação na área social. São organizações directamente originadas na sociedade civil estando organicamente relacionadas com os seus dinamismos e manifestações.

As ONGD são as organizações que maior capacidade revelaram de integrar e compreender os novos conceitos internacionalmente dominantes na área da cooperação de âmbito social.

Existe uma estrutura de integração em rede a nível europeu -Plataforma- que coordena e canaliza recursos para as ONGD nacionais embora este potencial de integração e coordenação nem sempre seja suficientemente divulgado e reconhecido.

Seria desejável o apoio e o reforço desta organização como veículo interno da capacitação e desenvolvimento das organizações. A nível internacional a Plataforma poderia proporcionar melhor acesso aos recursos disponíveis reforçando a sua capacidade de lobbying e assistência técnica e mediática junto das agências europeias. Nos PALOP a sua presença enquanto organização de apoio no terreno poderia beneficiar o trabalho desenvolvido pelas ONGD.

As ONGD são as organizações que maior curva ascendente de crescimento têm revelado a nível nacional com um forte crescimento desde a década de 80.

Entre estas organizações verificam-se grandes disparidades de dimensão e disponibilidade de recursos. Existem desde organizações que no sector podemos chamar de grande dimensão até muito pequenas organizações que dispõem de escassos recursos e potencialidades. É previsível que exista uma evolução rápida no sentido do reforço de muitas organizações que estão apenas no início do seu ciclo de vida.

É de esperar um crescimento do peso proporcional e absoluto deste sector pelo que se deveria aprofundar as regulamentações e estatutos jurídicos das suas componentes organizacionais como o voluntariado ou o apoio mecenático das empresas, outra fonte possível de financiamento.

Muitas ONGD evoluem ou procuram evoluir para a capacitação técnica em parte por exigência dos doadores internacionais mas também porque a sua cultura organizacional de abertura à inovação as torna receptivas à necessidade de melhorar o seu desempenho.

Seria possível e desejável estabelecer relações curriculares com as universidades e centros de investigação capazes de qualificar as competências e capacidades das pessoas e das organizações.

Verificou-se uma pré-disposição para a definição de estratégias de comunicação pela atenção crescente à mediatização das suas actividades e pela relação directa com a opinião pública.

A viabilização de espaços específicos para a mediatização das ONGD traria importantes benefícios para as suas actividades e projectos de cooperação difundindo os valores e objectivos da cooperação nesta área e canalizando a atenção da opinião pública para o trabalho desenvolvido.

As ONGD têm procurado incentivar a doação dos cidadãos como fonte de auto-financiamento. Esta tem sido uma estratégia de autonomização em relação ao financiamento das agências ou dos governos.

A visibilidade do seu trabalho é fundamental para canalizar simpatia e recursos pelo que seria essencial o apoio em termos de comunicação e aos projectos de educação para o desenvolvimento que criam receptividade e audiência aos temas da cooperação.

CARACTERIZAÇÃO DO SECTOR

A opção tomada nesta conclusão final teve em conta, por um lado, o destaque de algumas questões que nos pareceram mais salientes e, por outro, fazer referência a alguns pontos sobre a realidade actual das ONGD portuguesas.

O “sector ONG” em Portugal

Se retivermos o pensamento de Norman Uphoff sobre a coexistência, nas sociedades contemporâneas, de um sector de “acção colectiva” (Uphoff, N., 1993:610) em paralelo com os sectores público e privado, tal como foi descrito na primeira parte deste trabalho e analisarmos a realidade portuguesa à luz desse conceito poder-se-á constatar que esse “sector” é representado por inúmeros grupos e organizações de carácter associativo e sem fins lucrativos, disseminados por todo o país, com as mais diversas origens e práticas, regendo-se por princípios e normas democráticas e desempenhando um papel dinamizador da sociedade civil.

Esse sector de “acção colectiva” é formado em Portugal por dois tipos de organizações: (i) um, com uma prática mais voltada para acção cultural e recreativa (associações e cooperativas culturais, filarmónicas, cineclubes, etc.) em domínios como o da educação não-formal, desporto, tempos livres, etc. (Viegas, J.M., 1987:104); (ii) outro, mais vocacionado para uma intervenção social e política nas áreas dos chamados novos “direitos sociais” dos cidadãos (ambiente, consumo, direitos humanos, etc.) e no domínio da cooperação para o desenvolvimento preconizando um diálogo Norte-Sul.

Se em relação ao primeiro tipo, as associações e grupos culturais que o integram são identificados, genericamente, com o movimento associativo cultural com fortes raízes e tradição em Portugal, em relação ao segundo tipo de organizações a afirmação da sua identidade na sociedade tem sido algo difícil. Se nesta segunda componente se integram as “organizações não-governamentais” (vulgo ONG), constata-se que não está esclarecido, na opinião pública portuguesa, a que actores sociais se referem aquelas organizações, dadas as diferenças específicas das suas práticas, dos seus campos de intervenção e das suas estratégias, e em particular o domínio de actuação das ONGD que se centram na cooperação para o desenvolvimento.

Uma melhor organização associativa do “sector ONG” poderia permitir, junto da opinião pública portuguesa, um maior conhecimento das ONG em geral e das ONGD em particular, das suas acções e actividades quer em

Portugal quer em África e noutros continentes, abrindo desse modo uma via de sensibilização (e de solidariedade) para com os objectivos em causa e com uma consequente mobilização de estratos sociais que poderiam contribuir para colmatar as deficiências “estruturais” (apoio financeiro, novos “quadros”, etc.) com que se defrontam este tipo de organizações na sociedade portuguesa.

A “vocação histórica” para África

A preponderância do continente africano como local privilegiado para a actuação das ONGD portuguesas pode ter duas ordens de interpretação. Por um lado, essa actuação particularmente centrada em África é justificada por uma argumentação causa/efeito: ela resulta da opção das ONGD pelo “PALOPismo” o que vem confirmar algumas das componentes que integram o seu potencial, nomeadamente as competências técnicas e instrumentais e o conhecimento da realidade social, económica e cultural das ex-colónias africanas. Por outro, se desta “constelação” parece transparecer a forte vontade de reforçar os “laços” históricos entre Portugal e aqueles países de África, poder-se-á também inferir que a perspectiva da grande maioria das ONGD portuguesas não tem como horizonte novos “mercados” mais consentâneos quer com a tendência da actual política comunitária de cooperação quer com a trajectória da economia mundial que tem vindo a subalternizar o continente africano.

O desempenho não-competitivo

A avaliação do desempenho é uma das vertentes mais complexas do estudo das ONGD. Muito embora não fosse um objectivo central deste trabalho, ela foi tida em conta como um elemento adjuvante no processo de identificação do potencial das

ONGD portuguesas. Apesar da informação recolhida ser insuficiente e restrita, do ponto de vista qualitativo, poder-se-á inferir que as ONGD portuguesas se têm vindo a assumir, até ao momento, como organizações com um desempenho não-competitivo, onde coexistem laivos de amadorismo militante com premências de profissionalização em algumas áreas de trabalho, preservando simultaneamente a autonomia e a independência face ao Estado, sem contudo alhear o seu apoio. Apesar de alguns avanços verificados nos últimos anos (participação de organizações não-governamentais portuguesas em redes europeias de ONGD e na constituição de consórcios potenciação, desse modo, o “lobbying” junto

dos governos), não se perfila no horizonte uma tendência para se transformarem, a curto prazo, em actores com protagonismo político e estratégico quer da cooperação portuguesa quer da vida internacional.

“Núcleo duro”

A realidade das ONGD portuguesas é, como já foi afirmado, muito heterogénea. A “linguagem” que é falada não é comum a todas elas e as estratégias de actuação revelam um grau desigual de informação e de envolvimento na problemática da cooperação para o desenvolvimento. Ao analisarmos as motivações que enformam cada uma das ONGD constatamos que o espectro é heterogéneo coexistindo perspectivas de “boas-vontades”, “empenho pessoal”, “solidariedade com as causas do Terceiro Mundo”, “voluntariado”, “lobbying político”, “espírito missionário”, “atitude empresarial”, “visões estratégicas da cooperação povo-a-povo”, etc. Sobressaem um “núcleo duro” de 5-6 organizações da Plataforma Nacional que melhor integram na sua actividade alguns dos instrumentos que são hoje factor de afirmação da cooperação não-governamental: qualidade dos projectos, influência política, profissionalismo e acesso à informação.

Dimensão prospectiva

A contínua dependência financeira do Governo Português e dos cofinanciamentos da União Europeia a juntar a um certo “cansaço do doador” nacional e internacional relativamente a este tipo de organizações não tem tido uma resposta adequada por parte das organizações portuguesas.

Apesar de algumas tentativas ensaiadas para se auto-viabilizarem financeiramente (criação de espaços culturais com objectivos comerciais, venda de formação a cooperantes estrangeiros, venda directa de produtos tropicais, etc.), as ONGD portuguesas estão, na sua grande maioria, numa fase de definição do seu modelo organizacional e “empresarial” de funcionamento e dos seus factores de competitividade que lhes permitam ultrapassar a “barreira” financeira, podendo esta funcionar como elemento condicionador de toda a sua estratégia de futuro. Esta continuará a ser, concerteza, uma das principais tarefas das ONGD portuguesas até ao ano 2000.

“SECTOR ONG” E TIPOLOGIAS

Os inúmeros grupos, associações, cooperativas agrupadas sob a denominação de “ONG”¹ apresentam grandes diferenças quanto à sua origem, sectores de actividade, zonas de actuação, concepção de desenvolvimento, formas e estratégias de intervenção, tipo de financiamento, etc. Essa heterogeneidade dá origem ao aparecimento de múltiplas propostas de tipologias.

As formas de “arrumação” encontradas na literatura consultada resumem-se a três grandes grupos: (i) tipologias construídas em função da concepção de Desenvolvimento preconizada pelas ONG (Mathurin, Alliette, e outros, 1989:19-24); (ii) “ONG-tipo”, definidas fundamentalmente pelo predomínio de um objectivo principal ou de uma actividade específica (Korten, D.,1987:16-18), (Clark, John, 1991: 40-41) e (Padron, M.,1987:69-71) e (iii) ONG tipificadas segundo a sua especialização sectorial (Uphoff, N.,1993: 608-610)

Pondo de parte a classificação de A. Mathurin e outros, que se coloca mais numa óptica Norte-Sul, nas tipologias desenvolvidas por D.Korten, J.Clark e M.Padron existe similitude e complementaridade, havendo mesmo alguma sobreposição relativamente a certos “tipos”. A tipologia de N.Uphoff distingue-se das anteriores pela forma como são abordadas as ONG, integrando-as num sector de “acção colectiva” em paralelo com os sectores público e privado.

Na concepção de Korten existem três tipos de organizações não-governamentais:

- “GONGO”² - organizações criadas pelos Governos como forma de estender a sua influência a alguns sectores da sociedade que escapam ao seu âmbito; sendo que, simultaneamente, muitas dessas ONG funcionam como forma de obter financiamentos das organizações multilaterais e dos doadores bilaterais;

“Sub-Contratantes dos Serviços Públicos” - organizações não-governamentais vocacionadas para venderem os seus serviços no “mercado” da ajuda internacional dando assim resposta à procura criada pelos projectos dos diversos doadores;

IO Relatório Mundial sobre o Desenvolvimento Humano, publicado pelo PNUD em 1993 dedica o Cap. 5 às organizações não-governamentais, onde se refere que em 1990, existiam mais de 2 500 ONG a operar nos 25 países da OCDE (quando esse número era de 1 600 em 1980) enquanto se estimava, para aquele mesmo ano, cerca de 20 000 o número de ONG's existentes nos países em desenvolvimento prevendo-se que se tenha atingido as 50 000 em 1993. Para John Clark estes números representam o envolvimento de mais de 60 milhões de pessoas na Ásia, 25 milhões na América Latina e 12 milhões em África.

²Iniciais da expressão em língua inglesa "Governmental Not Governmental Organization". Korten (World Bank,1991:74) aludiu também à existência de organizações similares criadas por doadores: DONGO's (Donor-organized NGO's).

“Organizações Voluntárias” - de um modo geral com origem em grupos com referências religiosas e humanitárias ou ligados a “causas” de grande actualidade que afectam de algum modo o quotidiano dos cidadãos e das populações em geral (protecção do ambiente, direitos humanos, paz, direitos da mulher, reforma agrária, etc.).

Por sua vez J.Clark e M.Padron propõem um espectro mais alargado, não totalmente coincidente mas contemplando basicamente a mesma terminologia e conteúdos para as várias categorias:

“Organizações de Ajuda Humanitária”, fundamentalmente de inspiração religiosa;

“Organizações de Inovação Técnica” que operam nos seus próprios projectos, introduzindo novas abordagens e tendendo para áreas de especialização;

“Sub-Contratantes dos Serviços Públicos”, criadas pelos Governos dos países do Norte, especialmente vocacionadas para implementarem, por via contratual, “componentes” de programas oficiais com os países do Sul;

“Agências de Desenvolvimento Popular” - organizações não-governamentais do Norte que em parceria com as ONG do Sul trabalham em sectores de desenvolvimento social e de democracia de base;

“Organizações de Desenvolvimento de Base”, localizadas nos países do Sul e apoiadas, muitas vezes, pelas Agências de Desenvolvimento Popular. Os seus membros provêm das próprias populações que estão envolvidas nos processos de desenvolvimento local;

“Redes de Contacto e de ‘Lobbying’” - grupos ou organizações de âmbito internacional sem acções no “terreno”, existindo fundamentalmente para apoiar acções de educação e de “lobbying”;

Por último, a tipificação sectorial. A referência a um “sector ONG”³ tinha já sido feita por Ernesto D. Garilao ao tratar as organizações não-governamentais como um “grupo” com uma função sócio-económica e política distinta relativamente aos sectores tradicionais da economia (Garilao, Ernesto D., 1987: 115). Nesse trabalho o autor aborda esse “sector” em emergência na sociedade civil tendo em conta três dimensões: (i) a existência de um elevado número de ONG com diferentes “perfis” o que o

³John Farrington, Anthony Bebbington e outros na sua obra "Reluctant Partners?", publicada em 1993, referem que a geneologia do conceito de "3º sector" é complexa envolvendo o contributo de diversos autores em diferentes datas: Hunter(1982), Esman e Uphoff (1984) e Korten (1987). No entanto reconhece-se que o conceito tem sido elaborado por Norman Uphoff (1986 e 1993).

conduz a uma tentativa de classificação; (ii) um potencial detectado no trabalho “horizontal” feito entre as ONG (estratégias de alianças, trabalho em “rede”, etc.) que as podem transformar em focos de poder ao nível local e regional e (iii) áreas de conhecimento desenvolvidas pelas ONG que fortalecem e viabilizam este tipo de organizações.

Uphoff, reconhecido como o autor que mais se tem ocupado, nos últimos anos, na elaboração do conceito de “3º sector”⁴, começa por considerar como categorias distintas as organizações não-governamentais das organizações de base (definidas pelo critério do seu nível geográfico de actuação) mas integrando ambas no sector de “acção colectiva” (ou “3º sector”) que coexiste em paralelo com os sectores público e privado.

Na sua concepção, os três sectores têm no tipo de abordagens e formas de regulação o principal aspecto que os diferencia. No sector I os mecanismos burocráticos prevalecem de acordo com as decisões governamentais, sendo estas executadas por “experts” que actuam segundo princípios políticos emanados de instâncias superiores. Por seu lado, no sector II são os mecanismos de mercado que estimulam os comportamentos dos agentes (p.e., a actividade de investimento) e são tomados em função do interesse privado. O sector III assenta nos princípios do “voluntariado” e da cooperação, envolvendo processos participativos nas tomadas de decisão, prevalecendo nestas tanto os interesses individuais como os de grupo. (Uphoff,N.,1993: 610)

Neste “quadro-tipo” as três abordagens alternativas representadas, cada uma das quais com virtudes e limitações, não são mutuamente exclusivas, podendo ser combinadas e aplicadas em estratégias de desenvolvimento rural ou autonomamente em processos societários (:id).

Da “intersecção” dos níveis geográficos de actuação nos processos de desenvolvimento definidos por Uphoff para as ONG e para as organizações de base (id:608), as quais em muitas situações assumem a mesma identidade e objectivos (id:619), com os três sectores já referidos (público, privado e de “acção colectiva”), e o restringirmos à dimensão local, a resultante é uma “matriz” (Quadro A) onde se inscrevem diferentes instituições e/ou organizações que corresponde à tipologia proposta pelo autor.

4 Uphoff, Norman, 1993, "Grassroots organizations and NGO's in rural development: opportunities with diminishing states and expanding markets", World Development, vol.21, nº4, pp.607-622.

INSTITUIÇÕES E ORGANIZAÇÕES POR SECTOR

Sectores Níveis	PÚBLICO	PRIVADO	ACÇÃO COLECTIVA
Localidade	Ass. Freg.; Clín.de saúde; escola secundária; gab. extensão	Act. Com. Locais; Club.prestadores de serviços (Rotary)	Soc. Coop.Grossista Associação para a Protec. da Floresta
Comunidade	Ass. Municipal; Esc. Primária; Correios	Act. Peq.Comércio; Assembleia para a prom. Do bem-estar	Grupo de vigilância do dique da vila; Ass.Pais e Profs.
Grupo	Assembleia de vigilantes ou moradores	Microempresas	Ass. utilizadores do poço; Clube de Mães Grup. Aforradores

Fonte: adaptado de Upboff,1993,pp.615

ONGD: PROBLEMÁTICAS E EVOLUÇÃO DO CONCEITO

O progressivo aparecimento de um novo tipo de ONG, a partir do início dos anos 70, voltadas fundamentalmente para projectos fora da área da acção humanitária nos países pobres, envolvendo a participação das populações e das suas estruturas em processos de transformação socio-económica e produtiva, tornou premente a necessidade de qualificar essas ONG pela sua acção e contributo no desenvolvimento.

Essa categoria de ONG de desenvolvimento (ONGD) começou a ser analisada, em 1981, por Sir Geoffrey Wilson, presidente da Oxfam, uma das mais antigas ONG inglesas, num documento⁵ apresentado na Conferência das Nações Unidas sobre os Países Menos Avançados no qual se referia o papel e as práticas daquelas organizações na ajuda aos países em desenvolvimento, destacando como seus principais atributos: (i) a diversidade de parceiros com quem estão dispostas a trabalhar (Governos, administrações locais, organizações “voluntárias” locais, etc); (ii) a dimensão

⁵O documento "Le Rôle des organisations non-gouvernementales dans l'aide aux pays moins avancés" foi publicado em 1983 no Boletim do Centro de Desenvolvimento da OCDE.

“micro” dos projectos que fomentam o envolvimento e a dedicação; (iii) o empenhamento na exploração e no desenvolvimento do potencial local; (iv) a não ligação da ajuda à compra de bens e serviços do país de origem dos fundos; (v) o esforço por operar no quadro de uma iniciativa local já existente, ajudando os beneficiários a mobilizar recursos próprios; (vi) a remuneração do seu pessoal contratado localmente, sendo mais baixos que o dos “outside experts” das organizações internacionais; (vii) a capacidade de experimentação, inovação e de assumir riscos e, por último (viii) o dar resposta rápida e desburocratizada aos problemas do desenvolvimento das populações, integrando na execução das acções e projectos em curso, ensinamentos retirados das experiências anteriores.

Esta caracterização de Sir Geoffrey Wilson marca o caminho da evolução do conceito de “ONG”, dando início a um processo de reflexão entre vários autores, sobre a evolução das práticas das organizações não-governamentais, emergindo nesse processo as vocacionadas para o desenvolvimento (ONGD) como categoria específica, demarcando-se do sentido genérico das ONG em geral.

A abordagem das ONGD’s tem vindo a ser feita, nos nossos dias, em aspectos que se centram, fundamentalmente, na identidade, nas formas de actuação e no desempenho da sua actividade, tentando extrair daí instrumentos de análise que permitam avaliar o impacte destas organizações nas sociedades do Norte e do Sul.

Num dos trabalhos mais recentes, John Farrington e Anthony Bebbington ao referirem-se à importância destas organizações no “3º Sector”, tal como ele é perspectivado por N.Uphoff, consideram, à semelhança de outros autores, que as ONGD intervêm activamente em domínios como a erradicação da pobreza, a conscientização para a transformação (“empowerment”), a defesa e preservação do ambiente e simultaneamente identificando três áreas onde o papel das ONGD tem tido especial relevância: (i) alteração do papel do Estado no desenvolvimento; (ii) como suporte e apoio às acções dos grupos de base; (iii) introdução de uma tecnologia agrícola mais adequada e “ambiental”.

Esta dimensão qualitativa das práticas das ONGD e a sua crescente afirmação como actor da cooperação para o desenvolvimento marca a “ruptura” conceptual entre duas categorias de organizações da sociedade civil (ONG e ONGD) abrindo espaço à análise do processo de evolução entre as duas formas organizacionais.

O trabalho analítico que tem sido desenvolvido sobre a evolução das práticas das organizações não-governamentais centra-se fundamentalmente

nos aspectos que caracterizam o processo de transição das “ONG humanitárias” para as “ONG de desenvolvimento”. Esta abordagem tem sido feita por David Korten e Charles Elliot, partindo estes dois autores de pressupostos idênticos: o processo de actuação das ONG tem acompanhado o processo histórico e essa evolução foi assumindo formas qualitativas diferenciadas consoante as transformações sociais e políticas que se foram operando nas sociedades de que são originárias. Essa trajectória percorrida, corresponde àquilo que David Korten considerou de mudança de “gerações” operadas pelas organizações não-governamentais (Korten,D.,1987: 147).

A “1ª geração”, denominada de “ajuda humanitária e promoção do bem-estar”⁶, tem por objectivo principal apoiar as necessidades imediatas da população, resultantes de situações de guerra ou de calamidade. É um tipo de assistência específica e temporária que exige uma resposta pronta e urgente exigindo da ONG uma boa preparação para poder responder com eficácia às situações de emergência que lhe são postas no “terreno”. Estas acções de “emergência” humanitária, não atenuam, nem interferem, nas causas do subdesenvolvimento do país onde decorre a “missão”, não sendo também objectivo imediato das ONG desta “geração” o potenciar de dinâmicas geradoras de mudança nos países onde desenvolvem a acção (id:148).

A “2ª geração” caracteriza as ONG que se centram no trabalho de projecto, de âmbito local, desenvolvido com as comunidades em diferentes sectores de actividade (educação, saúde, agricultura, etc.), tendo como objectivo essencial pôr a “funcionar” equipamentos e estruturas básicas fundamentais para o bem estar da população. O que distingue este tipo de actuação, iniciado pelas ONG nos finais dos anos 70, das acções de “emergência” é a tentativa de promover o auto-desenvolvimento local (local self-reliance) com a finalidade última da “apropriação” do projecto por parte da população. Korten refere ainda que a actuação de “2ª Geração” não procura dar resposta às causas da inadequação de outros “prestadores de serviços” nem aos contextos de actuação inerentes às próprias actividades das ONG(:id).

Quanto à prática de “3ª geração”, ela parte da constatação que (i) as ONG ao agirem isoladas não poderão transformar mais do que alguns contextos pontuais e (ii) as iniciativas de desenvolvimento centradas nas vilas e aldeias só poderão perdurar se existir colaboração entre as várias entidades locais (públicas e privadas) no quadro de um sistema sustentável de apoio ao desenvolvimento (sustainable systems development). Desta

⁶Tradução da expressão de língua inglesa "Relief and Welfare".

forma, a “3ª geração” posiciona as ONG mais como agentes catalisadores da dinâmica local do que como “prestadores de serviços”, tornando-os facilitadores do processo de desenvolvimento, superando desse modo a sua forma tradicional de actuação (agente estranho da comunidade). É nesse sentido que as organizações não-governamentais melhor podem dinamizar (mas não controlar) os outros actores com quem vão contracenar o que implica um grande empenhamento da ONG em cada um dos domínios onde intervém, exigindo para além de uma alta competência técnica, uma grande sensibilidade social dos seus agentes. Para Korten, as acções que qualificam uma actuação de “3ª geração”, só por si, não definem um certo tipo de organização não-governamental. Com efeito essa prática pode caracterizar exclusivamente uma ONG ou coexistir numa outra com programas de diferentes “gerações” (id:149).

PERCURSO HISTÓRICO DAS ONGD PORTUGUESAS

O movimento das ONGD portuguesas nasce, formalmente, no período subsequente à revolução de 25 de Abril de 1974. Em Maio desse ano, um grupo de quatro “militantes políticos”, ligados à luta anti-colonial que se desenvolveu no período da ditadura, lançou o Centro de Informação e Documentação Anti-Colonial (CIDA-C), cujo projecto político se resumia à “luta pela independência das colónias e à solidariedade aos seus movimentos de libertação”. Nascia a primeira ONGD portuguesa, de base associativa e sem fins lucrativos que em Janeiro de 1977 adoptava a sua actual designação: CIDAC- Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral._

Em Portugal, durante uma década (1974-1984), o CIDAC foi a única ONGD portuguesa que desde a sua criação, desenvolveu actividades de cooperação para o desenvolvimento, apesar de se terem criado naqueles 10 anos outras organizações que inscreviam nos seus objectivos a solidariedade e a cooperação entre os povos.

Em Fevereiro de 1984, no período de pré-adesão de Portugal à então CEE, o Bureau da Comissão das Comunidades Europeias em Lisboa promoveu um seminário no domínio dos co-financiamentos e das possibilidades de cooperação entre as ONGD portuguesas e as suas congéneres europeias em projectos de desenvolvimento a realizar, particularmente, em países lusófonos. Nessa realização, com a presença de 19 ONGD, foram salientadas as “diferenças das suas filosofias, formas de encarar os problemas do sub-desenvolvimento e a preservação da sua independência e autonomia”. Ainda no final de 1984 são promovidos, por ONGD, dois encontros preparatórios da “1ª Reunião Geral das

Organizações Não-Governamentais Portuguesas”, onde foram estabelecidos os quatro atributos que deviam qualificar uma ONGD: (i) ser uma associação com personalidade jurídica formalmente reconhecida; (ii) não prosseguir fins lucrativos; (iii) ter características e representatividade nacional; (iv) incluir, na sua actividade normal, iniciativas de solidariedade com o Terceiro Mundo.

Em Março de 1985, teve lugar a primeira reunião da Plataforma Nacional, composta por 13 organizações e em Outubro desse mesmo ano foram eleitos os primeiros representantes das ONGD portuguesas para os órgãos europeus onde iriam ter assento, como membros efectivos, a partir de 1 de Janeiro de 1986, data de adesão de Portugal à CEE.

Quase dez anos passados sobre a criação da Plataforma Nacional e após morosas negociações entre aquela estrutura e o Governo Português de então, em 24 de Maio de 1994, uma lei da Assembleia da República (lei 19/94) passou a reconhecer o estatuto das organizações não-governamentais para a cooperação e o desenvolvimento (ONGD), definindo os seus princípios gerais e as suas formas de criação e de organização. Nessa lei as ONGD são consideradas “pessoas colectivas de direito privado, sem fins lucrativos”, constituindo os seus objectivos “a cooperação e o diálogo intercultural bem como o apoio directo e efectivo a programas e projectos em países em desenvolvimento”, através de “acções para o desenvolvimento, assistência humanitária, protecção e promoção dos direitos humanos, prestação de ajuda de emergência e da realização de acções de sensibilização da opinião pública”. Esta lei está actualmente em revisão por pressão das ONGD da Plataforma. Existem cerca de 150 organizações inscritas no Instituto da Cooperação Portuguesa que se consideram com apetência para a cooperação para o desenvolvimento. A Plataforma Nacional é, nos nossos dias, a única estrutura representativa das ONGD existente em Portugal congregando 44 organizações, sendo o processo de admissão feito com base em critérios estabelecidos internamente. A grande maioria das organizações tem sede em Lisboa e algumas noutras cidades do país com incidência no Porto.

Num estudo realizado em 1994 sobre o potencial das ONGD portuguesas que integravam aquela estrutura, apenas metade (50%) daquelas organizações tinham acções de cooperação a decorrer no ano de 1993, tendo 10 delas iniciado os seus projectos nos países do Sul logo após a sua fundação e as restantes começado muito recentemente essa actividade. As ONGD têm a sua origem ligada a uma diversidade de motivações de que se destacam, o espírito humanitário, a participação na sociedade civil, o movimento anti-colonial no antigo regime, as raízes subjacentes à Igreja Católica e em menor número a influência dos partidos políticos. Ainda

segundo as conclusões do referido estudo, as ONGD portuguesas são organizações pouco profissionalizadas, têm uma actuação particularmente centrada em África e apostam numa prática participativa e humanista dos processos de desenvolvimento em que estão envolvidas nos países do Sul. Para além de se integrarem numa tipologia de três “gerações” (emergência, reabilitação e desenvolvimento), as ONGD portuguesas assumem-se tendencialmente como organizações com um desempenho não-competitivo, preservando a autonomia e a independência face ao Estado.

FINANCIAMENTO E RECURSOS

As ONGD portuguesas são na sua grande maioria, como já foi referido, associações sem fins lucrativos. Em Portugal, não há uma forte consciencialização da opinião pública que permita o reconhecimento da acção das organizações não-governamentais e a conseqüente mobilização de estratos sociais que poderiam contribuir para colmatar a falta de recursos financeiros (e outros) com que se defrontam este tipo de organizações na sociedade portuguesa. Não há também tradição de campanhas de fundos ou de outros donativos vindos da sociedade civil. Por este motivo, a parte relativa ao auto-financiamento das ONGD é muito reduzido (5 a 10% do volume global da massa financeira) provindo essencialmente da quotização dos seus associados, de donativos esporádicos (p.e. Igrejas), de recolhas de fundos pontuais e em alguns casos, da receita obtida em espaços culturais viabilizados por ONGD, da venda de artesanato, de produtos tropicais e da realização de concertos e espectáculos.

Em 1995, segundo os documentos enviados ao CAD sobre a Ajuda portuguesa, o apoio da cooperação oficial às organizações não-governamentais nacionais passou de 21 milhões de escudos (0.13 milhões de dólares), atribuído em 1994, para 217 milhões de escudos (1.45 milhões de dólares). Para este montante, o ICP contribuiu com 185 milhões de escudos (1.23 milhões de dólares), contemplando 11 ONGD da Plataforma Nacional e outras instituições que desenvolveram, pontualmente, actividades de cooperação naquele ano (instituições religiosas, associações de deficientes, associações de estudantes, federação de mulheres empresárias, ONG dos países do Sul, etc.). Estes apoios financeiros co-financiaram projectos inseridos em áreas como a saúde, educação, reintegração social, agricultura e sectores de ajuda humanitária e de emergência. Ainda em 1995, o Fundo para a Cooperação Económica (FCE) apoiou uma ONGD da Plataforma e duas associações de cooperação, uma delas intermunicipal de natureza internacional, num total de 32 milhões de escudos (0.21 milhões de dólares).

No ano de 1996, o montante global atribuído para a cooperação não-governamental foi cerca de 322 milhões de escudos (2.1 milhões de dólares). Os dados provisórios fornecidos pelo Instituto da Cooperação Portuguesa permitem calcular um montante aproximado de 271 milhões de escudos (1.7 milhões de dólares) para apoio a projectos de emergência e de desenvolvimento das ONGD portuguesas em África, para reforço de ONG locais dos PALOP (países africanos de língua oficial portuguesa) e para organizações religiosas, de deficientes e de uma empresa privada de serviços e comércio, com actividades na área da cooperação. Daquele montante do ICP, cerca de 97 milhões de escudos (0.62 milhões de dólares) foi atribuído a projectos de ONGD portuguesas nos PALOP, contemplando 15 instituições, das quais 10 organizações da Plataforma Nacional. À semelhança do ano anterior os projectos apoiados inseriam-se, principalmente, nas áreas da saúde, educação e da formação profissional. Os restantes 174 milhões de escudos (1.1 milhões de dólares) destinaram-se à ajuda de emergência. Quanto às verbas atribuídas pelo Fundo para a Cooperação Económica, o montante global foi cerca de 51 milhões de escudos (0.3 milhões de dólares), contemplando cinco instituições, três das quais ONGD da Plataforma Nacional, consubstanciando-se no apoio a um projecto e na concessão de patrocínios.

ACTIVIDADES E DINAMISMO NA SOCIEDADE PORTUGUESA

Em Portugal assiste-se, desde há já alguns anos à promoção de projectos de Educação para o Desenvolvimento por parte das ONGD. Para estas, a opinião pública portuguesa carece de um maior envolvimento e participação em acções que permitam o esclarecimento sobre as temáticas que lhe são intrínsecas (a cooperação, o subdesenvolvimento, o diálogo Norte-Sul, a dívida dos países pobres, as migrações, o racismo, etc.). Nesse sentido, têm-se realizado, nos últimos anos, por todo o país, acções sobre esta problemática, promovidas pelas ONGD em colaboração com escolas, sindicatos e autarquias locais.

Para além de acções de educação para o desenvolvimento, as organizações não-governamentais portuguesas promovem, ao nível nacional, diversas actividades de que se destacam: (i) a formação de cooperantes, ministrando cursos a cooperantes de países estrangeiros que se destinam a África; (ii) a divulgação e informação, mantendo aberto ao público alguns dos mais importantes centros de documentação sobre a problemática africana e da cooperação para o desenvolvimento; (iii) a criação de centros de estudantes africanos, promovendo cursos e apoio escolar e social; (iv) o apoio à exclusão social, com o funcionamento de

centros de dia para estratos da população portuguesa marginalizada; (iv) o apoio a refugiados, principalmente oriundos de Timor-Leste, um território sob administração portuguesa, no sueste asiático, invadido pela Indonésia em 1975 e cuja população mantém, desde então, uma luta pela implantação dos direitos humanos e pela auto-determinação do país.

No contexto nacional assiste-se também, desde há alguns anos, a um estreitamento de relações de solidariedade e cooperação entre as ONGD portuguesas e as suas congéneres do Sul, principalmente dos países africanos de língua oficial portuguesa. Para além do desenvolvimento de projectos em parceria (principalmente nos sectores da saúde, educação, desenvolvimento rural e reintegração social), o apoio financeiro às ONGD locais é canalizado, de um modo geral, através das ONGD portuguesas.

Outra acção desenvolvida por parte das organizações não-governamentais portuguesas situa-se em actividades de “lobbying” e “advocacy” e no relacionamento com os órgãos do poder político. No estudo realizado em 1994 sobre as ONGD portuguesas, na parte referente às “ONGD e a Cooperação Portuguesa”, 56% do universo inquirido, considerava as organizações da Plataforma Nacional como “novos actores da cooperação sem protagonismo político”. Este posicionamento que se mantém válido nos nossos dias, encerra uma pretensão, por parte das organizações não-governamentais, face ao diálogo entre as ONGD e o poder político: o da afirmação das organizações não-governamentais como actor político interveniente na política de cooperação para o desenvolvimento, disposto a ter uma atitude de colaboração com a política oficial, mas conservando a sua autonomia e independência face aos Governos. Nesse sentido, apesar de existente, é ainda frágil o trabalho de “lobbying” e de “advocacy” protagonizado por dirigentes das principais ONGD portuguesas junto de órgãos do poder político (Presidência da República, Assembleia da República e Governo) sendo notório a crescente importância atribuída a essa dimensão por aquelas organizações.

COMPETÊNCIAS E POTENCIAL

As ONGD consideraram que a especificidade das suas competências constituem uma das principais dimensões do seu potencial. Esse aspecto qualitativo exprime-se, segundo aquelas organizações, pelo grau de qualificação técnica, científica e cultural de muitos dos seus membros e colaboradores (professores universitários, investigadores, técnicos superiores de diferentes áreas do conhecimento alguns deles com experiência em organizações internacionais, etc.) e do “valor acrescentado” que introduzem nas acções e projectos da organização.

Esta componente contribui substancialmente, na óptica das ONGD, para a obtenção de melhores performances potenciando as suas capacidades de intervenção, facilitando a inovação e a experimentação ao nível dos projectos de âmbito local nos países do Sul. Para além disso, aquele aspecto contribui para um “novo” pensamento sobre o Desenvolvimento em geral e sobre a prática das ONGD naquele domínio em particular.

A qualidade da massa cinzenta existente nas ONGD portuguesas reflecte-se também, na sua perspectiva, num maior e melhor conhecimento dos países africanos e na capacidade de diálogo com povos e culturas não-ocidentais, factor determinante no êxito dos projectos de desenvolvimento.

Para além das referências às repercussões do aproveitamento dos recursos técnicos e científicos num melhor desempenho económico e financeiro da organização, as competências das ONGD revelam-se também, em algumas delas, nos aspectos da produção e divulgação do conhecimento técnico e científico em diferentes áreas do saber, em conformidade e com aplicação prática à realidade dos países africanos de expressão portuguesa (agricultura tropical, antropologia das comunidades rurais africanas, aspectos históricos do relacionamento entre Portugal e África, sistema educativo, formação profissional, entre outros).

A credibilidade representa ainda, para as ONGD portuguesas, um potencial que deriva da qualidade dos seus fundadores. Esta dimensão tem diferentes justificações: (i) o prestígio social e/ou intelectual dessas pessoas junto de instituições públicas e privadas (universidades, fundações, Igreja católica, Banca, etc.), (ii) a sua influência junto de alguns sectores da sociedade portuguesa que entendem o sentido político da cooperação e (iii) o bom relacionamento com personalidades e dirigentes políticos dos PALOP situados em órgãos de decisão estratégicos. Essa credibilidade funciona como garantia da qualidade da acção desenvolvida pela ONGD repercutindo-se, dessa forma, também num melhor acesso às fontes de informação e de financiamento e numa maior cobertura das sua actividade por parte dos meios de comunicação social.

Os valores, os princípios e a estrutura que norteiam a acção das ONGD são também considerados como uma potencialidade relevante. No campo dos princípios, as organizações referem a “independência face ao poder político” como um dos principais atributos que potencia a actividade das ONGD portuguesas, libertando-as de compromissos políticos que poderiam condicionar a sua acção em Portugal ou nos países onde desenvolvem projectos. No entanto, esse princípio traduz-se também, por parte das ONGD portuguesas, para além de uma atitude independente, no

estabelecimento de um diálogo concertado com o Governo Português sobre as problemáticas de interesse para ambas as partes.

Quanto aos valores fundamentais que impregnam as ONGD portuguesas e que influenciam o seu comportamento e decisões, a referência cristã constitui uma das mais fortes guias de conduta para algumas das organizações, havendo a considerar três situações distintas: (i) nuns casos, nas ONGD onde a estreita ligação à Igreja Católica e o “espírito cristão” da sua prática estão muito presentes, esses valores são testemunhados pelo sentido “missionário” colocado nas actividades em que está envolvida; (ii) noutras situações, os valores do cristianismo estão presentes funcionando esse referencial como “condimento” das relações inter-pessoais com reflexo na acção da organização, não a tornando contudo num “grupo de Igreja”; por último, (iii) nas ONGD laicas (apesar dos “vestígios” católicos) os valores e princípios preconizados têm constituído uma forma de bloqueamento às mudanças estruturais da organização, devido à coexistência de várias “atitudes” por parte dos seus membros e trabalhadores (o “espírito de 1975”, o profissional competente, o voluntário, etc) não favorecendo o aparecimento de uma nova geração de “quadros”

No que se refere à flexibilidade e adequação da estrutura central da ONGD e, em alguns casos, dos seus dispositivos no “terreno”, estas características são consideradas como um importante potencial. Este traduz-se na adaptabilidade do “aparelho” da organização à realidade onde intervém e à dimensão dos seus projectos, preconizando formas desburocratizadas e não onerosas de gestão dos recursos existentes (versatilidade do pessoal, remunerações moderadas, etc) bem como na capacidade de inovação de processos e circuitos de informação que introduzem novas dinâmicas no funcionamento da ONGD e no seu “produto final”.

A componente voluntária é para a grande maioria das ONGD uma característica intrínseca mas não exclusiva deste tipo de organizações. Ao atribuir um valor não residual ao voluntariado aquelas organizações distinguem as diferentes formas que assume essa componente nas ONGD portuguesas que podem ser agrupadas do seguinte modo: (I) o voluntariado como expressão da solidariedade para com as populações dos países pobres do Sul que se traduz na participação voluntária de profissionais com formação qualificada em acções de “emergência” humanitária ou em projectos de desenvolvimento local; (ii) o voluntariado como forma de ocupação e de integração de grupos etários mais jovens da sociedade portuguesa, despertando-os para os valores mais solidários do relacionamento inter-pessoal, contribuindo desse modo para a formação da

sua personalidade e sensibilização para os problemas do mundo actual; (iii) o voluntariado como atitude solidária para com as causas que as ONGD corporizam e que se traduzem, nuns casos, em contributos qualificados de “militantes” e noutros, em atitudes de generosidade e de entreatajuda.

Numa altura em que a profissionalização de “linhas” de trabalho no interior das ONGD se torna premente para a sua viabilidade, muitas vezes por pressão dos financiadores, o voluntariado tende a permanecer como “consciência moral” das organizações não-governamentais portuguesas de desenvolvimento.

Por último, a componente da avaliação, considerada pelas ONGD como uma potencialidade ainda inexplorada. Nesse sentido, as ONGD portuguesas têm vindo a questionar o processo e os conteúdos de avaliação (que exige uma metodologia adequada enquanto prática) que as organizações não-governamentais dizem realizar quer com as populações dos países africanos que participam nos seus projectos quer no que concerne ao impacte da ONGD na sociedade portuguesa. A fronteira entre as duas formas de “medir” a actividade das ONGD, tem vindo a ser salientado por algumas daquelas organizações ou seja: (i) os aspectos internos da organização (motivação, criatividade, relações de trabalho, etc.) e (ii) os aspectos externos que se consubstanciam nos níveis de eficácia, de eficiência e de impacto sobre a realidade onde actua a organização. A prioridade para a prática de avaliação é recente, encontrando-se algumas ONGD apostadas em encontrar um “modelo” de avaliação que contemple as duas componentes referidas (interna e externa) e integre a participação de colaboradores e de outras instituições.

INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL (IPPS)

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Tendo um papel muito importante na sociedade portuguesa na área da solidariedade social, a maioria das IPPS não fazem cooperação com os PALOP, à excepção de algumas associações de imigrantes de origem africana.

As IPPS são especificamente vocacionadas para o apoio aos grupos vulneráveis na área social e possuem uma grande capacidade de intervenção que podia eventualmente ser canalizada para os PALOP, desde que de uma forma adaptada, uma vez que, tanto as experiências como os grupos alvo conceptualizados, são diferentes e intraduzíveis.

Concentradas principalmente na área de residência, as IPPS carecem de estruturas, financiamentos e recursos que lhes permitam estender as suas capacidades para além da intervenção local. Na sua área residencial, lidam indirectamente com os problemas dos PALOP, dado que os grupos a que dão apoio integram populações desfavorecidas de imigrantes. Esta experiência seria importante na tradução das problemáticas da conceptualização de grupos alvo e da experiência de intervenção na área social.

Estando largamente inseridas na sociedade civil portuguesa, as IPPS podem mobilizar outras estruturas ou grande número de pessoas em campanhas que, posteriormente, serão canalizadas por outros canais de cooperação já existentes, como Institutos Missionários ou ONGD.

CARACTERIZAÇÃO DO SECTOR

As IPPS são a expressão organizada do dever moral de solidariedade e justiça entre os indivíduos e procuram resolver carências sociais especializando-se neste ou noutros objectivos de apoio, principalmente no local em que estão inseridas.

Estão contempladas na Constituição da República Portuguesa cujo artigo 460 (BARROCO,1997:60) constitucionaliza a liberdade de associação e consagra os direitos dos cidadãos de, livremente e independentemente de qualquer autorização, constituírem associações, desde que estas não tenham como fim a promoção da violência ou não sejam contrárias à lei penal.⁷

⁷ A Constituição reconhece expressamente, no artigo 63º o direito de constituição de instituições particulares de solidariedade social não lucrativas, com vista à concretização dos objectivos da segurança social. Os objectivos da segurança social encontram-se definidos neste mesmo artigo; no artigo 67º, n.º2, alínea b); artigo 69º; artigo 70º, n.º1; art. 71º; e art. 72º(op.cit.:61) e referem-se, respectivamente, à protecção à família, à infância, à juventude, aos deficientes e à terceira idade.(ibid)

Às IPPS é aplicável, em primeiro lugar, a lei geral. São, antes do mais, “Pessoas Colectivas” sem fins lucrativos nos termos dos artigos 157º e 201º do Código Civil. Mas encontram-se também abrangidas por lei especial: segundo o decreto-lei nº119/83, de 25 de Fevereiro “são instituições particulares de solidariedade social as constituídas, sem finalidade lucrativa, por iniciativa de particulares, com o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de solidariedade e de justiça entre os indivíduos e desde que não sejam administradas pelo Estado ou por outro corpo autárquico, para prosseguir, entre outros, os seguintes objectivos, mediante a concessão de bens e a prestação de serviços: a) Apoio a crianças e jovens; Apoio à família; Apoio à integração social e comunitária; protecção dos cidadãos na velhice e invalidez (...); promoção e protecção da saúde (...); educação e formação profissional de cidadãos; resolução dos problemas habitacionais das populações”. As IPPS podem revestir-se de várias formas: podem ser Associações de solidariedade social; Associações de voluntários de acção social; Associações de socorros mútuos; Fundações de solidariedade social; e Irmandades da misericórdia. Podem ainda agrupar-se em Uniões, Federações e Confederações. As instituições escolhem livremente as suas áreas de actividade e prosseguem autonomamente a sua acção, no âmbito da legislação que lhes aplicável e estabelecem livremente a sua organização interna

Quanto ao seu enquadramento (BARROCO:64), a Lei da Segurança Social, Lei n.º 28/84 de 14 de Agosto, secção II do capítulo VI, referente às iniciativas particulares, estabelece as relações entre o Estado e as instituições particulares (art.º66)(*ibid.*) e a cooperação com as instituições de segurança social. De acordo com esta lei, o Estado português não só reconhece e valoriza a acção desenvolvida pelas IPSS na concretização dos objectivos da Segurança Social como exerce acção tutelar sobre as mesmas no sentido de garantir a compatibilidade dos fins específicos das instituições com os objectivos da segurança social; garantir o cumprimento da lei e proteger os beneficiários.

HISTORIAL DO SECTOR

O conceito de Instituições Particulares de Solidariedade Social é de origem recente, no entanto, as organizações que o conceito abrange são bastante antigas, com raízes nas pessoas colectivas de entajuda familiar e que constituíam uma forma organizada de apoio social. Hoje em dia, com a transição da família extensa para a família nuclear, deixam de existir redes de apoio familiares “associativas” para responder às necessidades dos

parentes mais pobres, mais velhos, mais jovens ou menos capacitados física e intelectualmente.

As organizações de entreajuda, mesmo anteriores aos sistemas de segurança social, têm sido especialmente sensíveis às oscilações conjunturais políticas, económicas e sociais. No Estado Novo as organizações de assistência e beneficência eram, não só reconhecidas (o associativismo, por seu lado, via os seus intentos dificultados) como lhes era atribuída a função de apoiar os mais desfavorecidos, ao contrário das associações e organizações classificadas como pessoas colectivas públicas, onde Estado Novo intervinha directamente.

A liberdade de associação é consagrada em 1974 assim como o reconhecimento da natureza privada das organizações (após 1974 a intervenção do Estado reduz-se ao controlo legal). O Estado assume totalmente, em termos constitucionais, a protecção de todas as pessoas perante os riscos sociais e situações de carência económica e social sem, no entanto, prover o equipamento e os serviços necessários para responder ao que se tinha proposto. Esta lacuna resultou na necessidade das populações constituírem organizações próprias para solucionar os seus problemas.

O Estado delegou então nestas Instituições Particulares de Solidariedade Social as suas responsabilidades quanto à segurança e apoio nas situações de carência (LUÍS:1997:137)

A primeira definição de IPPS surge por decreto lei em 29 de Dezembro de 1979 com o objectivo específico, que posteriormente foi considerado demasiado limitado, de “facultar serviços ou prestações de segurança social”. Uma vez que a solidariedade social se exerce noutros domínios para além da segurança social como a saúde, a educação, a habitação e outros em que as necessidades sociais dos indivíduos e das famílias encontram apoio e resposta na generosidade e capacidade de intervenção próprias do voluntariado organizado, o Governo português entendeu que a acção das organizações particulares de fim não lucrativo é fundamental para a própria consecução (...) dos objectivos de desenvolvimento social global de que o Estado é superior garante.

Assim, procedeu ao alargamento do conceito legal de IPPS e à substituição integral do diploma de 1979 pelo decreto lei de 25 de Fevereiro de 1983, acima referido.

O percurso histórico das IPPS aponta para uma maior intervenção (organizada) no território português.

DEFINIÇÃO DOS CONCEITOS E PROBLEMÁTICAS DA INSTITUIÇÃO

Classificação Internacional do Sector Não Lucrativo	
Grupo 1	Cultura e Recreio
Grupo 2	Instrução e Investigação Científica
Grupo 3	Saúde
Grupo 4	Serviços Sociais
Grupo 5	Ambiente
Grupo 6	Promoção da Comunidade Local, Tutela de Inquilinos e Desenvolvimento do Património Habitacional
Grupo 7	Promoção e Tutela dos Direitos Civis
Grupo 8	Intermediação Filantrópica e Promoção do Voluntariado
Grupo 9	Actividade Internacional
Grupo 10	Organizações Empreendedoras, Profissionais e Sindicais

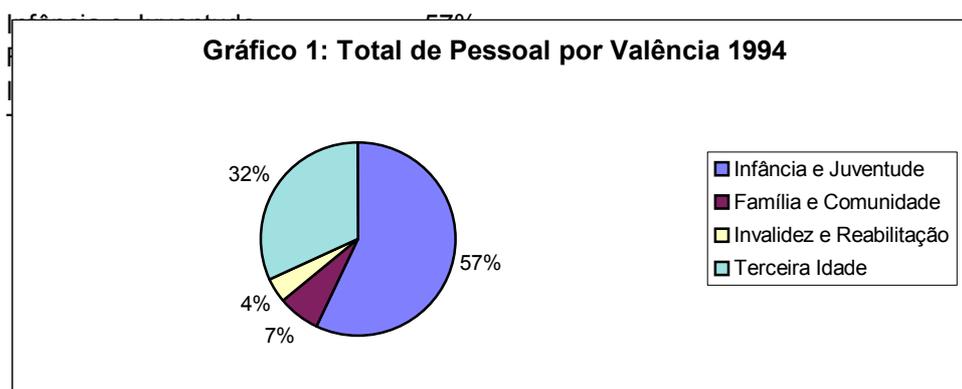
As IPSS pertencem ao sector não lucrativo, correntemente chamado, o terceiro sector, economia social ou sector voluntário, que é constituído por diferentes instituições (associações, fundações, misericórdias, cooperativas, mutualidades, clubes, etc.) as quais prosseguem os mais diferentes objectivos. Comum a todas, é “a regra de não distribuição dos lucros gerados na actividade e no desenvolvimento de uma actividade que prossegue o bem-estar social, caracterizando-se pela oferta de bens e serviços, quase públicos ou quase privados” (BARROS, 1997:13). Salomon e Anheier (1992), preconizaram através do quadro que se segue a definição internacional do Sector Não Lucrativo (International Classification of Non-Profit Organizations-ICNPO): (ibid.)

INTEGRAÇÃO EM REDES

As IPSS portuguesas encontram-se agrupadas na União das Instituições Particulares de Solidariedade Social portuguesa (UIPPS). A constituição de uma união está prevista no Estatuto das IPSS.

COMPETÊNCIAS E CAPACIDADES TÉCNICAS E HUMANAS

O gráfico que se segue representa a distribuição percentual de pessoal ao serviço das IPSS por valência no ano de 1994. Confrontando este com o gráfico n.º2 (Subsídios totais por valência em 1994) apercebemo-nos que o n.º de trabalhadores em serviço segue a mesma distribuição dos apoios financeiros. Assim, o maior número de trabalhadores concentra-se na área da Infância e Juventude, seguida pela área de terceira idade.



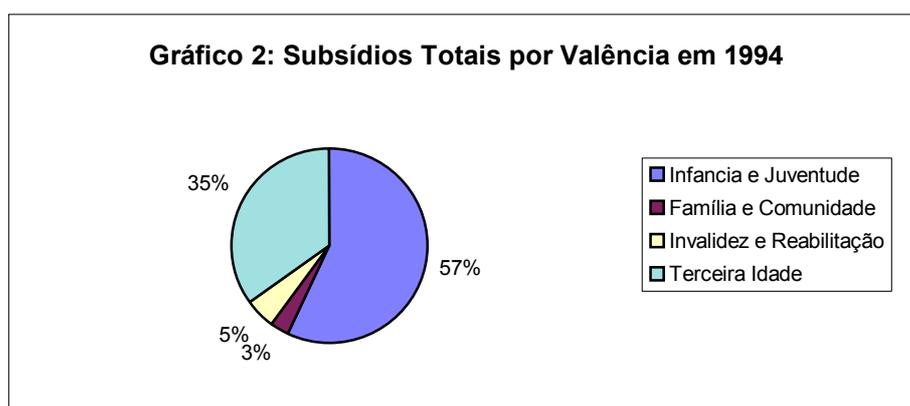
Fonte: IGFSS (LUÍS, 1997:134)

ACESSO A FONTES DE FINANCIAMENTO E RECURSOS

Uma das obrigações assumidas pelo Estado em relação às IPSS no âmbito dos acordos e cooperação é a de participar financeiramente nos projectos como contrapartida do serviço prestado à comunidade. O valor do apoio financeiro é fixado anualmente por protocolo celebrado com as uniões representativas das instituições, ou por despacho ministerial, uma vez ouvidas as uniões.

A comparticipação é diferente conforme o tipo de resposta social que exerce a IPSS. Os acordos de cooperação podem ainda prever o apoio técnico à IPSS envolvida bem como destacamento de funcionários dos Centros Regionais.

O apoio financeiro pode ainda revestir outras características, como por exemplo: apoio à construção, recuperação e remodelação dos equipamentos sociais no âmbito do PIDDAC; Atribuição de subsídios eventuais; Incentivo ao emprego no âmbito do Mercado Social de Emprego; Apoio às micro-empresas.(op.cit.:132)

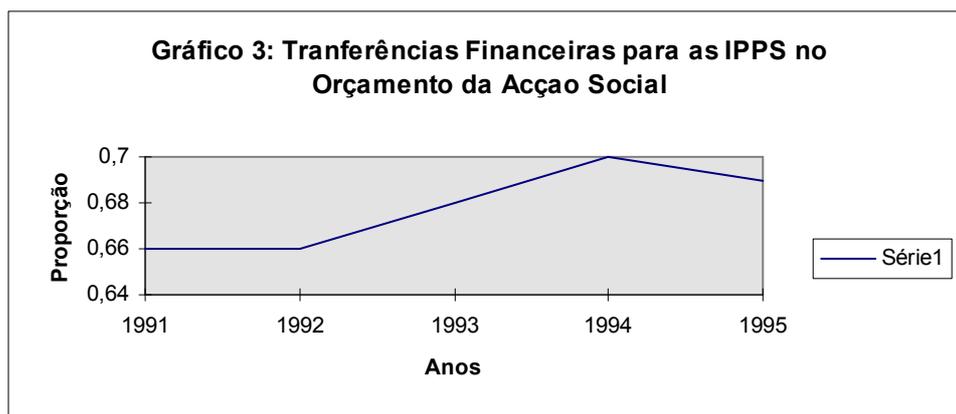


Fonte: IGFSS (op.cit.:133)

Segundo o gráfico, o apoio financeiro mais importante concentra-se na infância e juventude e é logo seguido da terceira idade na mesma proporção que a distribuição dos trabalhadores no gráfico número um. Pelo contrário, a proporção é inversa no que diz respeito às valências Família e Comunidade e Invalidez e Reabilitação.

A distribuição dos subsídios por distrito (op.cit.:135) obedece sensivelmente à mesma ordem, muito embora em zonas onde há um grande envelhecimento da população se note uma maior atribuição de subsídios à terceira idade.

Como o gráfico 3 nos permite constatar, as transferências financeiras para as IPSS representam uma proporção importante do total do orçamento da acção social.



Fonte: IGFSS e Forecast (op.cit.:136)

ÁREAS DE COOPERAÇÃO DO SECTOR

As Instituições Particulares de Solidariedade Social assinaram, enquanto UIPPS, em Dezembro de 1996, junto com a União da Mutualidades (UM), a Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE), a União das Misericórdias Portuguesas (UMP) e a Associação dos Municípios Portugueses (ANMP) o “Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social”. Este pacto de cooperação visa criar condições para o desenvolvimento de estratégias de cooperação entre instituições que prosseguem fins de solidariedade social, a Administração Central do Estado e a Administração Regional Local. Será uma “forma de actuação conjugada, em todos os tipos e áreas de ministérios, nomeadamente, Solidariedade e Segurança Social, Saúde, Educação, Qualificação e Emprego, Justiça, Equipamento, Planeamento e Administração do Território e Finanças. Pretende-se assim, como refere o preâmbulo do pacto, abrir novas perspectivas de futuro, em moldes mais sustentados, a articulação e a parceria social com vários órgãos do Estado através das suas administrações, consubstanciadas numa nova política de cooperação que estavelmente garanta as condições necessárias ao exercício qualificado da actividade por parte de instituições. Espera-se que deste pacto resultem, entre outros, processos mais eficazes de colaboração interinstitucional a todos os níveis, para que as IPSS possam responder aos problemas sociais para que são insistentemente solicitadas” (BARROCO, op. Cit.:74).

A cooperação com os PALOP, quando existe, ou é através de associações de pessoas oriundas dos próprios PALOP ou então é feita de uma forma pouco organizada, através de donativos que são canalizados, como nos foi referido, por instituições missionárias ou pela Cruz Vermelha.

ÁREA DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

Como referimos, as áreas principais de intervenção das IPPS são: Infância e Juventude; Família e Comunidade; Invalidez e Reabilitação; e Terceira Idade.

Segundo a Lei da Segurança Social, artº67, o contributo das instituições particulares de segurança social para a prossecução dos objectivos da Segurança Social e o apoio que lhe é prestado pelo Estado são definidos em formas de cooperação a estabelecer mediante acordos (nº1). As regras a que devem obedecer os acordos e os termos de garantia de cumprimento das obrigações decorrentes dos acordos celebrados entre o Estado e as instituições estão também definidos na lei (artigos 2º e 3º) (op.cit.:64)

No sector da saúde, a Lei de Bases da Saúde - Lei nº47/90, de 24 de Agosto estabelece, no capítulo IV, Base XXXVIII, que as IPPS cujos objectivos específicos são de saúde, intervêm na acção comum a favor da saúde colectiva e dos indivíduos de acordo com a legislação que lhes é própria e a mesma lei (nº1) (op.cit.:65:) ficando sujeitas a orientação e inspecção do Ministério da saúde, sem prejuízo da sua independência.

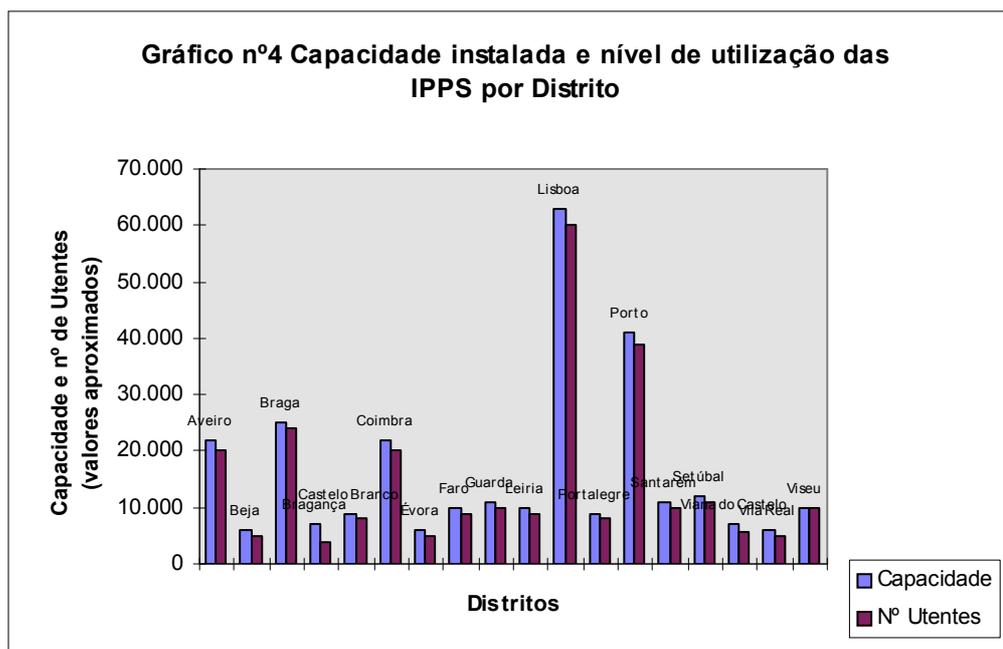
As IPPS são ainda contempladas na Lei de Bases do Sistema Educativo, Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro, expressamente no que se refere à educação pré-escolar.

Em termos de cooperação com os PALOP, o tipo de ajuda pode até não estar relacionado com o objectivo específico da IPPS, e ter as características da campanha que nesse momento decorre na instituição que canalizará posteriormente o donativo.

PONTOS FORTES E PONTOS FRACOS

Em resumo, podemos considerar como pontos fortes a intervenção das IPPS nas áreas da Infância e Juventude assim como da Terceira idade e pontos fracos a sua intervenção a nível da Família e da Comunidade e da Invalidez e Reabilitação.

Em termos de cooperação com os PALOP, vê-se que essa não é a vocação principal das IPPS, uma vez que a sua capacidade é praticamente preenchida na zona residente e não é esse um dos seus objectivos específicos.



Fonte: IGFSS e Forecast (op.cit.:139)

POTENCIAIS E PERSPECTIVAS

Apesar da grande assimetria que existe nas IPPS em relação à prossecução dos objectivos da Segurança Social, as IPPS parecem ter um grande potencial de resposta a problemas relacionados com a cooperação na área social.

As IPSS demonstram deter grande experiência adquirida no apoio a grupos vulneráveis como os idosos e as crianças.

A actividade desenvolvida pelas IPPS demonstra o papel preponderante que a sociedade civil tem no equilíbrio das assimetrias sociais. Importa sublinhar que estas instituições funcionam, na maior parte das vezes com recursos humanos voluntários.

A UNIÃO DAS MISERICÓRDIAS PORTUGUESAS (UMP) E AS SANTAS CASAS⁸

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Embora tradicionalmente a relação das santas casas com África seja de longa data, a experiência contemporânea na área da solidariedade social com os PALOP é relativamente recente. No entanto, a UMP representa um grande potencial na cooperação portuguesa em muitos aspectos.

As santas casas têm acumulado, com os largos anos de experiência sobre a intervenção na área da solidariedade social, conhecimentos que, quando devidamente adaptados à realidade dos PALOP, permitirão o estabelecimento de uma rede institucional de cooperação.

A sua capacidade de mobilização da sociedade civil e a possibilidade que oferece a rede institucional que venha a estabelecer através dos projectos de geminação (por exemplo: santa casa portuguesa/diocese da região de Paris/diocese de um PALOP) assegurarão a presença de representantes da instituição no país destinatário da cooperação, pré-condição para projectos de desenvolvimento sustentável.

A UMP aposta na cooperação transversal entre instituições, funciona como grupo de pressão nas Comunidades Europeias e, embora, como todas as instituições, necessite sempre de financiamentos, está bem integrada numa rede de cooperação transversal que pretende sempre alargar.

Percebe-se já a nível da UMP uma necessidade de imersão na standartização internacional mas a sua experiência recente torna importante a especialização na gestão e avaliação de projectos.

As Misericórdias sofrem, como todas as instituições que dependem do voluntariado, da indefinição do estatuto do voluntário, e da falta de recursos humanos.

⁸ Os dados referentes a este capítulo foram retirados do texto referido na bibliografia como ANÓNIMO, s.d. União das Misericórdias – Análise Ambiental, cedido pela UMP.

DEFINIÇÃO DO SECTOR

A União das Misericórdias Portuguesas (UMP) tem a forma jurídica de uma associação que integra todas as santas casa da misericórdia portuguesas. Assume o papel de federação e coordenadora dos interesses das santas casas nas suas principais áreas de actividade: assistência social; saúde; ensino e desenvolvimento local.

A UMP é uma organização não governamental para o desenvolvimento (ONGD) e sem fins lucrativos considerada pessoa colectiva de utilidade pública, pelo que está sujeita ao Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPPS), aprovado pelo Decreto lei n.º 119/83, de 25 de Fevereiro. Rege-se por Estatutos aprovados pela conferência Episcopal Portuguesa em 18 de Outubro de 1983, e representa cerca de 388 Misericórdias espalhadas por todo o país.

Actualmente, as Irmandades de Misericórdia ou Santas Casas da Misericórdia são consideradas pelo Estado como associações constituídas na ordem jurídica canónica com o objectivo de satisfazer carências sociais e de praticar actos de culto católico, segundo os princípios da moral e doutrina cristãs.

As Santas Casas são instituições seculares distribuídas geograficamente por todo o país constituindo-se como associações de fiéis denominadas Irmandades da Misericórdia ou Santas casas da Misericórdia, com personalidade jurídica, canónica e civil. O fim específico destas organizações, é praticar obras de misericórdia corporais e espirituais e promover o culto público a Deus.

Através do seu Gabinete de Assuntos Europeus, a UMP exerce actividades de cooperação na área social com os PALOP.

HISTORIAL DO SECTOR

A criação da União das Misericórdias Portuguesas data de 1976, quando as Misericórdias de Portugal, reunidas em Congresso na Cidade de Viseu, nos dias 26, 27 e 28 de Novembro, em cumprimento da Moção aprovada em plenário do mesmo Congresso, deliberaram constituir uma associação denominada União das Misericórdias Portuguesas.

A União é formada por todas as Irmandades da Misericórdia, que aprovaram os estatutos à data da sua criação e por todas aquelas que vieram a aderir.

HISTORIAL DAS SANTAS CASAS

A primeira misericórdia foi criada em 1498, ano do desenvolvimento do caminho marítimo para a Índia, isto é, na época das navegações quinhentistas. As Santas Casas, que entretanto foram crescendo em número, foram levadas pelos Portugueses para todo o mundo.

Ainda hoje encontramos Misericórdias na Índia, na China, no Japão, em todos os territórios africanos de Língua portuguesa e, sobretudo no Brasil e também em Espanha. Mais recentemente foram criadas as Misericórdias de Paris, Luxemburgo, Caracas e Newark.

A Misericórdia de Lisboa acabou por ser a única que cedeu a uma estatização completa, em meados do século XIX, perdendo então o seu estatuto canónico de irmandade.

Perante nova tentativa de absorção estatal em 1974, as Misericórdias confederaram-se em União, tendo-se afirmado desde então com uma personalidade própria, bem manifestada nas acções desenvolvidas por todo o país (continental e insular). No desejo de participarem nos benefícios de União as Misericórdias do Brasil federaram-se também, constituindo com os portugueses, em 1979 a Confederação Internacional das Misericórdias.

DEFINIÇÃO DOS CONCEITOS E PROBLEMÁTICAS

As Santas Casas

As misericórdias enquanto entidades plenamente integradas na sociedade portuguesa, exercem em estreita colaboração, tanto com a Igreja como com o Estado e as comunidades locais, uma actividade assistencial junto das populações. O seu principal objectivo é a solidariedade social, prestando o seu contributo aos cidadãos cujas condições de vida são precárias ou desfavoráveis. Para concretizarem este objectivo as 385 Misericórdias existentes em todo o país, dispõem de estabelecimentos e serviços de acção social concebidos, nomeadamente, para a infância e juventude (por ex.: creches, jardins de infância, actividades de tempos livres, etc.), para deficientes, para as pessoas idosas (apoio domiciliário, centros de dia, lares de idosos) empregando cerca de 13.000 trabalhadores que prestam o seu apoio a 53.000 utentes por ano

São vários e diversificados os sectores de actuação das Misericórdias e cobrem vários tipos de serviços. Perdendo o controle dos seus hospitais em 1975, as Misericórdias lançaram-se em múltiplas obras levando até ao máximo da sua interpretação a polivalência das 14 obras de misericórdia,

identificando-se sob muitos aspectos e em linguagem de hoje com os “direitos do Homem”. Dentre as acções mais relevantes referem-se as que se desenvolvem nos seguintes sectores:

- Crianças: Creches, Jardins de Infância;
- Jovens: Centros de acolhimento e A.T.L. - internatos, Escolas, Oficinas;
- Idosos: Lares, Centros de Dia, serviço ao domicílio;
- Habitação;
- Alimentação;
- Saúde;
- Família;
- Cultura e recreio;
- Explorações agro-pecuárias e florestais;
- Publicações;
- Centros de formação profissional

Potencialidades das Santas Casas

As Misericórdias, forma de protecção social complementar, numa base de iniciativa de particulares, dada a sua implantação, comprovada experiência e capacidade, natureza solidária, afirmação e firmado prestígio, incarnam esse ideal e detêm singulares e promissoras potencialidades de serem “pivot” na dinamização da Economia Social, designadamente, na área da protecção social complementar de saúde, segurança social e qualidade de vida. Tal importância é redobrada pelo cada vez maior aumento do desemprego que conduz a um aumento da população carenciada que por sua vez procura, nas Misericórdias, apoio para suprir necessidades básicas. A tal facto também não é alheia a constatação que, economicamente, o modelo de Estado providência não está a responder da melhor forma como supressor das carências existentes. As misericórdias são pois, por excelência, agentes de desenvolvimento para a prossecução dos objectivos de uma política Económica-Social Europeia.

As misericórdias acumularam grande experiência na intervenção a nível social que pode ser projectada no âmbito da cooperação.

O voluntariado exerce uma influência importantíssima na cultura da organização e pode ir desde o voluntário que exerce funções na base da pirâmide hierárquica, até ao seu órgão máximo. Importa salientar que sendo as misericórdias a maior empregadora do país, depois do Estado, têm ao seu serviço e empenhados nas mais diversas funções e actividades, cerca de 25 mil pessoas, desde Mesários (9.000) a Funcionários e Cooperadores (15.000), e podem equacionar-se em termos de voluntariado segundo as seguintes estatísticas de aproximação, uma vez que não se dispõe de dados completos:

- Total de servidores: 25.000;
- Voluntariado Total em tempo inteiro: 9.000 (provedores e Mesários);
- Funcionários e cooperadores gratificados: 16.000, sublinhando-se que, embora pagos segundo tabelas legais, há uma complementaridade de serviços, em número de horas de acções, que são completamente voluntários.

As Santas Casas, sendo um universo tão vasto e complexo (cerca de 385), têm de possuir, na sua diversidade, várias subculturas. A mais visível é a existência de uma subcultura por distribuição geográfica. Embora estas instituições partilhem no essencial, dos valores da cultura dominante, o facto de estarem espalhadas um pouco por todo o país contribui para que evoluíssem de forma diversificada. Com o evoluir do tempo e a alteração da sociedade e dos seus valores, a sua posição de dominância foi ultrapassada por uma nova categoria de indivíduos, que vêem a sua actividade remunerada. Esta alteração criou um choque e um movimento de contracultura por parte dos indivíduos em regime de voluntariado.

Estando as Santas Casas inseridas em ambientes externos que divergem de acordo com a região onde estão situadas, elas podem desenvolver respostas diferentes a estímulos. Este aspecto conduz a uma melhor resposta por parte da Instituição às necessidades e carências da comunidade onde está inserida.

INTEGRAÇÃO EM REDES

A UMP no âmbito da sua actuação, mantém relações com várias estruturas governamentais, nomeadamente com o Ministério do Emprego e Segurança Social, estando representada nos seguintes órgãos:

- Concelho Económico e social;
- Comissão de Avaliação dos Protocolos;
- Comissão dos Grandes Dependentes;
- Concelho Consultivo dos Assuntos da Família;
- Comissão Nacional de Reabilitação;
- Comité de Idosos es Lar;
- Comissão Nacional de Luta contra a SIDA;
- Comissão Nacional de acompanhamento do Rendimento mínimo Garantido;
- Concelhos directivos dos centros Regionais de Segurança Social;
- Comissões Sub-regionais de Segurança Social

A nível internacional, a UMP está representada na confederação internacional das Misericórdias, na União Europeia das Misericórdias e no Concelho Consultivo da Luta contra a Pobreza em Bruxelas.

COMPETÊNCIAS E CAPACIDADES TÉCNICAS E HUMANAS

Fora do âmbito restrito da sua actividade enquanto associação, a UMP enquanto IPSS detêm vários equipamentos nomeadamente:

- Centro João Paulo II - Lar para Deficientes Profundos;
- Lar escola Dr. Virgílio Lopes;
- Academia de cultura e cooperação
- Academia jovens e Misericórdia

A União das Misericórdias Portuguesas possui nos seus quadros de pessoal 146 trabalhadores. Contudo apenas 7 trabalhadores estão afectos à sua actividade enquanto associação uma vez que os restantes trabalham nos lares. É de salientar que a gestão da UMP., tal como a das Misericórdias é assegurada por voluntários. Da totalidade do pessoal 91.7% do pessoal é considerado semi-qualificado ou indiferenciado, de acordo com a portaria que regula o trabalho nas Instituições Particulares de Solidariedade Social, por outro lado, 96.5% dos trabalhadores são mulheres.

ACESSO A FONTES DE FINANCIAMENTO E RECURSOS

A União das Misericórdias Portuguesas mantém o seu funcionamento devido sobretudo as quotizações dos seus associados, ou seja, das Misericórdias, no entanto existem ainda outras fontes de financiamento, nomeadamente:

- as contribuições e donativos voluntários;
- as doações, legados ou heranças instituídos em seu favor;
- o rendimento dos bens e das importâncias capitalizadas;
- os subsídios de entidades civis (oficiais ou particulares) e religiosas;
- quaisquer outros fundos e importâncias que consiga angariar ou que lhe sejam concedidos.

As misericórdias e a UMP tendo uma estrutura sólida e com forte implantação nacional, juntamente com a sua experiência na angariação de apoios financeiros, tem pois um forte perfil para a cooperação na área social.

ÁREAS DE COOPERAÇÃO

A UMP coopera, através de geminações e de protocolos de cooperação com os PALOP, nas seguintes áreas: solidariedade social; necessidades básicas; bem-estar social; alívio da pobreza; e grupos vulneráveis.

Na área social empreende projectos, projectos técnicos de construção; reconstrói estruturas de apoio social, faz assistência humanitária. Constrói infraestruturas sociais, infra-estruturas técnicas e equipamentos sociais. E faz formação tanto em Portugal como no país destinatário da cooperação, o que não só comporta menos encargos financeiros como evita também problemas de emigração ilegal.

Em termos de cooperação geral, aponta-se a experiência nas áreas da saúde, saúde de base, educação, formação profissional e assistência humanitária.

Os grupos alvo da cooperação são, para a cooperação em geral e na área social: infância; juventude; deficientes; população idosa; comunidade; mulheres e grupos desfavorecidos.

POTENCIAIS E PERSPECTIVAS

As Santas Casas tem-se desenvolvido sobretudo nos sectores da terceira idade e da infância.

Tem existido por parte destas instituições uma maior participação na sociedade civil o que as obriga a uma constante adaptação e actualização das suas actividades assistências em função das reais e efectivas necessidades do povo português, tendo sempre em conta as insuficiências do estado.

PONTOS FORTES E PONTOS FRACOS

Na área da cooperação com os PALOP, a UMP representa um grande potencial, principalmente através do estabelecimento de parcerias com santas casas locais, novas santas casa ou geminações entre santas casa portuguesas e de países residentes.

Face à dimensão das necessidades a UMP experimenta uma grande escassez de recursos, financeiros e humanos

GEMINAÇÕES/APADRINHAMENTO DE SANTAS CASAS DA MISERICÓRDIA NOS PALOP

Génese

As geminações/apadrinhamentos de Santas Casas da Misericórdia nascem de duas situações paralelas dentro das próprias Misericórdias:

- Por um lado, foi lançado em 1995 um movimento destinado a mobilizar cada vez mais jovens para a solidariedade social, implicando-os em situações concretas, permitindo-lhes a preparação progressiva para uma participação dinâmica nas instituições;
- Por outro lado, o projecto global das Misericórdias (destinado a desenvolver iniciativas no domínio da economia social, numa perspectiva de desenvolvimento local integrado, respondendo a necessidades de ordem social existentes e não satisfeitas pela oferta normal do mercado nem pela intervenção dos poderes públicos, com implicação nas comunidades lusófonas do Mundo) inclui a promoção de projectos de cooperação, princípios consagrados no Protocolo de Cooperação entre a Secretaria de Estado das Comunidades e a União das Misericórdias Portuguesas, assinado a 20 de Agosto de 1996 .

Em 1995, depois de vários contactos informais e visitas a Angola o Vigário Geral da Diocese de Créteil, propôs à Comissão Pastoral respectiva a organização de um campo de trabalho em Menongue (ao Sul de Angola) com jovens de origem portuguesa e, eventualmente, franceses.

A ideia foi logo de início apoiada pelos sacerdotes portugueses em Créteil; pelas diferentes comissões de pastoral locais; pelos organismos de Acção Católica; pelo bispo de Menongue; pela União das Misericórdias e pela Santa Casas das Misericórdias de Paris.

Para a prossecução do projecto (que implicava, por exemplo a recolha de fundos) foi criada a Associação de Menongue, com sede em Champigny-sur-Marne., que serve de suporte jurídico e enquadramento.

Em Julho de 1996 e 1997 foram já realizados campos de trabalho em Menongue com o objectivo de, através da adesão da população local, conhecer a realidade, com o objectivo de, futuramente, pôr em prática acções futuras, de maior dimensão e duração.

Estruturação e Amplificação

A experiência de Menongue, e a criação da “Juecórdia” pela UMP com o objectivo de formar uma escola de vivência e de acção de solidariedade/cooperação com os mais desfavorecidos, tornaram oportuno o alargamento da experiência e sua consolidação.

A estruturação basear-se-à nos seguintes parâmetros:

- 1 - A coordenação geral será da UMP que assegurará os contactos e a interligação na globalidade, tendo a responsabilidade da programação geral através da Juvecórdia e da CIPOS (Comissão para a Inserção, o Património e a Economia Social)
- 2 - O fundamento de apoio à preparação, ao enquadramento e à continuidade das acções será feito pelas Santas Casas existentes ou a criar.
- 3 - Numa fase inicial e à imagem do que se passa com Menongue, haverá o apoio de uma Diocese da Parisiense, de Misericórdias portuguesas, assim como da Misericórdia de Paris.
- 4 - A coordenação, dinamização e interligação em França competirá à Santa Casas de Paris. Em cada diocese existirá uma associação de suporte às actividades desenvolvidas.
- 5 - Canalizar-se-á a disponibilidade altruísta, solidária e generosa dos jovens residentes em Portugal e nas Comunidades em disparo.

Objectivos

Encontrar, através do envolvimento dos jovens residentes em Portugal e nas **Comunidades Lusófonas**, respostas susceptíveis de contribuir para a solução de problemas de índole geral, particularmente:

- 1 - Transformar, de uma forma positiva, a relação emigrantes/não-emigrantes através da possibilidade de realização de projectos comuns de solidariedade por jovens lusófonos residentes dentro e fora do respectivo país.
- 2 - Mobilizar jovens através das Santas Casas da Misericórdia Portuguesa e das Comunidades Lusófonas para a realização de tarefas preparadas e concretizadas em comum.
- 3 - Criar novos espaços de solidariedade dentro das Misericórdias onde os jovens tenham papel preponderante responsabilizando-se pelas actividades na área da solidariedade social.
- 4 - Oferecer aos jovens estágios úteis que lhes permitem a preparação para um primeiro emprego: sempre que possível na sua área de formação e em acções de cooperação.
- 5 - Dar satisfação a Comunidades Portuguesas numericamente importantes, começando por alguns países da União Europeia, em que há necessidade de responder a problemas e aspirações gerais, canalizando as potencialidades, disponibilidade e motivação dos jovens luso-descendentes para participarem em projectos que contribuam para criar uma dinâmica interactiva que envolva progressivamente os grandes espaços lusófonos, começando por experiências pontuais e devidamente preparadas como é o caso Créteil (Região parisiense)- Menongue (Sul de Angola).
- 6 - Contribuir para satisfazer carências das populações dos Estados da C.P.L.P., sobretudo de África.

Prioridades

- 1 - Intercâmbio entre jovens das Comunidades Lusófonas e jovens residentes em Portugal, com enquadramento das Misericórdias e no seu seio.
- 2 - Acções de cooperação curta, média ou de longa duração para a realização, em Portugal, no espaço CPLP ou nas Comunidades Lusófonas espalhadas pelo mundo, de projectos devidamente preparados e com enquadramento necessário.
- 3 - Estudo de modalidades de colaboração de organismos públicos e privados especializados, tanto nacionais como internacionais.

Geminações/Apadrinhamentos

Quanto aos PALOP em que se prevê a realização de campos de trabalho, estão a ser feitos contactos para criar novas Misericórdias ou revitalizar Misericórdias que existiram, apadrinhadas por Santas Casas

portuguesas, numa geminação triangular, PALOP/Diocese Parisiense/Santa Casas da Misericórdia Portuguesa:

- 1 - Menongue (Angola): apadrinhada por Misericórdias portuguesas de Guimarães e/ou Leiria, com a continuação do apoio de Créteil e da Associação de Municípios de Vale do Ave que manifesta vontade de colaborar.
- 2 - Ilha de Moçambique: apadrinhada pela Misericórdia de Évora e apoiada pela de Paris e uma Diocese da Região Parisiense.
- 3 - Santo António da Guiné Bissau: apadrinhada pelas Misericórdias de Santo António (S. Pedro do Sul, Paris e Baía) e apoiada por uma diocese de uma Região Parisiense.
- 4 - Cidade Velha de Cabo Verde: apadrinhada pela Misericórdia do Fundão e apoiada pela de Paris, assim como por uma Diocese da Região Parisiense.

INSTITUTOS MISSIONÁRIOS

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

As instituições missionárias em África, mais especificamente nos PALOP, acumulam potencialidades na área da cooperação tanto a nível da experiência como da implantação geográfica (as várias instituições missionárias estão implantadas em muitas zonas dos PALOP, mesmo as mais inhóspitas ou mais interditas pela guerra).

A acção das missões, para além da evangelização, traduz-se em intervenções pragmáticas e eficazes no terreno, na área da solidariedade social, da saúde, da formação básica, da reconstrução de equipamentos.

As relações que se estabelecem a partir de uma ordem religiosa - dentro da ordem, a nível nacional ou internacional; entre ordens religiosas a nível nacional e internacional; ou entre ordens religiosas e ONG ligadas às instituições, constituem um suporte institucional que garante a canalização de bens e a sua chegada ao destino, como também o futuro dos projectos iniciados, o que constitui uma pré-condição para projectos de natureza sustentável.

A inserção em redes nacionais e internacionais de institutos de vida consagrada ou seculares e a capacidade de mobilizar a acção católica e a sociedade em campanhas de donativos ou projectos de ajuda permitem uma relativa auto-suficiência na mobilização de recursos financeiros. Esta auto-suficiência traduz-se numa marginalização em relação a circuitos internacionais de standardização, gestão e avaliação de projectos.

Os problemas principais com que se debatem os institutos missionários prendem-se com falta de recurso financeiros e humanos. Estas missões dependem também muito do voluntariado, factor essencial que não se encontra suficientemente reconhecido e cujo estatuto não está formalizado.

DEFINIÇÃO DO SECTOR

Os Institutos Missionários definem-se juridicamente pela Concordata (Diário do Governo, 1ª Série, nº158 de 10/07/1940), mais especificamente, pelo Acordo Missionário (artº nº11 do Diário do Governo, 1ª Série, nº158 de 10/07/1940) e, canonicamente, pelo Cânone 573.

HISTORIAL DO SECTOR

Raízes da missionação portuguesa

A prática missionária portuguesa remonta a cerca de cinco séculos atrás quando o desejo de propagar a fé era associado aos projectos expansionistas dos descobrimentos portugueses, conceito que se encontra muito longe do que é hoje entendido por “espírito missionário”. Nesse contexto, entendia-se por “acrescentar a cristandade” “dilatar, em princípio pela guerra, as fronteiras das Respublica Christiana, submetendo-lhe os infieis” (THOMAZ,1993:85). Assim, a submissão política era condição sine qua non para a evangelização futura, com prioridade dada à ocupação de territórios, implantação de igrejas e criação de estruturas eclesiais, o que era possível em espaços colonizados do nada, como era o caso de S. Tomé.

No que ao estudo diz respeito, a acção missionária nas ex-colónias portuguesas inicia uma nova etapa com a Concordata, a assinatura do Acordo Missionário entre o Estado Português e a Santa Sé a 7 de Maio de 1940 e a publicação do Estatuto Missionário a 5 de Abril de 1941, no Decreto-Lei nº31 207. Criou-se um novo quadro jurídico que potenciou a presença missionária da Igreja católica embora tenha condicionado a acção da Igreja portuguesa, tanto na Metrópole, quanto nas colónias, à perspectiva nacional (FONTES,1993:415).

O Acordo missionário veio dar nova força à política missionária e resultou já em 1940 na criação de novas dioceses em Angola, Moçambique e Timor. O desenvolvimento da colonização, por seu lado surge como oportunidade de expansão do cristianismo e o envolvimento dos missionários portugueses com os estrangeiros vem determinar uma abertura de horizontes na perspectiva missionária portuguesa.

DEFINIÇÃO DOS CONCEITOS E PROBLEMÁTICAS DO TIPO DE INSTITUIÇÃO

Cada instituto tem um objectivo religioso específico que se traduz numa prática comum no que respeita às missões fora do país e consiste na

promoção da evangelização integrando-se na cultura, o que implica ajudar também as populações necessitadas.

INTEGRAÇÃO EM REDES SECTORIAIS E NACIONAIS

Cada Instituto tem uma Casa principal e outras distribuídas pelo país, que servem o objectivo da ordem.

Os Institutos Religiosos em geral estão integrados em três organismos: CNIR, FNIRF e FNIS. Formam o CNIR (Conferência Nacional dos Superiores Maiores dos Institutos Religiosos) os Institutos de Vida Consagrada masculinos federados, existentes em Portugal, representados pelos respectivos Superiores Maiores ou Equiparados, conforme o direito. (Estatutos, artº2º). A FNIRF (Federação Nacional das Superiores Maiores dos Institutos Maiores Religiosos Femininos) é um Organismo canonicamente erecto pela Sagrada Congregação para os Religiosos Institutos Seculares⁹, com personalidade jurídica no foro civil e constituído pelos Institutos Religiosos Femininos estabelecidos em Portugal que a ela aderirem livremente (Estatutos, artº1). A FNIS (Federação Nacional dos Institutos Seculares) é um organismo que integra os Institutos Seculares radicados em Portugal, canonicamente erectos. Actualmente fazem parte da FNIS 15 Institutos seculares.

INTEGRAÇÃO EM REDES INTERNACIONAIS

A nível internacional os institutos cooperam com outros da mesma ordem, e dependem da sede mundial. Existem, por vezes, ONGD pertencentes às instituições ou cujos órgãos administrativos são ocupados por membros das instituições que dão o seu apoio internacional.

As várias ordens religiosas cooperam também entre si se a necessidade o determina.

As decisões sobre projectos podem ser tomadas a nível local, nacional ou da casa-mãe a nível geral. Pode acontecer também existirem ONG cujos órgãos administrativos pertençam à ordem ou cuja função é mesmo preencher este aspecto da cooperação.

Praticamente todas as instituições missionárias têm publicações próprias regulares que permitem uma comunicação interna muito acessível.

⁹ “Por Instituto Secular entende-se o “instituto de vida consagrada, em que os fiéis, vivendo no século, se esforçam por atingir a perfeição da caridade e por contribuir, sobretudo a partir de dentro, para a santificação do mundo (cânone 710)” (op. cit.:705)

ACESSO A FONTES DE FINANCIAMENTO E RECURSOS

Na sua maioria, os institutos missionários têm dificuldade em contabilizar os custos dos seus projectos assim como os recursos necessários para esta ou aquela actividade. Esta dificuldade deve-se a vários factores relacionados com as características próprias da hierarquia da decisão e de canalização de fundos das várias ordens religiosas e também à falta de preparação que algumas instituições podem ter para responder a estas questões, nomeadamente no que respeita ao registo das várias actividades e centralização das informações. A decisão quanto ao início de um projecto pode ser local (da população alvo), da Casa da instituição no PALOP, da Instituição em Portugal, da instituição noutra qualquer país ou na sede, de uma ONG pertencente à instituição e cuja função é aplicar projectos. As situações mais fáceis de contabilizar são as de projectos oficiais, escritos, com protocolos e parceiros e financiamentos exteriores; ou então, as campanhas divulgadas através dos meios próprios da instituição e que têm um objectivo a atingir e das quais são dadas contas aos dadores via essas mesmas publicações.

Em geral as instituições referem a falta de recursos como um impedimento à continuidade de várias actividades.

ÁREA DE COOPERAÇÃO DO SECTOR

A área de cooperação dos sector situa-se na linha da tradição missionária em África em que “o irmão podia ocupar-se do ensino manual e até da instrução primária. A irmã era condição necessária para que a africana chegasse «a compreender a dignidade da mulher» e a preparar-se «para mãe de família». Às duas categorias de sexos eram ministrados programas diferentes. Os resgatados ou «filhos da missão» ocupavam-se principalmente da agricultura (...) os livres ou «filhos da terra» dedicavam-se ao estudo até completarem a instrução primária (...)”. Na realidade, hoje em dia também se passa assim: o trabalho dos missionários centra-se principalmente na educação, edificação, formação dos homens, enquanto as missionárias se concentram mais na área da saúde (principalmente enfermagem) e na área da promoção feminina (costura, puericultura).

PONTOS FORTES E PONTOS FRACOS

A partir do Levantamento Missionário levado a cabo pela Fundação Evangelização e Culturas¹⁰, foi possível perceber que um dos problemas principais destas instituições é a falta de recursos humanos para tornar sustentáveis os projectos iniciados ou por iniciar. Esta necessidade levanta uma questão já referida também pela União das Misericórdias que se prende com a necessidade da existência de uma legislação que fomente a colaboração do voluntariado.

Algumas das instituições referem, em entrevista, que um dos seus pontos fracos é o isolamento institucional que se caracteriza pela falta de informação, ou mesmo a não procura de informação, acerca de projectos de financiamento que pudessem ser aplicados às suas necessidades.

Os missionários experimentam dificuldades na inserção local devidas a falta de formação que não os sensibiliza para a inevitabilidade da diferença cultural e dos problemas na assimilação da cultura. Têm dificuldades na concretização dos projectos, presumivelmente devido a falta de pessoal, falta de meios financeiros, problemas de saúde e falta de meios técnicos e de comunicação devido a más condições e a guerra.

POTENCIAIS E PERSPECTIVAS

As instituições missionárias desempenham um papel fundamental na cooperação com os PALOP. É de salientar a função importante na área da saúde, da reconstrução de equipamentos sociais, na educação, e nas situações de emergência.

As redes de comunicação das ordens religiosas e a sua inserção nas comunidades africanas são estratégicas na eficácia dos transportes e na garantia de chegada dos vários bens ao seu objectivo.

As características dos institutos de vida consagrada, principalmente, e dos institutos seculares permitem uma maior sustentabilidade dos projectos: por um lado, a formação da população residente para a manutenção futura do projecto é frequentemente tida em consideração e, por outro lado, há um acompanhamento do projecto “sem limites” uma vez que a congregação, normalmente, não abandona o local.

Será oficialmente lançado o programa de geminação entre paróquias lusófonas.

10 A Fundação Evangelização e Culturas cedeu-nos os dados referentes a um levantamento feito sobre as actividades missionárias em Portugal

FUNDAÇÕES

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

As fundações, dadas as características especiais que as colocam à margem dos trâmites burocráticos e lhes dão independência institucional, têm uma grande flexibilidade em termos de áreas e formas de intervenção. Esta capacidade permite-lhes dar uma resposta rápida e eficaz aos projectos a que se propõem ou lhes são propostos, o que é positivo na área da cooperação.

A possibilidade de colaboração transectorial e a versatilidade que algumas fundações podem ter - destacando-se a Fundação Gulbenkian pela especial relevância do volume e qualidade de actividades de cooperação - torna-as fundamentais no apoio e no incentivo à investigação cujos resultados lhes dão um crescente acumular de conhecimentos e experiência. Neste campo, o papel das fundações na publicação de obras científicas é preponderante.

A grande maioria das fundações portuguesas beneficiaria com uma maior especialização na planificação, gestão e avaliação dos projectos que desenvolvem (exceptuando algumas das fundações portuguesas com maior tradição nesta área), uma especialização das competências em assuntos africanos e do desenvolvimento, uma maior articulação com outras instituições que desenvolvem projectos nesta área, e um investimento na comunicação das acções levadas a cabo com vista a alargar as redes de cooperação e a sensibilizar os públicos e organismos do governo para as acções neste sentido.

As acções de cooperação no âmbito da solidariedade social com os PALOP sofrem ainda de uma falta de financiamento e inclusão nos objectivos específicos das fundações. Aquelas que desenvolvem acções nesta área normalmente são também ONG ou IPSS. A maior parte das fundações portuguesas, no entanto, limita-se a uma cooperação de carácter pontual, muitas vezes objectivado na cedência de espaços para a organização de eventos relacionados com os países africanos, realização de campanhas de informação e sensibilização sobre assuntos africanos, atribuição esporádica de bolsas de estudo a estudantes oriundos dos PALOP.

Refira-se, por fim, que as potencialidades do sector são, neste âmbito, umas das mais especializadas mas que essa vocação poderá ser explorada mais uniformemente, no contexto de uma actuação articulada, concertada e planificada.

DEFINIÇÃO DO SECTOR

As fundações são entidades empenhadas em empreender uma série de acções de acordo com os objectivos dos fundadores que disponibilizaram o capital inicial ou, no caso de filantropia de origem empresarial, que depende de múltiplos donativos, de acordo com os desejos e sensibilidades dos dadores.

As fundações em Portugal têm um enquadramento jurídico que pode ser diferenciado consoante os casos.

Quando estas se identificam como pessoas colectivas de direito privado e regime administrativo, é-lhes aplicada legislação diferenciada, conforme se tratem de:

- pessoas colectivas de mera utilidade pública¹¹
- Instituições Particulares de Solidariedade Social¹²
- pessoas colectivas de utilidade pública administrativa¹³

As fundações podem portanto adquirir outros enquadramentos legais, consoante os objectivos a que se propõem: IPSS (as fundações de solidariedade social registam-se como tal), ONG. As fundações são tuteladas e registam-se junto dos ministérios aos quais esteja ligada a sua actividade: Ministério da Educação, Ministério do Trabalho e Solidariedade, Ministério da Saúde. Basicamente, o seu enquadramento geral rege-se pelo Código Civil¹⁴.

HISTORIAL DO SECTOR

As fundações surgem como “uma tomada de consciência da sociedade civil da crise das instituições no mundo contemporâneo, nomeadamente da crise do Estado Providência e de uma tomada de consciência de que havia situações sociais cuja resolução poderia ser mais eficazmente obtida através da sua própria iniciativa” (GUIA DAS FUNDAÇÕES PORTUGUESAS, 1996) A incidência destas iniciativas fez-se notar principalmente na área da solidariedade social, mas não podem ser esquecidas as actuações feitas nas áreas do ensino, da cultura e, ultimamente, na colaboração com os países africanos de expressão portuguesa (ibid.)

Com diminuta expressão até à década de 50 (até aí são criadas 4 fundações em Portugal), o mundo fundacional conheceu, a partir de então,

11 D.-L.nº460/77 de 7 de Novembro

12 D.-L.nº460/77, mas estão sujeitas a tutela do Estado, D.-L.nº119/83 de 25 de Fevereiro, art.ºs 32º a 39º

13 D.-L. nº460/77 e o Código Administrativo, do qual decorre que são tuteladas pelo Estado e estão sujeitas ao controlo do Tribunal de Contas e às regras da Contabilidade pública

14 art.ºs 157º a 166º e 185º a 194º

um ligeiro acréscimo (de 1960 a 69 são criadas 36), atenuado, no entanto, durante a conjuntura posterior ao 25 de Abril de 1974 (passam a 19). A partir da década de 80, é notório o salto quantitativo no surgimento de novas fundações (surgem 92 fundações), a que não será alheia uma maior maturidade e estabilidade social e económica e alguma produção legislativa com reflexos no sector (em 1977 e 1979, respectivamente sobre a utilidade pública e sobre o estatuto das IPSS). De 1990 a 1996, são criadas 102 fundações.

Tem-se conhecimento da existência de 350 fundações em Portugal (ibid.)

DEFINIÇÃO DOS CONCEITOS E PROBLEMÁTICAS DO TIPO DE INSTITUIÇÃO

Em relação à cooperação na área da solidariedade social com os PALOP, as fundações portuguesas seguem o modelo que se verifica em relação a outras instituições da sociedade civil portuguesa: exceptuando alguns casos em que esta cooperação desempenha um papel importante no conjunto das actividades, a maior parte das fundações não tem como vocação principal a cooperação nesta área e alguns projectos e iniciativas que possam ter lugar têm um carácter pontual. Isto acontece também porque este tipo de objectivo deverá estar definido desde a sua constituição, conforme indicação do(s) fundador(es) ou resultar dos objectivos propostos pelos dadores. Além disso, a principal área de actuação das fundações portuguesas situa-se a nível regional, o que faz com que a maior parte das iniciativas se restrinjam à região onde estão implantadas. É de salientar, no entanto, que em relação a um número crescente de instituições deste tipo se tem vindo a incluir nos objectivos e projectos de futuro a acção nesta área. Muitas das fundações contactadas, apesar de não terem ainda programadas acções concretas, começam a incluir na sua definição de objectivos a cooperação com os PALOP.

IMPLANTAÇÃO, REPRESENTATIVIDADE, DINAMISMO NA SOCIEDADE PORTUGUESA

O espaço de actuação das fundações portuguesas, distribui-se da seguinte forma:

Âmbito	Percentagem	Número
Regional	74%	185
Nacional	16%	40
Internacional	10%	24

Fonte: Guia das Fundações Portuguesas, Centro Português de Fundações, 1996

As fundações portuguesas são instituições com relativa importância na sociedade portuguesa, especialmente a nível local e regional.

Daí que grande parte das acções levadas a cabo tenham como alvo a(s) comunidade(s) onde estão inseridas, ilustrando um forte enraizamento e influência regional das fundações na sociedade portuguesa. É de salientar que começa a ter expressão o aparecimento de fundações que, na prossecução dos seus fins e em igual escala de valor, senão mesmo como objectivo principal, privilegiam relações além fronteiras: é o caso concreto das fundações que promovem a cooperação com os PALOP (ibid.)

A maior parte das fundações portuguesas possui o estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), integradas na União das IPSS, que faz a ligação entre estas e o Estado português. O principal papel das fundações, enquanto instituições da sociedade civil, situa-se ao nível da complementarização das disposições constitucionais atribuídas ao Estado, nomeadamente no que diz respeito à educação, apoio a grupos carenciados, prevenção da exclusão social, solidariedade social, entre outras. O seu papel é fundamental na sociedade portuguesa e é o reconhecimento desta importância que possibilita que as fundações portuguesas (muito mais do que as suas congéneres europeias) beneficiem de isenções fiscais e sejam subsidiadas pelo número de utentes.

Em relação ao estatuto de utilidade pública, as fundações de solidariedade social - que representam uma fatia considerável no conjunto - adquirem-no logo a seguir à sua constituição, o que faz com que grande parte das fundações portuguesas gozem deste estatuto:

Estatuto de utilidade pública	Percentagem	Número
Com utilidade pública	68%	172
Com processo em curso	8%	20
Sem utilidade pública	24%	60

Fonte: Guia da Fundações Portuguesas, Centro Português de Fundações, 1996

INTEGRAÇÃO EM REDES

As fundações, em Portugal, estão integradas num organismo de cúpula, o Centro Português de Fundações com o estatuto jurídico de associação, criado em 1993 com o objectivo de as aglutinar e servir de pólo coordenador dos interesses comuns, sendo, ao mesmo tempo, um órgão representativo do sector. Este centro congrega informação relativa às fundações portuguesas e que é publicada num directório cujo último número data de 1996. A informação contida neste guia refere-se a: fundadores, data de registo ou publicação dos estatutos, órgãos estatutários,

objectivos, outras iniciativas, bolsas, subsídios atribuídos, subsídios recebidos, capital inicial, capital actual, receitas e despesas em triénios, número de trabalhadores, resumos da actividade das fundações desde o seu início até ao momento actual. Além disso, o CF tenta ainda ser mediador e ponto de contacto com os seus congéneres na Europa e no resto do mundo.

A nível internacional, as fundações portuguesas, através do CF, encontram-se filiadas no European Foundation Centre (EFC) e é também este que estabelece ligação com outras associações de fundações do resto do mundo. No entanto e a título individual, as fundações podem estabelecer ligações preferenciais a outras fundações e/ou outras organizações, governamentais ou não, com vista a desenvolver programas em determinadas áreas.

COMPETÊNCIAS E CAPACIDADES COMUNICATIVAS DO SECTOR

A nível individual, as fundações diferem muito em relação às suas capacidades comunicativas e este facto prende-se essencialmente com a sua dimensão e acção levada a cabo. Em algumas fundações poderão existir órgãos especializados nesta área enquanto que em outras as carências a este nível são elevadas.

Através do CPF, a comunicação relativa ao sector tem vindo a ser incrementada, especialmente através da realização de encontros anuais e da produção de documentos (nomeadamente o directório das fundações portuguesas) e sua divulgação junto das instituições do sector e a ele ligadas.

Existe, contudo, e em relação à maior parte das fundações, uma tendência para preterir as acções de divulgação das suas actividades. Sendo instituições privadas e gozando de isenções fiscais por parte do Estado, muitas fundações optam por acções mais discretas no que respeita à utilização dos meios de divulgação. Aliás, esta divulgação em pouco traria benefícios a estas instituições, já que os seus financiamentos não provêm de fontes ligadas à sociedade em geral.

COMPETÊNCIAS E CAPACIDADES TÉCNICAS E HUMANAS

Em matéria de recursos humanos envolvidos neste sector, existe a particularidade do recurso ao trabalho voluntário como elemento relevante na actividade de algumas fundações. Predominam as fundações de média e pequena dimensão em número de trabalhadores. Cerca de 70% das

fundações incluem-se num escalão até 50 trabalhadores, apenas 7% registam mais de 100 trabalhadores e apenas uma apresenta mais do que 3000 efectivos. Cerca de 15% não possuem trabalhadores assalariados, o que significa que recorrem essencialmente ao trabalho voluntário, não só através dos próprios membros, dos seus órgãos directivos (ou mesmo dos restantes órgãos sociais), mas também de outros cidadãos que se predispõem a colaborar na prossecução dos objectivos dessas fundações. Quanto ao peso do voluntariado, cerca de 50% das fundações utilizam entre 1 e 50 voluntários. Existem também 46% de fundações que não recorrem ao trabalho voluntário¹⁵.

ACESSO A FONTES DE FINANCIAMENTO E RECURSOS

O acesso a fontes de financiamento e recursos é muito variável de fundação para fundação. No entanto, a maioria dedica-se aos investimentos imobiliários, especialmente aos rendimentos obtidos através de terrenos, edifícios, etc. que possuem. Em relação a uma minoria, às fundações de maior porte, além destes rendimentos do património, crescem os rendimentos obtidos através do investimento mobiliário, do investimento em acções em especial, e de rendimento ligados a outras explorações específicas.

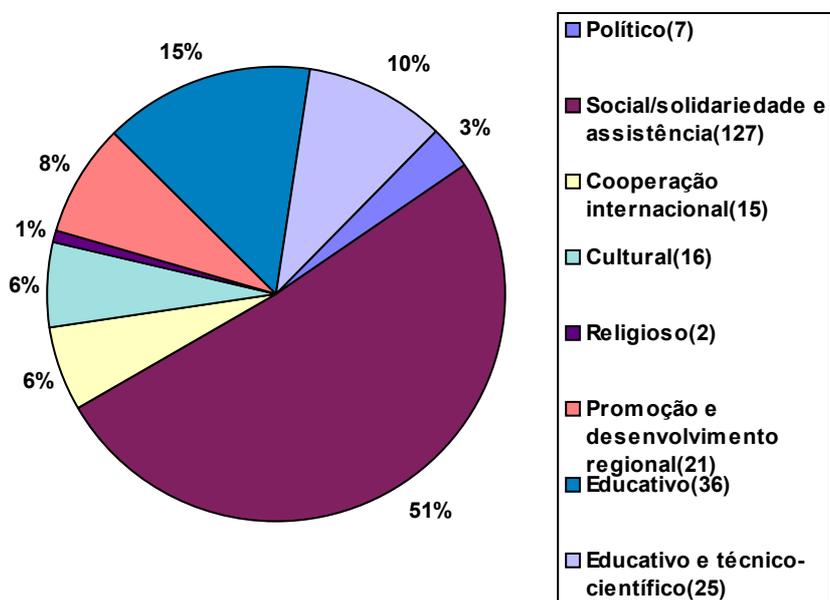
Da parte do Estado português, as fundações beneficiam dos referidos benefícios fiscais, muitas vezes associados ao número de beneficiários das suas acções.

ÁREAS DE COOPERAÇÃO DO SECTOR

Os principais objectivos e âmbito de actuação das fundações portuguesas são apresentados no seguinte gráfico, que mostra a preponderância da acção no campo social, da solidariedade e assistência: “Confirma-se que a marca por excelência do Mundo Fundacional Português são os fins de solidariedade social...” e que “Sem deixarem de viver voltadas para as realidades nacionais e regionais, o sector das fundações está a abrir-se além fronteiras, em matéria de cooperação com outros países” (ibid.) Este âmbito de actuação e objectivos prosseguidos têm expressão determinante ao nível regional, onde os cidadãos se encontram muitas vezes organizados ao nível da freguesia ou do concelho, procurando dar resposta às carências de natureza social.

¹⁵ segundo os números do CPF relativos às respostas recebidas

Principais objectivos prosseguidos pelas fundações portuguesas e âmbito de actuação



FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN

A Fundação Calouste Gulbenkian, pelo papel importante que tem no âmbito da cooperação com os países africanos de expressão portuguesa, deve ser considerada neste ponto à parte. O peso que a cooperação realizada por esta instituição no seio das instituições portuguesas com projectos nesta área tem é muito superior às restantes e com um percurso que data já de há alguns anos, o que possibilitou a aquisição de experiências e conhecimentos específicos nesta área, o que por sua vez constitui uma mais-valia importante.

Fundada em 1956, ano em que lhe é reconhecido também o estatuto de utilidade pública, a fundação prevê nos seus objectivos acções ligadas à beneficência, arte, educação e ciência. Emprega cerca de 872 trabalhadores.

Apesar de poderem ser analisadas as acções específicas relativas à actividade da fundação na cooperação com os PALOP, é de salientar que muitas iniciativas levadas a cabo noutros domínios têm também como consequência um direccionamento dos seus efeitos positivos para os países africanos. Isto é, as actividades desenvolvidas pelo Serviço de Animação, Criação Artística e Educação pela Arte (ACARTE), pelo Serviço de Belas – Artes, pelo Centro de Arte Moderna José Azeredo Perdigão (CAMJAP), pelo Museu Calouste Gulbenkian, pelo Serviço de Música, pelas Revistas Colóquio Letras e Colóquio Artes, pela Biblioteca Geral de Arte, pelo Serviço de Bibliotecas e apoio à leitura, pelo Serviço de Bolsas de Estudo, pelo Serviço de Educação, pelo Serviço de Ciência, pelo Instituto Gulbenkian de Ciência (IGC), pelo Serviço de Saúde e Protecção Social, pelo Serviço Internacional, apesar de não poderem ser consideradas actividades directamente direccionadas para a cooperação com os PALOP, em muito contribuem para a divulgação da cultura africana e dos problemas específicos relativos aos países africanos de expressão portuguesa, para a prossecução de actividades e iniciativas em âmbitos importantes para o desenvolvimento social e económico destes países. Como exemplo podem-se referir os espectáculos, festivais, exposições, estudos de arte, teatro, aquisição de obras, documentação, realização de cursos, conferências, colóquios, apoio a publicações, investigação e pesquisa, entre outras. Estas acções, embora possam ser consideradas de cariz indirecto, já que não têm como objectivo principal a cooperação na área da solidariedade com os países africanos, constituem, no entanto, uma importante referência à cooperação que é realizada por instituições portuguesas com os PALOP, em especial aquela que é realizada pelas instituições do sector das fundações.

No conjunto dos diversos serviços da fundação que descrevemos, aquele directamente envolvido na cooperação com os PALOP é o Serviço para a Cooperação com os Novos Estados Africanos. Este serviço, tem a seu cargo o desenvolvimento de actividades de apoio aos países africanos lusófonos e aos nacionais de Timor-Leste, nomeadamente a atribuição de subsídios e a concessão de bolsas de estudo. Durante o ano de 1996 este serviço despendeu para estes fins um total de 386 160 381\$00. Os domínios privilegiados nesta área são os da educação/formação e de saúde por se entender que são aqueles que, de uma forma mais directa, podem contribuir para o desenvolvimento que se pretende promover e estimular. A colaboração com grandes organismos de financiamento, como a União Europeia (através do Fundo Europeu de Desenvolvimento), o Banco Mundial, o PNUD, a Organização Mundial de Saúde e o Banco Africano de Desenvolvimento, bem como diversos departamentos do Estado Português, continua a potenciar a capacidade interventiva da fundação no sector da cooperação. No ano de 1996 deve salientar-se a continuidade do programa de formação de recursos humanos, o prosseguimento do projecto de consolidação dos sistemas educativos em colaboração com a Comunidade Europeia, o início formal de vasto programa de apoio às universidades moçambicanas, o prosseguimento de apoio e valorização de diversos serviços em unidades hospitalares nacionais dos países lusófonos e o estímulo à continuidade de actividades artísticas e ao desenvolvimento de projectos de intercâmbio no domínio científico nestes países.

Por áreas e no âmbito da cooperação com os países africanos de expressão portuguesa, os montantes atribuídos para as diversas acções e as actividades mais importantes em cada área foram os seguintes:

Educação – 245 057 082\$00: continuidade dada ao programa de formação e valorização de recursos humanos através da atribuição de bolsas de estudo para cursos básicos, secundários, superiores (universitários, politécnicos) e de pós-graduação, estágios profissionalizantes e de aperfeiçoamento e investigação e especialização em Portugal (concedidas e renovadas bolsas de estudo no valor de 101 766 438\$00); continuidade de outros projectos e atribuição de subsídios.

Saúde - 123 368 000\$00: continuaram a desenvolver-se projectos nas áreas de formação de quadros superiores e médios, na recuperação e melhoria de serviços hospitalares, na criação de condições de exercício da actividade médica de especialidade em condições técnicas de boa qualidade e no apoio a programas da área da saúde pública.

Arte – 10 144 839\$00: apoio à realização de festivais, participação nas despesas com publicações, oferta de equipamento informático, reprografia e segurança de livros, participação em produção de filmes.

Ciência – 4 589 804\$00: apoio de actividades e projectos destinados a estimular a criação de capacidades técnico-científicas nacionais e proporcionar a técnicos africanos a participar em congressos e seminários de índole científica.

As contribuições da fundação na área da cooperação com os países africanos de expressão portuguesa, em especial na área da solidariedade, realizada directa ou indirectamente, são inequivocamente dos mais significativos no conjunto da cooperação realizada por instituições do sector das fundações em Portugal. Com larga tradição e experiência nesta área, a fundação realiza acções e disponibiliza verbas que adquirem especial significado neste âmbito e que são geridas de forma a suprir necessidades reais e urgentes dos países africanos lusófonos. A gestão da cooperação e os resultados positivos que a fundação tem obtido são possíveis por um lado, devido à longa experiência adquirida no terreno e ao conhecimento da realidade e problemáticas inerentes ao contexto africano e, por outro lado, devido à organização da cooperação no Serviço para a Cooperação com os Novos Estados Africanos, serviço este que, dada a sua especialização, consegue organizar e levar a cabo com sucesso acções importantes nesta área.

PONTOS FORTES E PONTOS FRACOS

Em relação à cooperação com os PALOP, esta pode ser potencializada por estas instituições na medida em que programas deste tipo podem fazer parte dos objectivos das mesmas. Por esta razão, esta possibilidade de cooperação é muito diferenciada de fundação para fundação. Os objectivos das fundações, atribuídos pelos seus fundadores, deverão ser cumpridos e, já que o âmbito da maior parte das fundações portuguesas se situa ao nível regional, muitos destes objectivos incluem também e maioritariamente as acções a este nível. Em relação aos pontos fortes, as fundações são instituições potencialmente vocacionadas para acções de cariz social e a solidariedade social constitui uma das suas principais vertentes de actuação. Deste modo, e apesar de a cooperação com os países africanos de expressão portuguesa se encontrar ainda em fase de definição para muitas delas, é certo que este tipo de acções tem vindo a crescer e a ser objecto de redefinição.

POTENCIAIS E PERSPECTIVAS

Existe uma clara tendência actual para as fundações portuguesas alargarem o âmbito da sua actuação ao nível internacional e com especial incidência aos países africanos de expressão portuguesa. Nos últimos tempos, o número de fundações cujos objectivos incluem a cooperação com estes países tem vindo a aumentar e é esta vocação que poderá gerar formas de cooperação com vantagens para os países envolvidos. No que respeita às competências na área da solidariedade social, as fundações representam um sector que apresenta potenciais a explorar, nomeadamente em relação às capacidades de mobilização de esforços, à vocação para as acções de âmbito social, à utilização de trabalho voluntário. Constituem um sector que, estando a reorganizar-se diariamente no sentido de uma acção conjunta, encara com melhores expectativas a cooperação com os PALOP.

ENSINO E FORMAÇÃO

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Se a cooperação realizada pelas instituições de ensino superior portuguesas com os PALOP se tem caracterizado por uma participação que pode ser considerada mais indirecta - através da realização de colóquios, conferências, estudos, cedência de espaços para a realização de eventos relacionados com África, atribuição de bolsas de estudo - esta participação não deixa de ser fundamental e de apresentar perspectivas positivas. Este potencial desenvolvido ao longo dos anos e a capacitação de recursos humanos consequente, constituem uma das vias de abertura destas instituições de ensino a um maior nível de cooperação com os países africanos. Com a possibilidade de integração em redes como parceiros fornecedores de bases de conhecimento e experiência relativamente a assuntos africanos, as instituições de ensino superior portuguesas representam uma base fundamental para a definição e concretização de projectos por parte de associações, empresas, organismos estatais, organizações não governamentais.

Em relação à formação profissional, este sector tem vindo a desenvolver acções múltiplas nesta área (algumas instituições mais do que outras) e as instituições de ensino profissional constituíram já uma base considerável de experiência em contexto africano. Apesar de todo este potencial e de terem já sido dados os primeiros passos na área da formação profissional, as instituições de formação profissional consideram que as suas capacidades e competências poderiam ser mais bem aproveitadas e o incentivo à sua participação em acções de cooperação poderia trazer perspectivas de melhoria das suas competências a este nível, nomeadamente no que se refere à planificação, gestão e avaliação de projectos, ao aproveitamento e ampliação das competências em assuntos africanos e do desenvolvimento.

Portugal dispõe de uma vantagem comparativa pelo facto da língua portuguesa representar um veículo de aprendizagem previamente assimilado o que representa uma possibilidade acrescida de sucesso. Neste contexto, as instituições de ensino portuguesas têm especial relevância na definição de uma política de cooperação na área social.

DEFINIÇÃO DO SECTOR

No quadro do ensino e da formação em Portugal, uma primeira escolha em relação ao tipo de instituições a incluir no estudo teve de ser realizada com o propósito de incidir mais objectivamente sobre aquelas que fossem representativas de iniciativas descentralizadas. Numa primeira sondagem realizada junto de escolas do ensino básico e secundário, chegou-se à conclusão que estas, devido à sua dependência financeira do Estado, poucas hipóteses teriam de realizar acções no âmbito da solidariedade social com os PALOP. As possibilidades que existem passam apenas pela mobilização de esforços da comunidade educativa no sentido de sensibilizar para os problemas nos países africanos ou pela recolha de fundos, alimentos, roupas, etc. que são posteriormente enviados para estes países. Estas acções, no entanto, não são consideradas para efeitos de realização do levantamento já que apresentam as seguintes características: - as mobilizações da comunidade escolar são normalmente fruto de campanhas e iniciativas tomadas por outras organizações (normalmente associações de solidariedade); - realizam-se pontual e esporadicamente e a maior parte das vezes não chegam a ser feitos registos dos montantes, quantidades, nível de participação, etc. O que acontece normalmente é que estas escolas, pela sua ligação privilegiada às comunidades locais, pela possibilidade de exponenciação dos contactos com a população e pelos empenhos que possam gerar, servem de instrumentos preciosos para a acção no âmbito da solidariedade e são por isso meios importantes utilizados para acções nesta área.

Posto isto, as instituições incluídas no inquérito cingiram-se às instituições de ensino superior e politécnico, público, privado e cooperativo (devido à sua autonomia científica, pedagógica, administrativa e financeira, embora em relação a esta última as universidades públicas sejam alvo de acção fiscalizadora por parte do Estado), às instituições de formação como as Escolas Profissionais (também com autonomia financeira, administrativa e pedagógica), os Centros de Formação Profissional (CFP) que, apesar de serem geridos pelo IEFP, apresentam uma forte representatividade da sociedade civil na sua gestão (nos CFP de gestão directa os parceiros sociais estão representados nos Conselhos Consultivos e nos CFP de gestão participada os protocolos estabelecidos entre o IEFP e entidades públicas ou privadas prevêm a representação dos parceiros e de ambas as partes nos Conselhos de Administração).

O ensino e formação superiores ou médios em Portugal são geridos por duas entidades em cooperação: o Ministério da Educação e o Ministério do Trabalho e da Solidariedade. O Ministério da Educação tem a tutela do ensino superior público e orienta e coordena o ensino superior particular e

cooperativo através do Conselho Coordenador do Ensino particular e Cooperativo. As Escolas Profissionais, ainda que sejam na sua maioria de natureza privada, estão sujeitas à tutela científica, pedagógica e funcional do ME, que é exercida no âmbito das competências dos Departamento do Ensino Secundário pelo Núcleo do Ensino Profissional.

O Ministério do Trabalho e da Solidariedade tem a tutela da formação profissional, através do Instituto de Emprego e Formação Profissional, sobre uma rede de Centros de Formação Profissional.

Para que se possam abordar as questões da solidariedade social ligadas à mobilização de esforços por parte da sociedade civil no seio das instituições de ensino e formação, teremos que nos centrar nas acções empreendidas pelas instituições de ensino superior público enquanto possuidoras de relativa autonomia neste campo, especialmente a financeira; às instituições de ensino particular e cooperativo como entidades autónomas. Em relação às instituições tuteladas pelo Ministério para a Qualificação e Emprego, reportar-nos às instituições do IIEFP enquanto possuidoras de autonomia nesta área e enquanto ligadas aos actores locais.

HISTORIAL DO SECTOR

A partir de 1973 a universidade em Portugal sofre importantes reformas, surgindo novas universidades, descentralizadas, fora dos tradicionais centros escolares de Coimbra, Lisboa e Porto. É também durante estes anos que é dado impulso inicial à criação de instituições no sector do ensino superior privado e cooperativo. Desde aí, a autonomia das instituições de ensino tem-se revelado a diversos níveis, nomeadamente no que toca ao desenvolvimento de actividades inovadoras e paralelas ao ensino, como sejam a investigação e a cooperação.

Em 1989 é iniciada a criação de uma rede nacional de Escolas Profissionais com vista a colmatar necessidades sentidas ao nível do ensino profissional. Estas entidades são pessoas colectivas de fins não lucrativos e gozam das prerrogativas das pessoas colectivas e utilidade pública nos termos do Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo. A organização e gestão das EP tem sido caracterizada por uma grande flexibilidade.

Os Centros de Formação Profissional têm acompanhado o crescimento das iniciativas ligadas à cooperação com os países africanos, com a particularidade de terem vindo a desenvolver capacidades técnicas ao longo dos anos que se prendem com a especificidade e vocação destes centros

para a formação profissional e com o facto de serem instituições privilegiadas de ligação entre o Estado português e os parceiros africanos.

No que se refere à cooperação com os países africanos de expressão portuguesa, saliente-se que existe um cada vez maior empenho em aplicar ao desenvolvimento destes países os conhecimentos e capacidades deste sector. É notório, nos últimos anos, o crescimento de actividades ligadas à cooperação.

Com o crescimento que as instituições de ensino têm vindo a registar nos últimos anos, assiste-se também a uma maior diversificação das actividades desenvolvidas e à inclusão da cooperação com os países africanos de expressão portuguesa nos objectivos gerais das instituições, seguindo uma tendência registada a nível nacional.

DEFINIÇÃO DE CONCEITOS E PROBLEMATICAS

Tendo em conta que as acções de cooperação com os PALOP na área da solidariedade social e em relação ao ensino básico e secundário estão limitadas às acções de mobilização de pessoal e angariação de fundos e bens junto das comunidades em que estão inseridas, a cooperação resultante apresenta um carácter pontual, disperso no tempo e no espaço, a maior parte das vezes resultado de iniciativas tomadas por outras entidades externas que aproveitam as potencialidades destas instituições.

Em relação a outras instituições de ensino público, o cenário não é muito diferente no que respeita às características da cooperação, apresentando, no entanto, algumas diferenças quanto à possibilidade de incluir nos seus objectivos e programas este tipo de cooperação, já que gozam de relativa autonomia. A acção das universidades, no entanto, tem-se caracterizado pela atribuição de bolsas de estudo a estudantes oriundos dos PALOP (também estas atribuições deverão ser entendidas como dispersas e pontuais) e incluem-se nas suas contribuições a nível da solidariedade social a formação e melhoria dos quadros, os estudos sobre a cooperação e desenvolvimento, a organização de seminários e conferências, a manutenção de centros de estudos sobre a cooperação com estes países, a cedência de espaços para a realização de actividades quer no âmbito da divulgação da cultura africana, quer no âmbito da realização de actividades de cariz cultural, formas relativamente indirectas de cooperação nesta área.

Os Centros de Formação Profissional e as Escolas Profissionais parecem-nos ser as instituições mais voltadas para a cooperação nesta área¹⁶, embora as suas acções incidam sobre a formação profissional, visto ser a sua área de experiência. Esta formação é principalmente desenvolvida em Portugal, sendo, contudo, alguma realizada nos países destinatários. As iniciativas desta cooperação são sobretudo da parte dos parceiros. As lacunas sentidas situam-se fundamentalmente ao nível da definição de uma política de cooperação nesta área por parte do Estado português e das suas instituições, ao nível dos financiamentos, ao nível da administração destes processos. Assim sendo, as Escolas Profissionais e Centros de Formação Profissional, embora incluindo a cooperação nas suas estratégias e objectivos, embora possuindo os meios técnicos, humanos e os equipamentos, possuindo uma vocação específica nesta área, desenvolvem cada vez menos os seus conhecimentos dos problemas inerentes aos países para onde poderiam direccionar a formação profissional, não criam capacidades e experiência relativamente aos PALOP.

IMPLANTAÇÃO, REPRESENTATIVIDADE, DINAMISMO NA SOCIEDADE PORTUGUESA

Ligadas desde sempre às actividades da investigação, as instituições portuguesas de ensino superior caracterizam-se por uma vocação para a promoção do debate público e divulgação dos problemas sociais contemporâneos. Nesta medida, são instituições centrais em relação à sensibilização para as questões do desenvolvimento e da cooperação, da solidariedade.

As Escolas Profissionais e Centros de Formação Profissional, cuja a actividade tem vindo a ser incentivada de há alguns anos a esta parte, apresentam-se como instituições voltadas para a formação a nível prático, facto que tem feito aumentar a procura de formação nesta vertente e o desenvolvimento de capacidades e adequação de meios com vista a satisfazer as necessidades.

O sector português de ensino e formação poderá então ser caracterizado como um sector que tem vindo a desenvolver e aperfeiçoar as suas capacidades tanto no âmbito da investigação como no âmbito da qualificação prática. A atenção prestada aos países africanos por parte destas instituições apresenta também a mesma tendência.

¹⁶ O I.E.F.P. prevê, nos seus estatutos, "... participar em acções de cooperação com organizações nacionais e estrangeiras, nos domínios do emprego, da formação e da reabilitação profissional".

INTEGRAÇÃO EM REDES NACIONAIS

A nível nacional, as instituições de ensino em Portugal estão integradas em órgãos de promoção e dinamização como a Fundação das Universidades Portuguesas o Conselho Universitário Português, entre outras. Relativamente aos países africanos, estas instituições não apresentam projectos específicos, sendo no entanto de salientar que este campo, com a importância crescente que assume, se tem vindo a destacar e potencialmente poderá constituir um campo de actuação conjunta dos estabelecimentos integrados nestas redes.

Em relação à formação profissional, a organização das instituições nesta área é coordenada pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional que tem vindo a desenvolver projectos nesta área. Apesar de as escolas e centros de formação considerarem que a importância atribuída pelo instituto à cooperação na área da formação profissional com os PALOP é ainda reduzida e pouco desenvolvida, esboçam-se tendências no sentido de uma ampliação das actividades aos países africanos.

INTEGRAÇÃO EM REDES INTERNACIONAIS

Entre as diversas instituições de ensino e formação portuguesas e dos PALOP são criados protocolos e contratos de cooperação entre instituições, em alguns casos redes de interesses comuns¹⁷ ou podem existir iniciativas mais abrangentes que insiram as instituições de ensino em iniciativas de âmbito mais alargado. Em casos cada vez mais frequentes, a interligação destas instituições a outras interessadas na cooperação nesta área faz-se de forma positiva (como por exemplo fundações, ONG, Câmaras Municipais, instituições religiosas).

COMPETÊNCIAS E CAPACIDADES COMUNICATIVAS DO SECTOR

Diferem de instituição para instituição, sendo, no entanto, as acções relativas às conferências, estudos e outras as mais divulgadas. Resultam também, desta investigação e divulgação das temáticas, publicações e relatórios de interesse para a cooperação e que muitas vezes são o tipo de actividade privilegiada em relação à cooperação na área da solidariedade que as instituições deste tipo realizam. Isto é, as instituições portuguesas de ensino superior consideram a comunicação, a organização de conferências e outras iniciativas do género como uma das vertentes possíveis de

¹⁷ por exemplo, a Rede de Educação do Instituto Luso Africano para a Cooperação Científica e tecnológica – ILAC/CT, a Associação de Universidades de Língua Portuguesa

cooperação com os países africanos de expressão portuguesa já que possibilitam dar a conhecer os problemas e perspectivas relativas ao desenvolvimento destes países. Em relação às escolas e centros de formação profissional, as suas actividades relativas à cooperação com os PALOP não são alvo de divulgação e a interligação das suas actividades com outras instituições com projectos nesta área resulta de contactos específicos e muitas vezes personalizados.

COMPETÊNCIAS E CAPACIDADES TÉCNICAS E HUMANAS

As instituições de ensino superior e formação em Portugal revelam potenciais capacidades técnicas e humanas. Dotadas de um corpo de investigadores e técnicos especializados, pessoal com competências na área da formação, com uma produção relativamente considerável de estudos relativos ao desenvolvimento e à cooperação com os países africanos, são instituições que têm assistido a um crescimento de sentido positivo das suas acções na área da cooperação. Muito embora nem sempre as actividades possíveis de desenvolver sejam concretizadas, têm-se vindo a desenvolver e a especializar as capacidades e competências técnicas e humanas, quer através da experiência obtida através das acções já empreendidas, quer através do interesse cada vez maior que o desenvolvimento económico e social dos PALOP desperta no meio académico. As instituições de ensino e formação possuem ainda capacidades de apoio técnico especializado no que respeita às diversas áreas de conhecimento e tecnológicas.

ACESSO A FONTES DE FINANCIAMENTO E RECURSOS

O ensino superior público sendo financiado pelo Estado português através do Ministério da Educação goza, no entanto, de autonomia na gestão desse financiamento e é essa autonomia que permite às instituições orientarem esforços na direcção da cooperação com os países africanos. O mesmo se passa em relação aos Centros de Formação Profissional que também podem definir áreas prioritárias de intervenção e cooperação. Em relação ao ensino superior privado, sendo o seu financiamento feito por privados, existe uma maior flexibilidade na aplicação dos fundos, cabendo a decisão de direccionar para a cooperação maior ou menor volume de investimento às próprias instituições e aos seus investidores. Em relação às Escolas Profissionais, na sua maioria de natureza privada (poucas há de natureza pública), as decisões relativas à aplicação de fundos na área da cooperação com os PALOP é também da competência das próprias escolas e dos seus investidores.

ÁREAS DE COOPERAÇÃO DO SECTOR

O tipo de cooperação realizada por estas instituições abrange, consensualmente com as actividades para que têm competência e capacidades, a formação profissional, organização de conferências e divulgação das problemáticas relativas ao desenvolvimento, a realização de estudos, o apoio técnico especializado, o levantamento de necessidades de formação e consultadoria na área da criação/remodelação de instituições de ensino, a atribuição de bolsas, subsídios e isenções a estudantes oriundos dos PALOP. Estas áreas de intervenção, pelas suas características, são consideradas pelas instituições como fazendo parte de uma cooperação para a solidariedade social, bem-estar social, alívio da pobreza e intervenção ao nível das necessidades básicas, já que a formação de quadros, os estudos e a consultadoria realizados apresentam também como objectivo estas vertentes sociais.

PONTOS FORTES E PONTOS FRACOS

Em relação ao conhecimento da realidade africana, pode-se dizer que um número crescente de instituições, especialmente as que têm desenvolvido projectos em colaboração com os países africanos, tem vindo a adquirir competências a nível do conhecimento da realidade e problemáticas próprias do contexto africano. Além disso, as diversas instituições que se têm dedicado aos estudos e à organização de conferências sobre temas relacionados com os PALOP têm criado também uma base de informação e relatórios de importância considerável para a intervenção nesta área e neste contexto. Os pontos fortes a apontar em relação à cooperação realizada pelas instituições de ensino situam-se portanto ao nível da informação e conhecimentos que têm vindo a adquirir e também ao nível da sua vocação específica na área da formação, profissional e não só, que é uma das vertentes de base no que toca à cooperação para o desenvolvimento e à cooperação na área da solidariedade social.

Em relação aos pontos fracos, estes incidem também sobre o conhecimento das realidades específicas dos países africanos de expressão portuguesa, já que se um número razoável de instituições tem vindo a aprofundar este conhecimento, outras revelam ainda muitas carências nesta área. Por outro lado, esta falta de conhecimento prende-se também com o facto de estas acções, em grande percentagem das instituições referidas se encontrar ainda numa fase inicial e de definição de políticas e projectos de cooperação. Pesa ainda o facto de a cooperação com os países africanos de expressão portuguesa não constituir ainda vocação específica. Outros

pontos fracos a apontar relacionam-se com a falta de apoio das instâncias estatais na definição e desenvolvimento de políticas (no caso das instituições de ensino dependentes de organismos estatais), ao facto de grande parte da cooperação nesta área se cingir à atribuição de bolsas a estudantes africanos.

POTENCIAIS E PERSPECTIVAS

Através das capacidades e competências que as instituições portuguesas de ensino têm vindo a criar na área da cooperação, quer no domínio da formação especializada e do corpo de informação criado quer através da repetição de experiências no terreno, as instituições revelam um potencial com tendências de crescimento e no sentido positivo no que se refere à cooperação com os PALOP nesta área. É de prever que as suas acções nos países africanos de expressão portuguesa cresça nos próximos tempos, não só devido ao facto de este crescimento se inserir numa tendência a nível nacional mas também porque as instituições vêm neste tipo de cooperação uma forma de aplicar as suas capacidades e competências desenvolvidas, uma forma de alargar e expandir as suas actividades além do espaço português. Muitas instituições de ensino começam a considerar nos seus projectos de futuro a cooperação com os países africanos de expressão portuguesa e muitas das interessadas começam agora a dar os primeiros passos. As dificuldades sentidas, nomeadamente no que se refere à falta de experiência nos contextos africanos têm tendência a dissipar-se e, através da criação de redes de instituições interessadas em desenvolver projectos no continente africano, estas dificuldades poderão ser ultrapassadas mais rapidamente.

EMPRESAS

Não foi identificada informação que leve a concluir da existência de acções de cooperação na área da solidariedade protagonizadas por empresas.

O potencial de cooperação deste sector na área da solidariedade social é altamente relevante. A contribuição das empresas para o total de fluxos financeiros encaminhados para os países em desenvolvimento já supera todos os outros. Segundo o relatório de 1997 da Eurostep (Solidariedade Europeia para a Participação Iguitária dos Povos – ICVA) - “A realidade da Ajuda”, decrescem todas as fontes de proveniência da APD excepto a de origem privada empresarial que supera em quatro vezes a restante.

Também em Portugal a APD de origem privada comercial tende a crescer significativamente em relação à APD do sector público.

A incorporação da cooperação empresarial na área da Solidariedade é uma área em aberto que coloca um desafio aos vários protagonistas deste processo; serem capazes de promover as potencialidades da cooperação neste sector em benefício de todas as partes interessadas.

Para as empresas este tipo de cooperação pode significar uma oportunidade de:

Promover a sua imagem e prestígio junto das populações locais, melhorando o ambiente externo do seu investimento ou actividade produtiva; criando sinergias com a população relacionada directa ou indirectamente com a actividade desenvolvida podem aumentar o potencial económico dos investimentos.

Aumentar a sua capacidade negocial e prestígio junto das autoridades governamentais locais pelos benefícios que todos podem retirar destas acções; facilidade de instalação e concretização dos investimentos; apoio prestigiante para a imagem das autoridades locais junto das populações; melhoria das condições de vida das populações locais.

Melhorar a ligação institucional com os responsáveis da cooperação portuguesa pelo reforço da imagem da empresa, aumentando, eventualmente, a acessibilidade a apoios ao investimento, nomeadamente com os PALOP.

Os intervenientes, em Portugal, da Cooperação para a Solidariedade podem desempenhar um importante papel para os benefícios e interesse

estratégico que para as empresas pode representar a colaboração e envolvimento neste sector da cooperação.

As formas que esse envolvimento pode assumir são diversas mas a modalidade do patrocínio ou financiamento mecenático, nomeadamente com eventual apoio mediático da tutela governamental, pode ser um dos possíveis caminhos a trilhar. O financiamento das ONGD normalmente subfinanciadas, mas com bom índice de intervenção no terreno em circunstâncias difíceis, pode representar para um bom investimento dos recursos disponíveis para o efeito, por libertar o financiador dos encargos directos da intervenção no terreno.

Outra via possível do apoio empresarial, complementar ou exclusiva, poderia ser a facilitação de meios financeiros ou outros, para a criação de redes, formais ou informais, de comunicação em Portugal ou nos PALOP, entre as entidades que operam no sector; o investimento em canais mediáticos de interligação entre os interessados, a difusão de informação específica, patrocínio de bolsas de formação, financiamento de acções de formação ou a intermediação entre as instâncias oficiais e os agentes no terreno.

A sensibilização das empresas para este tipo específico de cooperação representa uma das prioridades essenciais para a eficiência dos programas e projectos a desenvolver.

AS AUTARQUIAS LOCAIS¹⁸

Maria Manuela Afonso

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Sem pretendermos ser exaustivos, gostaríamos de destacar a necessidade de:

institucionalizar a Cooperação Intermunicipal (CIM), no quadro do Poder Local, nos 7 países da CPLP, criando regulamentação própria, linhas de co-financiamento específicas e inserindo-a nas actividades do dia-a-dia dos municípios, com estruturas e recursos (financeiros e humanos) específicos;

criar mecanismos de apoio à CIM, no quadro da Convenção de Lomé, ou do que dela resultar a partir do ano 2000, e no quadro do programa PALOP da UE, à semelhança do que já acontece em outras regiões do mundo;

em conjunto, ter capacidade para identificar os objectivos, prioridades, recursos e meios por forma a alcançar um desenvolvimento sustentado;

dinamizar o funcionamento da UALOP de modo a que tenha a capacidade de incentivar, informar, coordenar e apoiar o envolvimento do Poder Local na cooperação para o desenvolvimento;

promover a descentralização do Poder nos PALOP, ou seja, ajudar a tornar o Poder Local democrático uma realidade nestes países, dando apoio na sua institucionalização, credibilização e actuação, o que passa não só pelo enquadramento legal mas também pela prática, apoiado na criação de recursos humanos, técnicos e financeiros para tal, contribuindo desta forma para a afirmação e reforço do poder local lusófono;

fomentar o envolvimento das empresas na CIM, promovendo o investimento directo externo, facilitando as trocas comerciais, em suma contribuindo para a inserção das economias dos PALOP na economia global;

desenvolver critérios estáveis para a CIM, quanto à:

legislação regulamentar;

planificação da política de cooperação a médio e longo prazos;

formação de pessoal para trabalhar nesta área;

coordenação intermunicipal e entre os municípios e o Poder Central;

18 Este texto tem por base o livro *Cooperação descentralizada: o caso dos municípios portugueses*, de Afonso, M. (1998), a informação recolhida junto do ICP e através do inquérito enviado aos municípios, para além de informações dispersas nos Media.

definição das bases de participação das ONGD;

definição de programas e linhas de co-financiamento;

avaliação das actividades de cooperação;

divulgação de informação;

o maior desafio está em todas estas organizações assumirem o trabalho de cooperação como uma prioridade, ou clarificarem o seu lugar nas actividades municipais e o seu alcance, e, ao mesmo tempo, superarem as suas próprias dificuldades de funcionamento.

DEFINIÇÃO DO SECTOR

De acordo com o artº 235º da Constituição Portuguesa «As autarquias locais são pessoas colectivas territoriais dotadas de órgãos representativos, que visam a prossecução de interesses próprios das populações respectivas». Para tal, «as autarquias locais dispõem de poder regulamentar próprio nos limites da Constituição, das leis e dos regulamentos emanados das autarquias de grau superior ou das autoridades com poder tutelar» (artº 241º).

Existem três espécies de autarquias locais: os municípios, as freguesias e as regiões administrativas (ainda por criar). As regiões autónomas da Madeira e dos Açores têm um estatuto diferente, são regiões político-administrativas e nelas existem freguesias e municípios.

HISTORIAL DO SECTOR

A longa tradição de organização centralista do Estado impediu as instituições de Poder Local de estabelecer laços internacionais. Até Abril de 1974 existia apenas uma desconcentração administrativa. Não existia autonomia - os presidentes das autarquias locais eram nomeados pelo governo central e neles eram delegadas funções administrativas. Com a mudança do regime político, abriram-se novas perspectivas. A par da legitimação dos autarcas através do voto directo e universal, a transferência progressiva de poderes para as autarquias locais permitiu-lhes maiores graus de liberdade e de autonomia. Os autarcas podem, agora, tomar iniciativas e estabelecer relações com outras entidades, desde que os próprios órgãos (assembleia municipal) aprovem e as mesmas não ponham em causa a soberania do Estado português, ou não vão contra a política externa portuguesa (ex. Indonésia).

Desde 1974, o Poder Local em Portugal tem tido um papel relevante na melhoria das condições de vida das populações, primeiro satisfazendo as necessidades mais prementes da população e, mais recentemente, apostando na requalificação. Ao longo destes anos acumularam-se conhecimentos e experiências na construção de equipamentos sociais, nas infra-estruturas básicas e nas áreas sociocultural e educativa. Estas mais-valias podem ser potenciadas através do intercâmbio e troca de experiências com congéneres de outros países, nomeadamente dos em desenvolvimento, onde estes problemas ainda persistem e onde as instituições de Poder Local democrático só agora começam a dar os primeiros passos.

Dada a história das autarquias portuguesas e as dificuldades com que se confrontaram nas últimas décadas, só muito recentemente a cooperação para o desenvolvimento passou a fazer parte das suas preocupações e, mesmo assim, apenas de uma escassa minoria, acompanhando a tendência que já há alguns anos se verifica nos outros países desenvolvidos, em particular nos da Europa Ocidental¹⁹. De facto, a internacionalização das autarquias portuguesas é recente e é feita, sobretudo, pelos municípios. Numa primeira fase foi privilegiado o relacionamento com outros municípios nacionais e, ainda hoje, a maior parte das actividades realizadas diz respeito às empreendidas no seio das associações de municípios, entre autarquias portuguesas abarcando diversas áreas²⁰. As preocupações com a promoção do desenvolvimento têm sobretudo a ver com o seu próprio desenvolvimento, ainda que existam algumas experiências de cooperação com municípios espanhóis raianos (por exemplo, da Associação de Municípios do Douro Superior com Valência). Mais pontuais são as situações de relacionamento com municípios do Sul, as quais estão ainda numa fase preliminar.

A ANMP, constituída em 1985, de acordo com o art.º 2.º dos respectivos Estatutos «(...) tem como fim geral a promoção, defesa, dignificação e representação do Poder Local». Enquanto associação nacional, o seu papel na dinamização e articulação das actividades inter-associações de municípios é fundamental, nos planos jurídico, económico-financeiro e institucional. Constitui um interface para a cooperação, colaboração e interactivação dos municípios. Representa os interesses gerais dos municípios face a outros níveis de governo, particularmente ao nível nacional e serve de instância de consulta fornecendo informações sobre assuntos e matérias que considera importantes. O apoio ao Poder Local e a melhoria da sua qualidade, o estímulo à interacção e cooperação entre os seus membros e a promoção do desenvolvimento são também objectivos desta associação, como acontece com as suas congéneres noutros países.

Não tem nenhuma Comissão Especializada Permanente (art.º 21º) dedicada exclusivamente à promoção das actividades de CIM. Esta temática

¹⁹ A cooperação intermunicipal (CIM) emergiu como um fenómeno nos anos 40 na forma de geminações entre cidades da Europa Ocidental. No contexto do pós-guerra, estes laços centravam-se em primeiro lugar na reconciliação, compreensão internacional, amizade e paz e foram frequentemente estimulados pelos governos nacionais, tendo-se tornado muito populares nos países que haviam estado envolvidos nos conflitos da Segunda Guerra Mundial, particularmente entre a França e a Inglaterra e a Alemanha Ocidental. Desde então não tem parado de evoluir. Alargou-se não só em termos geográficos mas também no conteúdo, de tal forma que os interesses no estabelecimento de geminações e de cooperação entre municípios/autoridades locais abarcam praticamente todas as regiões do mundo. Assiste-se, ao mesmo tempo, à sua crescente profissionalização, combinando de forma diversa as questões de organização, financiamento e actividades.

²⁰ Existem, actualmente, 74 associações de municípios, com actividades nos domínios do desenvolvimento económico, cultural e social, do planeamento local integrado, do abastecimento de água, drenagem de esgotos e águas residuais. Há associações para domínios específicos, como por exemplo no cultural, e outras que cobrem vastas áreas e vão desde a organização e administração geral dos municípios, à acção sociocultural, ao saneamento básico e ao planeamento. Muitas intervenções colocam a tónica na protecção ambiental e na formação profissional.

é uma das preocupações mais recentes da Associação, e é tratada pelo Gabinete de Relações Internacionais. À semelhança daquilo que se passa noutros países, este gabinete tem uma dimensão modesta (em pessoal - 4 pessoas - e em orçamento) e trata de todas as questões e relações com entidades estrangeiras.

A União das Cidades Capitais Luso-Afro-Américo-Asiáticas (UCCLA) é uma entidade especialmente vocacionada para a cooperação entre entidades de Poder Local. Assume-se como uma das grandes organizações da cooperação no espaço lusófono, estabelecendo relações com organizações internacionais e instituições oficiais e parcerias com privados nos projectos que empreende em prol do desenvolvimento. Criada em 1985,

«tem por objectivo principal fomentar o entendimento e a cooperação entre os seus municípios membros, pelo intercâmbio cultural, científico e tecnológico e pela criação de oportunidades económicas, sociais e conviviais, tendo em vista o progresso e o bem-estar dos seus habitantes» (art.º 3.º).

A UCCLA conta com 15 membros efectivos - Água-Grande, Bissau, Brasília, Cacheu, Guimarães, Ilha de Moçambique, Ilhas (Taipa e Coloane) de Macau, Lisboa, Luanda, Macau, Maputo, Praia, Rio de Janeiro, Salvador e Santo António do Príncipe. Tem como membro honorário Dili, desde 1992, e como membros apoiantes mais de meia centena de «empresas e instituições de países de língua oficial portuguesa com interesses no domínio da cooperação no espaço luso-afro-américo-asiático», dos mais diversos sectores de actividade, desde a agricultura à comunicação social. Mantém contactos institucionais com outras organizações, designadamente a ECHO, a FMCU, a IULA, a UCCI, a CONGO, a UNESCO, o Congresso dos Poderes Locais e Regionais do Conselho da Europa e o ECOSOC.

Pelas suas características, a UCCLA desenvolve actividades nas mais diversas áreas da cooperação (formação, cultura, saúde, equipamento, infra-estruturas e relações institucionais e internacionais), tendo como base o estabelecimento de geminações e acordos de cooperação entre as capitais-membros.

CONCEITOS E PROBLEMATICA

A cooperação feita pelas autarquias locais é entendida neste estudo como o estabelecimento de relações entre duas ou mais comunidades, onde os principais actores são os municípios ou seus equivalentes, de acordo com

a organização administrativa dos diferentes países. Nestas relações entre parceiros podem envolver-se outros actores, tais como ONG, outras organizações da sociedade civil, associações empresariais/industriais, etc. Entre as partes envolvidas são definidas, numa relação de igualdade, a natureza e o carácter do seu relacionamento. A natureza dos “contratos” celebrados é variada: as geminações, os protocolos/acordos de colaboração/cooperação e as redes. Todos eles podem ser classificados como “cooperação descentralizada”, embora este seja um conceito mais amplo e ainda não haja consenso no sentido operacional do termo.

As **geminações** são a via privilegiada de estabelecimento de relações e de concretização da cooperação entre municípios e são entendidas como parcerias permanentes, formalizadas mediante acordos entre as partes, reconhecidas oficialmente, entre dois ou mais municípios e que promovem a troca de conhecimentos e de experiências, podendo envolver diferentes sectores da sociedade civil (associações, ONG, outras organizações, escolas, empresas).

A relação de geminação consiste em promover relações de amizade, intercâmbio e apoio mútuo. Embora muitas não passem do acto formal, as potencialidades quanto à sua utilização enquanto canais de cooperação com o Sul são grandes. Através delas podem-se desenvolver acções conjuntas, apoiar os parceiros em questões que são rotineiras para os municípios dos países desenvolvidos mas que exigem um considerável esforço nos do Sul (infra-estruturas básicas, abastecimento de água, recolha e tratamento de resíduos, etc.). Podem constituir a plataforma de intercâmbio cultural entre associações e/ou escolas, possibilitar o envio de voluntários e o estabelecimento de convénios com ONGD. Através delas pode-se promover a educação para o desenvolvimento aumentando a consciência pública sobre a interdependência Norte-Sul e a compreensão e o respeito pelas outras sociedades e culturas. Podem, ainda, servir de instrumentos de pressão institucional, no Norte e no Sul, na promoção do desenvolvimento.

A cooperação intermunicipal (CIM) pode também ser concretizada através de **protocolos de colaboração**. Enquanto as geminações têm subjacente uma base cultural e recreativa e um carácter mais duradouro dos vínculos, teoricamente, os acordos e protocolos de colaboração/cooperação dizem mais respeito a actividades e intercâmbios de carácter técnico (formação profissional, elaboração e concretização de projectos), ou seja, visam o desenvolvimento das capacidades institucionais e humanas em áreas específicas (saneamento básico, transportes urbanos, qualidade de vida, reabilitação do património imobiliário, gestão municipal, etc.) e pressupõem um envolvimento menos intenso, mais perene e mais direccionado para esses aspectos, tirando partido do desenvolvimento das

capacidades e das actividades empreendidas pelo Poder Local. Este tipo de relacionamento pressupõe um forte envolvimento do município e dos seus serviços técnicos especializados cujas intervenções se fazem ao nível dos estudos preliminares, da elaboração dos projectos, da formação do pessoal e da transferência de tecnologias.

Pela sua natureza, é frequente a assinatura simultânea de protocolos de colaboração/cooperação aquando do acto de geminação. O inverso já é menos frequente, ou seja, podem existir protocolos de colaboração que ainda não deram lugar a acordos de geminação.

A forma mais frequente de estabelecimento de uma geminação ou de um acordo/protocolo de colaboração/cooperação é a bilateral, colocando em relação dois parceiros que podem situar-se em qualquer parte do mundo (N/N, N/S, E/O). Mas, a geminação multilateral pode também acontecer, unindo vários parceiros e formando uma **rede de municípios** que podem por essa via criar sinergias nas suas acções. Esta é a tendência mais recente através da qual se podem enriquecer as relações e fazer emergir novas práticas de cooperação. A criação de redes de municípios para determinados fins é frequente, sobretudo entre municípios europeus (para os quais há mesmo incentivos no âmbito da UE), embora já existam algumas com municípios dos PVD. A criação de redes não pressupõe a assinatura de acordos de geminação.

IMPLANTAÇÃO, REPRESENTATIVIDADE E DINAMISMO

As primeiras geminações surgem apenas na década de 80, sendo muitas celebradas com outros municípios portugueses e europeus (quadro 1). Contudo, muitas estão inactivas e aquelas que têm actividades realizam-nas essencialmente nas áreas cultural, desportiva e social.

As geminações com autarquias da Europa e da América do Norte surgem muito ligadas à existência de importantes comunidades portuguesas nesses territórios²¹, sobressaindo as razões culturais e de acompanhamento das comunidades emigradas como fundamentais para o estabelecimento desses laços. No caso das geminações com congéneres europeias não é de negligenciar a pertença à União Europeia e as mesmas serem estimuladas como forma de aproximar os cidadãos desta comunidade.

O envolvimento dos municípios portugueses com congéneres dos PVD é muito recente, mas que se encontra em expansão. Neste relacionamento é

²¹A tal ponto esta realidade é importante que as 8 Juntas de Freguesia que têm geminações celebraram-nas com autarquias europeias, sobretudo francesas.

enfatuada a ajuda ao desenvolvimento, algum comércio²² e poucas razões políticas (geminções com Cuba, por exemplo). A proximidade geográfica (Faro-Tânger), o nome idêntico (Beja-Beja), ou aspectos relacionados com a história²³ estão também na base de algumas destas geminções.

Já há experiência de geminções integradas com municípios do Sul, como é o caso de Barcelos, Esposende e Lagoa com o município de S. Domingos, em Cabo Verde. Loures também estuda esta possibilidade com Delfzijl e Maio, dado o interesse já manifestado pelos três municípios. Contudo, a sua criação ainda não foi formalizada. Outro caso é o da assinatura de um acordo de cooperação entre Almodôvar, Boticas e Penafiel e a Associação de Municípios de Santo Antão (Cabo Verde).

A tendência recente vai no sentido de alargar os domínios de cooperação, não só no que diz respeito às áreas de intervenção municipal mas também nas de investimento e relações económicas, tirando partido das potencialidades do tecido empresarial²⁴.

Dos 305 municípios portugueses, 180 têm geminções formalizadas o que representa mais de metade do total (59%). São os municípios dos distritos do litoral aqueles que mais se envolvem em relações de geminção, não só no total de geminções mas sobretudo se considerarmos as direccionadas para os PVD (quadro 1). Muitos municípios têm mais de uma geminção, sendo o máximo de 23, no caso de Lisboa, num total de 522 geminções/protocolos com outras instituições do Poder Local. Os distritos de Lisboa, Porto, Aveiro, Setúbal, Coimbra e Santarém e a Região Autónoma dos Açores são os que assinaram o maior número de geminções. No último caso, grande parte (cerca de 56%) diz respeito a laços com instituições locais dos EUA onde reside uma importante comunidade açoriana. No interior do país as geminções são, basicamente, estabelecidas pelos municípios com centros urbanos importantes e mais dinâmicos (sobretudo capitais de distrito). A maior abertura ao exterior,

22 Por exemplo, de acordo com informações recolhidas junto do ICP, Vagos conseguiu, através da geminção com Cabo Verde, que o fornecimento de leite, que até então era feito por holandeses, passasse a ser feito por indústrias de lacticínios da região.

23 Matosinhos e Congonhas do Campo geminaram-se devido à existência nesta cidade de uma igreja, réplica fiel de outra existente em Matosinhos, iniciada por um português em 1757. Santarém e Lubango, para além da localização estratégica que ambas detêm nos respectivos países, firmaram uma geminção sob o signo de Sá da Bandeira (este foi o primeiro nome da cidade de Lubango e terá sido em Santarém que Sá da Bandeira nasceu), mas a ideia da geminção nasceu da pretensão de se criar uma associação para o desenvolvimento da Huíla, com uma participação muito activa do sector privado e envolvendo também parceiros angolanos.

24 Um bom exemplo desta dinâmica recente é-nos dado pela geminção entre Santarém e Lubango a partir da qual se constituiu uma associação para o desenvolvimento Huíla-Ribatejo, fundada em Setembro de 1996. Esta associação tem como objectivo a formação de quadros técnicos e empresariais a par da divulgação de oportunidades de negócio, a promoção das potencialidades e de investimento (agro-pecuária, minas e construção civil), naquela região de Angola, em parceria com angolanos (África Hoje, Abril, 1997). Outro exemplo é o de Viana do Castelo que apresenta a cooperação com os PALOP como uma aposta do Plano Estratégico. Reflexo desta postura é a joint-venture entre os estaleiros navais desta cidade e os de São Vicente e a realização recente de uma missão de empresários vianenses a Angola.

melhor capacidade organizativa e existência de importantes comunidades migrantes poderão ser factores a ter em conta para esta realidade.

Das 443 geminações formalizadas/em processo de formalização com autarquias de outros países, cerca de 34% são-no com autoridades locais de países em vias de desenvolvimento, 82,2% das quais dos países da CPLP. Cerca de 64% destas geminações são estabelecidas pelos município os dos distritos de Lisboa, Porto, Aveiro, Santarém e Braga e, se incluirmos Setúbal e Coimbra, este valor sobe para 76%.

Se considerarmos apenas as geminações com autoridades locais dos PALOP, encontramos 66 municípios (o que corresponde a 22% do país), com 110 geminações. Numa análise mais pormenorizada verificamos que Cabo Verde assume uma posição de destaque (quadro 2). A proximidade geográfica, a própria evolução histórica recente e a existência de importantes comunidades cabo-verdianas em Portugal explicam esta preferência. Angola é o país com menor número de geminações, facto que não será alheio à situação política vivida desde a independência inviabilizando, na prática, o estabelecimento de laços deste tipo.

Numa análise ainda mais fina, há dentro de cada PALOP preferência por algumas autoridades locais. Este facto parece estar relacionado com o dinamismo das pessoas que estão à frente dessas colectividades territoriais e/ou com a sua importância económica no contexto do país. Em Angola, a preferência vai para Luanda, em Cabo Verde o destaque vai para o Mindelo e S. Filipe, na Guiné-Bissau salienta-se Bissau, em Moçambique, Nampula e em S.Tomé e Príncipe Mé-Zochi (Trindade).

Quadro 1 - Geminações, em Portugal, segundo a origem e o destino (Fevereiro, 1998)

Distrito	Geminações		Europa		África				América				Outro	CP LP	PV D total		
	número de autarquias	Número de Geminações	total	UE	Outro	Total	Norte e de África	ASS		total	Brasil	EU A				outro	
								PAL OP	Outro								
Aveiro	12+2*	42	18	18	0	14	0	15	0	0	8	5	3	0	1	20	20
Beja	8	14	6	6	0	6	3	4	0	0	0	0	0	0	1	4	8
Braga	9	25	11	11	0	8	2	6	0	0	5	4	1	0	1	10	14
Bragança	4	6	6	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
C.Bra nco	5	21	12	11	1	2	0	2	0	0	6	6	0	0	1	8	9
Coimbra	10+1*	33	22	20	2	5	1	4	0	0	6	4	2	0	0	8	9
Évora	6	14	12	11	1	2	0	2	0	0	0	0	0	0	0	2	2
Faro	11	26	13	13	0	9	2	7	0	3	3	0	2	1	1	7	10
Guarda	7+1*	16	11	10	1	0	0	0	0	3	3	0	3	0	2	0	0
Leiria	10	28	20	20	0	4	0	4	0	3	3	1	2	0	1	5	5
Lisboa	11+1	69	22	18	4	31	3	28	0	10	10	7	0	3	6	35	44
Portalegre	5	10	8	8	0	2	0	2	0	0	0	0	0	0	0	2	2
Porto	14+2*	57	33	32	1	14	1	12	1	8	8	7	1	0	2	19	21
Santar	14	34	18	16	2	11	1	10	1	3	3	3	0	0	2	13	15

ém	Geminacões		Europa			África			América							
Setúba	11+1*	41	27	24	3	10	2	9	0	2	1	0	1	10	14	
V.Castelo	5	19	16	16	0	2	0	1	1	0	0	0	0	1	2	
V. Real	7	10	9	8	1	0	0	0	0	1	1	0	0	1	1	
Viseu	8	10	8	8	0	1	0	1	0	1	0	1	0	1	1	
Açores	16	35	9	9	0	2	0	3	0	23	2	19	2	0	5	
Madeira	5	12	4	4	0	2	0	0	2	5	1	4	0	1	3	
Total	180+8*	522	285	269	16	12	15	110	5	87	42	38	7	21	152	185

* *Junta de Freguesia*

Fonte: *Alonso, M. A. Cooperação Descentralizada: o caso dos municípios portugueses, 1998, CIDAC (números actualizados)*

Quadro 2 - Distribuição geográfica das geminações com autoridades locais dos PALOP

Distritos	Angola	Cabo Verde	Guiné-Bissau	Moçambique	S.Tomé e Príncipe	Total
Aveiro	1	5	3	3	3	15
Beja	0	3	1	0	0	4
Braga	0	4	1	0	1	6
Bragança	0	0	0	0	0	0
C.Branco	1	0	1	0	0	2
Coimbra	0	2	1	1	0	4
Évora	0	1	0	1	0	2
Faro	0	5	2	0	0	7
Guarda	0	0	0	0	0	0
Leiria	1	2	0	1	0	4
Lisboa	4	10	4	6	4	28
Portalegre	0	1	0	0	1	2
Porto	1	4	1	2	4	12
Santarém	2	7	1	0	0	10
Setúbal	1	6	0	1	1	9
V.Castelo	0	0	1	0	0	1
V. Real	0	0	0	0	0	0
Viseu	0	1	0	0	0	1
Açores	0	2	0	0	1	3
Madeira	0	0	0	0	0	0
Total	11	53	16	15	15	110

Fonte: Afonso, M. A *Cooperação Descentralizada: o caso dos municípios portugueses, 1998, CIDAC*

Os acordos/protocolos de colaboração/cooperação são menos numerosos do que as geminações e, na maior parte, são celebrados em simultâneo com elas, ainda que possam ser estabelecidos isoladamente, ou, ainda, na sequência delas²⁵. Há situações em que o relacionamento evoluiu de contactos com Associações para o estabelecimento de acordos de colaboração e depois culminou na assinatura de uma geminação²⁶.

25A título de exemplo refira-se o protocolo assinado entre os municípios do Sal (Cabo Verde) e Odemira, entre os quais existe uma geminação, com o envolvimento da Escola Profissional de Odemira e da Associação de Municípios do Litoral Alentejano para a frequência, durante 3 anos, de cursos de Turismo, Construção Civil e Ambiente, nessa Escola, por 15 jovens do município do Sal (Público, 9/10/97).

26 A geminação da Moita com o Tarrafal nasceu dum processo deste tipo, com os primeiros contactos estabelecidos através da Associação de Solidariedade Cabo-verdiana dos Amigos da Margem Sul, que evoluíram para a assinatura de um acordo de colaboração para o intercâmbio de experiências nos vários domínios da vida municipal e culminaram com a assinatura da geminação por forma a dar uma maior dimensão às relações entre os dois municípios.

Tal como no caso das geminações, os acordos/protocolos tendem a envolver apenas dois parceiros de poder local (o município português e o do Sul), mas outras situações são possíveis, como é o caso do acordo de cooperação assinado entre as câmaras de Almodôvar, Boticas e Penafiel, com a Associação de Municípios de Santo Antão, de Cabo Verde, em Setembro de 1996.

Os municípios que realizam actividades consideradas APD, sem o estabelecimento de laços mais duradouros, limitam-se a actividades pontuais de ajuda humanitária e de emergência²⁷, ou à concessão de estágios, quando solicitados pelo CEFA, a alunos dos PALOP (na maior parte dos casos atribuem-lhes salário, alojamento e alimentação/subsídio de refeição). De acordo com as fontes disponíveis, as câmaras que nos últimos anos participaram em actividades de cooperação com o Sul não ultrapassa a centena (98), o que corresponde a cerca de 32% do total. Destas, apenas 20 (cerca de 20%) não tem qualquer protocolo de geminações e/ou acordo de colaboração/cooperação com PVD e, destes, apenas em 16 municípios as actividades concretizadas foram da sua responsabilidade²⁸, ou seja, 7% dos 227 sem geminações com o Sul. Se considerarmos as geminações e as 16 câmaras que já cooperaram com o Sul, temos 94 municípios, o que representa apenas cerca de 31% do total.

Os municípios que estabeleceram geminações também colaboram noutras acções de cooperação intermunicipal com outros municípios/países, nomeadamente em ajuda humanitária e/ou de emergência, quando a situação o exige. Estes municípios estão, à partida, mais sensibilizados para esse apoio do que aqueles que não têm qualquer contacto com a realidade dos PVD, podendo tornar-se importantes veículos de sensibilização dos cidadãos. Esta vertente, da Educação para o Desenvolvimento²⁹ é, aliás, uma importante função que os municípios podem desempenhar tirando partido da sua proximidade aos munícipes. As geminações assumem uma posição de destaque como via de cooperação com autoridades locais do Sul. De facto, elas asseguram relações de cooperação para o desenvolvimento com maior continuidade temporal e com maiores implicações no desenvolvimento a médio e longo prazos, ainda que nem todas apresentem o mesmo dinamismo³⁰.

27 Foi o caso das campanhas de solidariedade com Angola e a Bósnia, devido às guerras civis, com São Filipe (Cabo Verde) por causa da erupção do vulcão e com o Perú abalado por um sismo.

28 Alpiarça, Alter do Chão, Batalha, Cadaval, Guarda, Lagos, Lousã, Mértola, Ourém, Paços de Ferreira, Pombal, Terra de Bouro, Torres Novas, Vidigueira, Vila Nova de Gaia e Vouzela.

29 A Educação para o Desenvolvimento é um processo de sensibilização da população para a problemática das relações internacionais e para as questões da dependência e da interdependência (ambiente, relações Norte/Sul, direitos humanos, etc.), aprendendo a respeitar e a viver com as diferenças.

30 Facto que depende não só das pessoas que dirigem os destinos dos municípios mas também da duração dessa geminação.

Dos 78 municípios com geminações com o Sul, cerca de 1/3 ainda não desenvolveu qualquer actividade de cooperação, facto que em muitos casos está relacionado com o carácter recente das mesmas. Quanto aos restantes, a quantidade e diversidade das acções difere bastante. Alguns restringem a sua actuação à colaboração em campanhas nacionais de solidariedade, mantendo as respectivas geminações inactivas ou com intervenções pontuais que não vão muito além de missões de conhecimento, com oferta de alguns materiais. Outros mantêm laços estreitos com contactos frequentes e actividades programadas anualmente, imprimindo uma dinâmica muito forte de aproximação das comunidades e procurando responder às necessidades dos parceiros tirando partido das suas próprias capacidades, conhecimentos e disponibilidades.

Ter muitas geminações também não significa que se tem maior envolvimento na CIM. Há municípios que apenas têm uma geminação e que desenvolvem mais actividades do que outros que têm várias (assinadas, por vezes, em contextos de visitas estatais e que não passaram de fachada política), sem programa nem objectivos.

As associações de municípios que, como vimos, foram criadas para a cooperação e resolução de problemas comuns e para a representação junto de instâncias superiores têm, pelas suas características, possibilidades e potenciais de intervenção ao nível da cooperação para o desenvolvimento, ainda que actualmente estejam numa fase preliminar. É o caso da Associação de Municípios do Vale do Ave, que tem vindo a promover a assinatura de protocolos entre as câmaras municipais que a integram e os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), estando em negociação um protocolo de colaboração entre esta associação e Cantagalo, em S. Tomé e Príncipe, nas áreas sociocultural e comercial, e está a ser equacionada uma geminação com S. Vicente (Cabo Verde). Outra situação é a da Associação de Municípios do Litoral Alentejano que pretende estabelecer uma geminação conjunta com Santa Cruz (Cabo Verde), geminação que já existe com um dos municípios que fazem parte desta Associação (Sines) e que colabora pontualmente em actividades realizadas no âmbito das geminações dos seus associados³¹. A Associação de Municípios do Vale do Cávado está, também, a despertar para a importância deste tipo de laços, tendo assumido como vector estratégico no “Plano de Desenvolvimento do Vale do Cávado” a definição de uma estratégia concertada nos acordos de geminação das cidades e municípios da sub-região, que introduza a dimensão económica no relacionamento.

³¹Como exemplo, refira-se que esta associação comparticipa, em 65%, os encargos com a formação, alojamento e alimentação, de 15 alunos da escola Profissional de Odemira, oriundos do Sal (Cabo Verde), na sequência de um protocolo de cooperação entre os dois municípios (Público, 9/10/97).

A Área Metropolitana de Lisboa³² também tem presentes as preocupações de cooperação com os PALOP. Nesse sentido, promoveu junto dos associados uma campanha de aquisição de um autocarro para oferecer ao município de Mosteiros (Cabo Verde), geminado com a Azambuja, e com o qual assinou um protocolo para esse efeito. Durante o IV Encontro pela Cooperação e Solidariedade dos Municípios Ibero-Americanos, assinou um acordo de cooperação com a Assembleia Provincial de Havana (Cuba), nas áreas do urbanismo, ambiente, infra-estruturas, cultura, saúde, educação, emprego, investigação e tecnologia, comércio e indústria, para 5 anos (Público, 19/11/96). Mais recentemente, realizou uma Semana Cultural de Cabo Verde, tendo convidado vários representantes dos municípios cabo-verdianos geminados com edilidades da AML. Subjacente a esta iniciativa esteve o objectivo de combater a discriminação, potenciar uma melhor integração da população imigrante, estimular a participação cívica e incentivar o aprofundamento da cooperação entre os municípios da AML e os municípios de Cabo Verde com os quais existem acordos de geminação³³. Desconhecemos qualquer iniciativa deste género encetada pela Área Metropolitana do Porto³⁴.

O reduzido envolvimento das AM nas actividades de cooperação para o desenvolvimento pode justificar-se pelos objectivos que presidiram à sua constituição, pela própria criação recente das associações e pelo ainda baixo grau de envolvimento dos próprios municípios na CIM.

A Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) tem também desenvolvido algumas actividades para incentivar os seus associados a envolverem-se na cooperação descentralizada. Em 1992, celebrou um protocolo de colaboração com o Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), que:

«estabelece as formas de cooperação entre, por um lado, o MNE, através do ICE e da DGC³⁵ e, por outro a ANMP, com vista ao empreendimento conjunto de acções de cooperação no âmbito da organização das estruturas do Poder Local solicitadas pelos países em vias de desenvolvimento delas carenciados, designadamente os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa» (art.º 1.º).

32 Não é considerada uma Associação de Municípios como as anteriormente referidas, porque foi criada pela Lei n.º 44/91 de 2 de Agosto, da Assembleia da República. Compreende os municípios de Alcochete, Almada, Amadora, Azambuja, Barreiro, Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Moita, Montijo, Oeiras, Palmela, Seixal, Sesimbra, Setúbal, Sintra e Vila Franca de Xira.

33 Nesta semana cultural foi assinado um protocolo de geminação entre o Montijo e S. Filipe.

34 Fazem parte desta Área Metropolitana os municípios de Espinho, Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Póvoa de Varzim, Valongo, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia.

35 O Instituto para a Cooperação Económica (ICE) e a Direcção-Geral da Cooperação (DGC) foram extintos em 1994, fundindo-se no Instituto da Cooperação Portuguesa (ICP). Como entretanto não houve a assinatura de novo protocolo ele ainda é válido, mas agora com o ICP.

As acções de cooperação a empreender inserem-se nos domínios das infra-estruturas, urbanismo e ambiente; finanças locais; desenvolvimento socioeconómico; ordenamento do território e assuntos sociais e culturais (art.º 2º). As áreas consideradas prioritárias, neste protocolo, são a consultadoria e assistência técnica, documentação e informação e, formação de quadros (art.º 3º). O protocolo prevê que, nas Comissões Mistas Bilaterais de cooperação, possam ser incluídos, nos programas bilaterais de cooperação, os protocolos estabelecidos entre as instituições de países beneficiários e a ANMP, devendo a sua inclusão resultar de um pedido do parceiro.

A promoção de encontros entre autarcas portuguesas e dos PVD, a realização de seminários e conferências e o envio de circulares e notas informativas aos seus associados, têm sido as acções realizadas pela ANMP para fomentar o estabelecimento de laços e para sensibilizar os autarcas para a problemática do desenvolvimento e a importância da CIM. Sempre que é contactada por municípios ou por associações estrangeiras, com pedidos de geminação, sugere o município que mais se adequa para tal e põe em contacto directo as respectivas entidades.

A vontade de promover geminações entre municípios levou esta associação a criar, em 1987, um Guia Prático das Geminações particularmente orientado para o relacionamento com municípios da Europa, da América Latina, dos Países de Expressão Portuguesa e dos Estados Árabes. Nele se davam indicações sobre o porquê das geminações, como estabelecê-las, os aspectos da cerimónia e a fórmula de juramento. Este Guia está actualmente em fase de revisão.

Para além das acções junto dos municípios portugueses, a ANMP também tem estabelecido contactos directos com congéneres do Sul e com outras organizações. Faz parte do Conselho dos Municípios e Regiões da Europa (CMRE), do Congresso dos Poderes Locais e Regionais da Europa (CPLRE) e é membro da Organização Ibero-Americana de Cooperação Internacional (OICI). A recente assinatura de um protocolo de cooperação com a Associação Brasileira de Municípios, para além da colaboração com a Confederação Brasileira de Municípios, mostra o interesse no estreitamento de laços e no intercâmbio entre o Poder Local dos dois países. No que diz respeito à África de Língua Oficial Portuguesa, mantém relações privilegiadas de colaboração institucional. Entre as actividades realizadas na promoção do Poder Local nestes países, destaca-se o apoio dado à criação da Associação Nacional de Municípios Cabo-Verdianos (ANMCV). Por exemplo, em Julho de 1995, promoveu um seminário sobre cooperação descentralizada, em Cabo Verde estando também a ser equacionada a

realização de um seminário na Guiné-Bissau, sobre Poder Local, para debater áreas fundamentais como o enquadramento jurídico deste nível de poder, a gestão municipal, as finanças locais e a cooperação.

O apoio à Guiné-Bissau tem sido feito apenas ao nível da legislação para o processo eleitoral e funcionamento das autarquias. A convite do Governo Guineense, a ANMP deslocou-se a Bissau para aprofundar o reforço da intervenção autárquica. Durante a estada foram estabelecidos contactos com os responsáveis governamentais e de outros órgãos de soberania daquele país no sentido de se alcançar uma reflexão sobre a experiência dos municípios portugueses na criação do Poder Local democrático e a criação da ANM Guineense. A participação na preparação das primeiras eleições para as autarquias locais e o apoio à concretização da política de descentralização estão também previstos.

A formação de quadros ao nível da administração local e o incremento na área da cooperação institucional e económica e de solidariedade entre municípios portugueses e as autoridades locais da Guiné-Bissau são vistas pela Associação como acções a empreender. Contudo, estas actividades de cooperação ainda têm pouca expressão prática esperando-se que a partir do momento em que estejam criadas as autarquias guineenses as mesmas sejam incrementadas, pois parece existir grande vontade em aprofundar os laços com Portugal.

No mesmo sentido, a ANMP está também a dar apoio a Moçambique na preparação das primeiras eleições autárquicas. O apoio a estágios no Centro de Estudos e Formação Autárquica (CEFA), vinda de governantes a Portugal e deslocação de técnicos (juristas e técnicos em finanças locais para elaboração de legislação) a Moçambique são exemplos dessa linha de actuação.

No caso de S. Tomé e Príncipe as dificuldades políticas na concretização do Poder Local, já eleito democraticamente, obstam à criação de uma ANM e ao estabelecimento de relações de cooperação com a ANMP. Com Angola existem apenas contactos com os representantes do governo nas colectividades territoriais.

A ANMP promoveu em Cabo Verde, em Abril de 1997, em parceria com a ANMCV, o Primeiro Encontro Autárquico de Língua Portuguesa, com o intuito de aproximar os autarcas dos sete países e estimular a realização da CIM bem como o estabelecimento de relações duradouras e do qual saiu a criação de uma estrutura, a União das Autoridades Locais de

Língua Oficial Portuguesa (UALOP)³⁶, que se encontra em fase de elaboração dos estatutos e que irá desempenhar funções na promoção do intercâmbio e da CIM. O objectivo central é o de institucionalizar um diálogo aberto que conduza a planos mais vastos de entendimento e que as autarquias sejam tratadas como parceiros indispensáveis pelas administrações centrais (princípios da parceria e da subsidiariedade). Esta parceria passa, necessariamente, pela autonomia financeira e legal das autarquias locais para actuarem na promoção do desenvolvimento harmonioso e sustentável.

A criação de mecanismos de financiamento específicos para as actividades de geminação entre municípios da UE e congéneres africanos é uma das ambições desta nova organização. Reflexo das pressões exercidas pela ANMP é a inclusão desta Associação na Comissão Interministerial para a Cooperação, que tem como competências o apoio ao Governo na definição da política de cooperação com os PVD e a promoção do planeamento e coordenação dos programas e projectos de cooperação.

Apesar destes avanços, ainda não existe uma estrutura coordenadora e de contabilização das actividades de CIM dos municípios associados, pese embora os contactos regulares que a ANMP diz ter com todos os municípios e associações de municípios portugueses. A realidade mostra que, apesar do dinamismo recente em prol da CIM, a sua actividade nesta matéria é diminuta e limitada quer pela falta de recursos (financeiros e humanos) quer por questões político-partidárias que se reflectem na coordenação e divulgação das actividades.

O Instituto do Emprego e Formação Profissional pode também estar envolvido em actividades de CIM. É o caso do Centro de Emprego de Torres Novas que se encontra envolvido no processo de geminação deste município com o de Ribeira Grande (Cabo Verde) dando apoio à frequência de cursos de formação, na Escola Profissional de Ourém, a jovens cabo-verdianos, estando, ainda, prevista a colaboração na ida de um engenheiro químico para Ribeira Grande e o apoio à vinda de outros jovens para frequentarem vários cursos de formação profissional em Centros de Formação especializados (O Ribatejano, 2/10/97).

O Centro de Estudos e Formação Autárquica (CEFA) também desenvolve acções de cooperação com os PALOP no domínio da formação

36 A diferença entre autoridades locais e autarquias locais reside no facto de as primeiras serem mais abrangentes incluindo não só as instituições de Poder Local eleitas democraticamente mas também as nomeadas pelos governos centrais e que funcionam como delegações do Poder Central, enquanto as últimas são eleitas por sufrágio directo e universal e assumem-se legitimamente como um Poder Local distinto do Poder Central. Por vezes, também se utiliza a expressão colectividades territoriais para designar as nomeadas pelos governos centrais.

profissional de funcionários municipais. Para o efeito faz o levantamento das necessidades de formação e elabora programas de formação, que incluem a realização de estágios em câmaras municipais portuguesas, onde os formandos podem participar na gestão dos serviços e observar o funcionamento dos diversos órgãos. Conta com a colaboração da UCCLA e da ANMP. Quando solicitado, dá apoio à administração interna do território nos PALOP³⁷.

Desde Outubro de 1994 (Portaria 962), tem em funcionamento o Curso de Administração Local, com duração de 2 anos, destinado a funcionários dos cinco países africanos, e concebido com a participação activa dos respectivos responsáveis. Em 1996 saíram os primeiros 23 formandos, na sua maioria de Angola e Moçambique (Diário de Notícias, 21/3/96). A complementar esta formação, realiza acções de formação e cursos, de curta duração, de reciclagem de administradores municipais nos cinco países, acordados nas Comissões Mistas Bilaterais. Pontualmente, dá apoio à organização e produção de materiais diversos no domínio da administração local destes países.

No âmbito do PIR PALOP, financiado pela UE, realizou, em Cabo Verde, vários cursos de formação para os técnicos dos Cinco, na sequência de um concurso internacional para Formação em Administração Pública e Gestão de Empresas, ao qual concorreu inserido num consórcio português (CEFA, 1997).

A Direcção-Geral da Administração Autárquica (DGAA) celebrou em Janeiro de 1997, um Protocolo de Cooperação no domínio da Administração Autárquica com a Guiné-Bissau (DL 2/97, 13 de Janeiro), passando a desenvolver acções de cooperação nos domínios da “criação ou aperfeiçoamento de estruturas orgânicas, ao nível central ou regional, especialmente vocacionadas para o apoio, a articulação e o diálogo com as autarquias locais e melhoria dos respectivos métodos de trabalho e funcionamento”; estudos, apoio técnico e legislativo, troca de informação e de experiências nas áreas da administração autárquica (artº 2). Esta cooperação traduz-se na formação profissional (estágios, cursos, seminários), na assistência técnica, no intercâmbio de informação e documentação e, na prestação de consultadoria (artº. 3º).

O Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral (STAPE) tem, desde o início da década de 90, tem respondido, entre outras,

37 Por exemplo, em 1996, foi assinado um acordo com as autoridades de Angola, para dar formação, durante dois anos, aos futuros monitores do Instituto Nacional de Administração Pública (Expresso, 23/3/96), ao qual também está a dar apoio ao nível da concepção orgânica, definição dos cursos e cedência de monitores especializados.

a solicitações dos PALOP em matérias relacionadas com a organização e realização das eleições para as autarquias locais. Além da assessoria técnica para a preparação das primeiras eleições autárquicas em S. Tomé e Príncipe, colaborou na definição das necessidades quanto a materiais para o dia da eleição, os quais foram fornecidos por Portugal (foi oferecido todo o material das mesas eleitorais desde os lápis às lanternas). O Secretariado tem prestado apoio à Guiné-Bissau e a Moçambique na preparação das primeiras eleições autárquicas existindo, para Moçambique, acordos para a formação dos quadros eleitorais. A Cabo Verde tem dado formação a técnicos, vereadores e membros das comissões eleitorais, bem como apoio no domínio legislativo e organizativo dos processos eleitorais.

Representantes dos Governos e observadores dos cinco países estiveram presentes em Portugal, nas eleições autárquicas de Dezembro de 1993, para observarem as operações do processo eleitoral.

Nenhum município inclui no seu orçamento uma verba discriminada para a cooperação para o desenvolvimento. Os recursos utilizados nessas actividades saem dos orçamentos das respectivas áreas a que pertencem (educação, saúde, planeamento, etc.). Acrescem os factos de ser difícil calcular custos indirectos e a maior parte das actividades não ser planeada a médio e longo prazos, o que torna conjuntural a realização das mesmas. Noutras situações, o município disponibiliza apenas os seus meios e pessoal, como acontece quando se regista o envolvimento da comunidade (doações, campanhas de solidariedade, trabalho em regime voluntário), sendo por isso impossível quantificar os recursos envolvidos³⁸.

Em muitos casos, as verbas são contabilizadas conjuntamente com outras actividades que saem fora do âmbito da cooperação para o desenvolvimento (é o caso da colaboração e intercâmbio com municípios portugueses e do resto da Europa) tornando-se difícil destrinçar o que é cooperação para o desenvolvimento. A dificuldade de contabilização dos recursos³⁹ impede a sua comparação com o orçamento municipal global e o conhecimento da verdadeira amplitude da CIM em Portugal. Contudo, as estimativas globais apresentadas pelo ICP, a partir de inquéritos que anualmente faz junto dos municípios, indiciam uma oscilação dos recursos para as actividades de cooperação, dependendo da definição anual das actividades com os municípios geminados e/ou em função da participação em campanhas de ajuda humanitária ou de emergência (quadro 3).

38 Nos casos das campanhas de solidariedade, as câmaras encarregam-se da recolha e do envio dos bens para o destino.

39 Existem dificuldades de contabilização destes recursos por parte dos municípios reflexo da dificuldade em destrinçar o que é APD, da inexistência de um funcionário encarregue dessa tarefa de forma permanente, da falta de formação adequada para abordar esta temática. Por outro lado, nem sempre os municípios informam o ICP sobre as verbas gastas.

Quadro 3 - Ajuda Pública ao Desenvolvimento fornecida pelas câmaras municipais, em 1994, 1995 e 1996

(unidade: contos)

Países receptores	Municípios Doadores					
	1994		1995		1996	
	Municípios	Verbas	Municípios	Verbas	Municípios	Verbas
Angola	-	0	-	0	Benavente, Cantanhede, Cascais, Guarda, Lagos, Pombal, Vale de Cambra, Vila Nova de Famalicão	24.228
Cabo Verde	Seixal, Cascais, Aveiro, Loures, Rio Maior, Moita, Vagos, Oeiras, Almodôvar	68.490	Porto, Loures, Vila Franca de Xira, Oeiras, Aveiro, Cascais	90.430	Amadora, Angra do Heroísmo, Aveiro, Azambuja, Cascais, Coimbra, Estarreja, Figueira da Foz, Leiria, Loures, Moita, Porto, Seixal, Sesimbra, Sines, Vagos, Vidigueira	398.650
Guiné-Bissau	Vagos	2.300	Aveiro, Faro	3.450	Batalha, Faro	70.210
Moçambique	-	0	Aveiro	6.800	Amarante, Aveiro, Évora, Vila Nova de Famalicão	33.060

S. Tomé e Príncipe	Seixal, Cascais, Aveiro	14.640	Aveiro, Guimarães, Santo Tirso, Cascais, Seixal	17.905	Aveiro, Guimarães, Santo Tirso, Seixal, Vagos	290.780
Tunísia	Beja	1.100	-	0	Beja, Moura	8.090
Brasil	-	0	Porto, Aveiro	2.820	Coimbra, Ribeira de Pena	69.700
Marrocos e Líbano	-	0	Porto	7.430	-	
Bósnia	-		-		Cadaval, Lagos, Pombal, Vouzela	322
Costa do Marfim	-		-		Évora	1.610
Perú					Cantanhede, Guarda, Terras de Bouro	105
País não discriminado	Lisboa	180.000	-	0		
Outros	-		-			73.560
Total		266.530		128.835		970.270

Fonte: ICP, 1997

Comparando os montantes indicativos das actividades de CIM com a ajuda pública oficial global, constatamos que, em 1994, ela representou 0,52% do total e em 1995, apenas 0,33% para passar a representar 2,89% em 1996⁴⁰. Este aumento do peso relativo da cooperação intermunicipal na APD global, resulta não só da tendência para o crescente envolvimento dos municípios portugueses nestas actividades mas também da maior sistematização do registo e quantificação dos recursos por parte das câmaras⁴¹. A principal razão está, contudo, relacionada com o volume global da APD portuguesa, que diminuiu devido à redução do valor dos

40 Em 1994 a APD portuguesa ascendeu aos 51.177, 70 milhões de escudos, em 1995 cifrou-se em 38.611, 47 milhões de escudos e em 1996 em 33.606,99 milhões de escudos, de acordo com os dados do ICP.

41 Isto não significa que ao ICP tenha chegado toda a informação quanto a este tipo de cooperação, facto que se pode ainda traduzir por uma subavaliação.

reescalamentos das dívidas, o que fez subir o peso relativo da cooperação feita pelos municípios.

INTEGRAÇÃO EM REDES

Nos últimos anos tem-se assistido ao incremento do trabalho em rede, nomeadamente ao nível europeu, com a crescente participação da sociedade civil. Esta tendência começa também a sentir-se em Portugal, como forma de promover o intercâmbio de experiências entre municípios e encontrar financiamento para actividades conjuntas nas mais diversas áreas⁴². Sem pretender fazer um levantamento exaustivo existe, entre outras, envolvimento de alguns municípios nas seguintes redes:

Zona Livre de Armas Nucleares - criada em 1982, conta com cerca de 70 municípios portugueses aderentes, embora se encontra praticamente desactivada.

Rede das Cidades Saudáveis - é um projecto lançado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em 1986, como forma de implementar a estratégia Saúde para Todos no Ano 2000. Amadora, Cartaxo, Castelo Branco, Figueira da Foz, Leiria, Lisboa, Loures, Marinha Grande, Odivelas, Oeiras, Porto, Seixal, Setúbal e Viana do Castelo aderiram já a este movimento.

Rede Arco do Atlântico - Criada em 1989, tem como objectivo promover a continuação dos laços atlânticos, através do reforço da cooperação entre cidades situadas nas duas margens do Atlântico. Faro e a UCCLA fazem parte desta rede.

Rede das Cidades Educadoras - É uma rede que nasceu no “Primeiro Congresso Internacional de Cidades Educadoras” organizado por Barcelona, em 1990, que pôs em diálogo 70 cidades de 21 países sobre “a cidade educadora, para crianças e jovens”. Lisboa e Porto fazem já parte deste movimento e Oeiras prepara-se para aderir.

Conselho Internacional para as Iniciativas Ambientais (ICLEI) - É uma rede internacional de autoridades locais, criada em 1990, em parceria com o PNUA (Programa das Nações Unidas para o Ambiente), a IULA (União Internacional das Autoridades Locais) e o CID (Centro para a Diplomacia Inovadora), vocacionada para os problemas ambientais. Procura implementar, ao nível local, as resoluções da Conferência das

⁴² Nem sempre, contudo, as propostas elaboradas para financiamento no âmbito destas redes são aprovadas. Por exemplo, Faro concorreu ao programa MEDURBS para apoiar a formação e modernização administrativa em Tânger, sem sucesso.

Nações Unidas sobre o Ambiente e o Desenvolvimento (CNUAD), tendo criado para o efeito o conceito Agenda Local 21 (AL21), que integra o conceito mais amplo da Agenda 21 saído da CNUAD. Esta rede inclui mais de 200 autoridades locais entre as quais Lisboa, Oeiras e Setúbal.

Para aplicar a Agenda Local 21 o ICLEI criou, em 1996, a **Rede Latino-Americana da AL21**. Estes programas regionais proporcionam formação, troca de experiências, financiamento e apoio às autoridades locais e às associações nacionais de municípios na prossecução dos princípios da AL21. Neste mesmo ano decorreu em Lisboa a “Segunda Conferência Europeia das Cidades e Vilas Sustentáveis”, na qual foi aprovado o “Plano de Acção de Lisboa: da Carta à Acção”, no sentido de pôr em prática a AL21. Estiveram presentes Abrantes, Alcobaça, Almada, Aveiro, Cascais, Faro, Figueira da Foz, Guarda, Lisboa, Nelas, Oeiras e Vila Nova de Gaia.

Rede das Cidades Sustentáveis - criada pelo Centro das Nações Unidas para os Estabelecimentos Humanos (CNUEH) e pelo Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUA) como forma de criar mecanismos para a promoção do desenvolvimento sustentável do ambiente urbano e para a concretização da AL21. Através deste programa é dado apoio e cooperação técnica ao nível local, no sentido de fortalecer as capacidades de actuação das autoridades locais e dos seus parceiros, possibilitando a troca de experiências e de peritos, ao nível regional e internacional. Os municípios pioneiros na defesa do ambiente devem transmitir os seus conhecimentos a outros municípios. Abrantes, Amadora, Castelo Branco, Évora, Leiria, Lisboa, Ovar, Serpa fazem parte desta rede.

Em 1991, foi constituída a **Eurotown Net (Rede Europeia de Cidades Unidas)** tendo como base 12 colectividades locais, uma de cada país dos então membros da UE. Cascais faz parte desta rede que tem como objectivo a cooperação no domínio económico, favorecendo o estabelecimento e desenvolvimento de relações económicas entre as diferentes colectividades territoriais que a integram, devendo cada uma construir um ponto de ligação com o respectivo mercado nacional.

Associação das Cidades para a Reciclagem - Na linha da defesa do ambiente, a sua criação teve como princípios o desenvolvimento durável, a prevenção e a recuperação sistemática dos resíduos, assim como a parceria entre os poderes públicos, o sector privado e o grande público. É uma organização de troca de informação a três níveis: dados técnicos das operações de reciclagem, incluindo os mercados de materiais secundários; meios de comunicação, educação e sensibilização relativamente aos resíduos; instrumentos jurídicos, económicos e outros em relação à

reciclagem. Oeiras é o único município português a integrar esta rede.

Rede MEDURBS - Criada em 1992, faz parte de um programa mais vasto, o “Programa Med”, que se destina a estabelecer redes de cooperação em domínios específicos. Procura fomentar a cooperação com os municípios do Mediterrâneo não-membros da UE. Moura, Serpa e Porto estão já integrados nesta rede.

No âmbito da CUD e do programa MEDURBS existe uma rede, a “**Ecocycle**”, da qual Lisboa faz parte e que coopera com as cidades de Kenitra e Tânger (Marrocos), Esmirna e Antalya (Turquia) e Lon Le Saunier (França), no âmbito da recuperação e reciclagem dos lixos.

Rede Elaine - É uma rede europeia criada por autarquias que lidam com minorias étnicas. Promovem o intercâmbio de conhecimentos entre os seus membros e funcionários municipais que executam, na prática, as políticas definidas no quadro da inserção das minorias étnicas. Amadora, Lisboa, Loures e Sintra integram esta rede que conta com outras autarquias, como por exemplo Barcelona, Helsínquia e Manchester.

Da **rede PACTE**, um programa relacionado com a luta contra a exclusão de minorias étnicas, fazem parte Felgueiras e Serpa.

Serpa faz também parte da **Rede Ouverture** criada para a troca de experiências em apoio a pequenas e médias empresas, para promoção comercial e empresarial e abertura a novos mercados. Tem como parceiros a AMMEG, a Diputacion Provincial de Huelva, uma cidade de França e outra da Rússia.

Acresce a participação nas seguintes redes:

Rede das Cidades Médias Europeias (Mécine) - Évora, rede que aborda a problemática das cidades de perfil cultural;

Club “Jóias do Turismo Europeu” - Cascais;

Rede Cinte - Faro;

Rede Cidades dos Descobrimentos - Évora;

Rede Sesame - Coimbra.

Ainda não existe nenhuma rede com municípios do Sul, mas começam a sentir-se alguns sinais de mudança. Um bom exemplo disso é o projecto de

criação de uma rede de cooperação pelo município do Seixal⁴³, cuja missão será:

«reforçar os próprios projectos e dinâmicas envolvidos na sua criação, alargar parcerias, chamando a participação de outros projectos e parceiros: organizações não-governamentais; autarquias; fundações; instituições governamentais; mobilizar a adesão de outras iniciativas para dentro da rede em cada um dos países; procurar dar uma maior visibilidade à sociedade civil e aprofundar a troca de experiências e de saberes através do intercâmbio entre projectos».

Este município tem, ainda, em vista a criação, em 1998, de uma Fundação na área da cooperação para o desenvolvimento, com o envolvimento de todas as suas geminações no sentido de criar um maior envolvimento nesta área.

As características das geminações portuguesas com as autoridades locais da América Latina explicam a inexistência de municípios envolvidos no programa URBAL, criado pela Comissão Europeia, em 1995, e destinado ao estabelecimento de redes com cidades deste sub-contidente⁴⁴. Também não existe participação em redes com municípios da Europa Central e de Leste.

A Federação Mundial das Cidades Unidas e Vilas Geminadas foi criada em 1957 com o objectivo de promover a autonomia e a democracia local, contribuir para a afirmação do papel e da função das autoridades locais, representá-las junto dos governos e das instituições europeias e internacionais e, promover todas as formas de cooperação entre as colectividades territoriais, entre as quais as geminações. É uma organização de relações internacionais de colectividades locais, presente em mais de 100 países, que actua na Europa, ASS, Mundo Árabe, América Latina, Sudoeste Asiático e Canadá. Em alguns países tem estruturas de apoio, as delegações nacionais das Cidades Unidas, em vias de constituição em Portugal, pelos 35 municípios portugueses associados a esta organização, entre os quais estão Beja, Cascais, Évora, Felgueiras, Guimarães, Lisboa, Matosinhos, Viana do Castelo e Vila Real.

43 Para lançar as bases desta rede a CMS promoveu, em parceria com outras entidades, o Seminário “A Mulher e a Criança: projectos de cooperação nos países de língua portuguesa”, em Abril de 1997, no qual estiveram presentes ONG dos sete países lusófonos para a «troca de experiências e saberes a o apoio mútuo à intervenção no domínio da defesa e promoção da mulher e da criança» (Boletim Municipal do Seixal nº 231, Maio, 1997: 14).

44 «Visa o desenvolvimento de redes temáticas entre cidades e entidades colectivas locais das duas regiões, centradas nos aspectos concretos da problemática urbana, por meio de um apoio à criação de novas redes bem como do reforço das redes já existentes. Tem, pois, como finalidade a criação de um vasto movimento de cooperação entre as duas regiões» (CE - URBAL, 1996).

Esta Federação tem uma agência especializada, a CUD, já referida, que recebe apoio do PNUD e trabalha com financiamentos da UE, BM e governos, sendo a sua organização e coordenação feita por áreas temáticas e por regiões.

COMPETÊNCIAS E CAPACIDADES COMUNICATIVAS DO SECTOR

A maior parte das câmaras informa os seus munícipes sobre o estabelecimento de relações com outros municípios. Essa informação é veiculada através dos órgãos normalmente utilizados pela edilidade para difundir informação: boletim municipal e agenda cultural (quando existe), jornais locais e regionais, rádio, conferências de imprensa, circulares, etc. O estabelecimento de contactos directos com as escolas, instituições e associações locais é outra via referida para difundir essa informação. O acto da assinatura de geminação ou protocolo é mesmo objecto de uma sessão oficial, aberta à participação dos munícipes e da sociedade civil do concelho. Outra forma de divulgar o estabelecimento destes laços é, por exemplo, a atribuição dos nomes dos municípios parceiros a ruas e/ou praças.

COMPETÊNCIAS E CAPACIDADES TÉCNICAS E HUMANAS

O grau de institucionalização das actividades de cooperação num município pode ser medido pela forma como são tratadas pela administração municipal. Quando a CIM faz parte do plano de actividades do município, tem uma linha orçamental específica, tem um ou mais funcionários num gabinete ou secção de cooperação (que pode eventualmente ter outro nome), existe um envolvimento da sociedade civil (associações, ONGD), etc., significa que o nível de institucionalização é alto, ou seja, que a cooperação é parte integrante das actividades do dia-a-dia da autarquia.

A tendência para profissionalização da CIM, ainda é incipiente no caso português. Em muitos municípios, a agenda das relações e das actividades internacionais está directamente dependente do presidente da câmara ou de um seu assessor/vereador muito próximo, o que evidencia o baixo nível de institucionalização destas actividades na vida do municípios (de facto, esta é a forma mais frequente) e a forte dependência do calendário eleitoral e das características individuais de quem está à frente do município.

Poucos são os casos em que dispõem de um

gabinete/departamento de geminações encarregue de tratar dos assuntos relacionados com a cooperação, mas já há alguns municípios que dispõem de departamentos de relações internacionais ou de um funcionário responsável por esses assuntos. A tarefa destes funcionários é muito importante. Onde existem, as geminação parecem ser mais dinâmicas e as actividades terem maior continuidade, o que não será alheio à sua dedicação em exclusivo. Esta situação é mais frequente nos municípios com centros urbanos importantes, como é o caso de Lisboa. Aveiro tem mesmo um gabinete de cooperação descentralizada, do qual fazem parte duas associações (a SUL - Associação de Cooperação para o Desenvolvimento e a Associação dos Naturais e Amigos da Ilha do Príncipe), que trabalha com as questões relativas às geminações que tem com autarquias dos PALOP.

ACESSO A FONTES DE FINANCIAMENTO E RECURSOS

Tal como noutros países, são os municípios que suportam os custos das suas actividades internacionais. O recurso a campanhas públicas de angariação, a donativos privados e a contribuições das agências oficiais de cooperação (FCE, ICP) são outras vias de financiamento para a concretização dessas actividades.

Os apoios governamentais são pontuais, fornecidos desde 1990, quando solicitados e em situações muito esporádicas. O ICP só co-financia iniciativas que não sejam empreendidas por outros ministérios. Na maior parte dos casos (que são pouco numerosos) trata-se de participações dos custos de viagens de técnicos e de transporte de materiais e recursos oferecidos pelos municípios aos seus congéneres do Sul. Por exemplo, deu apoio a Cascais para formação na ilha do Sal, a Oeiras para formação na ilha de S. Vicente⁴⁵.

ÁREAS DE COOPERAÇÃO DO SECTOR

São os serviços e as infra-estruturas sociais (educação, saúde, abastecimento de água e saneamento, etc.) que maior atenção têm recebido por parte dos municípios. A oferta de material (desportivo, escolar, de secretaria, medicamentos e outro material médico, contentores, placas toponímicas, entre outro) e a atribuição de bolsas de estudo em instituições

⁴⁵ Os apoios foram concretizados na forma de pagamento de passagens aéreas a técnicos que foram dar a formação e pagamento de material para arranjo de estradas (no caso de Oeiras). Ao Seixal forneceu apoio nos encargos de deslocações exploratórias para o estabelecimento de relações de cooperação. No caso de Coimbra participou no transporte de 4 autocarros que este município ofereceu a S. Vicente.

de ensino (sobretudo ensino superior) da região são frequentes. O apoio na área do urbanismo e infra-estruturas económicas (estradas, iluminação pública) pode também acontecer, tal como a ajuda alimentar e de emergência.

O envio de livros e material escolar é a acção mais frequente no domínio da educação. Com menor importância, mas com algum significado, é a atribuição de bolsas de estudo, em regra em estabelecimentos de ensino sediados no município português. As acções de formação para professores e educadores de infância também fazem parte das actividades de alguns municípios, tendo ainda sido referida a dinamização de cursos de alfabetização de adultos. Embora pontuais não podem deixar de ser indicadas actividades como a construção de uma residência de estudantes, o financiamento da construção de uma biblioteca, o envio de material de secretaria e audiovisual, a integração da geminação na área escola associada à troca de correspondência entre estudantes e o apoio à deslocação dos mesmos entre os dois municípios, fomentando a Educação para o Desenvolvimento.

No domínio da educação deve também ser referida a acção junto das escolas e de outros parceiros nas campanhas de solidariedade e de sensibilização dos jovens, como foi o caso do apoio às crianças em São Filipe com a campanha “um livro, um brinquedo para São Filipe”. É, ainda, de referir a aquisição de um autocarro para transporte escolar em Mosteiros (geminado com a Azambuja), adquirido através de um protocolo de cooperação assinado entre a AML e os dois municípios geminados.

O envio de material desportivo para clubes e associações locais e os intercâmbios culturais são as actividades mais realizadas pelos municípios, no domínio da cultura e do desporto. O apoio a colectividades locais e à edição de publicações literárias, bem como a promoção de encontros foram também referidos por alguns municípios como o foram os intercâmbios de exposições, nos domínios das artes plásticas e musicais, o apoio a bibliotecas, com apetrechamento e oferta de volumes, e até a assistência técnica na área da museografia e arqueologia (Beja).

O envio de material audiovisual (televisor e filmes portugueses), a realização de jogos, a doação de material musical, o intercâmbio desportivo e a realização de estágios para desportistas, acções de formação em Portugal na área do artesanato e acções de formação no conservatório, bem como o apoio ao levantamento dos grupos desportivos do município geminado, mostram a diversidade de acções levadas a cabo no âmbito das geminações.

No domínio do emprego e da formação profissional, predominam as acções de formação nos serviços municipais portugueses, tirando partido das capacidades e dos recursos do município, utilizando-os na valorização e formação dos do município irmão. O apoio à deslocação de técnicos e alunos para cursos de formação profissional e de estágios é também prática comum, muitas vezes com o apoio das associações empresariais dos dois municípios. O acolhimento de estagiários que terminam os cursos do CEFA tem sido outra forma de contribuir para a formação profissional. Mas, a formação também pode ser concretizada no local, como foi o caso de Coimbra que fez deslocar um técnico a S. Vicente para dar formação na área da electricidade e mecânica. Esta modalidade está a ser equacionada por outras câmaras.

As geminações podem também servir de veículo de incentivo às trocas de experiências e de conhecimentos em matéria de organização administrativa, económica, cultural, turística e social, promovendo encontros entre os responsáveis e empresários para encorajar investimentos, organizar em conjunto iniciativas de informação e de promoção do emprego e da formação profissional (Beja).

A criação de missões empresariais que levam ao estabelecimento de empresas, portuguesas ou mistas, nos territórios geminados é outra forma de criar postos de trabalho locais e promover a formação (Oeiras/S. Vicente, por exemplo).

No domínio das infra-estruturas, e tal como nas outras áreas de intervenção, há o aproveitamento dos próprios recursos, conhecimentos e capacidades para prestar ajuda ao município geminado. A electrificação de povoações, a construção de calçada à portuguesa, o apoio à operacionalização da rede de água, a construção de estradas, a elaboração de projectos para bibliotecas, balneários e mesmo a ajuda na construção de um lar e de uma casa da cultura são disso prova. Há também uma situação de envio de máquinas (por exemplo, para o município do Paúl - 1 retroescavadora, 1 betoneira e 1 dumper), e outros materiais como por exemplo placas toponímicas, materiais para construção de conduta de água, equipamentos urbanos (bancos de jardim, parques infantis, bancas de mercado), etc.

Os intercâmbios no domínio da gestão urbanística e de organização dos serviços, o apoio na elaboração de planos de pormenor e de projectos na área do saneamento e de remodelação de edifícios municipais, e o levantamento topográfico documentam a diversidade de actividades

realizadas através das geminações.

No domínio da administração, os estágios na área da administração autárquica, o fornecimento de material de secretaria e apoio administrativo são as actividades que maior número de municípios leva a cabo. A assessoria ao município irmanado foi também referida (Cascais/Sal). Menos frequentes são os intercâmbios de sectores técnicos, ainda que sejam referidos alguns na área da gestão administrativa. A permuta de estagiários e de quadros administrativos é praticada por alguns municípios (Beja, Oeiras), tal como o apoio à reestruturação de serviços técnicos (com formação do pessoal) e à concretização de Planos Directores Municipais (Lisboa - Bissau e Praia).

No domínio da saúde, o envio de medicamentos e de material médico e hospitalar (desde materiais de uso diário e de primeiros socorros até ao equipamento de uma sala de cuidados intensivos e de material de radiologia, incubadora, etc.), para os centros de saúde e hospitais da autarquia geminada são as actividades mais frequentes. A acção neste domínio pode ainda passar pelo apoio à formação na área da saúde, pelo apoio à intervenção da AMI, pela ajuda monetária para resolução de problemas pontuais como o do surto de cólera em Cabo Verde, desinfectação de água de poços para abastecimento público ou mesmo oferta de uma ambulância, de um "Ge" e de um barco ambulância. A recepção de doentes para tratamento clínico é outra forma de cooperar nesta área (Faro). Para além dos recursos materiais há, também, intervenções ao nível da formação, como é o caso do intercâmbio de grupos de promotores de saúde feito pela Amadora.

O ambiente é o domínio de menor intervenção. As actividades resumem-se à doação de viaturas para recolha de lixo, baldões, contentores e equipamento de limpeza das ruas. A preparação de bombeiros estagiários na luta contra incêndios e um estágio em saneamento básico foram duas actividades levadas a cabo por outras tantas câmaras municipais. O apoio em campanhas ambientais, como foi o caso de Oeiras/Príncipe que colaborou num projecto de envolvimento da população da ilha (sobretudo a escolar) no processo de compostagem doméstica parece ser caso singular.

A colaboração entre municípios pode incluir, ainda, outras actividades mais ou menos ligadas à actuação dos municípios e ir desde acções de grande envergadura até pequenas intervenções e abarcar domínios muito diversos, elucidando a diversidade de acções que podem ter lugar no âmbito das geminações, como por exemplo:

O envio de donativos e a participação em campanhas de solidariedade (Sines, Matosinhos);

a promoção da participação de empresários portugueses, com expositores, em feiras industriais no município do Sul (Beja/Beja);

a fundação de associações de amizade com o objectivo de lançar projectos para o desenvolvimento do município geminado (Faro/Bolama, Amadora/Tarrafal);

a oferta de brinquedos tradicionais portugueses realizados em madeira por alunos das escolas do 2º ciclo, para apetrechamento do infantário de Guadalupe (Seixal/Lobata);

a oferta de um parque infantil (Seixal/Lobata);

a oferta de autocarros (Coimbra/S.Vicente) e de veículos motorizados (por exemplo para a polícia municipal (Lisboa/Praia);

a construção de casa para mulheres chefes de família (Oeiras/Mindelo);

o estudo para a criação de uma zona franca (Oeiras/Príncipe);

a troca de informação por exemplo sobre objectivos e prioridades de desenvolvimento industrial, linhas de crédito nacionais e apoio de natureza técnica e financeira (Lisboa/Praia).

Os municípios podem, também, servir de veículo aglutinador e de “correio” de donativos dos munícipes, como a campanha de solidariedade para com as vítimas da erupção do vulcão na ilha do Fogo. A promoção do turismo pode, igualmente, estar presente.

Se classificarmos estas acções de cooperação segundo os quatro pilares estabelecidos pela OCDE (1996) verificamos que grande parte das autarquias centra as suas actividades na assistência directa à redução da pobreza e no desenvolvimento participativo. Menor atenção merecem as questões ambientais e a paridade homens/mulheres (quadro 4).

Quadro 4 - Acções de cooperação encetadas pelos municípios, em 1996, segundo os quatro pilares estabelecidos pela OCDE

Redução da Pobreza	Almodôvar, Alpiarça, Aveiro, Azambuja, Barcelos, Batalha, Benavente, Cadaval, Cantanhede, Cascais, Coimbra, Estarreja, Évora, Guarda, Guimarães, Lagos, Leiria, Lisboa, Loures, Oeiras, Pombal, Santo Tirso, Seixal, Sesimbra, Sines, Sintra, Terras do Bouro, Vouzela
Desenvolvimento Participativo	Amadora, Amarante, Angra do Heroísmo, Beja, Cascais, Coimbra, Estarreja, Évora, Faro, Figueira da Foz, Leiria, Lisboa, Loures, Moita, Moura, Oeiras, Porto, Ribeira de Pena, Seixal, Vagos, Vale de Cambra, Vidigueira, Vila Nova de Famalicão
Ajuda ao Ambiente	Aveiro, Azambuja, Cascais, Seixal
Equidade Homens/Mulheres	Aveiro, Lisboa, Seixal

Fonte: ICP, 1997

Por outro lado, a quantidade e diversidade da cooperação parece diferenciar-se consoante o destino geográfico. As acções realizadas com municípios do Brasil assentam mais numa base cultural enquanto as concretizadas com os PALOP abarcam um espectro mais amplo, ainda que com diferenças por país. Por exemplo, as acções desencadeadas com Angola têm estado condicionadas à situação política interna, pelo que tem predominado a ajuda de emergência. A evolução recente, no sentido da pacificação e estabilidade interna, começa já a provocar efeitos positivos com reflexos na CIM, sendo notório o interesse pelo estabelecimento de geminações com este país ao mesmo tempo que se assiste à diversificação de acções, passando os municípios a incluir missões empresariais nos contactos com os seus parceiros.

A cooperação económica começa a dar os primeiros passos, não só no envolvimento dos empresários na contribuição para a ajuda ao município geminado, mas também na sua inclusão nas comitativas para estudar no local eventuais investimentos (as geminações Santarém - Lubango e Loures - Matola têm subjacentes estas preocupações). Esta tendência parece mais evidente nas geminações com as autoridades locais de Moçambique e Angola, facto que não será alheio às potencialidades de investimento nestes dois países. Contudo, ela não se exclui noutras situações, como o demonstra a geminação de Oeiras com S. Vicente que tem estimulado o tecido

empresarial a investir nesta ilha cabo-verdiana⁴⁶.

São ainda de referir outras actividades como o envio de missões (por exemplo a Cabo Verde, com o objectivo de auscultar as necessidades apresentadas pela CM da Praia), a divulgação dos objectivos e prioridades de desenvolvimento industrial, a divulgação de informação sobre linhas de crédito nacionais e de apoios de natureza técnica e financeira prestados por instituições supranacionais, as negociações com a Transinsular para transporte gratuito de materiais para Maputo, Bissau e Cacheu.

OS PROJECTOS DE COOPERAÇÃO

Dos casos analisados salienta-se:

a necessidade de olhar para cada projecto como fazendo parte de uma dinâmica mais ampla de toda a geminação, para evitar o desvirtuar da realidade do relacionamento;

a tendência para a programação anual das actividades de cooperação intermunicipal, conciliando as necessidades, nem sempre facilmente identificáveis, do município irmão com as disponibilidades e potencialidades dos municípios portugueses;

os problemas burocráticos que limitam as actividades de cooperação no âmbito das geminações;

a importância da participação dos parceiros para o sucesso das actividades;

a importância da participação da sociedade civil;

a importância da situação interna do país;

a crítica às instituições oficiais no apoio às geminações e na divulgação das acções e apoios nesse âmbito;

a tendência para o desconhecimento das actividades realizadas por outros municípios portugueses geminados com o mesmo município do Sul;

a necessidade de transformar as dificuldades em oportunidades e vantagens;

⁴⁶ Existe já uma indústria de componentes de electrónica de um industrial de Oeiras, em S. Vicente.

a necessidade de olhar para estes relacionamentos de uma forma mais profissional: a boa vontade não chega - é importante a vontade política, uma visão estratégica e uma actuação mais profissional;

o significado das dinâmicas de arrastamento - por exemplo, o envolvimento dos emigrantes, do tecido empresarial, das escolas, etc.

PONTOS FORTES E PONTOS FRACOS

A CIM apresenta algumas vantagens que convém ter em conta.

O apoio do Poder Local português pode contribuir para reforçar e credibilizar o movimento de descentralização do Poder nos PVD, e em particular dos PALOP.

o envolvimento pessoal e os contactos personalizados são um dos aspectos mais positivos da CIM porque muitas actividades e projectos são de pequena escala e há um contacto pessoal bastante grande que facilita o diálogo e a realização das acções, sendo mais fácil proceder a ajustamentos quando necessário. Esta personalização dos contactos promove e facilita a aproximação dos cidadãos de ambas as comunidades conduzindo ao estreitamento e ao fortalecimento de laços;

a CIM aumenta o conhecimento público - apesar de muitas actividades serem de pequena envergadura podem envolver muitas pessoas, tornando-se este tipo de cooperação bastante conhecido. Ela torna-se também um meio ideal para informar as pessoas sobre o que está a acontecer noutras partes do mundo e aumentar o seu conhecimento global e sensibilidade para as questões do desenvolvimento, levando-as a uma maior participação social para ambos os lados;

através da CIM, o pessoal municipal de ambos os lados adquire conhecimentos que lhe permitem melhorar as práticas administrativas locais, a capacidade institucional, o funcionamento dos serviços municipais e, no caso dos municípios portugueses, lidar com os problemas relacionados com as comunidades imigrantes e resolvê-los de forma mais adequada;

como a este nível os projectos são de pequena escala o seu sucesso é, à partida, maior por serem mais facilmente geridos e possibilitarem um grande envolvimento da população. A monitorização das despesas e a avaliação das actividades simplificam-se. Os pequenos projectos são mais flexíveis, menos burocráticos e precisam de menos tempo para obter

resultados, ainda que devam fazer parte de uma lógica de desenvolvimento de longo prazo;

por outro lado, através da CIM existe maior capacidade de resposta aos problemas das populações pois é ao nível local que mais facilmente se apreendem os anseios e necessidades das populações. Por isso, há uma maior utilidade social dos investimentos e projectos empreendidos, se estes tiverem em conta as dinâmicas globais, podendo servir para atenuar os efeitos sociais dos PAE;

a CIM tem subjacente o envolvimento de longo prazo - a parceria continua após a realização do projecto, e outros projectos podem surgir para além da continuidade dos intercâmbios culturais, desportivos e educacionais; e a possibilidade de se criarem redes e geminações trilaterais traz, também, vantagens acrescidas possibilitando o acesso a diferentes níveis de resolução dos problemas e a potenciação dos recursos existentes.

Se as potencialidades são grandes, a realidade pode não conseguir aproveitá-las. De facto, os municípios encontram numerosos obstáculos no desenvolvimento das suas actividades de cooperação. A bibliografia consultada sugere que há mais constrangimentos internos do que externos na expansão da CIM, os quais resultam de factores quer internos quer externos. A maior limitação está relacionada com os recursos financeiros e humanos insuficientes e o conhecimento público limitado. A autonomia local insuficiente é também identificada como um importante constrangimento. A legislação escassa ou mesmo inexistente sobre a matéria e até mesmo as restrições legislativas perante a CIM no Norte são limitações adicionais.

Algumas das vantagens enumeradas podem transformar-se em limitações se não forem bem equacionadas. Senão vejamos:

Os mecanismos de incentivo e apoio à concretização de acções são incipientes e a maior parte dos encargos continua a pesar nos orçamentos municipais, que nem sempre dispõem dos recursos suficientes para tal. De facto, o financiamento é uma das fraquezas da CIM. Muitas actividades e projectos dependem da criatividade das duas partes para encontrarem financiamento complementar às suas magras verbas. Os orçamentos municipais são limitados obrigando frequentemente à intervenção de uma terceira parte (seja ela uma entidade estatal ou privada) e, se esta terceira parte for dominante, corre-se o risco de dominar a parceria de tal forma que a especificidade da CIM desaparece;

a falta de formação adequada (sobre a temática da cooperação para

o desenvolvimento e sobre as realidades africanas) para os políticos e técnicos que lidam com estas questões levantam algumas dificuldades - o “agir com o coração” deve dar lugar a formas mais profissionais e organizadas;

a dependência de alguns indivíduos - o envolvimento pessoal é um “pau de dois bicos”. Sem o impulso de algumas pessoas (que são frequentemente os presidentes das câmaras) muitas das relações intermunicipais não existiriam mas correm o risco de deixar de existir quando essas pessoas deixarem os cargos. Quanto mais baixo for o nível de institucionalização da CIM, maior é este perigo;

de facto, a fraca institucionalização é uma limitação a ter em consideração. Muitas das actividades estão não só dependentes de um reduzido número de pessoas como são baseadas no voluntariado, com frequência sem estruturas de apoio ou, quando existem, incipientes, sem inscrição na estratégia global dos municípios;

uma outra limitação tem a ver com os objectivos abstractos e o alto nível de expectativas dos parceiros. Muitas vezes são criadas grandes expectativas nos parceiros que podem conduzir à desilusão. Os parceiros do Sul tendem a fazer listas intermináveis de necessidades, tendo frequentemente dificuldades em identificar as prioridades. Por outro lado, o Norte promete ou sugere capacidades que na realidade não tem. Por isso, há que formular objectivos claros e precisos que vão ao encontro das expectativas de cada um;

o balanço das acções é desigual. Na maior parte dos casos as relações têm um só sentido (N/S). Os sectores onde existe alguma reciprocidade são reduzidos, como já vimos (cultura, intercâmbios escolares e desportivos, comércio e algum intercâmbio de pessoal técnico);

a fraca monitorização e avaliação são outra limitação. Ainda que a CIM funcione na pequena escala e por isso numa posição favorável à monitorização das despesas e à avaliação dos projectos, frequentemente não são aplicadas. Há reduzido feedback e reflexão sobre as acções realizadas;

há falta de informação e coordenação das actividades. Os municípios portugueses desconhecem o que outros estão a fazer com o mesmo parceiro, perdendo a oportunidade de eventuais parcerias para potenciar recursos;

falta de apoio político. A prática ainda está longe dos discursos no apoio e incentivo da CIM. A inexistência de mecanismos legais e linhas de

financiamento para este tipo de cooperação é um constrangimento que afecta a variedade e intensidade das actividades da parceria. Esta limitação verifica-se quer ao nível da UE quer do Estado Português. Da mesma forma, nos PALOP, em especial Angola e S.Tomé e Príncipe, a instabilidade política também frustra a CIM;

as limitações burocráticas de ambos os lados, constituem outro factor limitador da concretização de acções de cooperação por parte dos municípios (bolsas de estudo, transporte - alfândegas);

ao contrário daquilo que já acontece noutros países europeus, o envolvimento das ONG e das associações locais na CIM é diminuta;

a inexistência de descentralização administrativa e de um Poder Local eleito democraticamente em Angola, Guiné-Bissau e Moçambique, impedem uma verdadeira autonomia político-administrativa e financeira das autoridades territoriais e limitam a sua intervenção na resolução dos problemas das populações; e

não existe um espaço de diálogo entre os poderes locais da CPLP, que permita um entendimento profícuo nos mais diversos planos, lacuna que poderá ser colmatada com a institucionalização da UALOP.

POTENCIAIS E PERSPECTIVAS

O espaço lusófono tem potencialidades de intercâmbio e de cooperação a diversos níveis: recursos humanos, gestão e administração pública, incremento da iniciativa privada e da participação dos cidadãos. A CIM pode ser uma via privilegiada para promover essas potencialidades. Por outro lado, a história recente do Poder Local nos PALOP tem obstado à participação das organizações da sociedade civil que são, ainda, incipientes. Como a participação é um dos elementos-chave do desenvolvimento, as geminações podem estimulá-la partilhando técnicas, abordagens ou programas de formação que facilitem a criação de comunidades participativas e melhorem a qualidade de governação.

Ainda que o apoio dado possa ser modesto ele pode provocar resultados proporcionalmente maiores ao contributo. Como as instituições são pequenas, elas podem ser selectivamente acompanhadas e cuidadosamente pensadas do princípio ao fim. Tornam-se, deste modo, uma forma muito eficaz de transmitir conhecimentos, formar pessoal e aumentar as capacidades administrativas. As relações profissionais entre organismos que exercem actividades semelhantes têm a vantagem de serem

complementares e poderem evoluir ao longo do tempo. O município que fornece apoio técnico utiliza os seus próprios recursos para colmatar as carências da instituição geminada, nos sectores de actividade que são comuns aos dois organismos. A geminação institui uma ligação dinâmica entre os municípios porque escolhe uma forma de relações internacionais à medida das suas possibilidades, tornando-se um instrumento de relações e de contactos, de troca de experiências e de procura de soluções para problemas idênticos.

O envolvimento do pessoal técnico de ambos os municípios pode ser grande e tornar-se mais compensador em termos individuais e profissionais. A longa duração da geminação permite o aprofundamento das relações interpessoais, característica que os outros tipos de cooperação não possibilitam. A existência de um laço permanente entre dois municípios permite às pessoas conhecerem-se, e permite que os projectos se desenvolvam a longo prazo. Desta forma, a geminação assegura a manutenção de uma dimensão humana nas relações de cooperação, sendo particularmente indicada para intervir em temas sociais e de educação para o desenvolvimento (racismo, exclusão, ...). As visitas mútuas, pelos eleitos e pelo pessoal técnico, são úteis para aumentar a compreensão do outro e da sua forma de funcionar e ajudam a identificar as tarefas e as formas como as duas entidades podem trabalhar juntas.

Pela proximidade que tem das populações pode, desde logo, funcionar como instrumento de educação para o desenvolvimento incrementando a consciência pública sobre a interdependência Norte-Sul e a sua compreensão em relação a outras sociedades e culturas. Da mesma forma, pode servir de mecanismo de pressão institucional chamando a atenção para as relações desiguais entre as diferentes partes do mundo e para a necessidade urgente de uma maior equidade e solidariedade internacionais.

Ao estabelecer ligações entre poderes locais do Norte e do Sul e ao proporcionar o envolvimento das sociedades das duas áreas, pode contribuir para o incremento do intercâmbio, da amizade e da valorização cultural destas sociedades, e simultaneamente estimular a emergência da sociedade civil no Sul. O estabelecimento de laços como é o caso das geminações permite que a médio e longo prazos possa existir um conhecimento mútuo, uma compreensão das normas culturais do outro, um maior conhecimento das causas da pobreza e da maior ou menor eficácia das alternativas existentes.

Pelas características das actividades que desenvolve e pelo facto do principal objectivo ser a elevação da qualidade de vida das populações é um

importante instrumento para atenuar e contrariar os efeitos dos Programas de Ajustamento Estrutural (PAE) ao nível social.

Os problemas que se colocam ao Poder Local em muitos países, particularmente em África, são comuns a outras instituições do sector público desses mesmos países. A eficiência administrativa e técnica tem mesmo diminuído e esta fraqueza das instituições públicas é, em geral, vista como uma das maiores limitações ao progresso económico e social. A ausência de instituições efectivas e recursos humanos capacitados são problemas reconhecidos. Por isso, a política de ajuda ao desenvolvimento deve colocar a ênfase na formação e no desenvolvimento dos recursos locais e de capacidades administrativas para fortalecer as instituições locais.

É certo que o Poder Local é apenas um dos aspectos a equacionar no desenvolvimento de um país. Ao decidir-se um programa de ajuda há que discutir com ele as suas prioridades e ter em consideração as suas especificidades. Mas, intimamente ligado ao processo de democratização e liberalização em curso nos PVD, há todo o interesse na descentralização e no fortalecimento do Poder Local e regional, entendido, ou não, como instituições de Poder Local semelhantes às da Europa⁴⁷. Decorrente das mudanças ao nível global, e directamente relacionada com a reavaliação do papel do Estado no processo de desenvolvimento, há em muitos destes países um reconhecimento de que as questões do desenvolvimento local não podem ser enfrentados apenas através de iniciativas do governo central. Os recursos locais devem ser utilizados e a iniciativa da população local encorajada. A CIM pode apoiar a divulgação e troca de conhecimentos técnicos e experiências não só ao nível N/S mas também ao nível S/S.

Mesmo em termos de funcionamento, muitos municípios iniciaram reformas administrativas profundas introduzindo sistemas informatizados para aumentar o rendimento e reduzir os custos de realização. Também aqui há muito a partilhar através da CIM em termos de conhecimento, experiência, programação. Da mesma forma, a assistência técnica para aumentar a capacidade de gestão, particularmente ao nível do topo, pode ser útil e poderá preencher uma lacuna de formação muito sensível.

Embora a CIM seja um fenómeno recente em Portugal, quando comparado com aquilo que se passa noutros países da Europa, e salvaguardando as devidas diferenças de escala, as tendências recentes acompanham as tendências gerais: crescimento e diversificação, abarcando novas áreas que vão desde a ajuda humanitária à cooperação económica e

⁴⁷Em África existem poderes locais tradicionais que convém ter em consideração.

comercial. Depois de uma primeira vaga de internacionalização das suas relações, fundamentalmente com congéneres da Europa e vocacionadas para os intercâmbios culturais e desportivos, os municípios portugueses viram-se agora para outras regiões do mundo. Acompanhando os ventos da mudança, e tirando partido dos conhecimentos acumulados em mais de 20 anos de Poder Local democrático, os municípios portugueses estão a despertar para a CIM com os países do Sul. A comprová-lo está o facto de os últimos anos terem sido bastante profícuos no estabelecimento de geminações e acordos de cooperação, em particular com os PALOP.

Estas geminações apresentam características significativamente diferentes das primeiras já que para além das actividades tradicionais incluem, cada vez mais, acções de cooperação para o desenvolvimento e começam a envolver outros sectores da sociedade, como é o caso do tecido empresarial, adaptando-se às novas perspectivas do desenvolvimento e do relacionamento entre povos.

Não há um padrão que defina o estabelecimento das geminações, mas o passado colonial tem um papel importante. Na maior parte dos casos a iniciativa partiu do município português. Os municípios do litoral e/ou com centros urbanos importantes estão mais despertos para as relações internacionais. Mas, ter muitas geminações não é sinónimo de maior dinamismo. Muitas estão inactivas, servem de fachada política e/ou as actividades obedecem a calendários eleitorais.

Nas geminações com congéneres do Sul é dada preferência aos dos países da CPLP, em particular aos dos PALOP e, dentro destes, aos de Cabo Verde. O relacionamento com municípios brasileiros é menos intenso e mais vocacionado para os aspectos histórico-culturais. Com os africanos privilegia-se a ajuda ao desenvolvimento e a ajuda de emergência. Angola é, dos Cinco, o que menor atenção tem recebido, reflexo da situação interna que condiciona as relações internacionais. Há tendência para a concentração das geminações dentro de cada PALOP, facto muito ligado ao dinamismo de quem está à frente dessas edilidades. Ainda não existem redes que englobem autoridades locais destes países.

De uma forma geral, o nível de institucionalização das geminações e da CIM é baixo. Não há orçamento específico para o efeito, existem grandes dificuldades de contabilização dos recursos utilizados pois as verbas aplicadas saem dos diversos departamentos consoante as acções desencadeadas. Acresce que nem todos os municípios têm sistemas de contabilização destas actividades e informam o ICP dos recursos envolvidos. Os valores apresentados estão longe de traduzir toda a realidade

da intervenção dos municípios nesta área. Apesar das deficiências, as estimativas apontam para um aumento gradual dos recursos disponibilizados pelos municípios portugueses, com Cabo Verde a destacar-se como destino, seguido de S. Tomé e Príncipe. Este aumento reflecte-se na crescente importância relativa que é também fruto da diminuição da APD portuguesa nos últimos anos.

Na maior parte dos casos não há um planeamento a médio e longo prazos, como não há um departamento municipal encarregue destas questões estando, frequentemente, sob a alçada directa do Presidente da Câmara o que torna as relações contingentes e dependentes do dinamismo de quem dirige os destinos do município. Por outro lado, há grande dificuldade em integrar estas actividades na orgânica municipal. Na maior parte dos casos, são tratadas nos diversos departamentos consoante a sua natureza. Poucos são os que têm departamentos de geminações ou de relações internacionais e pessoal permanentemente afecto a essas tarefas.

A dinâmica e a natureza das geminações variam conforme as características das autoridades locais com as quais são estabelecidas. As mais activas são as acordadas com os poderes locais dos PALOP, ainda que com diferenças significativas entre eles. É novamente Cabo Verde que se destaca do conjunto, facto que não será alheio à situação política mais estável de entre os Cinco, apesar dos constrangimentos que ainda se verificam.

Em muitas geminações, particularmente no caso de Angola, as actividades realizadas têm tido mais a ver com ajuda de emergência e humanitária do que com a promoção do desenvolvimento a longo prazo, facto que traduz a situação difícil que se vive em muitos destes territórios. Ainda que subjacente às geminações esteja o intercâmbio, a realidade destes países leva a que predominem fluxos Norte/Sul. Os escassos intercâmbios realizam-se nas áreas da cultura, educação e desporto. As questões ambientais e de género são os domínios que menos atenção têm merecido.

As acções desenvolvidas são sobretudo fruto das necessidades sentidas pelas autoridades locais do Sul e da capacidade de resposta dos municípios portugueses, mas existem frequentemente grandes dificuldades em definir prioridades. Apesar das limitações, o resultado é considerado bastante positivo pela parte portuguesa, sobretudo nos que têm fortes comunidades de imigrantes oriundos dos PALOP, pois tem ajudado a resolver problemas e a facilitar a sua inserção na vida do município (Amadora, Oeiras, Seixal).

A ausência de coordenação de actividades entre municípios geminados com a mesma entidade do Sul é notória, como o é a falta de coordenação ao

nível nacional e a ligação entre os níveis local e central. A ausência de linhas e programas de co-financiamento, a falta de informação, a ausência de legislação específica e os entraves burocráticos são outras tantas limitações às potencialidades da CIM.

É necessário clarificar e institucionalizar as formas de cooperação descentralizada para que o Poder Local possa potenciar as relações internacionais com os seus parceiros. Definir necessidades, identificar objectivos comuns e estruturar as fases para os atingir é a forma mais pragmática de utilizar os recursos existentes numa lógica de funcionalidade e de sustentabilidade das acções. Para isso, é urgente criar uma estrutura capaz de congregar os interesses e anseios dos municípios. A UALOP, recentemente criada poderá ser o fórum privilegiado para esse fim.

A realidade local dos PVD, e em particular dos PALOP, caracteriza-se por uma grande fragilidade institucional, mas está em evolução para estruturas democráticas autónomas. As dificuldades que se lhe colocam são inúmeras. A tendência, ainda que incipiente nalguns casos, para a transferência de competências no plano jurídico, do Poder Central para a escala local, não tende a ser acompanhada, ao mesmo ritmo, pela transferência de recursos (humanos, técnicos e financeiros) que assegurem a sua operacionalidade. O apoio por parte do Poder Local português pode contribuir para reforçar e credibilizar esse movimento, cooperando em áreas onde adquiriu experiência e conhecimentos fortalecendo, simultaneamente, os laços e as relações no espaço lusófono.

Se as geminações e a CIM são uma das melhores formas de dar resposta à melhoria das condições de vida das populações, no quadro actual de desemprego, o “local” pode também responder a este problema partindo de um inventário das necessidades e de uma tentativa de encontrar no próprio “local” os recursos para tal. Num contexto de inúmeros problemas sociais sem solução fácil e imediata e de muita competitividade, as geminações e a CIM poderão encontrar formas inovadoras de intervir a este nível indo mais além do que se faz por já se saber fazer e encontrar localmente a resposta aos problemas das suas populações.

Oficialmente, uma das novas áreas de ênfase da cooperação portuguesa é o fortalecimento dos sistemas de governação nos PALOP, centrado particularmente no sistema legal e judiciário, mas extensível às instituições parlamentares, aos sistemas eleitorais e aos poderes locais. Nesta linha, preconiza-se um maior envolvimento da sociedade civil portuguesa e dos países receptores, sendo de esperar que a cooperação descentralizada ganhe novo impulso, em particular a CIM. Para que isso aconteça será necessário

não só um maior empenhamento do ICP mas também dos próprios municípios para a inclusão desta actividade como parte integrante do dia-a-dia do trabalho autárquico. O acompanhamento, a coordenação e a avaliação das actividades não deverão ser negligenciados no sentido de se tirar o máximo proveito dos recursos escassos. Esta tarefa deverá ser desempenhada por uma estrutura onde os municípios se revejam e nela depositem confiança.

Anexo I - Geminações e/ou protocolos de cooperação com autoridades locais dos PALOP

ANGOLA	PORTUGAL
Benguela	Cascais, Oeiras
Cacuaco	Alcobaça
Cela	Salvaterra de Magos
Huambo	Castelo Branco
Lobito	Sintra, Seixal
Luanda	Lisboa, Matosinhos, Vale de Cambra
Lubango	Santarém
CABO VERDE	PORTUGAL
Brava	Cartaxo, Santarém, Serpa, Sintra
Boavista	Felgueiras, Loulé*, Seixal, Torres Vedras*
Maio	Loures, S.João da Madeira
S.Vicente (Mindelo)	Coimbra, Felgueiras*, Oeiras, Ovar, Portalegre, Portimão, Porto, Vagos, V. Nova de Famalicão*
Mosteiros	Azambuja, Constância, Entroncamento
Paúl	Almodôvar, Benavente
Porto Novo	Angra do Heroísmo, Estarreja

Praia	Faro, Figueira da Foz, Guimarães, Lisboa
Ribeira Grande	Caldas da Rainha, Torres Novas
Sal	Albufeira, Cascais, Odemira, Velas
Santa Catarina	Lisboa, Vila Franca de Xira
Santa Cruz	Aveiro, Sines
S.Domingos	Barcelos, Esposende, Lagoa
S. Filipe	Évora*, Leiria, Matosinhos, Montijo, Palmela, Sesimbra, Viseu
S. Nicolau	Abrantes*
Tarrafal	Amadora, Moita
GUINÉ-BISSAU	PORTUGAL
Bafatá	Vagos
Bissau	Covilhã, Lisboa, Sintra*, Moura
Bissorã	Braga
Bolama	Faro
Buba	Portimão
Bubaque	Cascais*, Figueira da Foz
Cachéu	Lisboa, Viana do Castelo
Fulacunda	Santarém
Farim	Aveiro

Gabu	Ílhavo
Mansôa	Matosinhos
MOÇAMBIQUE	PORTUGAL
Beira	Coimbra*, Porto, Seixal
Ilha de Moçambique	Évora, Lisboa
Inhambane	Aveiro, Oeiras*
Maputo	Lisboa
Matola	Loures
Namaacha	Sintra*
Nampula	Amarante, Bombarral, S. João da Madeira*
Pemba	Aveiro
Xai-Xai	Cascais*
SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE	PORTUGAL
Água Grande	Lisboa
Cantagalo (Santana)	Cascais, Santo Tirso, Ílhavo
Angolares (Cauê)	Matosinhos, Ponta Delgada
Lemba (Neves)	Porto
Lobata	Seixal, Sousel
Mé-Zochi (Trindade)	Guimarães, Sintra, Vagos, Valongo

Santo António do Príncipe	Aveiro, Oeiras

ANEXO

BIBLIOGRAFIA

- AFONSO, Manuela, 1995, *Cooperação para o desenvolvimento: características, evolução e perspectivas futuras*, Lisboa, CIDAC.
- AFONSO, Manuela, 1998, *Cooperação descentralizada: o caso dos municípios portugueses*, Lisboa, CIDAC.
- AHMAD, Ehtisham, et al. (orgs.), 1991, *Social security in developing countries*, Oxford: Clarendon Press
- ALMEIDA, J. et al., 1992, *Exclusão social: factores e tipos de pobreza em Portugal*, Oeiras: Celta
- ALMEIDA, Orlando, 1992, «Amascultura. Quando a Cultura é uma Prioridade», *Poder Local*, Lisboa, n.º 112, pp. 48-51.
- ALVES, Maria Inês, 1996, «As ONG na política comunitária de cooperação para o desenvolvimento», CIDAC, Dez.96, pp.57.
- ANMP, 1992, *Protocolo de Colaboração entre a Associação Nacional de Municípios Portugueses e o Ministério dos Negócios Estrangeiros*, Lisboa.
- ANMP, s.d., *Estatutos da Associação Nacional de Municípios Portugueses*, s. ref.
- ANÓNIMO 1997, *Fundação Evangelização e Culturas-Breves Dados*, F.E.C.
- ANÓNIMO, 1982, «Municípios Deverão Assumir a Responsabilidade do CEFA. Entrevista a Barbosa de Melo, Presidente da Comissão Instaladora do CEFA», *Poder Local*, Lisboa, n.º 20, pp. 30-33.
- ANÓNIMO, 1985, *As Misericórdias, Ontem Hoje e Amanhã*, Editorial Franciscana
- ANÓNIMO, 1986, «Cooperação Intermunicipal. Balanço de Experiência da Associação de Municípios do Distrito de Setúbal», *Poder Local*, Lisboa, n.º 54, pp. 48-54.
- ANÓNIMO, 1987, «Geminacões 86», *Município*, Lisboa, n.º 3, pp. 44-45.
- ANÓNIMO, 1987a, «Municípios Irmãos Querem Europa Unida. V Congresso dos Municípios Europeus Geminados», *Município*, Lisboa, n.º IV, pp. 17-19.
- ANÓNIMO, 1988, «Trancoso Castelo de Vide. Primeira Geminacão entre Municípios Portugueses», *Município*, Lisboa, n.º VI, pp. 39-41.
- ANÓNIMO, 1988a, «Grupo de Intercâmbio Cultural na Defesa da Paz e Solidariedade Entre os Povos», *Poder Local*, Lisboa, n.º 71, pp. 75-76.
- ANÓNIMO, 1989, «A Região Fronteira Alentejana: um Espaço Possível de Cooperação», *Poder Local*, Lisboa, n.º 87, pp. 36-41.
- ANÓNIMO, 1990, «Coopération décentralisée. Une forme nouvelle et prometteuse de coopération non-gouvernementale», *Marchés Tropicaux*, 19 Outubro, Paris.
- ANÓNIMO, 1990a, «Movimento ZLAN. A Paz não Fica nas Superpotências», *Poder Local*, Lisboa, n.º 100, pp. 32-33.
- ANÓNIMO, 1990b, «Sesimbra. Desde 1983 na “Vanguarda-ZLAN”», *Poder Local*, Lisboa, n.º 100, pp. 34.
- ANÓNIMO, 1991, «A Paz Mora Aqui», *Poder Local*, Lisboa, n.º 104, pp. 60-62.
- ANÓNIMO, 1991a, «Amizade e Cooperação Internacionais», *Poder Local*, Lisboa, n.º 104, pp. 57-59.
- ANÓNIMO, 1992, «Seminário “A ANMP e as Associações de Municípios” Resoluções Finais», *Poder Local*, Lisboa, n.º 112, pp. 52-53.
- ANÓNIMO, s.d. *União das Misericórdias, Análise Ambiental*, s/ref.
- ANUÁRIO CATÓLICO DE PORTUGAL 1995-1998, 1996, Lisboa, Ed. Rei dos Livros, 1996
- ANUÁRIO DO ENSINO SUPERIOR, 1997/8, jornal Público
- BARREZ, Dirk, 1993, “La Chute des Anges-pourquoi les ONG de développement échouent-elles?”, *Défis-Sud*, n.º 12, 4º trimestre, pp.24-25
- BARROCO, Maria de Fátima, 1997 “As Instituições Particulares de Solidariedade Social- seu enquadramento e regime jurídico”, in: C. Barros, J. Santos (org.), *As Instituições Não-Lucrativas e a Acção Social em Portugal*, Lisboa, Vulgata
- BARROS, C.P., 1997, “O sector não-lucrativo: uma análise da literatura”, in: C. Barros, J. Santos (org.), *As Instituições Não-Lucrativas e a Acção Social em Portugal*, Lisboa, Vulgata

- BEIGBEDER, Ives, 1992, "Le Role International des Organisations Non Gouvernementales", Paris, L.G.D.J.
- BOUTROS-GHALI, Boutros, 1996 An agenda for democratization, United Nations
- BOYER, D., 1990, "The Role of Northern NGO's in the Promotion of Sustainable Development in Africa", dissertação de mestrado, Universidade de Edinburgo, Edinburgo
- BRAILLARD, Philippe, 1990, Teoria das Relações Internacionais, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian
- BUENDÍA, Hermando G., 1995, The limits of the global village. Globalization, nations and the state, World development studies 5, WIDWR, Helsinquia.
- BURGESS, Robin & STERN, Nicholas, 1991, "Social security in developing countries: what, why, who and how", in: AHMAD, Ehtisham, et al (orgs.), Social security in developing countries, Oxford: Clarendon Press, pp. 41-80
- CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO, 1994, Conclusões das Jornadas de Estudo Sobre Geminações na Europa, Viana do Castelo.
- CARDONA, C., SANTOS, J. 1997 "Apoio Fiscal do Estado às Instituições de Solidariedade Social, BARROS, C., SANTOS, J., As Instituições Não-Lucrativas e a Acção Social em Portugal, Lisboa, Vulgata, 1997
- CARMO, Hermano (org.), 1996, Exclusão social: rotas de intervenção, Universidade Técnica de Lisboa – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa
- CCE, 1992, La Coopération Décentralisée. Objectifs et Methode, Bruxelas.
- CCE, 1992a, La Coopération Décentralisée. Orientations et Finalités, Bruxelas.
- CCE, 1992b, Quadro de Cooperação Regional entre os Cinco Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e a Comunidade Europeia no Âmbito da Quarta Convenção de Lomé, Bruxelas.
- CCE, 1994, «La Coopération Décentralisée», Fiche n° 53, Abril, Suplemento de Europa Développement, Bruxelas.
- CCE, 1995, Programme Inter-municipal d'Échanges (PIME) entre Villes Belges et Africaines, Dossier de demande de financement Commission de l'Union Européenne, 1996-1997, s/ ref.
- CCE, 1996, Relatório sobre a Aplicação da Cooperação Descentralizada, Bruxelas.
- CE, 1996, A Cidade em Acção - URBAL Europa América Latina, Bruxelas.
- CE, 1996a, Comité Económico e Social, Ajuda ao Desenvolvimento
- CE, 1996b, Informação Sobre as Subvenções da Comissão Europeia para Geminações de Vilas ou Cidades, Bruxelas.
- CEFA, 1996, Programa de Actividades, Coimbra.
- CEFA, 1997, Programa de Actividades, Coimbra.
- CIDA's Policy on Women in Development and Gender Equity, 1995
- CLARK, John, 1991, Democratizing Deveoppment - the role of voluntary organizations, Londres, Earthscan Publications
- CLONGD/CCE, 1994, La coopération Décentralisée dans la Convention de Lomé. Guide pour les ONG et les acteurs du développement dans les pays ACP, Bruxelas.
- COMISSÃO EUROPEIA, 1995, Direcção Geral de Desenvolvimento
- COMISSÃO EUROPEIA, 1996, Relatório sobre o Fórum Desenvolvimento da Política Social Europeia
- CONSEIL ÉCONOMIQUE ET SOCIAL, 1997, L'Exclusion Sociale 1ère partie, Rapport n° 6, Avril, pp. 1-35
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA, 1997, INCM, Lisboa.
- COOPER, Lauren, 1984, The twinning of Institutions, Banco Mundial, Washington.
- Coopération décentralisée dans la convention de Lomé, 1994
- CUNHA, A.; VEZ, I., 1995 Pauvreté urbaine et exclusion sociale - Rapport final, Institut de Recherche sur l'Environnement construit, École Polytechnique Fédérale de Laussane.
- DECLARAÇÃO DE BARCELONA, 1995, Adoptada na Conferência Euro-Mediterrânea, Barcelona.
- DGAA, 1987, Administração Local em Números 1986-87, Lisboa.
- DGAA, 1991, Administração Local em Números 1991, Lisboa.
- DGAA, 1995, Administração Local em Números, Lisboa.

- DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1996, Guia do Autarca, Maio, Lisboa.
- DOCUMENTAÇÃO DO I.E.F.P.(unidades operacionais do I.E.F.P. e Escolas Profissionais), DOUXCHAMPS, Francis, 1993, "L'autonomie des ONG: un défi pour leur avenir", *Défis-Sud*, nº12, 4º trimestre, pp.20-22
- DRABEK, Anne G., 1987, "Development alternatives: the challenge for NGO's- an overview of the issues", *World Development*, vol.15, suplemento, pp.ix-xv
- DRÈZE, Jean & SEN, 1991, Amartya, "Public action for social security: foundations and strategy", in: E. AHMAD, et al (orgs.), *Social security in developing countries*, Oxford: Clarendon Press, pp.3-40
- ELLIOT, Charles, 1987, "Some aspects of the relations between the North and South in the NGO sector", *World Development*, vol. 15, suplemento, pp.57-68
- ENDA TIERS MONDE, 1996, *Financement de projets d'environnement et de développement urbain*, Guide d'orientation pour les ONG du Sud, Paris.
- ESTATUTOS DA UNIÃO DAS MISERICÓRDIAS, Lisboa, Janeiro de 1994.
- FARRINGTON, John, BEBBINGTON, Anthony et al., 1993, *Reluctant Partners? - non-governmental organizations, the state and agricultural development*, Londres, Routledge
- FERNANDEZ, Aloysius P., 1987, "NGO's in South Asia: people's participation and partnership", *World Development*, vol.15, suplemento, pp.39-49
- FERREIRA, M.s.d., *Achegas para um Historial do Voluntariado em Portugal*, completando e complementando, Aguarda publicação.
- FMCU, s.d., *La Fédération Mondiale des Cités Unies et Villes Jumelées*_(folheto).
- FONTES, P. O. "A acção Católica Portuguesa e a problemática missionária (1940-1974)", *Actas do Congresso Internacional de História - Missionação Portuguesa e Encontro de Culturas*, vol. IV, Braga, Fac. Teologia (U CP).
- Food 2000, *Global policies for sustainable agriculture*, 1987, Report for the World Commission of Environment, London, etc: Zed Books
- FOX, Thomas H., 1987, "NGO from the United States", *World Development*, vol.15, suplemento, pp.11-19
- FRANTZ, Telmo R., 1987, "The role of NGO's in the strengthening of civil society", *World Development*, vol.15, suplemento, pp.121-127
- FREUD, Claude, 1988, *Quelle Coopération? - un bilan de l'aide au développement*, Paris, Karthala
- FRIEDMANN, John, 1992, *Empowerment: uma política de desenvolvimento alternativo*, Oeiras
- FUENTES, Marta & FRANK, A. Gunder, 1989, "Ten theses on social movements", *World Development*, vol. 17, nº2, pp.179-191
- FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN, 1996, *Relatório Balanço e Contas de 1996*
- FUNDAZIONE ITALIA PER IL VOLUNTARIATO, 1997, *Organized Services in the Countries of Meditterreanean Europe - European Commission*, (aguarda publicação).
- GARILAO, Ernesto D., 1987, "Indigenous NGO's as strategic institutions: managing the relationship with government and resource agencies", *World Development*, vol.15, suplemento, pp.113-120
- GHAI, Dharam, 1990, "Participatory development: some perspectives from grassroots experiences", in: K. Griffin, J. Knight (org.), *Human Development and the International Strategy for the 1990's*, Londres, Macmillan
- GOMES, Carlos, 1990, «Cooperação. Contributos para o Reforço na Cooperação entre os Municípios Portugueses e Cabo-Verdianos», *Poder Local*, Lisboa, nº 97, pp. 50-56.
- GOODDOLPHIM, Costa, 1974, *A Associação*, Lisboa, Seara Nova
- GUIA DAS FUNDAÇÕES PORTUGUESAS, 1996, Centro português de Fundações, 1996
- GUILLAUD, G., 1989, «La coopération décentralisée. Tendances 1989», *Marchés Tropicaux*, 29 Dezembro, Paris.
- HANLON, Joseph, 1991, *Mozambique - who calls the shoots?*, Londres, James Currey Publishers
- HERBERT-COPLEY, Brent, 1987, "Canadian NGO's: past trends, future challenges", *World Development*, vol.15, suplemento, pp.21-28

- HUNTZINGER, Jacques, 1991, *Introdução às Relações Internacionais*, Lisboa, PE-Edições I Encontro de Autarcas de Língua Portuguesa, 1997, Praia, 13 a 15 de Abril, ANMP.
- ICP, 1997, *Cooperação com os países em desenvolvimento a nível da administração local*, (documento não publicado), Lisboa.
- IWTC, *Womens's World Bank and Developing and Organizational Gender Policy*]
- JAMELA, S., 1990, "the challenges facing african NGO's": a case-study approach", in: *NGO and Grassroots Development, Voices from Africa*, n°2, Geneve, United Nations Non-Governmental Liaison Service (NGLS)
- KORTEN, David, 1987, "Third generation NGO strategies: a key to people-centered development", *World Development*, vol.15, suplemento, pp.145-159
- LANDIM, Leilah, 1987, "Non-governmental organizations in Latin America", *World Development*, vol.15, suplemento, pp.29-38
- LESIRE-OGREL, Hubert, 1994, *Rapport d'Activites*, XIV Congres de la Federation Mondiale des Cites Unies et Villes Jumelees, FMCU, Lisboa.
- Livro verde da Segurança Social, Comissão do Livro Branco da Segurança Social, Lisboa, pp.1
- LUÍS, A.S., 1997, "As Instituições Particulares de Solidariedade Social e a Acção Social em Portugal", in: C. Barros, J. Santos (org.), *As Instituições Não-Lucrativas e a Acção Social em Portugal*, Lisboa, Vulgata, 1997
- MAI-SEAA e SEDR, 1985, *Administração Local em Números 1985*, Lisboa.
- MARTINS, E., 1997, "Cooperação Descentralizada para o Desenvolvimento", *Encontro Desenvolvimento e Poder Local nos Países da CPLP*, CIDAC, Lisboa.
- MATHURIN, Alliette e outros, 1989, *Implantation et impact des organisations non gouvernementales - contexte générale et étude de cas (Haiti)*, Genève, *Recherches en Développement*
- MERLE, Marcel, 1982, *Sociologie des Relations Internationales*, Paris, Dalloz
- MEYER, D., 1997, "La Coopération Décentralisée pour de Développement", *Marchés Tropicaux*, 13 Juin, Paris, pp. 1281-1282.
- MIGNON, Jean M., 1987, "Ici et là-bas: les organizations non gouvernementales 1960-1987", *Les Cahiers de l'Animation*, n°61-62, pp.223-239
- MINISTÈRE DE LA COOPÉRATION, 1996, *La Coopération décentralisée dans les pays ACP. Orientations de la coopération française. Textes réglementaires. Procédures de cofinancement*, Paris.
- MINISTÈRE DE LA COOPÉRATION, *La politique du Ministère en faveur de la coopération décentralisée: évaluation de la politique française (1982-1992)*, Collection Évaluations, n° 21, 1994
- MINISTÉRIO DA SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL, *Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social*, Lisboa, Dez. 1996
- MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO (Lei de Bases do Sistema Educativo – Lei n° 46/86 de 14 de Outubro alterada por D.-L. 100-B/85, D.-L. 271/89 de 19 de Agosto, D.- L. 16/94 de 22 de Janeiro)
- MOTA, Arlindo, 1990, «Cooperação entre Autarquias. Valência e Associações de Municípios do Distrito de Setúbal», *Poder Local*, Lisboa, n° 92, pp. 44-52.
- MSSS, 1996, *Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social*, Lisboa
- MSSS, 1997, *Políticas Sociais*
- MURPHY, B., 1995, *Toward a New Framework for Development Action*, Inter Pares, Canadá (policopiado).
- NOGUEIRA, Roberto M., 1987, "Life cycle and learning in grassroots development organizations", *World Development*, vol.15, suplemento, pp.169-177
- OCDE, 1988, "Des partenaires dans l'action pour le développement: les organisations non gouvernementales", Paris
- Oxfam's, *Development in Practice*, 1996, Volume 6, Number 1, February 1996]

- PADRON, Mario, 1987, "Non-governmental development organizations: from development aid to development cooperation", *World Development*, vol.15, suplemento, pp.16-18
- PEREIRA, José L., 1992, «Distrito de Setúbal. O Exemplo e a História da AMDS», *Poder Local*, Lisboa, n° 112, pp. 43-47.
- PERROUX, François, 1987, *Ensaio sobre A Filosofia do Novo Desenvolvimento*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian
- PINTO, Jorge, 1993, «Cooperação Transfronteiriça no Quadro do Mercado Único» VI Congresso do Alentejo, *Poder Local*, Lisboa, n° 125, pp. 27-33.
- PNUD, 1993, *Rapport Mondial sur le Developpement Humain*, Paris, Económica
- PNUD, 1994, *Relatório do Desenvolvimento Humano*, Lisboa, Tricontinental Editora
- PNUD, 1996, *Relatório do Desenvolvimento Humano*
- PNUD, 1997, *Relatório do Desenvolvimento Humano*
- RAHMANI, T.; BEKKOUCHA, A., 1995, *Coopération décentralisée. L'Union européenne en Méditerranée occidentale*, Edition continent europe, Paris.
- RIBEIRO, João T., 1992, «Regiões Administrativas e Cooperação Transfronteiriça», *Poder Local*, Lisboa, n° 113, pp. 65-72.
- RIBEIRO, Mário, 1991, "A Ajuda Internacional e a Cooperação Não-Governamental - o CIDAC como estudo de caso", trabalho final do curso de pós-graduação, ISCTE, Lisboa
- ROMÃO, António e outros, 1985, *Ajuda Pública ao Desenvolvimento*, Lisboa, cadernos CESO
- ROSA, Maria Teresa S., 1988, "A metodologia de intervenção sociológica: uma aula para os alunos do Seminário de Sociologia do Trabalho", ISCTE, Lisboa
- SAMPAIO, Jorge, 1994, *Rapport d'Orientation*, XIV Congres de la Federation Mondiale des Cites Unies et Villes Jumelees, FMCU, Lisboa.
- SANTOS, Boaventura de Sousa, 1987, *Um Discurso sobre as Ciências*, Porto, Edições Afrontamento
- SANTOS, Boaventura de Sousa, 1994, *Pela mão de Alice - o social e o político na pós-modernidade*, Porto, Edições Afrontamento
- SANTOS, M.E. e TORRÃO, M.M., "Missões religiosas e poder colonial no séc. XIX.", *Actas do Congresso Internacional de História - Missionaçã Portuguesa e Encontro de Culturas*, vol. IV, Braga, Fac. Teologia (U CP).
- SCHEP, Gerrit, et al., 1995, *Local Challenges to Global Chance. A Global Perspective on Municipal International Cooperation*, IULA, Sdu Publishers, The Hague.
- SHALLAT, Lesak, PAREDES, Ursula, *Gender Concepts in Development Planning – Basic Approach*, United Nations International Research and Training Institute for the Advancement of Women,
- SILVA, Augusto Santos, 1988, "Produto Nacional Vivo: uma cultura para o desenvolvimento" in: *Atitudes, Valores Culturais e Desenvolvimento*, Lisboa, Cadernos SEDES
- SILVA, Augusto Santos, 1990, *Educação de Adultos - educação para o desenvolvimento*, Porto, Edições Asa
- SMINTH, Vernom, (ed.), s.d., *Local Authority Cooperation with Developing Countries*, IULA/CEMR, Londres.
- STAPE, 1995, *Eleições X Anos 1974-1994*, Revista de assuntos eleitorais, Lisboa.
- STAUDT, Kathleen, 1991, *Managing Development - state, society and international contexts*, Califórnia, Sage
- TERRA-DA-MOTA, Aleixo, 1988, "Organizações não- governamentais para o desenvolvimento - o que são?", comunicação ao 1º Congresso de Cooperação, Lisboa
- THOMAZ, L.F., "Descobrimientos e Evangelizaçã", *Actas do Congresso Internacional de História - Missionaçã Portuguesa e Encontro de Culturas*, vol. IV, Braga, Fac. Teologia (U CP).
- TOURAINÉ, Alain, 1981, *O Pós-Socialismo*, Porto, Edições Afrontamento
- TOURAINÉ, Alain, 1982, *Pela Sociologia*, Lisboa, Publicações Dom Quixote
- UCCLA, 1996, *Relatório e Contas 1995: Plano de Actividades 1996*, Lisboa.
- UCCLA, 1997, *Relatório e Contas 1996: Plano de Actividades 1997*, Lisboa.

- UCCLA, s.d.,_Estatutos da União das Cidades Capitais Luso-Afro-Américo-Asiáticas, Lisboa.
- UCCLA, s.d.a,- folhetos (vários), Lisboa.
- UE, 1996, Lomé IV Convention, The Courier n° 155, Bruxelas.
- UNITED NATIONS INTERNATIONAL RESEARCH AND TRAINING INSTITUTE FOR THE ADVANCEMENT OF WOMEN, 1997, Gender Concepts in developmet planning: basic approach
- UNITED TOWNS DEVELOPMENT AGENCY, 1995, Revue de Press Cités-Unies, 4ème Trimestre, Levallois Perret.
- UPHOFF, Norman, 1993, “Grassroots organizations and NGO’s in rural development: opportunities with diminishing states and expanding markets”, World Development, vol.21, n°4,
- VIEGAS, José M.,1986, “Associativismo e dinâmica cultural”, Sociologia - problemas e práticas, n°1, pp.103-121
- VON BRAUN, Joachim, 1991, “Social security in Sub-saharan Africa: reflections on policy challenges, in: E. AHMAD, et al (orgs.), Social security in developing countries, Oxford: Claredon Press, pp. 395-414
- WILLEMS, William, 1988, “ Le rôle des organisations non gouvernementales dans la coopération au développement”, tese de licenciatura, Universidade Católica de Louvain, Louvain
- WILLIAMS, Aubrey, 1990, “Cresce a participação das ONG no desenvolvimento”, Finanças & Desenvolvimento, vol.10, n°4
- WORLD BANK, 1991, Nongovernmental Organizations and the World Bank, Cooperation for Development, Washington, the World Bank regional and sectorial studies
- ZORRILHO, Carlos, 1993, «Comunicação Transfronteiriça. Condição de Sucesso para o Processo de Desenvolvimento em Cooperação no Alentejo», Cadernos Municipais, Lisboa, n° 59, pp. 28-30.

Índice

Índice	1
Organizações Não-Governamentais de Desenvolvimento.....	12
ONGD	12
Associação África Solidarietàde	13
Projectos/Actividades/Acções:.....	13
CPR – Conselho Português para os Refugiados	14
Projectos/Actividades/Acções:.....	14
Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.....	15
Projectos/Actividades/Acções:.....	15
Leigos Para o Desenvolvimento	16
AMI- Fundação Assistência Médica Internacional.....	17
Projectos/actividades/acções:	17
ABLA- Associação de Beneficência Luso Alemã	19
Obra Missionária de Acção Social - OMAS.....	21
Fundação Cidade de Lisboa.....	23
Projectos/actividades/acções:	23
Instituto de Solidariedade e Cooperação Universitária-ISU.....	25
Projectos/actividades/acções:	25
Cruz Vermelha Portuguesa - CVP.....	27
Projectos/actividades/acções:	27
GRAAL.....	29
Projectos/actividades/acções:	29
Associação para a Cooperação Entre os Povos - ACEP.....	30
Projectos/actividades/acções:	30
SOL SEM FRONTEIRAS - SOLSEF	32
Projectos/actividades/acções:	32
Instituto Português de Medicina Preventiva - IPMP	34
Projectos/actividades/acções:	34
OIKOS - Cooperação e Desenvolvimento.....	36
Projectos/actividades/acções:	36
Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral - CIDAC	39
Projectos/actividades/acções:	39
Voluntariado Internacional para o desenvolvimento Africano –..	41
VIDA.....	41

Projectos/actividades/acções:	41
Saúde em Português - ASP	43
Projectos/actividades/acções:	43
Associação dos Deficientes das Forças Armadas - ADFA	45
Projectos/actividades/acções:	45
CHAPITÔ - Colectividade Cultural e Recreativa de Sta. Catarina	46
Projectos/actividades/acções:	46
Associação para a Cooperação, Intercâmbio e Cultura - CIC	48
Projectos/actividades/acções:	48
Gabinete Português de Estudos Humanísticos	50
Projectos/actividades/acções:	50
Santa Casa da Misericórdia de Campo Maior	51
Projectos/actividades/acções:	51
Instituto Marquês de Valle Flor	52
Projectos/actividades/acções:	52
Fundação Aga Khan	53
Projectos/actividades/acções:	53
Forum Abel Varzim - Desenvolvimento e Solidariedade.....	54
Projectos/actividades/acções:	54
Fundação Luso-Brasileira para o Desenvolvimento do Mundo da Língua Portuguesa.....	55
Projectos/actividades/acções:	55
INDE - Intercooperação e Desenvolvimento.....	56
Projectos/actividades/acções:	56
União das Misericórdias Portuguesas	57
Projectos/actividades/acções:	58
Institutos Missionários	60
Missionários de S. João Baptista	61
Projectos/actividades/acções:	61
Sociedade Missionária da Boa Nova	62
Projectos/actividades/acções:	62
Ordem dos Pregadores (Dominicanos).....	63
Província Portuguesa da Congregação do Espírito Santo	64
Ordem dos Frades Missionários Capuchinhos	65
Projectos/actividades/acções:.....	65
Ordem Hospitaleira de São João de Deus	66

Projectos/actividades/acções:	66
Província Portuguesa da Congregação dos Irmãos Maristas	67
Projectos/actividades/acções:	67
Missionários Combonianos do Coração de Jesus	68
Projectos/actividades/acções:	68
Província Portuguesa da Congregação dos Missionários do Coração de Maria (Claretianos)	69
Projectos/actividades/acções:	69
Província Portuguesa da Sociedade Salesiana	70
Projectos/actividades/acções:	70
Companhia de Jesus (Jesuítas)	71
Projectos/actividades/acções:	71
Ordem Beneditina (Benedictinos)	72
Projectos/actividades/acções:	72
Congregação do Santíssimo Redentor	73
Projectos/actividades/acções:	73
Sacerdotes do Coração de Jesus (Dehonianos)	74
Projectos/actividades/acções:	74
INSTITUTOS RELIGIOSOS FEMININOS	75
Companhia de Santa Teresa de Jesus	76
Projectos/actividades/acções:	76
Província Portuguesa Instituto Irmãs St ^a Doroteia	77
Projectos/actividades/acções:	77
Sociedade das Filhas do Coração de Maria	78
Projectos/actividades/acções:	78
Escravas as SS.MM. Eucaristia e da Mãe de Jesus	79
Projectos/actividades/acções:	79
Irmãs Missionárias do Espírito Santo	80
Projectos/actividades/acções:	80
Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição	81
Projectos/actividades/acções:	81
Irmãs Missionárias Combonianas	82
Projectos/actividades/acções:	82
Instituto das Franciscanas Missionárias de Maria	83
Projectos/actividades/acções:	83
Filhas de Maria Auxiliadora (Salesianas)	84

Projectos/actividades/acções:	84
Congregação das Irmãs Franciscanas N. S. Vitórias.....	85
Projectos/actividades/acções:	85
Franciscanas Missionárias de Nossa Senhora	86
Projectos/actividades/acções:	86
Irmãs Concepcionistas ao Serviço dos Pobres	87
Projectos/actividades/acções:	87
Congregação das Religiosas do Amor de Deus.....	88
Projectos/actividades/acções:	88
Missionárias Reparadoras do Sagrado Coração de Jesus	89
Projectos/actividades/acções:	89
Apresentação de Maria	90
Projectos/actividades/acções:	90
Instituto de Irmãs Missionárias da Consolata.....	91
Projectos/actividades/acções:	91
Instituto das Religiosas do Sagrado Coração de Maria	92
Projectos/actividades/acções:	92
Companhia das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo	93
Projectos/actividades/acções:	93
Missionárias Dominicanas do Rosário.....	94
Projectos/actividades/acções:	94
Congregação das Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus	95
Projectos/actividades/acções:	95
Irmãs Carmelitas do Sagrado Coração de Jesus	96
Projectos/actividades/acções:	96
Instituto Jesus Maria José.....	97
Projectos/actividades/acções:	97
Franciscanas Missionárias Mãe do Divino Pastor.....	98
Projectos/actividades/acções:	98
São José de Cluny	99
Projectos/actividades/acções:	99
Missionárias Dominicanas de Santa Catrina de Sena	100
Projectos/actividades/acções:	100
Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor.....	101
Projectos/actividades/acções:	101

Instituições Particulares De Solidariedade Social	102
(I.P.S.S.)	102
Associação dos Angolanos Residentes em Portugal (NOVAGER)	
.....	103
Projectos/actividades/acções:	103
Associação Cultural Moinho da Juventude	104
Projectos/actividades/acções:	104
Associação Guineense de Solidariedade Social	105
Projectos/actividades/acções:	105
Liga dos Amigos de Cabinda.....	106
Escolas Profissionais	107
Centro de Formação Profissional de Aveiro (DC-FAV).....	108
Projectos/actividades/acções:	108
Centro de Formação Profissional da Indústria Metalúrgica e	
Metalomecânica (CENFIM)	109
Projectos/actividades/acções:	109
Centro de Formação Sindical e Aperfeiçoamento Profissional	
(CEFOSAP)	110
Projectos/actividades/acções:	110
Escola Profissional de São João da Pesqueira (ESPRODOURO)	
.....	111
Escola Profissional de Sernancelhe (ESPROSER).....	112
Escola Tecnológica e Profissional do Vale do Minho (ETAP) ..	113
Projectos/actividades/acções:	113
Escola Superior Agrária de Bragança (ESAB).....	114
Projectos/actividades/acções:	114
Escola Superior de Polícia	115
Centro de Estudos Sobre África e do Desenvolvimento (CEsA) –	
Universidade Técnica de Lisboa – Instituto Superior de Economia	
e Gestão	116
Projectos/actividades/acções:	116
Escola Superior de Educadores de Infância Maria Ulrich.....	117
Estatuto: associação sem fins lucrativos	117
Projectos/actividades/acções:	117
Instituto Politécnico do Porto.....	118
Estatuto: instituição de ensino superior.....	118

Projectos/actividades/acções:	118
Universidade de Coimbra – Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física	119
Estatuto: universidade pública	119
Projectos/actividades/acções:	119
Acção Social da Universidade Lusíada.....	120
Estatuto: associação sem fins lucrativos	120
Projectos/actividades/acções:	120
Universidade do Minho.....	121
Projectos/actividades/acções:	121
Fundações	122
Fundação da Juventude	123
Projectos/actividades/acções:	123
Fundação Obra de Nossa Sra. da Purificação	124
Fundação Portuguesa para o Estudo, Prevenção e Tratamento da Toxicodependência	125
* Fundação Afro-Lusitana para o Desenvolvimento das Relações Culturais, Sociais e Económicas com os Países Africanos de Expressão Portuguesa.....	126
* Fundação Alexandre Herculano-Renovação, Democracia e Desenvolvimento	127
* Fundação Calouste Gulbenkian.....	128
Projectos/actividades/acções:	128
* Fundação Casa da Cultura da Língua Portuguesa.....	131
* Fundação Círculo de Leitores	132
* Fundação para o Desenvolvimento Comunitário de Alverca (CEBI)	133
* Fundação Lusíada.....	134
Projectos/actividades/acções:	134
* Fundação Luso - Africana para a Cultura	135
Projectos/actividades/acções:	135
* Fundação Luso – Americana para o Desenvolvimento (FLAD)	136
Projectos/actividades/acções:	136
* Fundação Portugal - África.....	137
Projectos/actividades/acções:	137

* Fundação Pro Dignitate – Fundação de Direitos Humanos ...	138
Projectos/actividades/acções:	138
* Fundação de Relações Internacionais	139
Municípios	140
Câmara Municipal de Abrantes	141
Projectos/actividades/acções:	141
Câmara Municipal de Águeda.....	142
Projectos/actividades/acções:	142
Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha.....	143
Projectos/actividades/acções:	143
Câmara Municipal de Albufeira	144
Projectos/actividades/acções:	144
Câmara Municipal de Almodôvar.....	145
Projectos/actividades/acções:	145
Câmara Municipal de Alpiarça	146
Projectos/actividades/acções:	146
Câmara Municipal de Alter do Chão.....	147
Projectos/actividades/acções:	147
Câmara Municipal de Alvaiázere.....	148
Projectos/actividades/acções:	148
Câmara Municipal da Amadora.....	149
Projectos/actividades/acções:	149
Câmara Municipal de Amarante.....	150
Projectos/actividades/acções:	150
Câmara Municipal de Amares	151
Projectos/actividades/acções:	151
Câmara Municipal de Angra do Heroísmo	152
Projectos/actividades/acções:	152
Câmara Municipal de Arouca	153
Projectos/actividades/acções:	153
Câmara Municipal de Aveiro	154
Projectos/actividades/acções:	154
Câmara Municipal de Avis	156
Projectos/actividades/acções:	156
Câmara Municipal da Azambuja	157
Projectos/actividades/acções:	157

Câmara Municipal de Barcelos	158
Projectos/actividades/acções:	158
Câmara Municipal da Batalha	159
Projectos/actividades/acções:	159
Câmara Municipal de Benavente	160
Projectos/actividades/acções:	160
Câmara Municipal de Bombarral	161
Projectos/actividades/acções:	161
Câmara Municipal de Cantanhede	162
Projectos/actividades/acções:	162
Câmara Municipal de Cartaxo	163
Projectos/actividades/acções:	163
Câmara Municipal de Cascais	164
Projectos/actividades/acções:	164
Câmara Municipal de Castelo Branco	166
Projectos/actividades/acções:	166
Câmara Municipal de Coimbra	167
Projectos/actividades/acções:	167
Câmara Municipal da Covilhã	168
Projectos/actividades/acções:	168
Câmara Municipal de Estarreja	169
Projectos/actividades/acções:	169
Câmara Municipal de Évora	170
Projectos/actividades/acções:	170
Câmara Municipal de Faro	171
Projectos/actividades/acções:	171
Câmara Municipal de Felgueiras	172
Projectos/actividades/acções:	172
Câmara Municipal da Figueira da Foz	173
Projectos/actividades/acções:	173
Câmara Municipal da Guarda	174
Projectos/actividades/acções:	174
Câmara Municipal de Guimarães	175
Projectos/actividades/acções:	175
Câmara Municipal de Ílhavo	176
Projectos/actividades/acções:	176

Câmara Municipal de Lagos.....	177
Projectos/actividades/acções:.....	177
Câmara Municipal de Leiria.....	178
Projectos/actividades/acções:.....	178
Câmara Municipal de Lisboa.....	179
Projectos/actividades/acções:.....	179
Câmara Municipal de Loures.....	180
Projectos/actividades/acções:.....	180
Câmara Municipal de Matosinhos.....	181
Projectos/actividades/acções:.....	181
Câmara Municipal de Mealhada.....	182
Projectos/actividades/acções:.....	182
Câmara Municipal da Moita.....	183
Projectos/actividades/acções:.....	183
Câmara Municipal de Moura.....	184
Câmara Municipal de Oeiras.....	185
Projectos/actividades/acções:.....	185
Câmara Municipal de Ourém.....	187
Projectos/actividades/acções:.....	187
Câmara Municipal de Paços de Ferreira.....	188
Projectos/actividades/acções:.....	188
Câmara Municipal de Pedrógão Grande.....	189
Projectos/actividades/acções:.....	189
Câmara Municipal de Pombal.....	190
Projectos/actividades/acções:.....	190
Câmara Municipal de Ponta Delgada.....	191
Projectos/actividades/acções:.....	191
Câmara Municipal de Portimão.....	192
Projectos/actividades/acções:.....	192
Câmara Municipal do Porto.....	193
Projectos/actividades/acções:.....	193
Câmara Municipal de Póvoa do Varzim.....	194
Projectos/actividades/acções:.....	194
Câmara Municipal de Rio Maior.....	195
Projectos/actividades/acções:.....	195
Câmara Municipal de Salvaterra de Magos.....	196

Projectos/actividades/acções:	196
Câmara Municipal de Santarém	197
Projectos/actividades/acções:	197
Câmara Municipal de Santo Tirso	198
Projectos/actividades/acções:	198
Câmara Municipal de S. João da Madeira	199
Projectos/actividades/acções:	199
Câmara Municipal do Seixal	200
Projectos/actividades/acções:	200
Câmara Municipal de Serpa	203
Projectos/actividades/acções:	203
Câmara Municipal de Sesimbra	204
Projectos/actividades/acções:	204
Câmara Municipal de Sines	205
Projectos/actividades/acções:	205
Câmara Municipal de Sintra.....	206
Projectos/actividades/acções:	206
Câmara Municipal de Torres Novas.....	207
Projectos/actividades/acções:	207
Câmara Municipal de Vagos	208
Projectos/actividades/acções:	208
Câmara Municipal de Vale de Cambra.....	209
Projectos/actividades/acções:	209
Câmara Municipal de Valongo	210
Projectos/actividades/acções:	210
Câmara Municipal de Vidigueira.....	211
Projectos/actividades/acções:	211
Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.....	212
Projectos/actividades/acções:	212
Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão	213
Projectos/actividades/acções:	213
Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia	214
Projectos/actividades/acções:	214
Câmara Municipal de Vila Nova de Poiares	215
Projectos/actividades/acções:	215
Câmara Municipal de Viseu	216

Projectos/actividades/acções:216

Organizações Não- Governamentais de Desenvolvimento - ONGD

Associação África Solidarietà

Responsável: Joaquim Reis

Morada: Aníbal Cunha, 193, 4000 PORTO

Telefone: (02) 2086926

Fax: (02) 2086926

Estatuto: Associação

Países com que coopera: Moçambique

Áreas de intervenção da cooperação: Reabilitação e Desenvolvimento

Projectos/Actividades/Acções:

- Construção de três salas de aula (Nampula)
- Criação de uma biblioteca de português (Nampula)
- Cooperação sanitária na província do Niassa
- Curso de corte e costura (Nampula)

CPR – Conselho Português para os Refugiados

Responsável: Dr^a Maria Teresa Mendes
Morada: R. Viriato, 27, 2º A 1000 LISBOA
Telefone: (01) 3159847
Fax: (01) 3537692
Estatuto: Associação
Países com que coopera: Angola

Projectos/Actividades/Acções:

- Seminário “Refugiados na África Austral: reintegrar e desenvolver”

Instituto de Estudos para o Desenvolvimento

Responsável: Graça Vasconcelos

Morada: Rua de S. Domingos à Lapa, 111, 3º

Telefone: (01) 3909638

Estatuto: Associação

Países com que coopera: Angola

Áreas de intervenção da cooperação: Desenvolvimento (formação profissional)

Projectos/Actividades/Acções:

- Projecto de Formação Profissional

Recursos financeiros: 15 000 000\$00 (donativos públicos)

Leigos Para o Desenvolvimento

Responsável: António Hilário David

Morada: Estrada da Torre, 26, 1750 LISBOA

Telefone: (01) 7574357/7574278

Fax: (01) 7579188

Email: ongd.leigos@ip.pt

Estatuto: Associação s/fins lucrativos Católica

Países com que coopera: PALOP, S.Tomé, Moçambique e Angola

Áreas de intervenção da cooperação: Solidariedade Social e necessidades Básicas, Bem Estar, Alívio da Pobreza, Ensino/Educação, Saúde, Formação Profissional; Projectos, Assistência Técnica, Apoio Social Reinserção e Reabilitação Social, Apoio a refugiados, Construção de infra-estruturas Técnicas e de Equipamentos Sociais Formação no País Destinatário, Formas de relacionamento: Envio de Voluntários, 2 Anos, sobretudo para Missões Católicas, Estabelece Protocolo de Cooperação e Acordos

Projectos/Actividades/Açções:

Projectos em Desenvolvimento Participativo/Associativismo

- Instituto Diocesano de Formação João Paulo II/S.Tomé – Educação/Ensino
- Educação e Desenvolvimento Sócio-Comunitário/Moçambique /Missão de Fonte Boa – Projecto Integrado. Duração: 3 anos
- Educação e Desenvolvimento Sócio-Comunitário/ Angola/ Missão Lifidgi - Projecto Integrado. Duração: 3 anos
- Ensino Pré-Universitário em Cuamba/Moçambique / Educação/Ensino. Duração: 3 anos
- Educação e Promoção Social em Benguela/Angola/Ensino/Educação/Reinserção social. Duração: 3 anos
- Educação Pré-Universitária e Socio-Cultural em Lichunga/Moçambique / Educação/Ensino. Duração: 3 anos

Recursos Humanos: Possui Núcleos Regionais em Portugal Continental, ex: Coimbra, Porto Braga. Faz Formação Inicial e no País Destinatário

Recursos Financeiros: entre os 7 e os 30 mil contos ano.

Parcerias/Redes: Inscrita na plataforma das ONG, Comité de Liason das ONG Europeias, Confederação Europeia dos Organismos Cristãos de Coop. Internacional(OCCI), Comité Internacional Coordenador do Serviço de Voluntariado Internacional (CESVI).

Actividades de Divulgação: Produz um Jornal Interno e desenvolve seminários

AMI- Fundação Assistência Médica Internacional

Morada: Rua José Patrocínio, 49, 1900 LISBOA

Telefone: (01) 8371667

Fax: (01) 8592362

Email: fundacao.a.m.i.@mail.telepac.pt

Estatuto: Fundação s/ fins lucrativos / ONGD

Países com que coopera: TODOS. Também com os PALOP: S.Tomé e Angola, Bósnia

Formas de relacionamento: Envio de Voluntários, Estabelece Protocolo de Cooperação, Acordos e Contratos, Disponibilização de Serviços

Áreas de intervenção da cooperação: Saúde, Solidariedade Social e necessidades Básicas, Bem Estar, Alívio da Pobreza, Ensino/Educação, Formação Profissional

Projectos/actividades/acções:

Projectos de Assistência Técnica, Assistência Humanitária, Apoio Social Reinserção e Reabilitação Social, Apoio a refugiados, Construção de infra-estruturas Técnicas e de Equipamentos Sociais Formação no País Destinatário, Acções de Emergência.

- Projecto no Cuanza Norte/Angola – Saúde e infra-estruturas médico-sanitárias. Duração: 1 ano
- Projecto no Quipungo/Angola - Saúde e Formação Profissional Duração: 1 ano
- Cave / S. João de Angolares/S.Tomé e Príncipe- Assistência Médica e medicamentosa e apoio financeiro aos centros de saúde . Duração: 2 anos
- Projecto Informática – Multimédia «Futuro à Porta»/Portugal/Almada. Formação Profissional de Jovens em Risco e Reinserção Social Duração: 1 ano
- Centros em Portugal de Assistência a grupos de Risco e população carenciada. Actividade Permanente
- Centro da Graça/Portugal/Lisboa/ Centro de Apoio aos sem abrigo. Actividade Permanente

Recursos Humanos: Possui Sede e Centros Regionais em Portugal, ex: Lisboa, Porto, Almada, Cascais, Funchal. Faz Formação Inicial e no País Destinatário

Recursos Financeiros: entre os 15 e os 100 mil contos ano.

Parcerias/Redes: Inscrita na plataforma das ONG, REAPAN, Europeias:

VOICE, EURONAIID; Internacionais: CIVICUS. Parceiro do CIAC, Protocolo com Ministério da Saúde

Actividades de Divulgação: Produz um Revista «AMI Notícias», desenvolve seminários, Campanhas públicas, participa em diversos grupos de trabalho, panfletos, mailings, etc.

ABLA- Associação de Beneficência Luso Alemã

Responsável: Telma Fernandes

Morada: Rua Infante D. Henrique, Qta. Junqueiro, 2775 CARCAVELOS

Telefone: (01) 4548110

Fax: (01) 4548129

Email: abla@mail.telepac.pt

Estatuto: Associação s/fins lucrativos / IPSS/ONGD

Países com que coopera: Vocacionada para os Países Africanos. Também com os PALOP: sobretudo com a Guiné-Bissau

Formas de relacionamento: Estabelece Acordos e Contratos

Áreas de intervenção da cooperação: Saúde de Base, Solidariedade Social e necessidades Básicas e Grupos Vulneráveis especialmente com crianças

Projectos/actividades/acções:

Projectos, Projectos de Assistência Técnica, Doações, Assistência Humanitária, Apoio Social Reinserção e Reabilitação Social, Apoio a refugiados, Construção de infra-estruturas Técnicas e de Equipamentos Sociais, Acções de Emergência. Projectos: duração média: mais de um ano

- Projecto de Segurança Alimentar /Angola/Benguela –Distribuição de Alimentos. Duração: 1 ano
- Projecto Crianças em África /Angola - Saúde e reabilitação de equipamento hospitalar, apoio a deslocados de guerra. Duração: 1 ano
- ECHO III (1ªPARTE) / Angola - Assistência Médica e medicamentosa e de equipamentos aos campos de desmobilização militar e deslocados. Duração: 6 meses
- Segurança Alimentar II/Angola- Distribuição de Alimentos Assistência Médica e medicamentosa Duração: 1 ano
- Ajuda Alemã (D. Hilpsfonds)/Angola/Lobito - Distribuição de Alimentos. Duração: 1 ano.
- Saúde –Guiné/Guiné-Bissau – Envio de material hospitalar, Assistência Médica e medicamentosa. Duração : 2meses

Recursos Humanos: Possui Sede em Carcavelos. Pessoal: Internos: 5(1 especializado)+2colaboradores; Externo44(4 especializados).

Recursos Financeiros: entre os 10 e os 170 mil contos. Fontes:

U.E.(20%),Empresas Mecenato (20%), Campanhas e Donativos (10%), Da Alemanha (50%). No ano de 1997 a associação angariou junto da comunidade internacional a quantia equivalente em géneros de 368 000 000\$00, dos quais 9 800 000\$00 financiados pela ECHO.

Parcerias/Redes: Inscrita na plataforma das ONG, UE, Protocolo com
Governo Alemão
Actividades de Divulgação: Produz Revistas e circular interna.

Obra Missionária de Acção Social - OMAS

Responsável: Viriato Augusto de Matos

Morada: Rua da Bempostinha, 30, 1150 LISBOA

Telefone: (01) 8850747

Fax: (01) 8850258

Estatuto: Associação s/fins lucrativos / IPSS/ONGD

Países com que coopera: Vocacionada para os Países do Terceiro Mundo. Também com os PALOP: sobretudo com Angola, Moçambique. O Brasil também faz parte das relações privilegiadas

Formas de relacionamento: : Estabelece Acordos e Contratos

Áreas de intervenção da cooperação: : Saúde de Base, Solidariedade Social e necessidades Básicas, Alívio da Pobreza Educação e Emergência

Projectos/actividades/acções:

Projectos, Projectos de Assistência Técnica, Assistência Humanitária, Reabilitação Social, Apoio a refugiados/deslocados, Reconstrução de estruturas de Apoio social, Construção de Infra-estruturas Técnicas e de Equipamentos Sociais, Acções de Emergência. Fazem formação em Portugal e nos Países destinatários.

Grupos alvo: Infância , Juventude, deficientes, população idosa, comunidade , mulheres grupos desfavorecidos, refugiados e deslocados.

Projectos em Execução: duração média: 1 ano

- Constituição de um Lar de Idosos em 1994 - ponto de partida
- Projecto de Emergência em Menangue/ Angola –Distribuição de Alimentos, medicamentos e roupa. 70 mil contos
- Projecto Educação da Ilha de Moçambique/ Moçambique. Duração: 1 ano
- Saúde – Hospital da Gabela/ Angola - Assistência Médica e medicamentosa e de equipamentos. Duração: 2 anos
- Saúde – Hospital de Nampula/ Angola - Assistência Médica e medicamentosa e de equipamentos.
- Voluntariado para Angola, Moçambique e Brasil
- Acção Escolar em Maputo/Moçambique – trabalho em escolas envolvendo mais de 6000 alunos, com apoio das paróquias e missões
- Vide Anexo lista de iniciativas da OMAS em Angola, Brasil e Moçambique desde 1983 e em curso no ano de 1997 e ainda não concluídos.
- Projectos em Perspectiva: Montagem de Luz solar e água no Chissano, Reconstrução da escola de artes e ofícios e telhado da Igreja no Chissano; Reconstrução da Escola Secundária do Chiure e Malema, em Pemba e Nampula respectivamente

Recursos Humanos: Possui Sede em Lisboa Recorre ao voluntariado

Fontes de financiamento: UE.(ECHO-Emergência), Doações, recursos próprios e economia local. Donativos privados recebidos em 1997:

15 600 000\$00

Parcerias/Redes: Inscrita na plataforma das ONG, UE, Protocolos com os Ministérios da Saúde, Educação e Agricultura, Instituto da Cooperação e com a ECHO.

Fundação Cidade de Lisboa

Responsável: Dr.^a Manuela Vieira de Almeida

Morada: Av. Miguel Bombarda, 36-9ºF, 1050 LISBOA

Telefone: (01) 7974023/7937328

Fax: (01) 7974022

Estatuto: Fundação/ONGD

Países com que coopera: Vocacionada para o desenvolvimento das relações entre Lisboa e os Países CPLP, portanto com os cinco PALOP.

Formas de relacionamento: Estabelece Protocolos e acordos de forma a poder estabelecer apoios à «formação educativa e social e cultural e académica de jovens universitários e técnicos», procura também dar apoio à formação de empresas mistas luso-africanas.

Áreas de intervenção da cooperação: Educação e Formação Profissional. Solidariedade Social, necessidades básicas, bem-estar social e Emergência

Projectos/actividades/acções:

Projectos, Reconstrução de estruturas de Apoio social, Construção de Infra-estruturas Sociais, Construção de equipamentos sociais, Reconstrução de estruturas de apoio social, formação em Portugal, formação no País destinatário, Doações e reabilitação social.

Grupos alvo da cooperação na área social: Infância, Juventude, deficientes, população idosa, comunidade e mulheres.

Projectos em Execução: duração média: 1 ano

- Bolsas de Estudo para Estudantes de licenciaturas e mestrados/ Para Estudantes oriundos dos CPLP. Desde 1990. Cerca de 30 mil contos/ ano.

Objectivo: formação de quadros para o país de origem

- Fórum Empresarial do Espaço Lusíada/ CPLP. Desde 1990. Objectivo: ajuda à formação de empresas mistas luso-africanas.

- Acordo com a FCL/LNEC+Laboratórios de Engenharia Civil dos cinco países de língua portuguesa. Desde 1993. Cerca de 1000 contos/ ano.

Objectivo: Estabelecer estágios para técnicos tendo em vista a aprendizagem das novas tecnologias e métodos de trabalho.

- Apoios pontuais anuais e quinquenais a projectos executados por outras instituições sob a forma de Patrocínios. Total até ao momento: 57 606 000\$00

- Edições e Apoio à Edição com os CPLP. Permanente. Cerca de 45 mil contos.

Recursos Humanos: Possui Sede em Lisboa, conta com 3 técnicos internos com formação especializada e 3 técnicos permanentes não especializados.

Recursos Financeiros: o volume financeiro do ano de 1997 foi de 32 850 contos.

Fontes de financiamento: Auto – financiamento (60%, dos quais 14% foram afectados à cooperação na área social), e os restantes 40% vêm de Empresas nacionais/Mecenato (desses, 10% são afectados à cooperação na área social).

Parcerias/Redes: Inscrita na plataforma das ONG. Acordos com o FCL/LNEC.

Instituto de Solidariedade e Cooperação Universitária-ISU

Responsável: Eng^o Francisco Fernandes

Morada: Travessa do Possolo, 11-3^o, 1350 LISBOA

Telefone: (01) 3957831

Fax: (01) 3979681

Email: ISU@telepac.pt

Estatuto: Associação sem fins lucrativos/ONGD/instituição de utilidade pública. Foi fundada com o estatuto de Associação Juvenil de Âmbito Nacional.

Países com que coopera: Com os PALOP, em especial Angola e Cabo Verde.

Formas de relacionamento: Estabelece acordos de forma a poder estabelecer apoios à «formação educativa e académica de jovens universitários».

Áreas de intervenção da cooperação: Educação e Formação Profissional e Estudos. Desenvolve especialmente três áreas de acção: projectos de Cooperação nos PALOP, organização de serviço de voluntariado universitário para estudantes africanos, voluntariado no bairro quinta grande. Portanto desenvolve acções de Solidariedade Social e em grupos vulneráveis e Saúde.

Projectos/actividades/acções:

Projectos, Construção de Infra-estruturas Sociais, Formação em Portugal, formação no País destinatário, Doações e reabilitação social.

Grupos alvo da cooperação na área social: Infância, Juventude, deficientes, mulheres e mutilados de guerra.

Projectos em Execução: duração média: 1 ano

- Programa de Formação Profissional de mutilados da Província de Benguela/Angola. Programa vocacionado para alunos e professores. Duração: 2 anos + 20 meses (em aprovação). Objectivo: formação profissional em três grandes sectores: calçado, carpintaria e alfaiataria e confecção. Fundo: cerca de 240 mil contos.
- Voluntariado na Missão de S. José de Cabinda/ Angola. Saúde e Educação e Alfabetização. Duração: 2 anos
- Formação Pedagógica de Professores/Angola. Formação de Professores de : infantil, primário, secundário e formação profissional. Duração:30 meses. Cerca de 71 mil contos
- Ampliação de um Centro Cultural no Yanhoubedombo/Costa do Marfim. Para universitários, especialmente da sala de informática. Duração:12meses. Cerca de 9000 contos.

Recursos Humanos: Possui Sede em Lisboa. Pessoal: conta com 7 técnicos internos com formação especializada e 1 técnico permanentes não especializado, 6 colaboradores e 11 voluntários.

Recursos Financeiros: o volume financeiro do ano de 1997 foi de 32 850 contos.

Fontes de financiamento: Auto – financiamento 10%, Estado Português/ICP – 10%, UE –67%, donativos/Campanhas – 3% e IPJ 10%.. Em 1998 julga contar com cerca de 100 mil contos afectados a 5 projectos.

Parcerias/Redes: Inscrita na plataforma das ONG. Acordos com o MSSS, Ministério da Educação, Secretaria de Estado da Juventude, Governo de Cabo-Verde, Governo de angola. Está inscrita em rede Europeia.

Actividades de Divulgação: Programas de rádio, Base de Dados do Instituto Português da Juventude, Base de Dados da Plataforma das ONGD Portuguesas.

Cruz Vermelha Portuguesa - CVP

Responsável: Ricardo Filipe Almeida, Serviço de Relações Internacionais

Morada: Jardim 9 de Abril, 1 a 5, 1293 LISBOA CODEX

Telefone: (01) 3905490

Fax: (01) 3951045

Estatuto: Associação s/fins lucrativos / Utilidade Pública

Países com que coopera: Espalhada por todo o mundo

Formas de relacionamento: Assume a forma Federativa

Áreas de intervenção da cooperação: Saúde, Solidariedade Social, Alívio da Pobreza e Grupos Vulneráveis e Emergência

Projectos/actividades/acções:

Projectos, Projectos de Assistência Técnica, Assistência Humanitária, Apoio Social e Reabilitação Social, Apoio a refugiados, Acções de Emergência, Formação no país destinatário.

Projectos em execução. Duração média - 1 ano:

- Reabilitação do Posto de Saúde Pública do Bairro do Trevo, Matola/ Moçambique- Cruz Vermelha de Moçambique - Projecto de recuperação de edifício e equipamento básico, com especial atenção aos deslocados de guerra. Duração: 2 anos. Cerca de 10 mil contos
- Fabrico Artesanal de Tijolos em Adobe/ Guiné-Bissau – Cruz Vermelha da Guiné-Bissau. Visa promover a recuperação das construções existentes e dar formação profissional a grupos vulneráveis. Duração: 1 ano. Cerca de 2 mil contos.
- Saúde Básica em Angola/Angola – Cedência de um técnico coordenador de saúde ao Comité Internacional da Cruz Vermelha para assistência às vítimas de conflito armado. Duração: 1 ano. Cerca de 10 mil contos.
- Formação de Quadros na Área Financeira/ Croácia – Cedência de um técnico à Federação Internacional das Sociedades da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, visando a formação de quadros da Cruz Vermelha da Croácia. Duração :1 ano. Cerca de 10 mil contos.

Recursos Humanos: Possui Sede em Lisboa

Recursos Financeiros: Gastou cerca de 32 mil contos em 1997 em projectos, quatro.8%do orçamento geral da Cruz Vermelha, em 1997, foi afectada à cooperação, e metade deste foi afecto à cooperação na área social. É financiada pelo Estado Português a 70%, 1% é auto-financiamento, e 29% é financiada pela CICV e FICV

Parcerias/Redes: Inscrita na plataforma das ONG. Espalhada por todo o mundo.

Actividades de Divulgação: Produz Boletim Informativo e faz-se promover nos Mass-Media.

GRAAL

Responsável: Ana Sílvia Martins

Morada: Rua Luciano Cordeiro, 24-6ºA, 1150 LISBOA

Telefone: (01) 3546831

Fax: (01) 3142514

Estatuto: Associação s/fins lucrativos / ONGD

Países com que coopera: Coopera com Cabo Verde e Moçambique.

Formas de relacionamento: Estabelece Contratos

Áreas de intervenção da cooperação: Formação de Animadores sócio-culturais e de Desenvolvimento. Portanto, especialmente nas áreas da Educação e Formação Profissional/Formação para o Desenvolvimento.

Projectos/actividades/acções:

Fazem formação sobretudo nos Países destinatários.

Grupos alvo: Especialmente com a comunidade e mulheres .

Projectos em Execução: duração média: 1/2 anos

- Formação de Animadores para o Desenvolvimento / Moçambique.

Objectivo: Formação de animadores escolhidos pela e para a Comunidade.

Duração 2 anos.

- Formação de Animadores Comunitários em Niassa / Moçambique -

Objectivo: formação contínua de animadores nas comunidades locais com pequenos períodos de formação teórica e orientação do trabalho prático.

Duração : 4 anos

- Formação de Animadores / Cabo Verde - Formação a vários tipos de grupos.

Duração variável.

Recursos Humanos: Possui Sede em Lisboa e delegações no Porto e em Coimbra. Conta com elementos permanentes especializados, bem como uma carteira de colaboradores especializados e recorre ainda ao voluntariado.

Fontes de financiamento: A Igreja Católica.

Parcerias/Redes: Inscrita na plataforma das ONG

Associação para a Cooperação Entre os Povos - ACEP

Responsável: Fátima Proença

Telefone: (01) 3865278

Fax: (01) 3863699

Email: acepongd@mail.telepac.pt

Estatuto: : Associação de utilidade pública/ ONGD

Países com que coopera: Coopera especialmente com os PALOP e o Brasil.

Formas de relacionamento: Estabelece parcerias e contactos informais

Áreas de intervenção da cooperação: Coopera especialmente através de Estudos e no reforço de ONG e Associações locais nos PALOP, inclusive associações camponesas. Tenta também promover o acesso ao Micro-crédito. Nas áreas da Solidariedade social, do bem-estar social e do reforço das organizações locais dos PVD e das suas ONGD.

Projectos/actividades/acções:

Ao nível do desenvolvimento de Projectos e Estudos. Fazem formação em Portugal, nos Países destinatários e em outros países, sobretudo nos PALOP e Brasil. Funcionam como bolsa de Informação.

Grupos alvo: Especialmente com a comunidade, mulheres, Juventude, famílias e grupos desfavorecidos .

Projectos em Execução: duração média: mais de 1 ano

- Iniciativa Conjunta de Apoio ao Associativismo Camponês nos PALOP/ a realizar nos PALOP com associações camponesas e ONG's dos PALOP que trabalham conjuntamente. Objectivo: Produção e circulação de informação especializada, e encontros de intercâmbio. Duração: sem prazo. Com cerca de 30 mil contos para a fase de 1997/1999
- Associativismo e o Micro-Crédito na Promoção do Bem-Estar Rural / Cabo-Verde, Guiné Bissau, Moçambique. A realizar com as associações e ONG's dos respectivos países. . Objectivo: Estudo Complementar aos projectos 1 e 3 a realizar com ONG's dos 3 países. Duração: 1 ano. Conta com cerca de 9 mil contos.
- Micro-Crédito para iniciativas de Desenvolvimento no Sector Informal da Economia / Cabo Verde. Dirigida a Mulheres e Jovens. Duração: sem prazo. Objectivo: Montagem de sistemas de micro-crédito, produção de materiais de formação. Conta com cerca de 14 mil contos para a fase de 1998/1999.
- Boletim «Questões». Dirigido aos PALOP, sobretudo aos quadros das ONG's dos PALOP. Duração: Sem Prazo. Pretende-se a produção e reprodução de estudos e tomadas de posição não governamentais sobre

desenvolvimento e cooperação para a formação de quadros. Conta com cerca de 1200 contos por ano.

Recursos Humanos: Possui Sede em Lisboa. Conta com 8 elementos permanentes especializados, bem como uma carteira de 4 colaboradores especializados e ainda 2 voluntários especializados.

Recursos Financeiros: A cooperação só foi iniciada em 1997 - ainda não produziu o relatório de contas.

Parcerias/Redes: Inscrita na plataforma das ONG. Faz parte da CLONG (Rede Europeia)

Actividades de Divulgação: Tem Boletim ACEP - «Boletim Questões», e publicações Ocasionais. Está em preparação uma página na Internet sobre o associativismo camponês em conjunto com uma de Guiné-Bissau e uma de Moçambique.

Sol Sem Fronteiras - SOLSEF

Responsável: Manuel Bento

Morada: Estrada de Benfica, 470-1º Dto., 1500 LISBOA

Telefone: (01) 7167458

Fax: (01) 7168314

Homepage URL: SOLSEF.PT/

Email: solsef@selsef.pt

Estatuto: Associação sem fins lucrativos/ ONGD

Países com que coopera: Cooperava especialmente com os PALOP: Angola, São-Tomé, Guiné-Bissau, Moçambique e Missões Católicas

Formas de relacionamento: Estabelece contactos informais e através de Estudos e Projectos de ajuda ao Desenvolvimento

Áreas de intervenção da cooperação: Cooperava especialmente através de Estudos nas áreas da Educação e Formação Profissional. Nas áreas da Solidariedade Social, do Bem-Estar Social, das Necessidades Básicas, de Grupos vulneráveis e População Escolar.

Projectos/actividades/acções:

Ao nível do desenvolvimento de Projectos, projectos técnicos de construção e de reconstrução de estruturas de apoio social, de reabilitação social, construção de infra-estruturas. Fazem formação em Portugal e nos Países destinatários.

Grupos alvo: Especialmente com a Comunidade, Mulheres, Infância, Juventude, Famílias, População Idosa e Grupos Desfavorecidos .

Projectos em Execução: duração média: 1 ano

- Centro de Apoio à Infância / S.Tomé e Príncipe. construção de infra-estruturas e manutenção técnica e humana do projecto que se vocaciona especialmente para crianças e idosos. Duração: 2 anos. Conta com cerca de 30 mil contos.
- Escola Ciclo Sem Fronteiras / Guiné-Bissau - Apoio à Escola com suplemento remuneratório de professores e material escolar, portanto especialmente virado para crianças e jovens. Duração: 5 anos. Conta com cerca de 10 mil contos.
- Construção de Salas de Aulas / Angola. Construção de salas de aulas para aumentar a capacidade da escola da Arquidioceses do Lubango. Duração: não prevista. Conta com cerca de 4 mil contos.
- Bolsas de Estudo / Moçambique. Atribuição de bolsas a estudantes do 12º ano do Liceu da Cidade da Beira. Montante variável. Duração: 1 ano.

- Bolsas de Estudo / S.Tomé e Príncipe. Objectivo: apoio a estudantes do Ciclo Preparatório da localidade de Ribeira Afonso. Montante: variável. Duração: 3 anos.
- Hospital Central do Huambo / Angola. Objectivo: apoio material e humano às crianças internadas no hospital durante o período de internamento. Conta com cerca de 800 contos. Duração: 1 ano.
Recursos Humanos: Possui Sede em Lisboa. Conta com 10 elementos permanentes especializados, bem como uma carteira voluntários variável em número e grau de especialização.
Recursos Financeiros: Contou com 12 milhões de contos em 1997 afectos a 10 projectos.. A cooperação só foi iniciada em 1997 - ainda não produziu o relatório de contas.
Fontes de financiamento: Estado Português / ICP, Empresas / Mecenato, Campanhas e Donativos, 30% está afectada à cooperação na área social.
Parcerias/Redes: Inscrita na plataforma das ONG. Colabora permanentemente com ONG's e Missões Católicas

Instituto Português de Medicina Preventiva - IPMP

Responsável: Vasco Carmo Pedro

Morada: Rua das Torcatas, 5-R/C, 2800 ALMADA

Telefone: (01) 27313365/36

Fax: (01) 2731337

Estatuto: Associação sem fins lucrativos/ IPSS/ONGD/Instituição de utilidade pública.

Países com que coopera: Coopera especialmente com Angola: Kuito e Bié.

Formas de relacionamento: Estabelece acordos. Criada em 1992 com o fim de lutar contra o subdesenvolvimento e apoiar a integração de pessoas com dificuldades psicomotoras na sociedade civil, incidindo especialmente no desenvolvimento dos sistemas preventivos de saúde, assistência alimentar e ajuda humanitária.

Áreas de intervenção da cooperação: Coopera especialmente nas áreas da Saúde, Assistência Humanitária e Formação Cívica. Também na área das Necessidades Básicas.

Projectos/actividades/acções:

Ao nível do desenvolvimento de Projectos, doações, reconstrução de estruturas de apoio social, de reinserção social e apoio específico a refugiados e deslocados. Fazem formação no País destinatário.

Grupos alvo: Especialmente com Infância, Juventude, Deficientes, a Comunidade, Mulheres, e refugiados e deslocados.

Projectos em Execução: duração média: 1 ano

- Tuberculose no Kuito / Angola. Objectivo: Reabilitação do Sanatório do Kuito e assistência médico-medicamentosa à população. Duração: 6 meses.

Conta com cerca de 30 mil contos.

- Hospital de Catete / Angola. Objectivo: Manutenção do Hospital e assistência médico-medicamentosa à população. Duração: 12 meses. Conta com cerca de 30 mil contos.

Recursos Humanos: Possui Sede em Almada e delegação em Lisboa. Conta com 3 elementos permanentes especializados, 5 elementos permanentes não especializados, 1 colaborador especializado, 2 colaboradores não especializados, 2 voluntários e 10 profissionais internos.

Recursos Financeiros: Contou com 120 mil contos em 1997 afectos a 4 projectos. Espera contar com 90 mil contos para 1998 afectos a 3 projectos, e, 120 mil contos para 1999 afectos a 4 projectos.

Fontes de financiamento: Estado Português / ICP(15%), U.E. - 60%,

Empresas / Mecenato- 5%, Campanhas e Donativos- 20%.

Parcerias/Redes: Inscrita na plataforma das ONG. Não estabeleceu parcerias

OIKOS - Cooperação e Desenvolvimento

Responsável: Jeremias Carvalho/Departamento de Programas e Avaliação de Projectos.

Morada: Rua de Santiago, 9, 1100 LISBOA

Telefone: (01) 8866134

Fax: (01) 8878837

Homepage URL: www.oikos.pt

Email: oikos.sec@oikos.pt

Estatuto: Associação sem fins lucrativos/ ONGD/Instituição de Utilidade Pública.

Países com que coopera: Organização Internacional. Coopera especialmente com Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cuba, Peru e Brasil.

Formas de relacionamento: Estabelece acordos e por Gestão directa do projecto. Criada com o fim de lutar contra o subdesenvolvimento inscrevendo-se num movimento de solidariedade internacional, fomentando a aproximação entre os povos através da formação de uma consciência crítica que identifique as causas estruturais do subdesenvolvimento, incidindo a sua acção especialmente nas áreas da Saúde de base, Educação, Formação Profissional, Saneamento, Assistência Humanitária e Desenvolvimento Rural Integrado e Segurança Alimentar

Áreas de intervenção da cooperação: Coopera especialmente nas áreas da solidariedade social, necessidades básicas, alívio da pobreza, grupos vulneráveis e desenvolvimento rural.

Projectos/actividades/acções:

Ao nível do desenvolvimento de Projectos, projectos técnicos de construção, reconstrução de estruturas de apoio social, de reabilitação e reinserção social, apoio específico a refugiados e deslocados, assistência humanitária, construção de infra-estruturas sociais e técnicas. Participa, ainda, em acções de emergência. Faz formação no País destinatário.

Grupos alvo: Especialmente com a Comunidade, e como tal com a Infância, Juventude, Deficientes, população idosa. Também desenvolve acções para Mulheres, famílias, grupos desfavorecidos e deslocados.

Projectos em Execução: duração média: mais de 1 ano

• TUKAMULANE (unidos por uma causa) / Moçambique. Duração: 3 anos.

Conta com cerca de 116 mil contos para o primeiro ano. Objectivo:

Intervenção na área da agricultura para melhorar a produção; conservação, transformação (moinhos de farinha) e a comercialização dos excedentes.

Pretende, também, fomentar o Associativismo local e a preservação e melhoria dos solos. Público alvo: Camponeses, grupos mais vulneráveis, casas agrárias, exterioristas e técnicos do...

- Desenvolvimento Comunitário Rural (Bahia) / Brasil. Objectivo: visa a melhoria do ensino nas casas rurais, promoção dos direitos de cidadania (género e direitos das mulheres), programas de adaptação e sobrevivência às secas, produção de alimentos. Vocacionado especialmente para os camponeses de Serrinha, Santa Luz, Arau e Santa Bárbara. Duração : 3 anos. Conta com cerca de 163 mil contos.
- Tumbula - Projecto Integrado de Reabilitação Comunitária (FASE II) / Angola. Objectivo: melhoria das condições económicas e sociais da vida das comunidades envolvidas, reorganização dos serviços sociais básicos, reactivar a economia do campo, nomeadamente da produção agrária. Projecto que envolve 19 500 famílias camponesas das comunas de Sto António, Calima e Chipipa. Duração: 2 anos. Conta com cerca de 99 mil contos.
- BALUMUK - Programa de Segurança Alimentar / Angola. Objectivo: Apoiar os agricultores do sector familiar dos municípios de Canhama e Malange na procura de soluções eficazes e perduráveis para a segurança alimentar das suas famílias e restante população dos municípios. Envolve 5 800 famílias e deslocados destes municípios. Duração: 2 anos. Conta com cerca de 230 mil contos.
- KULAEILA - Programa de Segurança Alimentar / Angola. Objectivo: Apoiar os agricultores do sector familiar das comunas de Assonga e Salinas na procura de soluções eficazes e perduráveis para a segurança alimentar das suas famílias e restante população do município de Amboím. Envolve 13 778 famílias camponesas, reunidas em 60 aldeias, nas comunas de Assonga e Salinas . Duração: 2 anos. Conta com cerca de 194 mil contos.
- IV Plano Global de ajuda em Favor da População Cubana / Cuba. Objectivo: a OIKOS participa com o envio de matéria prima para o fabrico de medicamento e no terreno coordena o plano global de distribuição na Província de Havan (670 339 habitantes/cerca de 2 400 camas). Envolve hospitais maternidades e lares da 3ª idade.
- Vide Lista de Projectos em Execução em Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Brasil, Uruguay, Perú, Cuba em Anexo.
Recursos Humanos: Possui Sede em Lisboa e Delegações em Angola, Moçambique,, Guiné-Bissau, Cuba, Peru e Brasil. Conta com várias equipas em cada delegação.
Recursos Financeiros: Contou com 4 milhões contos entre 1991 e 1997 afectos a 114 projectos.. 86% do orçamento destina-se à cooperação integralmente para a cooperação na área social.

Fontes de financiamento: Estado Português / ICP(1%), U.E. - 87%,
Campanhas e Donativos/Auto-financiamento- 12%.

Parcerias/Redes: Inscrita na plataforma das ONG Portuguesas. Faz parte das seguintes Europeias: EURONAIID, EUROSTEP, ZEBRA. Também da organização internacional CIECA

Actividades de Divulgação: Produz materiais pedagógicos, videoteca, centro de documentação, um Boletim, Páginas na Internet, Realiza Exposições Temáticas e Organiza Dossiers na Imprensa. Produz um Boletim.

Centro de Informação e Documentação Amilcar Cabral - CIDAC

Responsável: Ana Bénard da Costa /Sector da Cooperação e Núcleo de Apoio a Projectos.

Morada: Rua Pinheiro Chagas, 77-2ºEsq., 1050 LISBOA

Telefone: (01) 3172860

Fax: (01) 3172870

Email: cidac@esoterica.pt

Estatuto: Associação sem fins lucrativos/ ONGD/Instituição de Utilidade Pública.

Países com que coopera: Organização que coopera especialmente com os PALOP: Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, S.Tomé e Príncipe e Brasil e naturalmente Cabo Verde. Coopera também com a América Latina e Caraíbas

Formas de relacionamento: Estabelece acordos e contratos. Criada com o objectivo de contribuir para o fim das guerras colónias tem-se vindo a afirmar como organização não-governamental de solidariedade, cooperação e informação para o desenvolvimento através do fomento da criação de uma opinião pública activa e crítica capaz de influenciar as políticas locais, nacionais e comunitárias, incidindo as suas acções especialmente na cooperação para o desenvolvimento, baseadas em relações de parceria com organizações locais, de forma a fazer criar nas comunidades o respeito pelas culturas próprias de cada povo. Actua especialmente nas áreas da Educação e Formação Profissional, sobretudo na modalidade de projectos. Faz Formação em Portugal e nos países destinatários

Áreas de intervenção da cooperação: Coopera especialmente nas áreas da solidariedade social, necessidades básicas, alívio da pobreza, Bem-Estar social, grupos vulneráveis.

Projectos/actividades/acções:

Ao nível do desenvolvimento de Projectos, desenvolve projectos de reconstrução de estruturas de apoio social, reabilitação e reinserção social, construção de infra-estruturas sociais e técnicas.

Grupos alvo: Especialmente com a Comunidade, e como tal com a juventude, famílias, e mulheres.

Projectos em Execução: duração média: mais de 1 ano

- Agrupamentos do Norte da Guiné-Bissau/Guiné-Bissau. Projecto com associações e grupos de base. Duração: 4 anos. Conta com cerca de 115 244 mil contos.

- Promoção de actividades geradoras de rendimento e de emprego para mulheres e jovens - Projecto de desenvolvimento local no Tarrafal / Cabo

Verde. Projecto especialmente vocacionado para as mulheres e animadoras sociais. Duração : 3 anos. Conta com cerca de 52 873 mil contos.

- Formação de Jovens para o Auto-Emprego em Tete/ Moçambique. Projecto de promoção dos Jovens. Duração: 2 anos. Conta com cerca de 21 mil contos.
- Apoio à Cunicultura e Avicultura na Cintura Periférica de Bissau/ Guiné-Bissau. Duração: 2 anos. Conta com cerca de 5 mil contos.
- Rádios Comunitárias na Guiné-Bissau / Guiné –Bissau. Projecto com elementos das três rádios Comunitárias apoiadas pela AD em Bissau, Sul e Norte. Duração: Jun/97-Out/98. Conta com cerca de 1635 contos.
- Instrumentos para o desenvolvimento em Língua Portuguesa / Angola. Projecto dirigido a dirigentes e técnicos das ONG angolanas. Duração: Jan/97-Out/98. Conta com cerca de 3 371 mil contos
- Vide Lista de Projectos em Execução em Portugal, Angola, Cabo Verde, Moçambique, Guiné-Bissau, São-Tomé e Príncipe, Brasil, América Latina e Caraíbas em Anexo.

Recursos Humanos: Possui Sede em Lisboa e Delegações em Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Brasil, América Latina e Caraíbas. Conta com 4 técnicos permanentes especializados, 5 colaboradores especializados e 9 profissionais externos. Comporta várias equipas, uma em cada delegação.

Recursos Financeiros: Contou com 98 402 contos em 1996 afectos a 42 projectos.

Fontes de financiamento: 52% do financiamento vem da UE, 24% de Auto-financiamento, 15% - Estado Português/ICP, 0,5% de Empresas/Mecenato, 2,5% de Campanhas/Donativos, 6% de Outros.

Parcerias/Redes: Inscrita na plataforma das ONG Portuguesas. Tem apoios de: Brot fur die Welt (ONG alemã), Comissão Europeia, Fundo para a Cooperação Económica, Fundação Calouste GulbenKian, Instituto da Cooperação Portuguesa, Ministérios da Cultura e da Educação.

Actividades de Divulgação: Produz publicações e vídeos. Organiza seminários sobre desenvolvimento e temas afins. Produz materiais pedagógicos. Tem centro de documentação . Realiza Exposições Temáticas.

Voluntariado Internacional para o desenvolvimento Africano – VIDA

Responsável: Maria da Luz Vasconcelos e Sousa/Cooperação e Projectos.

Morada: Calçada do Combro, 61-1º, 1200 LISBOA

Telefone: (01) 3433022

Fax: (01) 3422021

Email: vida.africa.ong@mail.telepac.pt

Estatuto: Associação sem fins lucrativos/ ONGD

Países com que coopera: Coopera especialmente com Moçambique, Angola Guiné-Bissau.

Formas de relacionamento: Estabelece protocolos de cooperação, acordos e contratos. Procura desenvolver acções que realcem as capacidades locais, especialmente na área da educação, actividades produtivas, apoio a mulheres e crianças, apoio e reforço das organizações locais

Áreas de intervenção da cooperação: Coopera especialmente nas áreas da Saúde de base, Educação, Formação Profissional, Agricultura e Mulheres.

Projectos/actividades/acções:

Ao nível do desenvolvimento de Projectos, doações, assistência técnica, reconstrução de estruturas de apoio social, de reabilitação e reinserção social, construção de infra-estruturas sociais, construção de equipamentos sociais. Faz formação no País destinatário.

Grupos alvo: Especialmente com Infância, Juventude, população idosa, Comunidade, Mulheres, famílias, grupos desfavorecidos e deslocados.

Projectos em Execução: duração média: 1 ano

- Vida + Vida / Moçambique. Projecto virado para o apoio a mulheres e crianças, com a criação de um centro de apoio infantil e Centros de Formação Profissional de Mulheres. Duração: 2 anos. Conta com cerca de 49 mil contos.
- Vida – Bela / Moçambique. Projecto de apoio a agricultores com reintrodução de tracção animal, emparcelamento rural e rede de aviários local. Duração: 3 anos. Conta com cerca de 55 mil contos.
- Rede de Centros de Recursos Educativos/ Moçambique. Criação de uma rede de centros de auto-formação de professores. Duração: 2 anos. Conta com cerca de 45 mil contos.
- Centro Infantil do Huambo / Angola. Criação de um centro de apoio e recuperação infantil. Duração: 2 anos. Conta com cerca de 10 mil contos.

- Rede Materno- Infantil / Guiné-Bissau. Criação de uma rede de Centros de protecção materno –infantil de base comunitárias. Duração: 2 anos. Conta com cerca de 25 mil contos.

- Viva a Paz / Moçambique- Reconstrução das estruturas de apoio social e de águas da vila de Mapulembe

Recursos Humanos: Possui Sede em Lisboa e delegação em Maputo. Conta com 6 elementos permanentes especializados, 4 elementos permanentes não especializados, 3 colaboradores especializados, 20 colaboradores não especializados, 12 voluntários e 25 profissionais.

Recursos Financeiros: Contou com 280 mil contos em 1998 afectos a 12 projectos.. Espera contar com 400 mil contos para 1999 afectos a 12 projectos, e, 420 mil contos para 2000 afectos a 18 projectos. 80% do orçamento está afecto à cooperação na área social.

Fontes de financiamento: Estado Português / ICP(19%), U.E. - 6%, Empresas / Mecenato- 20%, Campanhas e Donativos- 20%, Auto-financiamento – 15%, ONG`s Europeias 20%.

Parcerias/Redes: Inscrita na plataforma das ONG. Estabeleceu parcerias com AVSI-I.

Actividades de Divulgação: Actividades nas Escolas. Produz material de Vídeo, materiais pedagógicos e de promoção nos Mass-media.

Saúde em Português - ASP

Responsável: Dr. Figueiredo Fernandes

Morada: Av. Dr. Elísio de Moura, 417-1ºE, 3030 COIMBRA

Telefone: (039) 702723

Fax: (039) 702723

Email: saudeportugues@mail.telepac.pt

Estatuto: Associação sem fins lucrativos/ ONGD/Instituição de utilidade pública.

Países com que coopera: Coopera especialmente com os PALOP: Cabo Verde, Angola, Moçambique, S.Tomé e Príncipe.

Formas de relacionamento: Estabelece protocolos de cooperação. Associação de Profissionais de cuidados primários de saúde voltada para os países de língua portuguesa. Organização para a cooperação e Desenvolvimento.

Áreas de intervenção da cooperação: Coopera especialmente nas áreas da Saúde, Saúde de base, Educação e Assistência Humanitária.

Projectos/actividades/acções:

Ao nível do desenvolvimento de Projectos, de assistência técnica e doações. Fazem formação em Portugal e nos Países destinatários.

Grupos alvo: Especialmente a Comunidade em geral e a Profissionais de saúde.

Projectos em Execução: duração média: menos de 1 ano

- Combate à Infecção / Cabo Verde. Objectivo: Formação pós-graduada aos profissionais de saúde locais. Duração: anual.
- Combate à Fome e Malnutrição / Cabo Verde – Objectivo: Promoção de acções comuns no combate à doença e desnutrição. Direcção aos profissionais de saúde e professores. Duração: semestral.
- A Saúde, a Educação e a Educação para a Saúde / Moçambique. Objectivo: Formação de Profissionais de Saúde e profissionais da educação.
- Reverter a Pirâmide na Assistência Médica em Angola / Angola. Objectivo: Implantação de um Centro de Estágios para pré e pós graduação e intervenção sanitária. Formação para médicos e enfermeiros.
- Amigos do Centro de Acolhimento de Crianças Arnaldo Tavares / Angola - Projecto com meninos da rua e que tem por objectivo promover campanhas de ajuda alimentar e sanitária à obra do Padre Horácio CAballero em Luanda.
- Projecto Integrado em S.Tomé e Príncipe/Tomé e Príncipe . Projecto de Educação para a Saúde e Educação para o Desenvolvimento.

Recursos Humanos: Possui Sede em Coimbra. Não diz o número de funcionários.

Recursos Financeiros: Contou com 11 mil contos em 1997 afectos a 1 projecto. Espera contar com 25 mil contos para 1998 afectos a 2 projectos. Em 1997 10% do orçamento foi afecto à cooperação na área social. Espera afectar 25% em 1998.

Fontes de financiamento: Empresas / Mecenato e Campanhas e Donativos.

Parcerias/Redes: Inscrita na plataforma das ONG.

Actividades de Divulgação: Revista Saúde.

Associação dos Deficientes das Forças Armadas - ADFA

Responsável: Dr. Humberto Rodrigues

Morada: Avenida Padre Cruz-Edifício ADFA, 1600 LISBOA

Telefone: (01) 7570926

Fax: (01) 7571319

Email: ADFA@telepac.pt

Estatuto: Associação sem fins lucrativos/ ONGD/Instituição de utilidade pública.

Países com que coopera: Procura cooperar especialmente com os PALOP, especialmente com Angola.

Formas de relacionamento: Estabelece protocolos de cooperação e acordos. Associação de deficientes que estiveram nas guerras coloniais em África, donde a sua forte ligação com os PALOP e tipo de problemas deixados com as guerras civis destes países.

Áreas de intervenção da cooperação: Cooperar especialmente nas áreas da Saúde, Formação Profissional e através da realização de Estudos e Projectos.

Projectos/actividades/acções:

Especialmente ao nível do desenvolvimento de Projectos, de assistência técnica, reconstrução de estruturas de apoio social, na reabilitação e reinserção social, na construção de infra-estruturas sociais. Fazem formação em Portugal e nos Países destinatários.

Grupos alvo: Especialmente a deficientes e grupos desfavorecidos.

Projectos em Execução: duração média: mais de 1 ano

- Novo Rumo / Angola - Objectivo: Construção de um Centro de Reabilitação Física e Profissional de Amputados de Guerra. Especialmente vocacionado para dar apoio à população de deficientes. Duração: 3 anos.

- Realizou em 1997 Cinco Acções de Formação internas na área da cooperação social.

Recursos Humanos: Possui Sede em Lisboa (com Direcção Nacional) e delegação no Porto. Não diz o número de funcionários.

Recursos Financeiros: Contou com 90 mil contos em 1997 afectos a 1 projecto.

Fontes de financiamento: Estado Português/ICP e UE.

Parcerias/Redes: Inscrita na plataforma das ONG. Diz que está inserida em redes de cooperação nacionais e internacionais e recebe financiamentos da UE

Actividades de Divulgação: Através dos jornais, programas de rádio e de televisão.

CHAPITÓ - Colectividade Cultural e Recreativa de Sta. Catarina

Responsável: Teresa Ricou

Morada: Rua Costa do Castelo, 1/7, 1100 LISBOA

Telefone: (01) 8861410

Fax: (01) 8861463

Estatuto: Associação sem fins lucrativos/ IPSS/ONGD

Países com que coopera: Cooperar com os PALOP, Brasil, Alemanha, Holanda, França.

Formas de relacionamento: Estabelece protocolos de cooperação e contratos. Associação especialmente vocacionada para a acção social, educação e cultura, promovendo acções recreativas e artísticas para dinamização das comunidades em que se realizam.

Áreas de intervenção da cooperação: Cooperar especialmente na área dos Grupos vulneráveis na vertente da Animação socio-cultural e na área da Educação.

Projectos/actividades/acções:

Especialmente ao nível do desenvolvimento de Projectos e realização de formação nos países destinatários. Fazem formação em Portugal e nos Países destinatários.

Grupos alvo: Especialmente a infância, juventude, mulheres e grupos desfavorecidos.

Projectos em Execução: duração média: menos de 1 ano

- Fronteiras Invisíveis/ França, Itália, Grécia, Escócia e Portugal. I Encontro Europeu das Artes e Culturas. Objectivo: promover os jovens artistas da Europa
- Funzine UGH / Alemanha, Inglaterra, Bélgica, França, Irlanda, Itália, Irlanda, Gales e Portugal. Magazine de informação jovem com colaboração e distribuição em todos os países mencionados, com a sua publicação também em vídeo e Jornal. Projecto voltado para os jovens com problemas sociais
- Outros Olhares, Outras Vozes / Brasil, Portugal, Colômbia, França, Alemanha. Realização de um documentário sobre os jovens desfavorecidos das grandes cidades através de algo que lhes é comum a todos - música rap. Procura mostrar a forma de expressão urbana de hoje dos jovens desfavorecidos nas grandes cidades.
- SVE - Creative Cooperations / Alemanha, Portugal. Parceria europeia de rede de jovens voluntários. objectivo: criar um programa de intercâmbio de jovens de diferentes áreas artísticas. Duração: de 6 meses a um ano.

- CIRCUSTHEATER ELLEBOOG / Amsterdam-Holland e Portugal-Chapitô. Programa de intercâmbio em parceria para jovens desfavorecidos, com formação em circo, artes e ciência.

Recursos Humanos: Possui Sede em Lisboa. Conta com 3 técnicos permanentes não especializados. Recruta voluntários.

Parcerias/Redes: Inscrita na plataforma das ONG e em redes europeias e internacionais.

Actividades de Divulgação: Através dos jornais, programas de rádio e de televisão. Tem página na Internet.

Associação para a Cooperação, Intercâmbio e Cultura - CIC

Responsável: Dr. José Prates Raposo

Morada: Rua S. Filipe Nery, 59, bloco 1-4ºF, 1250 LISBOA

Telefone: (01) 3857141/3858151

Fax: (01) 3858151

Email: CIC-PORTUGAL@mail.telepac.pt

Estatuto: Associação / IPSS/ONGD/Instituição de utilidade pública

Países com que coopera: Coopera especialmente com os PALOP.

Formas de relacionamento: Estabelece acordos, protocolos de cooperação e contratos. Vocacionada para o desenvolvimento de ajuda humanitária e cooperação.

Áreas de intervenção da cooperação: Coopera especialmente nas áreas da Educação, Assistência Humanitária. Também na área das Necessidades Básicas, solidariedade social, bem-estar social e alívio da pobreza

Projectos/actividades/acções:

Ao nível do desenvolvimento de Projectos, doações, reconstrução de estruturas de apoio social, de reinserção social, assistência humanitária e acções de emergência.

Grupos alvo: Especialmente com Infância, Deficientes, a Comunidade e grupos desfavorecidos.

Projectos em Execução: duração média: 1 ano

- Hospital Regional da Ribeira Grande e postos sanitários periféricos da Ilha de Santo Antão/ Cabo Verde/ Projecto de desenvolvimento na área da Saúde com apoio humano e material específico no Hospital Regional da Ribeira Grande e em 4 postos sanitários periféricos na ilha de Santo Antão. Objectivo: Reabilitação do estrutura médico-sanitária da comunidade da Ilha de Santo Antão. Duração: 3 anos. Conta com cerca de 51 mil contos.

- Hospital Provincial do Uíge / Angola. Objectivo: Projecto de emergência de cuidados primários de saúde, assistência alimentar e medicamentosa na Pediatria do Hospital Provincial do Uíge e apoio aos Laboratórios da mesma instituição. Especialmente vocacionado para as crianças e comunidade. Duração: 12 meses. Conta com cerca de 89 mil contos.

- Campanha de Vacinação na Ilha de Santiago / Cabo Verde. Projecto de Apoio Humano e material na dinamização de uma campanha de vacinação anti-sarampo na ilha de Santiago.

Recursos Humanos: Possui Sede em Almada e delegação em Lisboa. Conta com 5 elementos permanentes especializados, 2 elementos permanentes não especializados, 4 colaboradores especializados, 4 voluntários e 8 profissionais .
Recursos Financeiros: Contou com 207 mil e 400 contos em 1997 afectos a 3 projectos..

Fontes de financiamento: Estado Português / ICP (5%), U.E.-80%, Empresas / Mecenato- 5%, Campanhas e Donativos- 5% e auto-Financiamento - 5%..

Parcerias/Redes: Não estabeleceu parcerias

Actividades de Divulgação: através de publicações próprias e notícias na comunicação social, especialmente em jornais.

Gabinete Português de Estudos Humanísticos

Responsável: Manuel Marques

Morada: Largo de S. Sebastião, 8, 1600 LISBOA

Telefone: (01) 7520350

Estatuto: Associação

Países com os quais coopera: PALOP (especialmente Cabo Verde)

Áreas de intervenção da cooperação: ensino, saúde, recuperação do património e agricultura

Projectos/actividades/acções:

- Acordos bilaterais, na área do ensino, com Embaixadas de alguns PALOP

Santa Casa da Misericórdia de Campo Maior

Responsável: Eng. João José Carrilho

Morada: Avenida da Liberdade, 3370 CAMPO MAIOR

Telefone: (068) 686797

Projectos/actividades/acções:

- No ano de 1997, a actuação da Misericórdia de Campo Maior, no âmbito da Cooperação, foi realizada através das acções promovidas pela UM

Instituto Marquês de Valle Flor

Responsável: Dr. Ahmed Zaky

Morada: Rua de São Nicolau, 105, 1200 LISBOA

Telefone: (01) 3470845/3426039

Fax: (01) 3465973

Estatuto: Fundação/ONG

Países com os quais coopera: Angola, Moçambique e S. Tomé e Príncipe

Áreas de intervenção da cooperação: saúde, apicultura e reabilitação comunitária

Projectos/actividades/acções:

- Twapinduka:" Projecto de Reabilitação Comunitária do Município de Caala-Huambo"
- Projecto de Apoio aos Cuidados Primários e Preventivos de Saúde nos distritos de Mé-Zochi e Cantagalo
- Projecto Apicultura Moçambicana
- Desenvolvimento das Ciências Básicas (Fac. de Medicina Eduardo Mondlane)

Recursos Financeiros: 124 000 000\$00 (inclui donativos públicos e privados)

Fundação Aga Khan

Responsável: Ameen Ali

Morada: Rua Francisco de Andrade, 12, 1700 LISBOA

Telefone: (01) 8405742

Estatuto: Fundação

Projectos/actividades/acções:

- A Fundação tem apenas projectos em Portugal

Recursos Financeiros: No ano de 1997 a fundação doou o montante de Esc. 15 000 000\$00 em projectos e acções

Forum Abel Varzim - Desenvolvimento e Solidariedade

Morada: Rua da Condessa, 9 – sala esq., 1200 LISBOA

Telefone: (01) 3426604

Projectos/actividades/acções:

- As actividade de cooperação deverão iniciar-se em 1998
- Recursos financeiros: Em 1997 não houve financiamentos

Fundação Luso-Brasileira para o Desenvolvimento do Mundo da Língua Portuguesa

Responsável: Pedro Rebelo de Sousa

Morada: Rua de S. Marçal, 77 – 2º, 1200 LISBOA

Telefone: (01) 3479466

Estatuto: Fundação

Países com os quais coopera:

Tipo de Relacionamento:

Áreas de intervenção da cooperação:

Projectos/actividades/acções:

- Em 1997 a fundação não desenvolveu nenhum projecto de cooperação

Recursos Financeiros:

INDE - Intercooperação e Desenvolvimento

Responsável: Luís Chaves

Morada: Rua Gomes Freire, 211 – 4ºDto., 1150 LISBOA

Telefone: (01) 3154523

Fax: (01) 3521681

Estatuto: Associação

Países com os quais coopera: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S.Tomé e Príncipe

Tipo de Relacionamento: Parcerias (municípios, universidades, empresas, etc.)

Áreas de intervenção da cooperação: Desenvolvimento (pesca, construção naval artesanal, poupança e crédito, gestão de projectos)

Projectos/actividades/acções:

- pesca artesanal em Nampula
- formação de jornalistas e publicação de 5 manuais em parceria com o GRET

União das Misericórdias Portuguesas

Responsável: Dr. Aníbal Almeida; Dr. Vítor Ambrósio;

Morada: Calçada das Lages 12-A, 1900 LISBOA

Telefone: (01) 8110540

Fax: 8121324

Estatuto: Associação sem fins lucrativos

Países com que coopera: Angola, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe

Formas de relacionamento: protocolos; geminações

Áreas de intervenção da cooperação: solidariedade social

Projectos/actividades/acções:

- Projecto PROESA - Programa Especial de Apoio a Angola (em fase final de aprovação)

País destinatário: Angola - Luanda; S. Tomé e Príncipe

Grupos Alvo: Infância e Juventude, Idosos e Grupos Desfavorecidos

Volume Financeiro (em contos): 874.000\$00

Parceiros: Santa Casa da Misericórdia de Luanda; Santa Casa da Misericórdia de S. Tomé e Príncipe; Comissão das Comunidades Europeias; Fundação Portugal/África; Igreja Católica Angolana

Duração: 4 anos

Breve descrição: Promover o desenvolvimento económico e social de algumas zonas das mais desfavorecidas nos territórios citados, prestando auxílio imediato em áreas sociais de extrema carência, através da dinamização de instituições locais na sociedade civil, como forma de assegurar a sustentabilidade das iniciativas promovidas. O projecto vai sobretudo intervir nas seguintes áreas: Assistência - combate à fome, creches e jardins infantis; centros de dia para idosos; Saúde - saúde materno-infantil; Educação/Formação.

- Projecto INSTITUTO D. PEDRO V

País destinatário: Angola - Luanda

Grupos Alvo: Infância e Juventude

Volume Financeiro (em contos): 353.000\$00

Parceiros: Santa Casa da Misericórdia de Luanda; Instituto de Cooperação Portuguesa

Duração: 6 anos

Breve descrição: Intervenção num imóvel existente com realização de obras de reabilitação imobiliária, com vista à realização de várias acções com o objectivo de acolher, alimentar e formar crianças e jovens, de ambos os sexos, pertencentes aos grupos mais desfavorecidos da Comunidade.

- Projecto de apoio a MENONGUE (anexo, Relatório de 1997 e projecto para 1998)

País destinatário: Angola (Região da Província de Menongue)

Grupos Alvo: Comunidade

Parceiros: Santa Casa da Misericórdia de Luanda; : Santa Casa da Misericórdia Paris; Diocese de Créteil (França); Diocese de Menongue, Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas.

Duração: início em 1996

Breve descrição: Criação de um movimento de cooperação solidária envolvendo os grandes espaços lusófonos espalhados pelo mundo, em que participem as instituições públicas e privadas de Portugal, dos países de residência, da C.P.L.P. e da U.E. Desenvolvendo acções nas seguintes áreas:

- Protecção materno-infantil
- Agricultura e Desenvolvimento Rural
- Reabilitação imobiliária e construção civil

- Projecto: EDUCAR NA SOLIDARIEDADE

País destinatário: Angola; Cabo Verde

Grupos Alvo: Infância e Juventude

Parceiros: Santa Casa da Misericórdia de Luanda; Pro Dignitate; Cruz Vermelha Portuguesa:

Duração: a primeira acção teve início em 1996

Breve descrição: Recolha de livros e material diverso, roupas e brinquedos. Para distribuição nos territórios indicados.

Institutos Missionários

Missionários de S. João Baptista

Responsável: Pde. José Cristino dos Santos Coelho
Morada: Rua Ginestal Machado, Lote 7, 1600 LISBOA
Telefone: (01) 7262528
Estatuto: Associação sem fins lucrativos
Países com que coopera: Moçambique
Áreas de intervenção da cooperação: formação

Projectos/actividades/acções:

- Moçambique (Murrupula, Nampula): distribuição de água com construção de fontanários; apoio à criação de gado caprino; incremento de actividades agrícolas (Murrupula)

Sociedade Missionária da Boa Nova

Responsável: Pde. Martinho de Castro e Silva

Morada: Rua Bempostinha, 30, 1150 LISBOA

Telefone: (01) 8851546 /8850747

Fax: (01) 8850258

Estatuto: Associação sem fins lucrativos

Países com que coopera: Angola, Moçambique

Áreas de intervenção da cooperação: educação, formação, saúde

Projectos/actividades/acções:

- Angola (Gabela, Santana de Luanda e Sumbe): formação (escolas primárias); saúde (escolas, pastoral de saúde alternativa, reforma de um hospital); alimentação de crianças; criação de hortas comunitárias; administração de tractores comunitários; criação de gado comunitário; incentivo à irrigação.
- Moçambique (Maputo, Chibuto, Nampula, Caramaja, Angoche, Nametil, Mutuali, Ilha de Moçambique, Macomia, Pemba e Chiúre): educação (escolas primárias e secundárias); saúde (postos de saúde a cargo das missionárias); formação (incentivo a associações para criação de gado e para a agricultura, reconstrução de casas, perfuração de poços e cisternas).

Ordem dos Pregadores (Dominicanos)

Responsável: Pde. Miguel dos Santos

Morada: Trav. Corpo Santo, 32 1200 LISBOA

Telefone: (01) 3430883/3423208

Fax: (01) 3433083

Estatuto: Associação sem fins lucrativos

Países com que coopera: Angola

Áreas de intervenção da cooperação: educação

Província Portuguesa da Congregação do Espírito Santo

Responsável: Pde. Casimiro Pinto de Oliveira

Morada: Rua de Santo Amaro à Estrela, 45-51 1200 LISBOA

Telefone: (01) 39614240

Fax: (01) 3953124

Estatuto: Associação sem fins lucrativos

Países com que coopera: Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau

Ordem dos Frades Missionários Capuchinhos

Responsável: Frei Lourenço

Morada: Av. Conselheiro Barjona de Freitas, 12 1500 LISBOA

Telefone: (01) 7742422

Fax: (01) 7787731

Estatuto: Associação sem fins lucrativos

Países com que coopera: Angola,

Áreas de intervenção da cooperação: educação

Projectos/actividades/acções:

- Participação na Rádio “Ecclesia”

Ordem Hospitaleira de São João de Deus

Responsável: Secretário Provincial

Morada: Rua S. Tomás de Aquino 30, 1600 LISBOA

Telefone: (01) 7220350

Fax: (01) 7220353

Estatuto: Associação sem fins lucrativos

Países com que coopera: Moçambique

Áreas de intervenção da cooperação: educação, saúde

Projectos/actividades/acções:

- Projecto de restauração e/ou reconstrução de um hospital
- Centro de apoio à criança da rua (Chacrimo) orientado pela juventude hospitaleira

Província Portuguesa da Congregação dos Irmãos Maristas

Responsável: Pde. Domingues Lopes

Morada: Estr. de Benfica, 372, 1500 LISBOA

Telefone: (01) 7784196

Fax: (01) 7784077

Estatuto: Associação sem fins lucrativos

Países com que coopera: Moçambique

Áreas de intervenção da cooperação: educação, formação

Projectos/actividades/acções:

- Escola Marista de Manhiça (nível-EP1): para crianças pobres excluídas do sistema de ensino (escolas públicas); cantina; ocupação dos tempos livres. Entidades associadas: SED+Manos Unidas (ONG Marista de Espanha). Duração: 3/5 anos (com colaboração de CNBB) 2 meses (colaboração de voluntários da SED)
- Escola agrícola de Bivava-Alto Molòcué: para crianças, escola (níveis EP1+EP2); para adultos, Centro de Saúde (para cuidados de higiene e outros); Ateliers de costura e outros ofícios (exploração agrícola e pecuária).

Missionários Combonianos do Coração de Jesus

Responsável: Pde. José Rebelo

Morada: Calçada Eng.º Miguel pais, 9 1200 LISBOA

Telefone: (01) 3955286

Fax: (01) 3970344

Homepage URL: www.portugalnet.pt/alem-mar

Email: alem-mar@mail.telepac.pt

Estatuto: Associação sem fins lucrativos

Países com que coopera: Moçambique

Formas de relacionamento: acordo, contrato

Áreas de intervenção da cooperação: formação; solidariedade social; necessidades básicas; bem-estar social; alívio da pobreza; grupos vulneráveis.

Projectos/actividades/acções:

- Moçambique: Julho de 1994 - Escola Técnica de Carapira; Janeiro de 1996, Compra de Instrumentos Musicais; Julho 96, Formação humana; Outubro de 96 Lar; Setembro de 97, Paróquia de Stª Cruz; Janeiro de 1998 donativo; Fevereiro de 98, Material Didáctico para Nacala

Angola Setembro de 1994 - Lar de Jovens no Lubango

- S. Tomé e Príncipe - Ajuda à imprensa local

Outras actividades: assistência técnica; doações; estudos; reconstrução de estruturas de apoio social; assistência humanitária; reabilitação social; reinserção social; apoio específico a refugiados; construção de infra-estruturas (creche, dispensário); construção de infra-estruturas técnicas; acções de emergência; formação em Portugal, país destinatário e em Itália

Recursos financeiros: 5500 contos

Historial: Os Missionários Combonianos foram fundados em 1867 pelo Bispo Daniel Comboni em Verona, Itália. Dedicam-se, preferencialmente à evangelização dos não cristãos e à promoção humana em 25 países de África, América Latina e Ásia. Encontram-se em Moçambique desde 1946, ano em que chegaram a Nampula. Em 1962 instalaram-se na Beira, foram abrindo novas casas em Tete, Boroma, Marara, Songo, Estima, Maputo e Matola até 1989. Presentemente trabalham em cinco dioceses: Nampula Nacala, Beira, Tete, Maputo.¹

¹ In, "Combonianos em Moçambique", *Além-Mar*, 1996, nº435 p.23

Província Portuguesa da Congregação dos Missionários do Coração de Maria (Claretianos)

Responsável: Pde. José Augusto Correia de Oliveira

Morada: Av. Almirante Gago Coutinho, 85, 1700 LISBOA

Telefone: (01) 8489848

Fax: (01) 8471126

Estatuto: Associação sem fins lucrativos

Países com que coopera: Angola, São Tomé e Príncipe

Áreas de intervenção da cooperação: educação; formação; saúde;

Projectos/actividades/acções:

Algumas acções relacionadas com alfabetização, promoção escolar, ensino secundário, costura, puericultura, apoio ambulatorio.

Província Portuguesa da Sociedade Salesiana

Responsável: Pde. Pinhal

Morada: Rua Saraiva de Carvalho, 275, Lote 7, 1100 LISBOA

Telefone: (01) 3964142

Fax: (01) 3966472

Email: PPSS31011888@mail.telepac.pt

Estatuto: Associação sem fins lucrativos

Países com que coopera: Cabo Verde, Moçambique

Formas de relacionamento: com parceiros da cooperação (ONG Espanhola e Alemã; Estado/ICP)

Áreas de intervenção da cooperação: educação, solidariedade social; necessidades básicas; bem estar social; alívio da pobreza; grupos vulneráveis

Projectos/actividades/acções:

- Moçambique: Rede de Formação profissional salesiana em Moçambique-MOZATECNET (custo total 700 000 contos), com a duração de quatro anos (a instalação), co-financiamento da ONG espanhola (“Jovenes del Tercer Mundo”) (20 000 contos); escola primária, escola secundária, outros.

- Cabo Verde: formação profissional englobando todas as presenças em Cabo Verde, com co-financiamento de ONG alemã; escola primária, escola secundária, outros

Outras actividades: assistência técnica; doações; estudos (em parceria com ONG); projectos técnicos de construção; reconstrução de estruturas de apoio social; assistência humanitária; reabilitação social; reinserção social; apoio específico a refugiados; construção de infraestruturas (creche, dispensário); construção de infraestruturas técnicas; acções de emergência; formação país destinatário.

Recursos financeiros: 23 145 000\$00

Companhia de Jesus (Jesuítas)

Morada: Estrada da Torre, Torre 26, 1750 LISBOA

Telefone: (01)7577296

Fax: (01) 7577376

Estatuto: Associação sem fins lucrativos

Países com que coopera: Angola, Moçambique

Áreas de intervenção da cooperação: educação, saúde, formação, atendimento aos refugiados

Projectos/actividades/acções:

- Angola: Formação feminina, costura; saúde, dispensário; educação (alfabetização).
- Moçambique: Formação feminina, costura, saúde, dispensário; educação (universidade).

Ordem Beneditina (Beneditinos)

Responsável: Pde. Luís Aranha

Morada: Mosteiro de Singeverga, Roriz, 4780 STO. TIRSO

Telefone: (052) 941176

Fax: (052) 872947

Estatuto: Associação sem fins lucrativos

Países com que coopera: Angola

Projectos/actividades/acções:

vida monástica inserida na cultura local

Congregação do Santíssimo Redentor

Responsável: Pde. José Bernardo dos Santos

Morada: Est. Luz, 122, 1600 LISBOA

Telefone: (01) 9263982

Estatuto: Associação sem fins lucrativos

Países com que coopera: Angola

Áreas de intervenção da cooperação: educação

Projectos/actividades/acções:

alfabetização; escolas primárias.

Sacerdotes do Coração de Jesus (Dehonianos)

Responsável: Pde. António Correia; Pde. Manuel Quintas

Morada: Rua Cidade de Tete, 10, 1800 LISBOA

Telefone: (01) 8530586

Fax: (01) 8536051

Estatuto: Associação sem fins lucrativos

Países com que coopera: Moçambique

Áreas de intervenção da cooperação: educação

Projectos/actividades/acções:

A acção Moçambique é dinamizada pela província italiana.

Institutos Religiosos Femininos

Companhia de Santa Teresa de Jesus

Responsável: Irmã Maria da Conceição de Sousa Lopes

Morada: Pç. Andrade Caminha, 4, 1700 LISBOA

Telefone: (01) 7968869/7973217

Fax: (01) 7964526

Estatuto: Associação sem fins lucrativos

Países com que coopera: Angola

Áreas de intervenção da cooperação: saúde

Projectos/actividades/acções:

Benguela, Lobito, Huambo: apoio ambulatório, hospitais

Província Portuguesa Instituto Irmãs St^a Doroteia

Responsável: Irmã Maria Manuel Campo Oliveira

Morada: Al. Linhas de Torres, 2 LISBOA

Telefone: (01) 7590947

Fax: (01) 7591634

Estatuto: Associação sem fins lucrativos

Países com que coopera: Moçambique

Áreas de intervenção da cooperação: educação, saúde, promoção feminina

Projectos/actividades/acções:

- Maputo, Fumento, Lichinga, Ulugué - educação, escolas primárias; saúde, apoio ambulatorio; promoção feminina, costura.
- Projecto nutricional com crianças desnutridas e formação com as mães para que se auto sustentem

Sociedade das Filhas do Coração de Maria.

Responsável: Irmã Maria Adelaide Montes
Morada: Rua do Anjo de Portugal, 2, 2495 FÁTIMA
Telefone: (049) 531025
Fax: (049) 531025
Estatuto: Associação sem fins lucrativos
Países com que coopera: Angola
Áreas de intervenção da cooperação: saúde

Projectos/actividades/acções:

Benguela, Lobito, Huambo, apoio ambulatório, hospitais

Escravas as SS.MM. Eucaristia e da Mãe de Jesus

Responsável: Irmã Maria Clara de Faria Braga

Morada: Rua da Penha de França, 243, 1170 LISBOA

Telefone: (01) 8149048

Estatuto: Associação sem fins lucrativos

Países com que coopera: Angola, Cabo Verde

Áreas de intervenção da cooperação: saúde, educação, promoção feminina

Projectos/actividades/acções:

- Angola: educação (alfabetização, creches, escolas primárias, escolas secundárias, formação de formadores); saúde (hospitais; enfermagem); actividades de promoção feminina (não especificadas)
- Cabo Verde: educação (creches, escolas primárias); saúde (hospitais; enfermagem); promoção feminina (costura).

Irmãs Missionárias do Espírito Santo

Responsável: Superiora Provincial

Morada: R. Sociedade Cruz Quebradense, 15, 1495 CRUZ QUEBRADA

Telefone: (01) 4196310

Estatuto: Associação sem fins lucrativos

Países com que coopera: Angola, Cabo Verde

Áreas de intervenção da cooperação: educação, saúde, promoção feminina

Projectos/actividades/acções:

- Angola: educação (escolas primárias, escolas secundárias, universidade, formação de formadores) saúde (hospitais; enfermeiras); promoção feminina (apoio a jovens adolescentes após a escola).
- Cabo Verde: educação (creches); promoção feminina (orientação de centros de costura).

Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição

Responsável: Irmã Maria Emília da Silva Monteiro

Morada: Rua Madre Maria Clara, n.º1, 2795 LINDA-A-PASTORA

Telefone: (01) 4182807/4182914

Fax: (01) 4182717

Estatuto: Associação sem fins lucrativos

Países com que coopera: Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe

Áreas de intervenção da cooperação: educação, saúde, promoção feminina

Projectos/actividades/acções:

- Moçambique: educação (escolas primárias, formação de formadores) saúde (hospitais, apoio ambulatorio); promoção feminina (costura, aulas, acção social).
- Angola: educação (seminário, universidade, formação de formadores).
- S. Tomé e Príncipe: educação (música) saúde (hospitais, apoio ambulatorio, leprosas, assistência a idosos); promoção feminina (costura, aulas).
- Guiné-Bissau: educação (alfabetização, creche, escolas primárias, formação de formadores) saúde (apoio ambulatorio); promoção feminina (costura, aulas, acção social).

Irmãs Missionárias Combonianas

Responsável: Irmã Alzira Ribeiro F. Neves

Morada: Rua Cidade Nova Lisboa, 57, 1800 LISBOA

Telefone: (01) 8517640

Estatuto: Associação sem fins lucrativos

Países com que coopera: Moçambique

Áreas de intervenção da cooperação: educação, saúde, promoção feminina

Projectos/actividades/acções:

- Moçambique: educação (alfabetização) saúde (hospitais, apoio ambulatorio); promoção feminina (costura, aulas).

Historial: As Irmãs Missionárias Combonianas chegaram a Portugal em Janeiro de 1965. As razões históricas que motivaram a sua para Portugal devem-se necessidade que a congregação tem de manter em Portugal uma comunidade de apoio às irmãs destinadas a missões em Moçambique e alargar às jovens portuguesas o interesse pelas missões.

Instituto das Franciscanas Missionárias de Maria

Responsável: Irmã Maria Rosária Nunes

Morada: Rua Chaby Pinheiro, 12-A, 1000 LISBOA

Telefone: (01) 7978702/7971524

Fax: (01)7940025

Estatuto: Associação sem fins lucrativos

Países com que coopera: Angola

Áreas de intervenção da cooperação: educação, saúde, promoção feminina

Projectos/actividades/acções:

educação (escolas primárias, outra não especificada); promoção feminina (costura).

Filhas de Maria Auxiliadora (Salesianas)

Responsável: Irmã Maria Aduília Moreira

Morada: Rua Trouville, 104, Monte Estoril, 2765 ESTORIL

Telefone: (01) 4682910

Fax: (01) 4661151

Email: fma.por@mail.telepac.pt

Estatuto: Associação sem fins lucrativos

Países com que coopera: Angola, Moçambique

Áreas de intervenção da cooperação: educação, saúde, promoção feminina

Projectos/actividades/acções:

- Moçambique: educação (alfabetização, escolas primárias, escola secundária, formação de formadores) saúde (hospitais, hospitais pediátricos); promoção feminina (costura, aulas).
- Angola: educação (alfabetização, escolas primárias, escola secundária, formação de formadores) saúde (hospitais, hospitais pediátricos); promoção feminina (costura, aulas).
- Projecto em Maputo: Centro de acolhimento de rapazes de rua (formação profissional: tipografia, encadernações, etc.)

Congregação das Irmãs Franciscanas N. S. Vitórias

Responsável: Irmã Maria Nóbrega Freitas Spínola

Morada: Quinta Santa Isabel, Av. 25 Abril, 2685 SACAVÉM

Telefone: (01) 9471274

Fax: (01) 9479505

Estatuto: Associação sem fins lucrativos

Países com que coopera: Angola, Moçambique

Áreas de intervenção da cooperação: educação, saúde, promoção feminina

Projectos/actividades/acções:

- Moçambique: educação (creches) saúde (hospitais); promoção feminina (costura).
- Angola: promoção feminina (costura).
- Criação de um Movimento de Leigos Associados
- Fundação de duas creches (Maputo e Nampula)
- Projecto ASA - Jovens a fazer experiência missionária em Luanda com crianças de rua, orientados pela congregação.

Franciscanas Missionárias de Nossa Senhora

Responsável: Irmã Maria Helena R. Carvalho Moreira

Morada: Rua Dr. Carlos Ramos, 50, 4000 PORTO

Telefone: (02) 827850

Fax: (02) 8300206

Estatuto: Associação sem fins lucrativos

Países com que coopera: Moçambique, São Tomé e Príncipe

Áreas de intervenção da cooperação: educação, saúde, promoção feminina

Projectos/actividades/acções:

- Moçambique: educação (creches, escolas primárias, universidade, outras não especificadas) saúde (hospitais pediátricos, outros, não especificados); promoção feminina (costura, cozinha, malha, bordados).
- São Tomé: educação (formação de formadores) saúde (apoio ambulatório, hospital; enfermagem); promoção feminina (costura).
- Projectos em Moçambique: Reconstrução de uma escola primária e secundária (João XXII) com o universo escolar de 3000 alunos; reconstrução de uma creche para crianças de rua. Associação com Irmãos de la Salle
- Projecto em São Tomé e Príncipe: centros de formação feminina. Associação com o Fundo canadiano

Irmãs Concepcionistas ao Serviço dos Pobres

Responsável: Irmã Célia Mendes

Morada: Rua Carlos Mardel, 25, 1900 LISBOA

Telefone: (01) 8477907

Fax: (01) 8463877

Estatuto: Associação sem fins lucrativos

Países com que coopera: Moçambique

Áreas de intervenção da cooperação: educação, promoção feminina

Projectos/actividades/acções:

- Moçambique: educação (creches, escolas primárias); promoção feminina (costura, aulas).

Congregação das Religiosas do Amor de Deus

Responsável: Irmã Isabel Julieta Abreu Vaz

Morada: Rua Bernardim Ribeiro, 76, 3000 COIMBRA

Telefone: (039) 827850

Fax: (039) 8300206

Estatuto: Associação sem fins lucrativos

Países com que coopera: Angola, Moçambique, Cabo Verde

Áreas de intervenção da cooperação: educação, saúde, promoção feminina

Projectos/actividades/acções:

- Angola: educação (escolas primárias, escolas secundárias) saúde (apoio ambulatório)
- Cabo Verde: educação (alfabetização); promoção feminina (costura).
- Moçambique: educação (alfabetização, escolas secundárias); promoção feminina (costura).

Missionárias Reparadoras do Sagrado Coração de Jesus

Responsável: Irmã Edite Almeida

Morada: Av. Almirante Reis, 136, 2ºDtº, 1150 LISBOA

Telefone: (01) 8125710

Estatuto: Associação sem fins lucrativos

Países com que coopera: Angola, Cabo Verde, Moçambique

Áreas de intervenção da cooperação: educação, saúde, promoção feminina

Projectos/actividades/acções:

- Cabo Verde: educação (creches); saúde (hospitais)
- Angola: educação (formação de formadores) saúde (apoio ambulatório, hospital; enfermagem); promoção feminina (costura e serviço de apoio em diversos sectores).
- Moçambique: educação (creches) saúde (apoio ambulatório, hospital); promoção feminina (costura).

Apresentação de Maria

Responsável: Irmã Maria de Lourdes Portugal

Morada: Quinta da Boa Vista, Apartado 365, 2904 SETÚBAL CODEX

Telefone: (065) 8125710

Fax: (065) 561523

Estatuto: Associação sem fins lucrativos

Países com que coopera: Moçambique

Áreas de intervenção da cooperação: educação, saúde, promoção feminina

Projectos/actividades/acções:

- Moçambique: educação (escola primária e secundária); saúde (hospital); promoção feminina (costura, aulas).

Instituto de Irmãs Missionárias da Consolata

Responsável: Irmã Lúcia Tibola

Morada: Rua São João de Brito, 5 1700 LISBOA

Telefone: (01) 8499340

Fax: (01) 8499340

Estatuto: Associação sem fins lucrativos

Países com que coopera: Moçambique

Áreas de intervenção da cooperação: promoção feminina

Projectos/actividades/acções:

promoção feminina (costura).

Instituto das Religiosas do Sagrado Coração de Maria

Responsável: Irmã Maria do Rosário Silva Durães

Morada: Rua Frei Tomé de Jesus, nº12, 1700 LISBOA

Telefone: (01) 7968100

Fax: (01) 7940555

Estatuto: Associação sem fins lucrativos

Países com que coopera: Moçambique

Áreas de intervenção da cooperação: saúde, promoção feminina

Projectos/actividades/acções:

- Moçambique: educação (creches, universidade) saúde (hospital; enfermeira); promoção feminina (costura, higiene e cuidados domésticos)

Companhia das Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo

Responsável: Irmã Albina dos Reis Seivas

Morada: Av. Marechal Craveiro Lopes, 10, 1799 LISBOA CODEX

Telefone: (01) 7575354

Fax: (01) 7593452

Estatuto: Associação sem fins lucrativos

Países com que coopera: Moçambique

Áreas de intervenção da cooperação: saúde, educação, promoção feminina, reintegração social

Projectos/actividades/acções:

- Moçambique: Hospital para doentes terminais; Duração: sem limite
Grupos Alvo: doentes de HIV, tuberculose e subnutridos
Descrição: hospital com 100 camas. Instalado no antigo Carmelo do Chokué-Gaza; Financiamento: congregação e nível internacional da ordem
- Moçambique: Hospital materno-infantil; Duração: sem limite
Grupos Alvo: mãe e criança em situação de carência; população mais pobre
Descrição: Pequeno hospital situado em Chalanguene, Gaza. Trata crianças subnutridas, dá assistência às mães e respectivos bebés. Atende doentes de SIDA, tuberculose e outros.
- Moçambique: Escola para rapazes de rua
Duração: sem limite; grupos-alvo: crianças e adolescentes abandonados ou de famílias muito pobres; Descrição: escola que funciona na Matola, Maputo, em casa do Instituto. Tem alfabetização e formação profissional
Financiamento: Instituto
- Moçambique: Lar para Idosos; Grupos Alvo: idosos carenciados
Descrição: pequeno lar para idosos em, Xinavane, com instalações muito deficientes (12 palhotas) e falta de equipamentos adequados para tratamento de pessoas internadas
- Angola: Hospital ; Grupos Alvo: população da localidade
Descrição: pequeno hospital localizado em Balombo, Benguela. Tem, até Março, cooperação da Cruz Vermelha dos E.U.A, ficando depois a cargo do Instituto
- Angola: Obra para crianças orfãs ou muito carenciadas; (em projecto);
Grupos Alvo: população mais carenciada

Missionárias Dominicanas do Rosário

Responsável: Irmã Maria Deolinda de Jesus Rodrigues

Morada: Pç. Perez Fernandez, 48 Impasse Norte, 1500 LISBOA

Telefone: (01) 7786504

Fax: (01) 7783024

Estatuto: Associação sem fins lucrativos

Países com que coopera: Angola, Moçambique

Áreas de intervenção da cooperação: educação, saúde, promoção feminina

Projectos/actividades/acções:

- Angola: educação (alfabetização, internato) saúde (apoio ambulatório, hospital, postos médicos e maternidade); promoção feminina (costura, aulas)
- Moçambique: educação (alfabetização) saúde (saúde pública); promoção feminina (costura, aulas)

Congregação das Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus

Responsável: Superiora Provincial

Morada: Casa de Saúde da Idanha - Belas

Telefone: (01) 4312003

Fax: (01)4313919

Estatuto: Associação sem fins lucrativos

Países com que coopera: Moçambique

Áreas de intervenção da cooperação: saúde

Projectos/actividades/acções:

- Moçambique: saúde (centro de dia para doentes mentais);

Projecto: reunir esforços para reforçar o centro de dia e conseguir equipamentos para o posto de enfermagem para a população circundante.

Irmãs Carmelitas do Sagrado Coração de Jesus

Responsável: Irmã Etelvina del Blanco Tostón

Morada: Rua Prof. Manuel José Ferreira, 72, 1º, 2040 RIO MAIOR

Telefone: (043) 92829

Fax: (043) 92829

Estatuto: Associação sem fins lucrativos

Países com que coopera: Moçambique

Áreas de intervenção da cooperação: educação, saúde, promoção feminina

Projectos/actividades/acções:

- Moçambique: educação (alfabetização, escola secundária, formação de formadores) saúde (hospitais, apoio ambulatorio); promoção feminina (costura, aulas, puericultura, higiene)

Instituto Jesus Maria José

Responsável: Irmã Maria Belém Pereira Gonçalo

Morada: Rua Coronel Galhardo, 39, 3880 OVAR

Telefone: (056) 572313

Fax: (056) 574021

Estatuto: Associação sem fins lucrativos

Países com que coopera: Angola, Moçambique

Áreas de intervenção da cooperação: educação, saúde, promoção feminina

Projectos/actividades/acções:

- Angola: educação (alfabetização, creches, escolas primárias, escolas secundárias, formação de formadores) saúde (apoio ambulatorio, hospitais, hospital pediátrico); promoção feminina (costura, aulas)
- Moçambique: educação (alfabetização, escola primária); promoção feminina (costura)

Franciscanas Missionárias Mãe do Divino Pastor

Responsável: Irmã Delfina Cunha Palma ou Irmã Maria Helena Tomás

Morada: Rua Coração de Maria, 25, 2595 FÁTIMA

Telefone: (049) 531283

Fax: (049) 533355

Estatuto: Associação sem fins lucrativos

Países com que coopera: Moçambique

Áreas de intervenção da cooperação: educação, saúde, promoção feminina

Projectos/actividades/acções:

- Moçambique: educação (alfabetização, creches, escolas primária e secundária, formação de formadores) saúde (hospitais, maternidade); promoção feminina (costura, aulas, jardinagem)

São José de Cluny

Responsável: Irmã Maria da Esperança Sousa

Morada: Av. Beato Nuno, 272, 2495 FÁTIMA

Telefone: (049) 531246

Fax: (049) 533137

Estatuto: Associação sem fins lucrativos

Países com que coopera: Angola, Moçambique

Áreas de intervenção da cooperação: educação, saúde, promoção feminina

Projectos/actividades/acções:

- Angola: educação (alfabetização, creches, escolas primárias, outra situação não especificada) saúde (apoio ambulatorio, hospital, dispensário e maternidade); promoção feminina (costura, aulas, labores)
- Moçambique: educação (alfabetização, creche, escola primária) saúde (hospital, maternidade); promoção feminina (costura, aulas)

Missionárias Dominicanas de Santa Catrina de Sena

Responsável: Irmã Rita Maria Nicolau

Morada: Largo de São Domingos de Benfica, 1500 LISBOA

Telefone: (01) 7740813

Fax: (01) 7742539

Estatuto: Associação sem fins lucrativos

Países com que coopera: Angola, Moçambique

Áreas de intervenção da cooperação: educação, saúde, promoção feminina

Projectos/actividades/acções:

- Angola: educação (alfabetização, escola primária, escola secundária, formação de formadores) saúde (hospital, outras situações não especificadas); promoção feminina (costura)
- Moçambique: promoção feminina (costura, aulas)

Recursos financeiros:

Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor

Responsável: Irmã Leontina da Conceição Sousa

Morada: Rua Veloso Salgado, 35, 1600 LISBOA

Telefone: (01) 7968900

Fax: (052) 7963844

Estatuto: Associação sem fins lucrativos

Países com que coopera: Angola

Áreas de intervenção da cooperação: educação, saúde, promoção feminina

Projectos/actividades/acções:

- Angola: educação (alfabetização, escolas primária e secundária, formação de formadores) saúde (apoio ambulatorio, hospital, hospital pediátrico); promoção feminina (costura, aulas, puericultura, higiene, saúde).

Instituições Particulares De Solidariedade Social - I.P.S.S.

Associação dos Angolanos Residentes em Portugal (NOVAGER)

Responsável: Ambrósio de Lima Serra

Morada: Rua Guerra Junqueiro, 1, 5ºD 2745

Telefone: (01) 4367782

Telemóvel: 0936583664

Estatuto: Associação sem fins lucrativos

Países com que coopera: Angola

Áreas de intervenção da cooperação: alívio da pobreza

Projectos/actividades/acções:

- Angola: projecto 2000; reinserção social; assistência humanitária

grupo-alvo: Imigrantes

Volume financeiro: em estudo

Descrição: regresso dos imigrantes ao país de origem, em grupos enquadrados

- Angola: projecto COOPERATIVA DE HABITAÇÃO

grupo-alvo: Imigrantes

Volume financeiro: em estudo

Descrição: cooperativa de habitação para apoio a famílias de imigrantes regressados

Historial da Instituição: A NOVAGER foi fundada em Fevereiro de 1996 para apoiar e proteger a comunidade angolana. Posteriormente estendeu-se a todos os africanos residentes em Portugal. Apoia e defende os africanos em termos jurídicos; trabalha na reinserção social dos reclusos africanos de 134 famílias de reclusos africanos.

Associação Cultural Moinho da Juventude

Responsável: Eduardo Pontes

Morada: Trav. Do Outeiro, Alto da Cova da Moura, 2720 BURACA

Telefone: (01) 4971070

Fax: (01) 4971070

Estatuto: Associação sem fins lucrativos

Países com que coopera: Cabo Verde

Formas de relacionamento:

Áreas de intervenção da cooperação: solidariedade social

Projectos/actividades/acções:

- Cabo Verde: projecto Encontro com as Origens

grupo-alvo: Jovens africanos de 2ª geração

Volume financeiro: 860 000\$00

Descrição: intercâmbio juvenil - acolhimento dos jovens de Cabo Verde

Associação Guineense de Solidariedade Social

Responsável: Fernando Ka

Morada: Av. João Paulo II, Lote 528-2ºA

Telefone: (01) 8370436

Fax: (01) 8370287

Estatuto: Associação sem fins lucrativos

Países com que coopera: Guiné

Áreas de intervenção da cooperação: solidariedade social; necessidades básicas

Projectos/actividades/acções:

- Guiné-Bissau: projecto Centro Social Polivalente

grupo-alvo: população da região do Biombo

Volume financeiro: ca. 5 000 000\$00

Descrição: centro social polivalente para apoio à população

Liga dos Amigos de Cabinda

Responsável: António Augusto de Oliveira

Morada: Rua dos Correeiros, 53, 3ºF, 1100 LISBOA

Telefone: (01) 3467152

Fax: (01) 3477501

Estatuto: Associação sem fins lucrativos

Países com que coopera: Angola

Áreas de intervenção da cooperação: solidariedade social; bem-estar social

Escolas Profissionais

Centro de Formação Profissional de Aveiro (DC-FAV)

Morada: Cais da Fonte Nova, 3800 – AVEIRO

Telefone: (034) 21329

Fax: (034) 20896

Estatuto: Instituto Público

Países com os quais coopera: São Tomé e Príncipe

Formas de relacionamento: protocolo de cooperação

Áreas de intervenção da cooperação: formação profissional

Projectos/actividades/acções:

- São Tomé e Príncipe (1997) formação profissional/qualificação de cabeleireiros

Recursos financeiros(nestes projectos): 7 000 000\$00

Centro de Formação Profissional da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica (CENFIM)

Responsável: Eng.º Manuel Grilo

Morada: Rua do Açúcar, 88, 1900 LISBOA

Telefone: (01) 8684341

Fax:(01) 8684979

Email: cenfim@mail.telepac.pt

Estatuto: Centro de formação de direito público

Países com os quais coopera: Angola, Moçambique

Formas de relacionamento: protocolo de cooperação

Áreas de intervenção da cooperação: bem-estar social

Projectos/actividades/acções:

- Moçambique (1996) levantamento e caracterização das empresas do sector electromecânico e das suas necessidades de formação (30 000cts.)
- Angola (1997) levantamento e caracterização das empresas do sector electromecânico e das suas necessidades de formação (30 000cts.)
- Angola (três anos) viabilização do centro de formação técnica de metalúrgica (50 000cts.)
- Angola (1997/98) formação de formadores CAD (9 500cts.)
- Angola (1998) implementação de área de formação em tecnologias avançadas de produção na Faculdade de Engenharia de Luanda (19 700cts.)

**Centro de Formação Sindical e Aperfeiçoamento Profissional
(CEFOSAP)**

Responsável: Dr.^a Margarida Martins

Morada: Quinta Nossa Senhora da Conceição – Alcaniça, 2825 MONTE DE
CAPARICA

Telefone: (01) 2943568/2942669

Fax: (01) 2943578

Estatuto: Associação sem fins lucrativos

Países com os quais coopera: Guiné Bissau

Formas de relacionamento: convite de entidade portuguesa

Áreas de intervenção da cooperação: formação sindical

Projectos/actividades/acções:

- Formação de dirigentes e quadros sindicais da Guiné-Bissau

Escola Profissional de São João da Pesqueira (ESPRODOURO)

Morada: Rua Oliveira dos Amores, 5130 SÃO JOÃO DA PESQUEIRA

Telefone: (054) 481033

Fax: (054) 481240

Estatuto: Associação sem fins lucrativos

Países com os quais coopera: Cabo Verde

Formas de relacionamento: acordo

Áreas de intervenção da cooperação: solidariedade social, bem-estar social, formação profissional

Escola Profissional de Sernancelhe (ESPROSER)

Responsável: Dr.^a Isabel Maria Soares S.V.C. Carvalho Homem

Morada: Avenida das Tílias, 3640 SERNANCELHE

Telefone: (054) 55303

Fax: (054) 55183

Estatuto: Associação sem fins lucrativos

Países com os quais coopera: Cabo Verde

Formas de relacionamento: protocolo de cooperação

Áreas de intervenção da cooperação: formação, solidariedade social

Escola Tecnológica e Profissional do Vale do Minho (ETAP)

Responsável: José Luís Presa

Morada: Rua Benemérito Joaquim Rosas, 4910 CAMINHA

Telefone: (058) 721304

Fax: (058) 721175

Estatuto: Escola Profissional

Países com os quais coopera: Angola

Formas de relacionamento: contrato

Áreas de intervenção da cooperação: formação profissional

Projectos/actividades/acções:

- Angola (1993-1998) formação e aperfeiçoamento profissional de activos

Escola Superior Agrária de Bragança (ESAB)

Responsável: Tomás de Figueiredo

Morada: Campus de Santa Apolónia, apartado 172, 5300 BRAGANÇA

Telefone: (073) 3303200

Fax: (073) 25405

Estatuto: Escola de ensino superior público

Países com os quais coopera: Moçambique

Formas de relacionamento: protocolo de cooperação

Áreas de intervenção da cooperação: formação

Projectos/actividades/acções:

- protocolo de cooperação com o Instituto Politécnico da Zambézia (Moçambique)

Escola Superior de Polícia

Morada: Rua 1º de Maio, n.º 3, 1300 LISBOA

Telefone: (01) 3613900

Email: esp@esp.pt

Estatuto: Escola de ensino superior público

Países com os quais coopera: PALOP

Áreas de intervenção da cooperação: formação profissional

Projectos/actividades/acções:

- organização e execução de estágios de actualização ao pessoal de entidades dos PALOP

**Centro de Estudos Sobre África e do Desenvolvimento (CEsA) –
Universidade Técnica de Lisboa – Instituto Superior de Economia e
Gestão**

Responsável: Prof^a. Dr.^a Joana Pereira Leite
Morada: Rua Miguel Lupi, 20, 1200 LISBOA

Telefone: (01) 3925983

Fax: (01) 3966407

Email: cesa@iseg.utl.pt

Estatuto: Associação sem fins lucrativos

Países com os quais coopera: Moçambique, PALOP

Formas de relacionamento: protocolos de cooperação

Áreas de intervenção da cooperação: bem-estar social

Projectos/actividades/acções:

- Moçambique – apoio ao Centro de Investigação da Universidade Católica
- PALOP – tradução de artigos para o Boletim Questões da ONGD ACEP

Recursos financeiros(nestes projectos): 5 000 000\$00

Escola Superior de Educadores de Infância Maria Ulrich

Responsável: Maria João Ataíde

Morada: Rua do Jardim à Estrela, 16, 1350 LISBOA

Telefone: (01) 3971515

Fax: (01) 3962756

Email: esei.mu@mail.telepac.pt

Estatuto: associação sem fins lucrativos

Países com os quais coopera: PALOP

Formas de relacionamento: protocolo de cooperação, acordo

Áreas de intervenção da cooperação: necessidades básicas, educação/formação

Projectos/actividades/acções:

- Projecto de Educação para Situações de Emergência (3 anos), vários países africanos, conferências, cursos e publicações

Instituto Politécnico do Porto

Morada: Rua Doutor Roberto Frias, 4200 PORTO

Telefone: (02) 5571000

Fax: (02) 520772

Estatuto: instituição de ensino superior

Países com os quais coopera: Angola

Formas de relacionamento: protocolo de cooperação

Áreas de intervenção da cooperação: necessidades básicas, bem-estar social, alívio da pobreza, grupos vulneráveis, combate à exclusão

Projectos/actividades/acções:

- Angola (1 ano) elaboração do parque escolar do Ensino Secundário Médio e organização pedagógica da Escola Secundária na estrutura do sistema educativo
- Angola (9 meses) estudo da reformulação dos Institutos Médios de Educação e elaboração de propostas para as formações de formadores, contínua e inicial de professores
- Angola (45 dias) formação de inspectores de ensino

Universidade de Coimbra – Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física

Morada: Quinta da Boavista, Lote 1 – 1º, 3030 COIMBRA

Telefone: (039) 441138

Estatuto: universidade pública

Países com os quais coopera: Moçambique

Formas de relacionamento: protocolo de cooperação

Áreas de intervenção da cooperação: educação

Projectos/actividades/acções:

- FEFCD da Universidade Pedagógica de Maputo – Moçambique, intercâmbio de estudantes portugueses e moçambicanos inseridos em estágio pedagógico do último ano de licenciatura

Recursos financeiros(nestes projectos): 1 500 000\$00

Acção Social da Universidade Lusíada

Morada: Rua da Junqueira, 188 a 198, 1300 LISBOA

Telefone: (01) 3611500, 3611573/8/9

Fax: (01) 3622954

Estatuto: associação sem fins lucrativos

Países com os quais coopera: Cabo Verde

Formas de relacionamento: compromisso de amizade

Áreas de intervenção da cooperação: solidariedade social, necessidades básicas, bem-estar social, alívio da pobreza

Projectos/actividades/acções:

- Cabo Verde (1 mês) assistência hospitalar, prestação de cuidados de higiene e conforto aos doentes internados, apoio auxiliar nos serviços de maternidade, pediatria e cuidados intensivos, campanha de vacinação de crianças (2 000cts.)
- Cabo Verde (1 mês) assistência sanitária a leprosos (300cts.)
- Cabo Verde (1 mês) campanhas de educação para a saúde (150/200cts.)
- Cabo Verde (1 mês) organização de actividades de ocupação de tempos livres (1 000cts.)
- Cabo Verde (1 mês) obras de reconstrução e/ou beneficiação de escolas públicas do ensino básico, de habitações particulares, de edifícios da igreja (1 500cts.)
- Cabo Verde (1 mês) visitas a presidiários e doentes acamados, acompanhamento (200cts.)

Universidade do Minho

Morada: Largo do Paço, 4709 BRAGA CODEX

Telefone: (053) 612234

Fax: (053) 616936

Estatuto: Universidade

Países com os quais coopera: Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe,

Formas de relacionamento: protocolos

Áreas de intervenção da cooperação: intercâmbio de docentes, investigadores e técnicos, graduação e pós-graduação, estágios, consultadoria

Projectos/actividades/acções:

- Universidade de Angola (1980-1983 renováveis) intercâmbio de docentes, investigadores e técnicos; graduação e pós-graduação de cidadãos angolanos; âmbito das Ciências da Educação, de Adultos, Exactas e da Natureza, Sociais, Engenharia, Letras
- Universidade Agostinho Neto – Angola (1992-1995 renováveis) estágio e pós-graduação de docentes; consultadoria na revisão de cursos e criação de mestrados
- Universidade Eduardo Mondlane – Moçambique (1982 – 1986 renováveis) âmbito da Engenharia, Ciências, Letras, Ciências da Educação e Educação de Adultos; intercâmbio de docentes; investigação, estágios de alunos
- Ministério da Educação, Juventude e Desporto – São Tomé e Príncipe (1994-1995 renovável) prioridade a alunos de bacharelato e licenciatura; prioridade aos licenciados em ensino com 14 valores em mestrados como supranumerários; nomeação de tutores
- Universidade Católica de Moçambique (1997-2001 renováveis) intercâmbio de docentes, acesso a estágios, pós-graduação e doutoramento; âmbito da Economia a Gestão, Administração Pública, Ciências da Educação, Direito e Informática

Fundações

Fundação da Juventude

Responsável: Maria Geraldès

Morada: Rua das Flores, 69, 4050 PORTO

Telefone: (02) 3393530

Fax: (02) 3393544

Email: fjuventude@caleida.pt

Estatuto: Fundação

Países com os quais coopera: Moçambique, São Tomé

Formas de relacionamento: acordo

Áreas de intervenção da cooperação: solidariedade social, promoção cultural

Projectos/actividades/acções:

- campanhas de solidariedade e distribuição de livros e brinquedos a São Tomé;
- exposições de pintura e escultura de artistas moçambicanos

Fundação Obra de Nossa Sra. da Purificação

Responsável: Godelieve Huuben

Morada: Estrada da Circunvalação, 5, 1800 LISBOA

Telefone: (01) 9434433

Fax: (01) 9434332

Estatuto: Fundação

Países com os quais coopera: Moçambique

Formas de relacionamento: informal

Áreas de intervenção da cooperação: grupos vulneráveis

Fundação Portuguesa para o Estudo, Prevenção e Tratamento da Toxicodependência

Responsável: Elisabete S.S. Ferreira

Morada: Largo do Colégio, 5, 2750 CASCAIS

Telefone: (01) 4842701/4862299

Estatuto: Fundação

Países com os quais coopera: população Cabo-verdiana em Portugal, Holanda e Bélgica

Formas de relacionamento: acordo

Áreas de intervenção da cooperação: grupos vulneráveis

** fundações das quais se tem conhecimento que têm cooperação nesta área mas que não responderam ao inquérito*

*** Fundação Afro-Lusitana para o Desenvolvimento das Relações Culturais, Sociais e Económicas com os Países Africanos de Expressão Portuguesa**

Morada: R. Pinheiro Campanhã, 463, 4300 PORTO

Telefone: (02) 5102607

Estatuto: Fundação

Países com os quais coopera: PALOP

Áreas de intervenção da cooperação: atribuição de bolsas de estudo a estudantes dos PALOP em Portugal

*** Fundação Alexandre Herculano-Renovação, Democracia e Desenvolvimento**

Morada: Travessa do Fala-só, 9-1º, 1200 LISBOA

Telefone: (01) 3462097

Fax: (01) 3472723

Estatuto: Fundação

Países com os quais coopera: PALOP

Áreas de intervenção da cooperação: estudos sobre relacionamento

Portugal/PALOP

*** Fundação Calouste Gulbenkian**

Morada: Av. de Berna, 45-A, 1067 LISBOA

Telefone: (01) 7935131

Fax: (01) 7935139

Email:

Estatuto: Fundação

Países com os quais coopera: Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe

Formas de relacionamento: protocolos, acordos, contratos

Áreas de intervenção da cooperação: educação, saúde, arte, ciência

Projectos/actividades/acções:

(1996)

Na área da educação

- atribuição de bolsas de estudo a estudantes dos PALOP, docentes angolanos e moçambicanos, quadros diversos, estudiosos estrangeiros investigadores sobre África

(101 766 438\$00)

- projecto “Consolidação dos Sistemas Educativos nos PALOP” – formação de formadores de professores do ensino básico e elaboração de materiais didácticos e apoio a centros de formação local (15 000 000\$00)

- programa de apoio às Universidades Eduardo Mondlane e Pedagógica de Moçambique (400 000 000\$00)

- apoio à construção de residência de estudantes no Mindelo, Cabo Verde (25 371 000\$00)

- apoio à construção da Escola Secundária de Guadalupe, São Tomé e Príncipe (1 600 000\$00)

- apoio à formação de dirigentes de institutos do magistério primário de Moçambique

(4 936 00\$00)

- apoio ao programa de cooperação entre as Faculdades de Direito das Universidades Agostinho Neto (Angola) e de Coimbra (2 150 000\$00)

- apoio à elaboração de um *Dicionário Crioulo-Português* (Guiné-Bissau)

Recursos financeiros(nestes projectos):

245 057 082\$00

- integração de um consultor da fundação numa missão do Banco Mundial a Moçambique

(1 683 300\$00)

- apoio à realização de uma missão técnica a Lisboa de responsáveis do Ministério da Educação de Cabo Verde (587 415\$00)
 - oferta de livros à Faculdade de Engenharia da Universidade Agostinho Neto (Angola), Colégio de Benguela da Congregação das Irmãs Doroteias (Angola), Missão de São Miguel de Arcanjo (Moçambique), Casa da Criança Madre Maria Clara (Moçambique), Universidade Católica de Moçambique (2 606 000\$00)
 - oferta de material escolar a crianças angolanas (1 350 00\$00)
 - apoio técnico à implementação de uma rede de bibliotecas móveis em Cabo Verde (822 184\$00)
 - apoio à participação de representantes dos países africanos lusófonos em congressos e reuniões (1 791 452\$00)
 - apoio à realização do Fórum de Reflexão sobre a Educação, em São Tomé e do Congresso de Estudantes Africanos, em Lisboa; à participação de especialistas portugueses no Congresso Internacional sobre o Passado Urbano em África (1 938 000\$00)
 - compra de livros sobre temas africanos para oferta a instituições africanas e portuguesas (705 460\$00)
 - apoio à realização de visitas de estudo de estudantes portugueses e africanos, cursos, jornadas e outras reuniões (2 000 000\$00)
 - comparticipação nas despesas de equipamento e mobiliário para a Casa da Criança Madre Maria Clara (Moçambique) (5 200 000\$00)
- Na área da saúde
- programa de instalação e consolidação da especialidade de oftalmologia – atribuição de subsídios a hospitais da Guiné-Bissau, Moçambique e Cabo Verde
 - apoio à renovação do Serviço de Urologia do Hospital Central de Maputo (Moçambique) (3 500 000\$00)
 - oferta de aparelhos de raios X a Cabo Verde
 - atribuição de subsídio a um programa de especialização em radiologia de médicos de Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe (4 410 000\$00)
 - projectos de desenvolvimento das ciências básicas de medicina na Faculdade de Medicina da Universidade Eduardo Mondlane (Moçambique) em colaboração com as Faculdades de Medicina das Universidades de Lisboa, Porto e Nova de Lisboa (67 946 611\$00)
 - apoio à renovação da biblioteca e informatização do Instituto de Higiene e Medicina Tropical (5 865 000\$00)

- apoio à tradução e edição de livros de medicina através da aquisição de exemplares (775 000\$00)
 - apoio à realização do Congresso de Profissionais de Saúde e Reinserção Social em Angola (1 750 000\$00)
 - apoio ao programa regional de luta contra a oncocercose na África Ocidental (7 754 000\$00)
 - concessão de subsídio para apoiar o estudo da esquistossomose e dicroceliose ruminantes na Guiné-Bissau (692 800\$00)
 - programa de apoio à manutenção de equipamento médico-cirúrgico de hospitais de Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé (425 000\$00)
 - apoio a uma acção de formação da Federação Portuguesa de Desporto para deficientes em Moçambique (500 000\$00)
 - apoio à actuação, no sector da saúde, de organizações não governamentais que promoveram o fornecimento de medicamentos a Angola e realizaram estágios de formação para médicos dos cinco países em Portugal
- No sector da arte
- comparticipação nas despesas de deslocação e estada de grupos teatrais africanos (1 000 000\$00)
 - comparticipação nas despesas com publicação de catálogo de exposição da Associação de Auditores do Curso de Defesa Nacional (1 000 000\$00)
 - oferta de diverso equipamento informático, de reprografia e de segurança de livros para o Centro Cultural Português de Luanda (5 500 000\$00)
 - apoio à realização de festival de teatro em Cabo Verde (644 839\$00)
 - comparticipação na produção de filme rodado em Cabo Verde (2 000 000\$00)
- No sector da ciência
- apoio à participação de técnicos dos países africanos lusófonos em simpósios e congressos (2 067 320\$00)
 - apoio ao projecto de vigilância geofísica do vulcão do Fogo, Cabo Verde e apoio ao projecto de produção de batata-semente na Guiné-Bissau (1 200 000\$00)
 - apoio à realização de missão à África austral de um especialista português nos domínios do ambiente e agro-alimentar (500 000\$00)

*** Fundação Casa da Cultura da Língua Portuguesa**

Morada: Universidade do Porto, Rua D. Manuel II, Apartado 4221, 4003
PORTO

Telefone: (02) 6094462/6064295/605607

Fax: (02) 6098736

Estatuto: Fundação

Países com os quais coopera: PALOP

Áreas de intervenção da cooperação: conferências, projectos de cooperação universitária e de implantação de ensino superior nos PALOP, apoio pedagógico e social aos estudantes provenientes destes países

*** Fundação Círculo de Leitores**

Morada: Rua Prof. Jorge da Silva Horta, 1, 1500 LISBOA

Telefone: (01) 7609221

Fax: (01) 7609592

Estatuto: Fundação

Países com os quais coopera: PALOP

Áreas de intervenção da cooperação: atribuição de bolsas a estudantes dos PALOP

*** Fundação para o Desenvolvimento Comunitário de Alverca (CEBI)**

Morada: Quinta de Santa Maria, Estrada Nacional 10, 2600 VILA FRANCA DE XIRA

Telefone: (01) 9581556

Fax: (01) 9572353

Estatuto: Fundação

Países com os quais coopera: PALOP

Áreas de intervenção da cooperação: intervenção sociocultural

*** Fundação Lusíada**

Morada: Largo do Mastro, 34, r/c, 1150 LISBOA

Telefone: (01) 8851530/3931

Fax: (01) 8851077

Estatuto: Fundação

Países com os quais coopera: Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique

Áreas de intervenção da cooperação: divulgação da língua portuguesa,

Projectos/actividades/acções:

- pesquisa, investigação, defesa do património,
- cursos seminários, congressos
- apoio à instalação de arquivos e bibliotecas

*** Fundação Luso - Africana para a Cultura**

Morada: Travessa do Alecrim, 1,2ºB, 1200 LISBOA

Telefone: (01) 3473547

Fax: (01) 3470664

Estatuto: Fundação

Países com os quais coopera: PALOP

Áreas de intervenção da cooperação: cultural, económica

Projectos/actividades/acções:

- organização de seminários,
- apoio a investigadores e estudantes

*** Fundação Luso – Americana para o Desenvolvimento (FLAD)**

Morada: Rua do Sacramento à Lapa, 21, 1200 LISBOA

Telefone: (01) 3960297

Fax: (01) 3963358

Email: fladport@eunet.individual.pt

Estatuto: Fundação

Países com os quais coopera: Angola, Moçambique, PALOP

Áreas de intervenção da cooperação: ensino, formação, apoio local, estudos

Projectos/actividades/acções:

Já realizado:

- Constituição de uma ONGD tripartida (no âmbito do Programa Tripartido com África), o CEGIA, Centro para a Educação, Gestão e Investimento em Angola, com sede em Luanda
- Programa de criação do GIPI - Gabinete de Informação e Promoção Industrial no Ministério da Indústria de Angola, inaugurado em Março 97.
- Programa da edição do livro em colaboração com o Ministério da Cultura de Angola : "A Rota dos Escravos : Angola e o comércio negreiro".
- Programa de promoção do investimento para Angola - 1ª. Missão Comercial e Industrial angolana-portuguesa aos EUA.
- Brochura de difusão em língua inglesa "Angola - a New Frontier".

Em início:

- Programa de apoio à Educação, intercâmbio de alunos universitários e professores; oferta de livros universitários e científicos.
- PFQA - 97/99 "Programa de Formação de Quadros e Chefias para Angola - Triénio 1997/1999", com início previsto para Julho 97, com apoio solicitado à UE, programa de reabilitação de Angola - B.1720.
- Estudo de constituição de apoio local em Maputo - República de Moçambique.
- Estudo de colaboração com a CPLP- Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa.
- Realização do primeiro curso de jornalismo da CPLP em Lisboa de 30 de Junho a 14 de Julho 1997, curso patrocinado por FLAD, CEGIA e CPLP.

*** Fundação Portugal - África**

Morada: Rua Infante D. Henrique, 61-2º, 4050 PORTO

Telefone: (02) 2088334/35

Fax: (02) 2085230

Estatuto: Fundação

Países com os quais coopera: PALOP

Áreas de intervenção da cooperação: cultural, científica, educacional;
reabilitação em áreas técnico-científicas

Projectos/actividades/acções:

- apoio à re-localização de empresas nos PALOP
- constituição de banco de dados para desenvolvimento e cooperação, ensino, investigação e assistência
- publicação técnico-científica “Zonagem Agro-Ecológica em Angola”, “Dossier Caju”
- reabilitação da rede de Escolas de Artes e Ofícios (Moçambique)
- formação de gestores de alto potencial
- formação de formadores de extensão rural
- projectos de criação de um plano de trabalho para divulgação de cuidados de saúde primários

Recursos financeiros: 28 000 000\$00

*** Fundação Pro Dignitate – Fundação de Direitos Humanos**

Morada: Rua Augusto Rosa, 66-2º Do., 1100 LISBOA

Telefone: (01) 8862250

Fax: (01) 8862283

Responsável pela área da Cooperação

Estatuto: Fundação

Países com os quais coopera: Angola

Formas de relacionamento: doações

Áreas de intervenção da cooperação: solidariedade social

Projectos/actividades/acções:

- campanha “Paz e reconciliação” – envio de material escolar para Angola (1996)

*** Fundação de Relações Internacionais**

Morada: Avenida António Augusto Aguiar, 88-4º, 1000 LISBOA

Telefone: (01) 573382/575094

Fax: (01) 575103

Estatuto: Fundação

Países com os quais coopera: PALOP

Formas de relacionamento:

Áreas de intervenção da cooperação: investigação em ciência política e relações internacionais, especialmente com os países de língua portuguesa

Municípios

Câmara Municipal de Abrantes

Morada: R. José Estêvão, 8, 2200 Abrantes

Telefone: (041) 3702136

Fax: (041) 371661

Email:

Estatuto: Autarquia Local

Países com os quais coopera: Cabo Verde (S. Nicolau)

Forma de relacionamento: geminação

Áreas de intervenção da cooperação: educação

Projectos/actividades/acções:

- oferta de material didáctico (1997)

Recursos financeiros: 800 000\$00 (1997)

Câmara Municipal de Águeda

Morada: Praça do Município, 3750 Águeda

Estatuto: Autarquia Local

Países com os quais coopera: Guiné-Bissau, Moçambique

Forma de relacionamento: pontual

Áreas de intervenção da cooperação: administração autárquica, formação em Portugal

Projectos/actividades/acções:

- dois estágios de formação a pedido do CEFA (1997)

Recursos financeiros: 580 400\$00 (1997)

Câmara Municipal de Albergaria-a-Velha

Responsável pela cooperação: Presidente da Câmara

Morada: Paços do Concelho, 3850 Albergaria-a-Velha

Estatuto: Autarquia Local

Países com os quais coopera: Moçambique (Dondo, Pemba)

Forma de relacionamento: pontual

Áreas de intervenção da cooperação: administração autárquica, formação em Portugal

Projectos/actividades/acções:

- dois estágios sobre autarquias locais (orgânica e funcionamento) (1997)

Recursos financeiros: 400 000\$00 (1997)

Câmara Municipal de Albufeira

Responsável: Divisão de Relações Públicas, Informação, Turismo e Animação

Morada: Rua do Município, 8200 Albufeira

Estatuto: Autarquia Local

Países com os quais coopera: Cabo Verde (Sal)

Forma de relacionamento: geminação

Projectos/actividades/acções:

- doações de publicações de carácter histórico/turístico e legislação sobre resíduos sólidos (1997)

Câmara Municipal de Almodôvar

Responsável pela cooperação: Presidente da Câmara

Morada: Rua Serpa Pinto, 7700 Almodôvar

Estatuto: Autarquia Local

Países com os quais coopera: Cabo Verde (Paúl, Santo Antão)

Forma de relacionamento: geminação

Áreas de intervenção da cooperação: solidariedade social, bem-estar social, educação; doações, formação em Portugal

Projectos/actividades/acções:

- oferta de equipamento - uma escavadora, um "dumper", betoneiras usadas (1994)
- apoio ao clube desportivo do Paúl, com oferta de equipamentos e botas para a equipa de futebol (1996)
- estágio CEFA (1997)
- envio de livros escolares (1997)

Recursos financeiros: 64 000\$00 (1997)

Câmara Municipal de Alpiarça

Morada: R. José Relvas, 347, 2090 Alpiarça

Telefone: (043) 559100

Fax: (043) 55339

Estatuto: Autarquia Local

Países com os quais coopera: Angola

Forma de relacionamento: pontual

Áreas de intervenção da cooperação: solidariedade social, acções de emergência, assistência humanitária

Projectos/actividades/acções:

- transporte e armazenamento de ajuda alimentar para o povo angolano (1996)

Câmara Municipal de Alter do Chão

Morada: Largo do Município, 7440 Alter do Chão

Telefone: (045)62454/62479

Fax: (045)62431

Estatuto: Autarquia Local

Países com os quais coopera: Moçambique

Forma de relacionamento: pontual

Áreas de intervenção da cooperação: administração autárquica, formação em Portugal

Projectos/actividades/acções:

- estágio de um formando CEFA (1996)

Câmara Municipal de Alvaiázere

Responsável pela cooperação: Serviço de Acção Social

Morada: R. Conselheiro Dr. Furtado dos Santos, 3250 Alvaiázere

Telefone: (036) 35403

Fax: (036) 35452

Estatuto: Autarquia Local

Países com os quais coopera:

Forma de relacionamento: pontual

Áreas de intervenção da cooperação: solidariedade social, assistência humanitária, acções de emergência

Áreas de experiência e competência técnica específica em matéria de cooperação: assistência humanitária

Grupos alvo: infância, famílias

Projectos/actividades/acções:

- cooperação em casos pontuais, na sequência de iniciativas de instituições governamentais

Recursos financeiros: não é possível quantificar

Câmara Municipal da Amadora

Responsável pela cooperação: Pelouro das Relações Internacionais

Morada: Av. Movimento das Forças Armadas, 2700, Amadora

Telefone: (01) 4369000

Fax: (01) 4934662

Estatuto: Autarquia Local

Países com os quais coopera: Cabo Verde (Tarrafal)

Forma de relacionamento: gemação

Áreas de intervenção da cooperação: solidariedade social, bem-estar social, necessidades básicas, grupos vulneráveis; doações, formação em Portugal, projectos, formação no país destinatário, assistência técnica

Projectos/actividades/acções:

- intercâmbio cultural e desportivo (1996)
- missão técnica de 15 dias com 2 pessoas, para estudos técnicos de apoio - projecto urbanístico e edifício da câmara (1996)
- formação e intercâmbio de experiências na educação pré-escolar, com apoio em materiais didácticos e correspondência entre duas escolas (1995/96)
- intercâmbio no domínio das artes plásticas e grupos musicais
- acção de formação/animação para professores e agentes socioculturais
- estágios e actualização técnica em exercício para profissionais do município do Tarrafal, na câmara da Amadora
- projecto de adaptação e ampliação de edifício dos Paços do Concelho
- plano de pormenor da Ponta do Atum - Tarrafal
- pequenos projectos na área do saneamento
- projecto de arquitectura da Casa da Amadora no Tarrafal
- oferta de ambulância e equipamento hospitalar
- formação e intercâmbio de promotores de saúde
- cinco bolsas de formação profissional, de um mês (1996)
- envio de planta de arquitectura de edifício municipal do Tarrafal e material diverso (1996)

Câmara Municipal de Amarante

Morada: Alameda Teixeira de Pascoais - S. Gonçalo, 4600 Amarante

Estatuto: Autarquia Local

Países com os quais coopera: Moçambique (Nampula)

Forma de relacionamento: geminação

Áreas de intervenção da cooperação: administração autárquica, formação em Portugal

Projectos/actividades/acções:

- estágio de um formando do CEFA (1996)

Câmara Municipal de Amares

Morada: Praça do Município, 4720 Amares

Estatuto: Autarquia Local

Países com os quais coopera: Guiné-Bissau

Forma de relacionamento: pontual

Áreas de intervenção da cooperação: administração municipal, formação em Portugal

Projectos/actividades/acções:

- uma bolsa de formação (3 meses) (1997)

Recursos financeiros: 380 000\$00 (1997)

Câmara Municipal de Angra do Heroísmo

Responsável pela cooperação: Gabinete de Relações Públicas

Morada: Praça Velha, 9700 Angra do Heroísmo

Telefone: (095) 22131/2/3

Fax: (095) 22107

Email: cmah@mail.telepac.pt

Estatuto: Autarquia Local

Países com os quais coopera: Cabo Verde (Porto Novo)

Forma de relacionamento: protocolo de cooperação

Áreas de intervenção da cooperação: solidariedade social, alívio da pobreza; doações, projectos técnicos de construção, assistência humanitária, formação em Portugal

Áreas de experiência e competência técnica específica em matéria de cooperação: saúde, formação profissional, estudos

Grupos alvo: comunidade

Projectos/actividades/acções:

- ajuda de emergência em numerário e medicamentos para combate à cólera (1996)
 - cooperação técnica com projecto para os Paços do Concelho (1996)
 - missão técnica de 60 dias para realização do projecto para os Paços do Concelho (1996)
 - formação profissional - uma bolsa de 24 meses para um técnico profissional de museografia e duas bolsas na área da museografia/turismo e ambiente, em Departamentos e Escolas Profissionais do Concelho (1996)
 - envio de material escolar e livros para bibliotecas (1996)
 - uma bolseira, em 1996/97, no curso técnico de museografia
- Recursos financeiros: 8 818 216\$00 (1996)

Câmara Municipal de Arouca

Morada: Praça do Município, 4540 Arouca

Estatuto: Autarquia Local

Países com os quais coopera: S. Tomé e Príncipe

Forma de relacionamento: pontual

Áreas de intervenção da cooperação: administração municipal

Projectos/actividades/acções:

- uma bolsa de formação, de três meses, a pedido do CEFA (1997)

Recursos financeiros: 220 000\$00 (1997)

Câmara Municipal de Aveiro

Responsável: Gabinete de Geminações

Morada: Praça da República, 3810 Aveiro

Telefone: (034) 24081

Fax: (034) 22787

Estatuto: Autarquia Local

Países com os quais coopera: Cabo Verde (Santa Cruz), Moçambique (Inhambane e Pemba), S. Tomé e Príncipe (Príncipe)

Forma de relacionamento: acordo de cooperação (Santa Cruz, Príncipe), geminação (Inhambane)

Áreas de intervenção da cooperação: solidariedade social, necessidades básicas, alívio da pobreza, bem-estar social, educação; apoio financeiro, doações, formação em Portugal, construção de infra-estruturas técnicas, projectos

Projectos/actividades/acções:

- iluminação pública (STP, 1994)
- envio de material escolar, desportivo, de saúde e de jardinagem (STP, 1994)
- formação profissional do subdelegado de saúde, com estágio em Aveiro (CV, 1994)
- envio de um carro tanque de ataque a incêndios e transporte de água (CV, 1994)
- envio de uma ambulância, material de estomatologia e tratamento de uma criança em Aveiro (CV, 1994)
- instalação de uma estação telefónica (CV, 1994)
- fornecimento de electricidade cabo (CV), 1994)
- envio de material escolar e peças de vestuário (CV, 1994)
- envio de um técnico superior do município para estudar a melhor forma de rentabilizar o investimento no Projecto de abastecimento de água em que Aveiro participa (STP, 1995)
- envio de material escolar diverso para o ensino primário e secundário (STP, 1995)
- envio de dois computadores (CV, 1995)
- envio de material agrícola (CV, 1995)
- bolsas de estudo em estabelecimentos de ensino de Aveiro (CV, 1995)
- alojamento, alimentação e apoio em material escolar a 22 estudantes de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe (1996)

- levantamento do estado das captações de água em Pemba e Inhambane (M, 1996)
- projectos de abastecimento de água a Santo António (STP, 1996)
- obras de recuperação do mercado do peixe, padrão dos descobrimentos e cemitério (STP, 1996)
- envio de livros, medicamentos e fardamento para bombeiros de Pemba (M, 1996)
- envio de livros, medicamentos uma ambulância e um carro tanque (CV, 1996)
- envio de livros, medicamentos, material de iluminação pública e equipamento de jardinagem (STP, 1996)
- fornecimento de alimentação a 30 estudantes da Região do Príncipe, em Aveiro (STP, 1997)
- donativo em dinheiro para recuperação do edifício dos Paços do Concelho (STP, 1997)
- oferta de um motor e caixa de velocidades para um barco de transporte de passageiros (STP, 1997)
- oferta de uma ambulância e um camião tanque para distribuição de água (CV, 1997)
- levantamento da conduta do abastecimento de água (M, 1997)
- execução do projecto de recuperação da rede de abastecimento de água (M, 1997)

Recursos financeiros: 9 485 495\$00 (1993), 13 154 974\$00 (1994), 43 506 000\$00 (1995)

Câmara Municipal de Avis

Responsável: Gabinete da Presidência

Morada: Câmara Municipal de Avis, 7480 Avis

Estatuto: Autarquia Local

Países com os quais coopera: vários PALOP

Forma de relacionamento: pontual

Áreas de intervenção da cooperação: administração autárquica; formação em Portugal

Projectos/actividades/acções:

- estágio de formação a pedido do CEFA (1997)

Recursos financeiros: 273 000\$00 (1997)

Câmara Municipal da Azambuja

Responsável: Gabinete de Apoio à Presidência

Morada: Câmara Municipal da Azambuja, 2050 Azambuja

Telefone: (063) 400400

Estatuto: Autarquia Local

Países com os quais coopera: Cabo Verde (Mosteiros)

Forma de relacionamento: geminação e acordo de cooperação

Áreas de intervenção da cooperação: solidariedade social, necessidades básicas, promoção de trocas económicas, culturais, sociais, educativas e outras; assistência técnica, doações

Projectos/actividades/acções:

- missão técnica de um engenheiro civil, de 7 dias, para a construção de conduta de abastecimento de água às populações das vilas da Igreja e Mosteiros (1996)
- envio de material para as condutas de água, equipamento desportivo, bens alimentares, medicamentos, seringas, vestuário, calçado, etc. (1996)
- participação para a aquisição de um autocarro, através de um protocolo de cooperação entre a Área Metropolitana de Lisboa e o município de Mosteiros (1996)

Recursos financeiros: 12 600 000\$00 (1996)

Câmara Municipal de Barcelos

Morada: Largo D. António Barroso, 4750 Barcelos

Telefone: (053) 821251

Fax: (053) 821263/823998

Estatuto: Autarquia Local

Países com os quais coopera: Cabo Verde (S. Domingos), Moçambique

Forma de relacionamento: protocolo de cooperação (CV), pontual (M)

Áreas de intervenção da cooperação: solidariedade social, assistência humanitária

Áreas de experiência e competência técnica específica em matéria de cooperação: educação, assistência humanitária

Grupos alvo: infância, juventude

Projectos/actividades/acções:

- subsídio de 200 000\$00 à organização “Jovens sem Fronteiras” para ajudar uma missão humanitária em Cabo Verde (CV, 1996)
- oferta de uma ambulância (CV, 1997)
- oferta de livros escolares (novos e usados) (CV, 1997)
- oferta de peças de vestuário (CV, 1997)
- formação autárquica de três quadros da Renamo, na área eleitoral e da gestão e administração autárquica (M, 1997)

Fontes de financiamento: 30% autofinanciamento, 30% empresas/mecenato, 40% campanhas/donativos

Recursos financeiros: 6 304 000\$00 (1997)

Câmara Municipal da Batalha

Responsável: Associação Recreativa Batalhense

Morada: Largo Carvalho do Outeiro, 2440 Batalha

Telefone: (044) 96103/96472

Fax: (044)-96771

Estatuto: Autarquia Local

Países com os quais coopera: Guiné-Bissau

Forma de relacionamento: pontual

Áreas de intervenção da cooperação: solidariedade social, apoio a iniciativas da sociedade civil do concelho

Projectos/actividades/acções:

- estágio CEFA a um estagiário da Guiné-Bissau (1997)
- apoio logístico à Associação Recreativa Batalhense, aquando da deslocação desta em missão de solidariedade à Guiné-Bissau com diverso material escolar e vestuário (1997)

Câmara Municipal de Benavente

Responsável: Departamento de Acção Social

Morada: Praça do Município, 2130 Benavente

Telefone: (063) 519140

Fax: (063) 519148

Estatuto: Autarquia Local

Países com os quais coopera: Angola, Cabo Verde (Paúl), Guiné-Bissau

Forma de relacionamento: pontual (A, GB), geminação (CV)

Áreas de intervenção da cooperação: solidariedade social, saúde, educação; doações, assistência humanitária

Grupos alvo: infância, comunidade

Projectos/actividades/acções:

- envio de diverso material (primeiros socorros, educativo) para as crianças angolanas (A, 1996)
- envio de diverso material educativo/primeiros socorros, para as crianças guineenses (GB)
- envio de material escolar (CV, 1997)
- envio de caixas de primeiros socorros (CV, 1997)

Recursos financeiros: 1 800 000\$00 (1997), 400 000\$00 (1998, previsões)

Câmara Municipal de Bombarral

Responsável pela cooperação: Gabinete da Presidência

Morada: Praça do Município, 2540 Bombarral

Telefone: (062)-61765

Estatuto: Autarquia Local

Países com os quais coopera: Moçambique (Nampula)

Forma de relacionamento: Geminação

Áreas de intervenção da cooperação: todas as áreas da cooperação, promoção empresarial; formação em Portugal

Projectos/actividades/acções:

- uma bolsa de formação profissional (Biblioteca), 1 mês (1997)
- missão para assinatura da geminação

Recursos financeiros: 1 417 000\$00 (1997)

Câmara Municipal de Cantanhede

Morada: Praça da República, 3060 Cantanhede

Telefone: (031) 420735

Fax: (031) 420644

Estatuto: Autarquia Local

Países com os quais coopera: Angola

Forma de relacionamento: pontual

Áreas de intervenção da cooperação: solidariedade social; doações, acções de emergência

Projectos/actividades/acções:

- participação na campanha de emergência e solidariedade com as crianças angolanas (envio de brinquedos)

Recursos financeiros: 100 000\$00 (1996)

Câmara Municipal de Cartaxo

Morada: Praça 15 de Dezembro, 2070 Cartaxo

Telefone: (043) 779322

.Estatuto: Autarquia Local

Países com os quais coopera: Cabo Verde (Brava)

Forma de relacionamento: Geminação

Áreas de intervenção da cooperação: solidariedade social, doações, formação em Portugal

Projectos/actividades/acções:

- envio de material desportivo (1994/95)
- formação profissional (1994/95)

Câmara Municipal de Cascais

Responsável: Monteiro de Barros

Morada: Praça 5 de Outubro, 2750 Cascais

Telefone: (01) 4825000

Fax: (01) 4866183

Estatuto: Autarquia Local

Países com os quais coopera: Angola (Benguela), Cabo Verde (Sal), Guiné-Bissau (Bubaque), Moçambique (Xai-Xai), S. Tomé e Príncipe (Cantagalo)

Forma de relacionamento: geminação (A, CV, STP)

Áreas de intervenção da cooperação: solidariedade social, necessidades básicas; estudos, projectos, assistência técnica, doações, estudos, construção de infra-estruturas

Áreas de experiência e competência técnica específica em matéria de cooperação: educação, saneamento

Grupos alvo: comunidade

Projectos/actividades/acções:

- doação de equipamento diverso de secretaria (1993/94)
- projecto de implementação de um centro de formação profissional (1993/94)
- estágios de formação profissional (1993/94)
- oferta de equipamento e material na área da saúde, educação, desporto e administração municipal (1993/94)
- apoio à reorganização dos serviços da câmara do Sal com vista à melhoria e racionalização dos serviços camarários (CV, 1996)
- missão técnica com um perito durante 12+7 dias (CV, 1996)
- elaboração de estudos para a reorganização e modernização dos serviços camarários (CV, 1996)
- envio de materiais didácticos e livros escolares no âmbito da geminação com o objectivo de melhorar os equipamentos (mini-biblioteca de literatura portuguesa) (CV, 1996)
- equipamento diverso para serviços de limpeza e depósitos para conservação de água (CV, 1996)
- estágio de formação (duas bolsas de 3 semanas) no âmbito da geminação para o desenvolvimento de conhecimentos nas áreas de manutenção do parque de equipamentos e gestão oficial (A, 1996)

- apoio à organização e informatização dos serviços do Ministério da Educação - elaboração de um estudo (STP, 1996)
- missão técnica de dois técnicos durante 10 dias (STP, 1996)

Parceiros: ONG e outros municípios

Recursos financeiros: 5 000 000\$00 (1993/94), 2 950 000\$00 (1996), 6 000 000\$00 (1997, previsão)

Câmara Municipal de Castelo Branco

Responsável: Gabinete do Presidente

Morada: Praça do Município, 6000 Castelo Branco

Telefone: (072) 330330

Estatuto: Autarquia Local

Países com os quais coopera: Angola (Huambo), Moçambique

Forma de relacionamento: geminação (A), pontual (M)

Áreas de intervenção da cooperação: educação; formação em Portugal

Projectos/actividades/acções:

- bolsa de estudos, ao abrigo de um protocolo e convénio que nunca foi aproveitado pela cidade do Huambo (1995)
- apoio a estagiários do CEFA (1995)
- três bolsas de estudo, ensino superior, a estudantes moçambicanos (M, 1997)

Câmara Municipal de Coimbra

Responsável: Vereador do pelouro da Cultura

Morada: Praça 8 de Maio, 3000 Coimbra

Telefone: (039) 857000

Fax: (039) 20114

Estatuto: Autarquia Local

Países com os quais coopera: Cabo Verde (Mindelo)

Forma de relacionamento: geminação

Áreas de intervenção da cooperação: solidariedade social; doações (desde 1994), assistência técnica, formação em Portugal

Projectos/actividades/acções:

- missão técnica de 15 dias para formação na área da electricidade e mecânica de autocarros (1996)
- bolsa de formação profissional de 1 semana na área da administração geral e financeira (1996)
- envio de 400 volumes para a biblioteca municipal (1996)
- deslocação de 7 dias de uma delegação oficial para entrega dos autocarros e inauguração da biblioteca municipal (1996)
- envio de quatro autocarros, por parte dos serviços municipalizados de transportes urbanos, acompanhados por um mecânico que se deslocou ao Mindelo para uma acção de formação (1996)
- envio de cerca de 500 livros para a biblioteca do Mindelo (1997)
- alojamento de duas alunas do Mindelo, estudantes na Universidade de Coimbra (1997)

Recursos financeiros: 116 750 000\$00+1 800 000\$00+ 815 710\$00 (1996)

Co-financiamento: ICP 200 000\$00 no transporte dos autocarros

Câmara Municipal da Covilhã

Responsável: Departamento de Acção Social

Morada: Praça do Município, 6200 Covilhã

Telefone: (075) 322106/7/8/9

Fax: (075) 323785

Estatuto: Autarquia Local

Países com os quais coopera: Angola

Forma de relacionamento: pontual

Departamento/estrutura que faz a cooperação: acção social

Áreas de intervenção da cooperação: solidariedade social, bem-estar social; projectos, doações

Áreas de experiência e competência técnica específica em matéria de cooperação: formação profissional, saneamento, estudos, construção civil, assistência humanitária

Grupos alvo: infância, juventude, deficientes, população idoso, famílias

Projectos/actividades/acções:

- colaboração na campanha de recolha de livros, roupa e outros materiais para Angola, a pedido do Secretário de Estado da Cooperação (1997)

Câmara Municipal de Estarreja

Morada: Praça Francisco Barbosa, 3860 Estarreja

Telefone: (034) 41308

Fax: (034) 844558

Estatuto: Autarquia Local

Países com os quais coopera: Cabo Verde (Porto Novo)

Forma de relacionamento: geminação

Áreas de intervenção da cooperação: solidariedade social, ensino; doações, assistência técnica

Projectos/actividades/acções:

- intercâmbio cultural e desportivo (1994)
- missão técnica com 6 pessoas durante uma semana para conhecer as realidades sociais, económicas e políticas (1996)
- envio de livros, equipamentos desportivos e didácticos (1996)
- envio de material escolar (1997)

Parceiros: empresas do concelho de Estarreja

Recursos financeiros: 690 000\$00 (1996)

Câmara Municipal de Évora

Responsável: Departamento de Planeamento e Relações Internacionais

Morada: Praça Sertório, 7000 Évora

Telefone: (066) 24101

Estatuto: Autarquia Local

Países com os quais coopera: Moçambique

Forma de relacionamento: Geminação (Ilha de Moçambique), pontual (Maputo)

Áreas de intervenção da cooperação: solidariedade social, administração municipal, necessidades básicas, educação; doações, formação em Portugal

Projectos/actividades/acções:

- envio de livros e material escolar, roupas, equipamentos de escritório (Ilha, 1996)
- oferta de material informático (1997)
- participação de dois responsáveis políticos em Seminário, em Évora (1997)
- formação profissional a dois jovens técnicos no sector de abastecimento de água (1,5 meses) (1997)
- nove bolsas de formação musical, de alunos da Escola de Música de Maputo, na Academia de Música Eborense (1996/97)

Recursos financeiros: 520 000\$00 (1996), 1 000 000\$00 + ? (1997)

Câmara Municipal de Faro

Responsável: Vereador do Pelouro das Geminações

Morada: Praça do Município, 8000 Faro

Telefone: (089) 822042

Estatuto: Autarquia Local

Países com os quais coopera: Guiné-Bissau (Bolama)

Forma de relacionamento: geminação

Áreas de intervenção da cooperação: educação; formação em Portugal

Projectos/actividades/acções:

- bolsa de estudo do ensino secundário (1996/97)

Recursos financeiros: 655 000\$00 (1997)

Câmara Municipal de Felgueiras

Responsável pela cooperação: Pelouro da Cultura

Morada: Câmara Municipal de Felgueiras, 4610 Felgueiras

Telefone: (055) 312104

Estatuto: Autarquia Local

Países com os quais coopera: Cabo Verde (Boavista)

Forma de relacionamento: geminação

Áreas de intervenção da cooperação: educação, planeamento municipal; doações, assistência técnica

Projectos/actividades/acções:

- bolsas de ensino superior (1997)
- participação na “mesa redonda dos parceiros para o desenvolvimento da Boavista”, para apoio na concretização do plano municipal de desenvolvimento (1997)

Recursos financeiros: 1 039 630\$00 (1997)

Câmara Municipal da Figueira da Foz

Responsável: Gabinete do Presidente

Morada: Avenida Saraiva de Carvalho, 3080 Figueira da Foz

Telefone: (033) 20108/9

Estatuto: Autarquia Local

Países com os quais coopera: Cabo Verde (Praia)

Forma de relacionamento: geminação

Áreas de intervenção da cooperação: educação, formação profissional; formação em Portugal

Projectos/actividades/acções:

- doze bolsas de estudo no ensino superior (1996/97)
- estágio de dois formandos dos PALOP (CV, GB) do curso CEFA (1996/97)

Recursos financeiros: 480 000\$00 (1997)

Câmara Municipal da Guarda

Morada: Praça do Município, 6300 Guarda

Estatuto: Autarquia Local

Países com os quais coopera: Angola

Forma de relacionamento: pontual

Áreas de intervenção da cooperação: solidariedade social; doações, acções de emergência

Projectos/actividades/acções:

- participação na campanha de solidariedade para com as crianças angolanas, via ANMP

Recursos financeiros: 100 000\$00 (1996)

Câmara Municipal de Guimarães

Responsável: Amadeu Portilha

Morada: Largo Cónego José Maria Gomes, 4800 Guimarães

Telefone: (053)575723

Fax: (053) 575734

Email: camaraguimaraes@mail.telepac.pt

Estatuto: Autarquia Local

Países com os quais coopera: Cabo Verde (Praia), S. Tomé e Príncipe (Trindade - Mé-Zochi)

Forma de relacionamento: geminação (STP)

Áreas de intervenção da cooperação: solidariedade social, necessidades básicas; doações, assistência humanitária, construção de infra-estruturas técnicas, formação em Portugal

Áreas de experiência e competência técnica específica em matéria de cooperação: saúde, formação profissional, assistência técnica

Grupos alvo: infância, juventude, população idosa, comunidade

Projectos/actividades/acções:

- envio de material considerado premente para fazer face a um surto de cólera em Mé-Zochi (STP, 1990)
- envio de um fardo de vestuário para Mé-Zochi para a região carenciada de Trindade e Mé-Zochi (STP, 1991)
- apoios múltiplos a estudantes universitários são-tomenses na Univ. do Minho (1991)
- estágio de formação e valorização profissional a técnicos médios e superiores de STP e CV (1991)
- oferta de equipamentos desportivos a vários clubes desportivos são-tomenses (1991)
- apoio monetário a algumas obras realizadas na cidade de trindade (STP, 1994)
- envio de material desportivo (STP, 1996)
- subsídio de 200 contos ao Instituto das Irmãs de Santa Doroteia para construção de uma residência de cooperantes em Trindade (STP, 1996)
- fornecimento de um “dumper” para recolha do lixo (1997)

Recursos financeiros: cerca de 1 500 000\$00 (1997)

Câmara Municipal de Ílhavo

Morada: Av. 25 de Abril, 3830 Ílhavo

Estatuto: Autarquia Local

Países com os quais coopera: S. Tomé e Príncipe (Cantagalo)

Forma de relacionamento: geminação (contacto preliminar)

Áreas de intervenção da cooperação: educação e desporto; doações

Projectos/actividades/acções:

- oferta de material escolar e desportivo (1997)

Recursos financeiros: 203 000\$00 (1997)

Câmara Municipal de Lagos

Morada: Praça Gil Eanes, 8600 Lagos

Telefone: (082) 762048

Estatuto: Autarquia Local

Países com os quais coopera: Angola, Guiné-Bissau

Forma de relacionamento: pontual

Áreas de intervenção da cooperação: solidariedade social; doações

Projectos/actividades/acções:

- envio de alimentos, livros, material escolar e medicamentos, na sequência de uma campanha de um grupo de ONG portuguesas em resposta a um apelo da organização angolana “Mundo de Amor” (1996)
- participação em campanha de solidariedade - recolha de brinquedos e material escolar diverso (GB, 1997)

Recursos financeiros: sem encargos directos (1997)

Câmara Municipal de Leiria

Responsável: Pelouro da Cultura (comissão de geminações)

Morada: Câmara Municipal de Leiria, 2400 Leiria

Telefone: (044) 813000

Fax: (044) 811564/824644

Estatuto: Autarquia Local

Países com os quais coopera: Cabo Verde (S. Filipe)

Forma de relacionamento: protocolo de cooperação e amizade

Áreas de intervenção da cooperação: necessidades básicas, bem-estar social; doações, formação em Portugal/atribuição de bolsas de estudo

Áreas de experiência e competência técnica específica em matéria de cooperação: saúde, formação profissional, assistência humanitária

Grupos alvo: infância, juventude, famílias, comunidade

Projectos/actividades/acções:

- três bolsas de estudo (36 meses), com alojamento e alimentação, na Escola Profissional de Leiria (1996/97)
- três bolsas de estudo para o ensino secundário (1996/97)
- placas toponímicas em azulejaria para ruas de S. Filipe (1997)
- oferta de brinquedos, vestuário, alimentos, material cirúrgico, cobertores, medicamentos (1997)
- estabelecimento de um acordo desportivo entre o União de Leiria e o Botafogo Futebol Clube (1996)

Recursos financeiros: 3 000 000\$00 (1996), 2 000 000\$00 (1997), 2 000 000\$00 (1998)

Fontes de financiamento: campanhas/donativos

Iniciativa das acções: da própria instituição e da população

Acções de formação internas na área da cooperação social: duas em 1996, duas em 1997 e duas previstas para 1998

Câmara Municipal de Lisboa

Responsável: Gabinete de Relações Internacionais

Morada: Rua do Ouro, n.º 49, 4º, 1100 Lisboa

Estatuto: Autarquia Local

Países com os quais coopera: Angola (Luanda), Cabo Verde (Praia), Guiné-Bissau (Cachéu, Bissau), Moçambique (Ilha de Moçambique, Maputo), S. Tomé e Príncipe (Água Grande)

Forma de relacionamento: geminação

Áreas de intervenção da cooperação: solidariedade social, bem-estar social, necessidades básicas, formação profissional; projectos, doações, assistência técnica, construção de infra-estruturas sociais, formação em Portugal, formação no país destinatário, construção de infra-estruturas técnicas

Projectos/actividades/acções:

- apoio às capitais de língua portuguesa através do apoio e subsídios à UCCLA (1993/94)
- execução das instalações eléctricas de iluminação pública (STP, 1993/94)
- oferta de material hospitalar (SPT, 1993/94)
- oferta de um quiosque típico da cidade de Lisboa (STP, 1993/94)
- construção de um parque infantil (STP, 1993/94)
- estágios de formação na CML (A, 1993/94)
- ajuda alimentar de emergência, no quadro da UCCLA (A, 1993/94)
- oferta de um gerador eléctrico (STP, 1993/94)
- apoio à elaboração do projecto de criação de um corpo de polícia municipal (GB, 1993/94)
- apoio à realização das comemorações “Lisboa Capital Lusófona da Cultura” (1993/94)
- programa de assistência técnica e organização da rede de saneamento e água na cidade de Luanda (A, 1995)

Recursos financeiros: 200 000\$00 (1993); 160 000\$00 (1994) (inclui actividades de cooperação com outros PVD)

Câmara Municipal de Loures

Responsável: Gabinete de Assuntos Religiosos e Sociais Específicos

Morada: Praça da Liberdade, 8, 2670 Loures

Estatuto: Autarquia Local

Países com os quais coopera: Cabo Verde (Maio), Moçambique (Matola)

Forma de relacionamento: geminação

Áreas de intervenção da cooperação: cultura, educação, infra-estruturas, social; doações, assistência técnica, projectos

Projectos/actividades/acções:

- intercâmbio de delegações e agentes culturais (1993/94)
- oferta de 300 contadores de água (1993/94)
- oferta de material diverso (informático, desportivo, sociocultural, didáctico) (CV, 1993/94)
- elaboração de um projecto para equipamento sociocultural (CV, 1993/94)
- envio de equipamento para equipa de futebol (CV, 1996)
- apoio monetário de 2 866 000\$00 para os projectos propostos de electricidade para a aldeia de Barreiro e da Unidade Sanitária de base de Pilão Cão (CV, 1996)
- envio de instrumentos musicais (CV, 1996)
- oferta de material diverso para acções de dinamização social (CV, 1997)
- oferta da assinatura de um diário (CV e M) e um semanário (CV) (1996/97)
- co-financiamento de projecto de calçetamento de estrada (CV, 1997)
- workshop em Maputo, com a Matola para os agentes económicos dos dois municípios (M, 1997)
- oferta de material diverso (M, 1997)
- oferta de serviços gráficos (M, 1997)
- missão a Cabo Verde (1997)

Recursos financeiros: 4 650 747\$00 (CV, 1993); 1 263 658\$00 (CV, 1994), 3 788 919\$00 (CV, 1996), 10 639 699\$00 (1997)

Câmara Municipal de Matosinhos

Responsável: Gabinete do Presidente

Morada: Av. D. Afonso Henriques, 4450 Matosinhos

Telefone: (02) 9382031

Estatuto: Autarquia Local

Países com os quais coopera: Angola (Luanda), Cabo Verde (S. Filipe), Guiné-Bissau (Mansoa), S. Tomé e Príncipe (Angolares-Caué)

Forma de relacionamento: protocolo (A), geminação (CV, GB, STP)

Áreas de intervenção da cooperação: solidariedade social, administração municipal; doações

Projectos/actividades/acções:

- protocolo com a AMI de apoio médico e medicamentoso à população de Angolares e de S. Filipe (STP e CV, 1996)
- campanhas de solidariedade com envio de livros e material didáctico, brinquedos, roupas, medicamentos, etc. (STP, 1996)
- apoio no fornecimento de documentação administrativa (GB, 1996)
- envio de material desportivo e material escolar (GB, 1996)

Câmara Municipal de Mealhada

Responsável: Gabinete do Presidente

Morada: Câmara Municipal de Mealhada, 3050 Mealhada

Estatuto: Autarquia Local

Países com os quais coopera: Angola (Moxico) e outros (PALOP)

Forma de relacionamento: pontual

Áreas de intervenção da cooperação: educação, formação autárquica; formação em Portugal

Projectos/actividades/acções:

- um estagiário do CEFA, por ano
- formação de sete estudantes angolanos na Escola Profissional Vasconcellos Lebre, na área de Informática (1997)

Recursos financeiros: 5 000 000\$00 (A, 1997)

Câmara Municipal da Moita

Responsável: Departamento de Acção Sócio-Cultural - Divisão de Acção Cultural

Morada: Edifício dos Paços do Concelho, Praça da República, 2860 Moita

Telefone: (01) 2894540

Fax: (01) 2894928

Estatuto: Autarquia Local

Países com os quais coopera: Cabo Verde (Tarrafal) , Moçambique

Forma de relacionamento: Geminação (CV), pontual (M)

Áreas de intervenção da cooperação: administração autárquica, educação, solidariedade social; formação em Portugal, doações

Projectos/actividades/acções:

- acolhimento de sete estagiários do CEFA, durante 2 meses, na área da administração(CV, 1994-97)
- três bolsas de estudo (CV, 1996)
- oferta de material informático (CV, 1995 e 1997)
- intercâmbios (visita mútua das autarquias geminadas) (CV, 1997)
- acções esporádicas em campanhas de solidariedade (1993, 1994, 1995, 1996, 1997)
- duas bolsas de formação profissional na área administrativa (2 meses cada) (CV, 1997)
- duas bolsas de ensino (Escola Profissional de Imagem e Escola Profissional Fialho de Almeida) (CV, 1997)

Recursos financeiros: 847 000\$00 (1997)

Câmara Municipal de Moura

Responsável: Serviços de Apoio à Presidência

Morada: Praça Sacadura Cabral, 7860 Moura

Estatuto: Autarquia Local

Países com os quais coopera: Guiné-Bissau (Bissau)

Forma de relacionamento: geminação

Áreas de intervenção da cooperação: desenvolvimento empresarial; missões

Projectos/actividades/acções:

- recepção de uma delegação de Bissau para assinatura da geminação (1997)

Recursos financeiros: 135 000\$00 (1997)

Câmara Municipal de Oeiras

Responsável: Gabinete de apoio aos programas comunitários e geminações

Morada: Edifício Fundação Oeiras, 2780 Oeiras

Telefone: (01) 4408300

Fax: (01) 4408356

Estatuto: Autarquia Local

Países com os quais coopera: Angola (Benguela), Cabo Verde (S. Vicente), Moçambique (Inhambane), S. Tomé e Príncipe (Santo António do Príncipe)

Forma de relacionamento: geminação

Áreas de intervenção da cooperação: solidariedade social, necessidades básicas, grupos vulneráveis, bem-estar social, ambiental; formação em Portugal, assistência técnica, projectos, construção de infra-estruturas sociais, construção de infra-estruturas técnicas, doações, estudos, construção de equipamentos sociais

Projectos/actividades/acções:

- bolsas de estudo e alojamento anual para 10 jovens (CV)
- envio de equipamentos vultuosos para escolas (CV)
- apoio na formação de docentes (CV)
- intercâmbio de escolas (CV)
- bolsas de formação artística (CV)
- realização de encontros culturais nos dois municípios (CV)
- exposições e lançamento de livros (CV)
- construção de um pavilhão gimnodesportivo (CV)
- material desportivo vários (CV)
- apoio no estágio e formação de profissionais vários (CV)
- criação de missões empresariais que levem à instalação de empresas portuguesa ou mistas promovendo a criação de postos de trabalho (CV)
- levantamento topográfico da ilha (CV)
- iluminação pública de várias zonas da ilha (CV)
- envio de placas toponímicas e equipamento urbano vários (CV)
- fornecimento de sistema de transmissão rádio (CV)
- apoio à organização e informatização dos serviços (CV)
- intercâmbio de técnicos para apoio e a projecto de desenvolvimento e estágios nos serviços da câmara (CV)
- equipamento completo de uma sala de cuidados intensivos do hospital (CV)

- material de RX e máquina de gelo, incubadora, equipamento e modernização da biblioteca médica (CV)
- apoio financeiro a missão da AMI (CV)
- envio de duas viaturas de recolha de lixos e contentores de lixo (CV)
- envio de um equipamento de limpeza de ruas e desinfectantes (CV)
- apoio nas campanhas ambientais (CV)
- construção de 24 casa para mulheres chefes de família (CV)
- bolsas de estudo para frequência de curso superior (STP)
- oferta de livros e revistas e de equipamento desportivo (STP)
- estudo das possibilidades de electrificação da ilha (STP)
- criação e apoio de um projecto de envolvimento da população (sobretudo das escolas) no processo de compostagem doméstica (STP)
- estudo da possibilidade de envolvimento no estudo técnico da criação da Zona Franca do Príncipe (STP)

Recursos financeiros: cerca de 20 000 000\$00/ano (CV), 5 000 000\$00/ano (STP)

Câmara Municipal de Ourém

Responsável: Gabinete do Presidente

Morada: Praça do Município, 2490 Ourém

Estatuto: Autarquia Local

Países com os quais coopera: Cabo Verde (S. Filipe)

Forma de relacionamento: acordo de cooperação

Áreas de intervenção da cooperação: assistência humanitária, formação profissional; doações, acções de emergência, formação em Portugal

Projectos/actividades/acções:

- campanha de solidariedade com recolha de fundo e bens para S. Filipe (1994)

- duas bolsas de formação profissional (1997)

Recursos financeiros: 500 000\$00 (1994), 1 300 000\$00 (1997)

Câmara Municipal de Paços de Ferreira

Responsável: Gabinete da Presidência

Morada: Praça da República, Paços de Ferreira

Telefone: (055) 862024

Estatuto: Autarquia Local

Países com os quais coopera: Angola, Moçambique

Forma de relacionamento: pontual

Áreas de intervenção da cooperação: solidariedade social; acções de emergência, assistência humanitária

Projectos/actividades/acções:

- participação em campanhas nacionais (1996/97)

Câmara Municipal de Pedrógão Grande

Morada: Câmara Municipal de Pedrógão Grande, 3270 Pedrógão Grande

Estatuto: Autarquia Local

Países com os quais coopera: Cabo Verde

Forma de relacionamento: pontual

Áreas de intervenção da cooperação: ajuda humanitária; acções de emergência

Projectos/actividades/acções:

- apoio financeiro no combate ao surto de cólera, através da ANMP (1997)

Recursos financeiros: 50 000\$00 (1997)

Câmara Municipal de Pombal

Morada: Largo do Cardal, 3100 Pombal

Estatuto: Autarquia Local

Países com os quais coopera: Angola, Guiné-Bissau

Forma de relacionamento: pontual

Áreas de intervenção da cooperação: solidariedade social; acções de emergência, assistência humanitária

Projectos/actividades/acções:

- participação em campanhas nacionais (1996/97) - oferta de livros, material didáctico, brinquedos

Recursos financeiros: sem encargos directos

Câmara Municipal de Ponta Delgada

Morada: Câmara Municipal de Ponta Delgada, 9500 Ponta Delgada

Estatuto: Autarquia Local

Países com os quais coopera: S. Tomé e Príncipe (Caué)

Forma de relacionamento: geminação (em processo de formalização)

Projectos/actividades/acções:

sem programa de acção

Câmara Municipal de Portimão

Morada: Câmara Municipal de Portimão, 8500 Portimão

Estatuto: Autarquia Local

Países com os quais coopera: Guiné-Bissau (Buba)

Forma de relacionamento: geminação

Projectos/actividades/acções:

sem programa de acção

Câmara Municipal do Porto

Responsável: Divisão Municipal de Relações Internacionais

Morada: R. N. S. Fátima, 307, 3º, 4050 Porto

Telefone: (02) 6006667/8/9

Fax: (02) 6006665

Estatuto: Autarquia Local

Países com os quais coopera: Cabo Verde (Mindelo), Moçambique (Beira), Guiné-Bissau (N'Dola), S. Tomé e Príncipe (Lemba)

Forma de relacionamento: geminação

Áreas de intervenção da cooperação: solidariedade social, bem-estar social; assistência técnica, doações, construção de infra-estruturas sociais, construção de equipamentos sociais

Projectos/actividades/acções:

- apoio à remodelação da biblioteca, do mercado de S.Vicente (Mindelo) e de um edifício para os serviços técnicos (CV, 1993/94)
- doação de material escolar e material de limpeza urbana à câmara municipal de Neves (STP, 1993/94)
- doação de material escolar à câmara de S. Vicente (CV, 1993/94)
- apoio à construção de novo mercado de peixe em S.Vicente (CV, 1995)
- construção do mercado de peixe e da biblioteca municipal do Mindelo (CV, 1996/97)

Recursos financeiros: 60 000 000\$00 (1993), 80 000 000\$00 (1994) (inclui a cooperação com outros municípios), 10 000 000\$00 (1996)

Câmara Municipal de Póvoa do Varzim

Morada: Praça do Almada, 4490 Póvoa do Varzim

Estatuto: Autarquia Local

Forma de relacionamento: pontual

Projectos/actividades/acções:

- apoio a ONG (1997)

Recursos financeiros: 750 000\$00 (1997)

Câmara Municipal de Rio Maior

Responsável: Gabinete de Apoio ao Presidente

Morada: Paços do Concelho, Praça da República, 2040 Rio Maior

Estatuto: Autarquia Local

Países com os quais coopera: Cabo Verde (S. Filipe)

Forma de relacionamento: geminação e acordo de cooperação

Áreas de intervenção da cooperação: solidariedade social, formação autárquica; doações, formação em Portugal

Projectos/actividades/acções:

- envio de material escolar, equipamento informático (1994)
- estágio de funcionários na área autárquica (1994)

Recursos financeiros: 1 000 000\$00 (1994)

Câmara Municipal de Salvaterra de Magos

Responsável: Divisão de Acção Social e Cultural

Morada: Praça da República, n.º 1, 2120 Salvaterra de Magos

Telefone: (063) 500022

Fax: (063) 500029

Estatuto: Autarquia Local

Países com os quais coopera: Angola (Cela), Cabo Verde (S. Nicolau)

Forma de relacionamento: geminação

Áreas de intervenção da cooperação: projectos, construção de infra-estruturas sociais, construção de equipamentos sociais

Áreas de experiência e competência técnica específica em cooperação: educação, estudos, assistência humanitária

Grupos alvo: infância, juventude, população idosa

Projectos/actividades/acções:

- seis bolsas de estudo para jovens de S. Nicolau, na Escola Profissional de Salvaterra de Magos (1997)
- geminação com Cela sem actividades

Acções de formação interna na área da cooperação social: uma em 1996 e uma em 1997

Câmara Municipal de Santarém

Morada: Praça do Município, 2000 Santarém

Estatuto: Autarquia Local

Países com os quais coopera: Angola (Lubango), Guiné-Bissau (Fulacunda)

Forma de relacionamento: geminação

Áreas de intervenção da cooperação: formação autárquica; formação em Portugal

Projectos/actividades/acções:

- estágio de dois funcionários da CM de Bissau na CMS (GB, 1989/90)

Câmara Municipal de Santo Tirso

Morada: Praça 25 de Abril, 4780 Santo Tirso

Telefone: (052) 8300400

Estatuto: Autarquia Local

Países com os quais coopera: S. Tomé e Príncipe (Cantagalo)

Forma de relacionamento: protocolo de cooperação através da Associação de Municípios do Vale do Ave

Áreas de intervenção da cooperação: solidariedade social, formação autárquica; doações, reconstrução de equipamentos sociais, formação em Portugal

Projectos/actividades/acções:

- administração local (1994)
- campanha de solidariedade com envio de medicamentos, vestuário, tecidos, equipamentos desportivos, material escolar e livros (1996)
- recuperação de fontanários (1996)

Parceiros: empresas locais

Câmara Municipal de S. João da Madeira

Responsável: Gabinete do Presidente da Câmara

Morada: Câmara Municipal de S. João da Madeira, 3700 S. João da Madeira

Telefone: (056) 22001

Estatuto: Autarquia Local

Países com os quais coopera: Cabo Verde (Maio), Moçambique (Nampula)

Forma de relacionamento: geminação

Áreas de intervenção da cooperação: formação autárquica; construção de infra-estruturas sociais

Projectos/actividades/acções:

- construção de uma sede cultural municipal (CV, 1997)

Recursos financeiros: 1 000 000\$00 (1997, previsão)

Câmara Municipal do Seixal

Responsável: Gabinete de Cooperação

Morada: Largo da Igreja, 2840 Seixal

Telefone: (01) 2227201

Fax: (01) 2222296

Estatuto: Autarquia Local

Países com os quais coopera: Angola (Lobito), Cabo Verde (Boavista), Moçambique (Beira), S. Tomé e Príncipe (Lobata)

Forma de relacionamento: geminação e protocolo de cooperação

Áreas de intervenção da cooperação: solidariedade social, necessidades básicas, bem-estar social, alívio da pobreza, grupos vulneráveis, ensino, infra-estruturas; projectos, doações, estudos, projectos de construção técnica, reconstrução de estruturas de apoio social, assistência humanitária, construção de infra-estruturas sociais, construção de infra-estruturas técnicas, construção de equipamentos sociais, formação em Portugal, formação no país destinatário

Áreas de experiência e competência técnica específica em matéria de cooperação: saúde, saúde de base, educação, formação profissional, saneamento, construção civil, assistência humanitária

Grupos alvo: infância, juventude, deficientes, população idosa, comunidade, mulheres, grupos desfavorecidos

Projectos/actividades/acções:

- electrificação da povoação de Estância de Baixo (CV)
- troço de estrada de Rabil a Estância de Baixo (CV)
- biblioteca distrital de Lobata (STP)
- formação na área do ensino (CV)
- formação de agentes sanitários de base (CV)
- doação de livros para criação de biblioteca (CV, 1994)
- doação de equipamentos de recolha e armazenamento de lixos urbanos (CV, 1994)
- doação de equipamentos audiovisuais às colectividades locais (CV, 1994)
- patrocínio de actividades desportivas (CV, 1994)
- elaboração de projectos-tipo de habitação (CV, 1994)
- elaboração de planos de formação profissional (CV, 1994)
- apoio à conclusão de estrada municipal (CV, 1994)

- levantamento das necessidades em matéria de saúde, com acções de formação de agentes de saúde, agentes de ensino e oferta de medicamentos (CV, 1994)
- oferta de equipamento de radiologia, mobiliário hospitalar e apoio à equipa médica (CV, 1994)
- implementação de sistema de tratamento de água de consumo (CV, 1994)
- oferta de material escolar (material didáctico e pedagógico, material de desgaste, livros) equipamentos audiovisuais e de informática (CV, 1994)
- realização de acções de formação nos domínios das expressões, pedagogia e psicologia, para todo o corpo docente da ilha (CV, 1994)
- realização das “jornadas de educação e cooperação”, com painéis formativos nas áreas da saúde, trabalho de projecto, leitura/escrita (CV, 1994)
- implantação de correspondência inter-escolas (CV, 1994)
- realização de acções de carácter sociocultural (CV, 1994)
- realização de acções de formação no âmbito da informática (CV, 1994)
- organização da biblioteca de Sal-Rei (CV, 1994)
- oferta de livros, material didáctico e brinquedos (STP, 1994)
- formação profissional de dois formandos na área da educação no Seixal (STP, 1994)
- oferta de equipamento de radioscopia e de mobiliário hospitalar (STP, 1994)
- doação de projecto de biblioteca (STP, 1994)
- doação de equipamento de escritório e reprodução de documentos (STP, 1994)
- doação de equipamento de comunicação (fax) (STP, 1994)
- doação de audiovisuais às colectividades locais (STP, 1994)
- doação de materiais de canalização (STP, 1994)
- formação profissional (STP, 1994)
- programa de educação para a saúde em geral e educação para a saúde em meio escolar, em particular (CV, 1996)
- formação dos agentes sanitários de base (CV, 1996)
- intercâmbio de experiências pedagógicas do 1º ciclo do ensino básico (CV, 1996)
- parque infantil de Fundo de Figueira - oferta de brinquedos (CV, 1996)
- tratamento da água do poço do Rabil (CV, 1996)
- formação de monitores dos Jardins de infância na construção de materiais pedagógicos privilegiando a utilização de materiais e recursos da ilha (CV, 1996)
- envio de material diverso (CV, 1996)

- elaboração do projecto da biblioteca distrital de Lobata (STP) (1996)
- participação em campanhas nacionais de recolha de livros e medicamentos (A e M, 1996)
- peça de teatro na ilha da Boavista, com actores portugueses, cabo-verdianos e são-tomenses (CV, 1997)
- oferta de material didáctico, de desgaste e livros (CV, 1997)
- intercâmbio da experiências pedagógicas do 1º ciclo do ensino básico (CV, 1997)
- formação e educação para a saúde (uma bolsa, oferta de material diverso e missão técnica) (CV, 1997)
- construção da biblioteca distrital de Lobata (missão técnica e apoio financeiro) (STP, 1997)

Recursos financeiros: 15 100 000\$00 (1994) + participação da comunidade e agentes económicos, 12 000 000\$00 (1995), 1 400 000\$00 (1996), 16 150 000\$00 (1997)

Pessoal ligado à cooperação: um permanente especializado, cinco permanentes não especializados, diversos colaboradores não especializados, diversos voluntários e população em geral

Câmara Municipal de Serpa

Morada: Praça da República, 7830 Serpa

Telefone: (084) 540100

Estatuto: Autarquia Local

Países com os quais coopera: Cabo Verde (Brava)

Forma de relacionamento: geminação

Projectos/actividades/acções:

- envio de documentação sobre a actividade autárquica e funcionamento dos serviços (1997)

Recursos financeiros: 475 000\$00 (1997)

Câmara Municipal de Sesimbra

Responsável pela cooperação: Divisão Sócio-Cultural

Morada: Largo do Município, 2970 Sesimbra

Telefone: (01) 2288500

Fax: (01) 2233855

Estatuto: Autarquia Local

Países com os quais coopera: Cabo Verde (S. Filipe)

Forma de relacionamento: protocolo de cooperação

Áreas de intervenção da cooperação: solidariedade social, alívio da pobreza, grupos vulneráveis; doações, assistência humanitária, acções de emergência

Áreas de experiência e competência técnica específica em matéria de cooperação: educação

Grupos alvo: infância, juventude, comunidade, grupos desfavorecidos

Projectos/actividades/acções:

- envio de tendas e material escolar , aquando da erupção do vulcão, resultante de uma acção de sensibilização da população
- oferta de equipamentos desportivos
- oferta de boletins informativos, equipamentos desportivos, material escolar e roupas (1996/97)
- participação de um vereador de S. Filipe num Encontro sobre educação, durante 3 dias em Sesimbra (1997)
- missão técnica de 4 dias, com 4 pessoas (1997)

Recursos financeiros: 75 000\$00 (1996), 1 986 500\$00 (1997)

Parceiros: população em geral

Câmara Municipal de Sines

Responsável: Gabinete do Presidente

Morada: Câmara Municipal de Sines, 7520 Sines

Telefone: (069) 862188

Estatuto: Autarquia Local

Países com os quais coopera: Cabo Verde (Santa Cruz)

Forma de relacionamento: actividades de cooperação

Áreas de intervenção da cooperação: solidariedade social; doações, formação em Portugal, apoio na construção de infra-estruturas sociais

Projectos/actividades/acções:

- visitas para promoção turística e comercial, com uma delegação de industriais locais (1994)
- angariação de bens para a população mais carenciada de Santa Cruz (1994)
- formação de um quadro do município cabo-verdiano, nos serviços técnicos da câmara de Sines (1994)
- participação na construção de um lar para a Terceira Idade em Santa Cruz (1996/97)

Recursos financeiros: 1 013 000\$000 (1996), 5 000 000\$00 (1997)

Câmara Municipal de Sintra

Responsável: Gabinete de Assuntos Metropolitanos e Comunitários

Morada: Largo Virgílio Horta, 2710 Sintra

Estatuto: Autarquia Local

Países com os quais coopera: Angola (Lobito), Cabo Verde (Brava), Guiné-Bissau (Bissau), S. Tomé e Príncipe (Trindade), Moçambique (Namaacha)

Forma de relacionamento: geminações

Áreas de intervenção da cooperação: bem-estar social, cultura; doações

Projectos/actividades/acções:

- envio de antena receptora, que permite captar a RTP Internacional (CV, 1996)
- prioridade de matrícula para alunos das localidades geminadas com Sintra, na Escola Profissional de Recuperação do Património
- realização do encontro internacional “festa da língua portuguesa”, com edição de actas, livros e outros materiais (1997)

Recursos financeiros: 2 448 046\$00 (CV, 1996), 31 944 256\$00 (co-financiamento do ICP e de outras instituições) (1997)

Câmara Municipal de Torres Novas

Responsável: Vereador do Pelouro do

Morada: R. Conde de Torres novas, 2350 Torres Novas

Estatuto: Autarquia Local

Países com os quais coopera: Cabo Verde (Ribeira Grande)

Forma de relacionamento: geminação

Áreas de intervenção da cooperação: formação profissional, solidariedade social, missões; doações, formação em Portugal

Projectos/actividades/acções:

- duas bolsas de ensino profissional (1997)
- campanha de solidariedade com a Ribeira Grande, com missão a cabo Verde para entrega dos donativos (1997)
- envio de publicações, relatórios e planos (1997)
- recepção de comitiva da Ribeira Grande (1997)

Recursos financeiros: 3 803 000\$00 (1997)

turismo

Câmara Municipal de Vagos

Responsável: Departamento de Cultura e desporto

Morada: Largo do Município, 3840 Vagos

Telefone: (034) 793753

Fax: (034) 793754

Estatuto: Autarquia Local

Países com os quais coopera: Angola (Benguela) Cabo Verde (S.Vicente), Guiné-Bissau (Bafatá), S. Tomé e Príncipe (Mé-Zochi - Trindade)

Forma de relacionamento: geminação

Áreas de intervenção da cooperação: educação, solidariedade social; formação em Portugal, assistência técnica

Áreas de experiência e competência técnica específica em matéria de cooperação: formação profissional

Grupos alvo: juventude

Projectos/actividades/acções:

- uma bolsa de estudo do ensino superior (CV, 1996/97)
- três bolsas de estudo, durante 3 anos, na Escola Profissional de Agricultura de Vagos (A, 1996/98)
- três bolsas de estudo, durante 3 anos, na Escola Profissional de Agricultura de Vagos (CV e GB, 1997/98)
- cinco bolsas de estudo (1993, 1994)
- envio de um técnico municipal a Bafatá para dar formação sobre pavimentação de estradas (GB, 1996)
- oito bolsas de estudo (1995)
- apoio às escolas de Bafatá através do envio de material escolar (GB)
- fomento do intercâmbio comercial no sector agrícola (1995)

Recursos financeiros: 5 547 874\$00 (CV e GB, 1993), 4 586 000\$00 (CV e GB, 1994), 1 302 000\$00 (CV e GB, 1995), 3 902 000\$00 (STP e A, 1996), 2 600 000\$00 (1997), 2 600 000\$00 (1998)

Fontes de financiamento: difícil de calcular o autofinanciamento

Iniciativa das acções: da própria instituição

Câmara Municipal de Vale de Cambra

Morada: Av. Tavares Matos, 3730 Vale de Cambra

Telefone: (056) 423606

Estatuto: Autarquia Local

Países com os quais coopera: Angola (Luanda)

Forma de relacionamento: geminação

Áreas de intervenção da cooperação: formação profissional; formação em Portugal

Projectos/actividades/acções:

- uma bolsa CEFA (1996)

Recursos financeiros: 431 226\$00 (1996)

Câmara Municipal de Valongo

Responsável pela cooperação: Gabinete do Presidente

Morada: Paços do Concelho, Av. 5 de Outubro, 4440 Valongo

Telefone: (02) 4220500

Estatuto: Autarquia Local

Países com os quais coopera: Angola (Luanda), S. Tomé e Príncipe (Mé-Zochi)

Forma de relacionamento: geminação

Áreas de intervenção da cooperação: solidariedade social; doações, elaboração de estudos

Projectos/actividades/acções:

- oferta de um fax à Câmara (STP, 1997)
- oferta de material escolar, roupas, medicamentos e material desportivo (STP, 1997)
- colaboração com a Associação Nacional de escutas para a recuperação do Hospital (STP, 1997)
- apoio a empresários de Valongo que já operam no mercado de Angola (A, 1997)

Recursos financeiros: 2 224 000\$00 (A, 1997), 193 000\$00 (STP, 1997)

Câmara Municipal de Vidigueira

Morada: Edifício dos Paços do Concelho, Praça da República, 7960 Vidigueira

Estatuto: Autarquia Local

Países com os quais coopera: Cabo Verde

Forma de relacionamento: pontual

Áreas de intervenção da cooperação: bem-estar social; formação em Portugal

Projectos/actividades/acções:

- alojamento de onze formandos cabo-verdianos, a frequentar a Escola Profissional Fialho de Almeida, desde Setembro de 1995 até 1997

Recursos financeiros: 55 331 000\$00

Câmara Municipal de Vila Franca de Xira

Responsável: Departamento de Acção Sócio-Cultural

Morada: Praça Afonso de Albuquerque, 2, 2600 Vila Franca de Xira

Telefone: (063) 26031

Fax: (063) 271511

Estatuto: Autarquia Local

Países com os quais coopera: Cabo Verde (Santa Catarina)

Forma de relacionamento: geminação

Áreas de intervenção da cooperação: formação autárquica, educação; formação em Portugal, edição de documentos

Projectos/actividades/acções:

- edição do livro “Assomada Nocturna” de José Luís Hopffer Almada
- realização de acção de formação profissional no âmbito da actividade autárquica
- apoio à deslocação de alunos finalistas do ISCSP-UTL para realização de estágio sobre “análise sócio-organizacional de autarquia”
- apoios pontuais a grupos de estudantes universitários portugueses em acções de solidariedade em Cabo Verde

Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão

Responsável: Gabinete do Presidente

Morada: Paços do Concelho, 4760 Vila Nova de Famalicão

Telefone: (043) 391510/1

Estatuto: Autarquia Local

Países com os quais coopera: Angola, Moçambique

Forma de relacionamento: pontual

Áreas de intervenção da cooperação: solidariedade social, formação autárquica; formação em Portugal, doações, assistência humanitária

Projectos/actividades/acções:

- formação profissional em gestão autárquica de um angolano e um moçambicano, durante 3 meses (1996)
- envio de materiais par Angola e Moçambique para ajuda alimentar e materiais escolares

Recursos financeiros: 564 600\$00 (1996)

Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia

Responsável: Gabinete da Presidência

Morada: Av. Álvares Cabral, 4400 Vila Nova de Gaia

Telefone: (02) 3702559

Estatuto: Autarquia Local

Países com os quais coopera: S. Tomé e Príncipe (Trindade)

Forma de relacionamento: pontual

Projectos/actividades/acções:

- actividades (não identificadas) resultantes das necessidades da cidade de Trindade

Câmara Municipal de Vila Nova de Poiares

Morada: Câmara Municipal de Vila Nova de Poiares, 3350 Vila Nova de Poiares

Estatuto: Autarquia Local

Países com os quais coopera: Cabo Verde (Maio), Guiné-Bissau (Mansoa), S. Tomé e Príncipe (Caué)

Forma de relacionamento: geminação (em fase de preparação com Mansoa)

Áreas de intervenção da cooperação: solidariedade social, necessidades básicas, bem-estar social; assistência técnica, doações

Projectos/actividades/acções:

- as geminações com CV e STP estão em fase de formalização pelo que ainda não deram lugar a actividades
- envio de materiais sobre urbanismo e planeamento estratégico, financiamento das e para as autarquias nas diversas áreas incluindo a educação e a saúde (GB, 1997)

Recursos financeiros: 1 200 000\$00 (GB)

Câmara Municipal de Viseu

Responsável: Gabinete do Presidente

Morada: Praça da República, 3510 Viseu

Estatuto: Autarquia Local

Países com os quais coopera: Cabo Verde (S. Filipe)

Forma de relacionamento: geminação

Áreas de intervenção da cooperação: solidariedade social, necessidades básicas; assistência humanitária, formação em Portugal, missões de conhecimento mútuo

Projectos/actividades/acções:

- uma bolsa de educação
- campanha de apoio às vítimas do vulcão na ilha do Fogo

Recursos financeiros: 1 000 000\$00 (1997)